

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- DOUTORADO -
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Carlos Eduardo Ruschel Anes

**PENSAMENTO INSTRUMENTAL E SUBSTANTIVO NA DINÂMICA PRODUTIVA DAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DAS MISSÕES – RS**

Santa Cruz do Sul
2017

Carlos Eduardo Ruschel Anes

**PENSAMENTO INSTRUMENTAL E SUBSTANTIVO NA DINÂMICA PRODUTIVA DAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DAS MISSÕES – RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cidonea Machado Deponti
Co-orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend

Santa Cruz do Sul

2017

A579p**Anes, Carlos Eduardo Ruschel**

Pensamento instrumental e substantivo da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões - RS / Carlos Eduardo Ruschel Anes. – 2017.

207 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Cidonea Machado Deponti.

Co-orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend.

1. Agricultura familiar. 2. Agroindústria. 3. Desenvolvimento rural. I. Deponti, Cidonea Machado. II. Arend, Silvio Cezar. III. Título.

Bibliotecária responsável Edi Focking - CRB 10/1197

Carlos Eduardo Ruschel Anes

**PENSAMENTO INSTRUMENTAL E SUBSTANTIVO NA DINÂMICA PRODUTIVA DAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DAS MISSÕES - RS.**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Dr^a. Cidonea Machado Deponti
Professora Orientadora - UNISC

Dr. Silvio Cezar Arend
Professor Co-orientador – UNISC

Dr^a. Virgínia Elisabeta Etges
Professora examinadora – UNISC

Dr. Marcio Gazolla
Professor examinador - UTFPR

Dr^a. Dionéia Dalcin
Professora examinadora - UFFS

Dr^a. Erica Karnopp
Professora examinadora - UNISC

Santa Cruz do Sul
2017

À minha Família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, pelo carinho e apoio que me deram ao longo do doutorado. Sem a tolerância e compreensão de vocês, não teria conseguido concretizar esta tese.

Aos professores doutores Cidonea Machado Deponti (orientadora) e Silvio Cezar Arend (co-orientador), pelos conhecimentos e dedicação transmitidos nas disciplinas e, em todo o período de orientação. Tornaram-se minhas referências como pessoas e como docentes.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, pelo conhecimento transmitido ao longo das disciplinas ministradas. Vivenciar a desconstrução e a reconstrução do saber, me permitiu refletir e reerguer bases mais sólidas para sustentar meu conhecimento.

Aos colegas de curso, pela oportunidade de compartilhar conhecimentos e desenvolver grandes amizades ao longo dos quatro anos.

Aos meus colegas e amigos da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, pelo profissionalismo e amizade. Sair todo o dia para trabalhar e encontrar pessoas como vocês, é um privilégio.

À Direção, à Coordenação Acadêmica e Administrativa do *Campus Cerro Largo*, por sempre estarem incentivando e oportunizando a qualificação acadêmica.

Aos produtores (as) proprietários (as) das agroindústrias familiares, pela recepção e participação na pesquisa realizada, proporcionando vivências e fornecendo informações para que eu pudesse atender aos objetivos da pesquisa.

Aos representantes de entidades e instituições que formam a governança do Arranjo Produtivo Local das Agroindústrias Familiares da região das Missões, pelo companheirismo e troca de experiências em prol do desenvolvimento regional.

À Deus, pela oportunidade de viver mais esta etapa em minha vida.

*No momento em que o ser humano é
reduzido a uma criatura que calcula, é para
ele impossível distinguir entre vício e virtude.*

(RAMOS, Alberto Guerreiro)

RESUMO

As agroindústrias familiares são objeto de estudos em universidades e centros de pesquisa, tanto no Brasil como no exterior. Com o tempo, a agricultura familiar passou a agregar valor ao produto primário, dando origem as agroindústrias familiares. Na região do Corede Missões, as agroindústrias familiares também se constituíram, com apoio do setor público e de instituições com as quais se relacionam e desenvolvem uma dinâmica produtiva particular. O Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar nas Missões foi formalizado no ano de 2014. A partir desta data, a região das Missões vem executando este plano de desenvolvimento, que, na sua essência, tem origem teórica e histórica na teoria econômica neoclássica, que reproduz a racionalidade instrumental, ou seja, a lógica da economia industrial. Por outro lado, a racionalidade substantiva se manifesta na agroindústria familiar, ou seja, a autorealização, a satisfação, a ética e as relações não econômicas. Com isto em vista, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar como as relações socioeconômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões, permeadas no território, caracterizadas por particularidades regionais, sobrevivem diante à tentativa de industrialização da produção familiar e da transformação em Arranjos Produtivos Locais. O alcance desse propósito foi por meio de pesquisa de campo, fundamentado por referencial teórico das racionalidades instrumental e substantiva; arranjo produtivo local e agroindústria familiar. Foram realizadas 14 entrevistas em profundidade com produtores e aplicados 136 questionários. Identificou-se que a atividade produtiva é, predominantemente, artesanal e os produtos mais produzidos pelas agroindústrias são os farináceos, os derivados da cana-de-açúcar e os derivados do leite. As racionalidades instrumental e substantiva foram identificadas, sem predominância de uma em relação à outra. Assim, o pensamento instrumental não se sobressai em relação ao pensamento substantivo na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. A lógica da economia de escala, intrínseca ao modelo teórico do APL, não consegue estabelecer uma relação com a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, pois estas apresentam baixa produção, ausência de divisão do trabalho e especialização. Dessa forma, a tentativa de industrialização retira a essência da atividade familiar, pela qual as famílias produzem seus produtos em ambiente em que não há predomínio da técnica sobre o saber-fazer. Como consequência, o Arranjo Agroprodutivo Familiar (AAPF) desenvolvido nesta pesquisa, retira o termo “industrial” do seu título, pois o foco está na dinâmica produtiva familiar artesanal, não industrial. A intenção é de que esse arranjo possa servir como uma interpretação que vai além do conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) e, ao mesmo tempo, sirva como base para construção ou aperfeiçoamento de políticas públicas, que contemplem melhor a realidade da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

Palavras-chave: Racionalidades; Arranjo Produtivo Local; Agroindústrias Familiares; Arranjo Agroprodutivo Familiar.

ABSTRACT

INSTRUMENTAL AND SUBSTANTIVE THOUGHT IN THE PRODUCTIVE DYNAMICS OF FAMILY AGROINDUSTRIES IN THE REGION OF MISSOES - RS

Family agroindustries are object of studies in universities and research centers both in Brazil and abroad. Over time, family farming began to add value to the primary product, giving rise to family agroindustries. In the region of Corede Missões, family agroindustries have also changed with the support of the public sector and institutions, with which they relate and develop a particular productive dynamic. The development plan of the local productive arrangement of the family agroindustries in the Missões was formalized in the year 2014. As of this date, the Missões region has been executing the development plan of the local productive arrangement, which has a theoretical and historical origin in Neoclassical economics, and due to that, reproduces instrumental rationality, that is, the logic of industrial economics. On the other hand, substantive rationality is manifested in the family agroindustry, that is, self-realization, satisfaction, ethics and non-economic relations. Considering the presented facts, the general objective of this research was to analyze how the socioeconomic relations of the family agroindustries productive dynamics of the Missões Region territory – which are characterized by regional particularities - they survive the attempt of industrialization of the family production and the transformation in local productive arrangements. Our objective was achieved through field research, based on a theoretical reference of the instrumental and substantive rationalities; Local productive arrangement and family agroindustry. We conducted 14 interviews with producers, and applied 136 questionnaires. The results found that the productive activity is predominantly artisan, and the most produced products by the agroindustries are farinaceous, the derivatives of sugarcane and the derivatives of milk. The instrumental and substantive rationales were identified, with no predominance of one in relation to the other. Thus, instrumental thinking does not stand out substantive thinking in the productive dynamics of family agroindustries. The logic of economies of scale, intrinsic to the theoretical model of Local Productive Arrangement, cannot establish a relation with the productive dynamics of family agroindustries, since it presents low production, absence of division of labor and specialization. In this sense, the industrialization attempt withdraws the essence of family activity, by which families produce their products in an environment where there is no predominance of technique over know-how. So, the Family Agroproductive Arrangement, developed in this research, removes the term "industrial" from its title, since the focus is on the artisanal family dynamics, not industrial. The intention is that this arrangement can serve as an interpretation that goes beyond the concept of Local Productive Arrangement and, at the same time, as a basis for the construction or improvement of public policies that better contemplate the reality of the productive dynamics of Agroindustries.

Keywords: Rationalities; Local Productive Arrangement; Family Agroindustries; Family Agroproductive Arrangement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento Missões.....	19
Figura 2 - Densidade demográfica dos municípios do Corede Missões.....	47
Figura 3 - Modelos de conexão.....	70
Figura 4 - Processos transitórios.....	74
Figura 5 - Dimensões teóricas e empíricas da pesquisa.....	89
Gráfico 1 - Membro responsável pela administração da agroindústria.....	95
Gráfico 2 - Escolaridade.....	97
Gráfico 3 - Fontes de rendas alternativas e complementares.....	99
Gráfico 4 - Participação social da família na sociedade local e regional.....	101
Gráfico 5 - Percepção de confiança e credibilidade.....	105
Gráfico 6 - Menor confiança e credibilidade.....	107
Gráfico 7 - Localização da agroindústria familiar.....	108
Gráfico 8 - Condição do produtor.....	109
Gráfico 9 - Tamanho da propriedade.....	110
Gráfico 10 - Aquisição da terra.....	111
Gráfico 11 - Utilização da área da propriedade.....	112
Gráfico 12 - Energia elétrica.....	113
Gráfico 13 - Fonte de abastecimento de água.....	114
Gráfico 14 - Sistema de esgoto.....	114
Gráfico 15 - Destino do lixo.....	115
Gráfico 16 - Veículo da família.....	119
Gráfico 17 - Natureza da mão de obra.....	121
Gráfico 18 - Organização do trabalho produtivo.....	122
Gráfico 19 - Conhecimento adquirido.....	123
Gráfico 20 - Embalagem nos produtos produzidos na agroindústria.....	129
Gráfico 21 - Utilização de rótulos nos artigos produzidos na agroindústria.....	130
Gráfico 22 - Utilização do código de barras nos produtos produzidos na agroindústria.....	131
Gráfico 23 - Tecnologia dos equipamentos/máquinas utilizados na	

agroindústria.....	132
Gráfico 24 - As vendas da agroindústria familiar.....	134
Gráfico 25 - Canais de comercialização dos produtos.....	136
Gráfico 26 - Transporte dos produtos produzidos na agroindústria familiar.....	137
Gráfico 27 - Dinâmica de compras das matérias primas/materiais.....	138
Gráfico 28 - Origem das matérias primas/materiais comprados.....	139
Gráfico 29 - Transporte da matéria prima e dos materiais comprados.....	140
Gráfico 30 - Relações de troca de produtos.....	141
Gráfico 31 - Separação das receitas e despesas da agroindústria e da propriedade.....	147
Gráfico 32 - Reservas financeiras da propriedade familiar rural (produção primária).....	148
Gráfico 33 - Reservas financeiras da agroindústria familiar.....	149
Gráfico 34 - Controle de custos.....	150
Gráfico 35 - A aquisição de insumos depende de crédito de custeio?.....	151
Quadro 1 - Instrumento de tabulação e análise.....	92
Tabela 1 - População residente na região do Corede Missões.....	48
Tabela 2 - PIB per capita da região do Corede Missões - Ano-Base 2011.....	48
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)..	49
Tabela 4 - Área territorial dos municípios da região do Corede Missões.....	50
Tabela 5 - Número de agroindústrias na região das Missões.....	52
Tabela 6 - Agroindústrias familiares, por município, na região das Missões.....	86
Tabela 7 - Núcleo familiar.....	94
Tabela 8 - Faixa etária.....	96
Tabela 9 - Valores das outras fontes de rendas.....	98
Tabela 10 - Bens da família.....	116
Tabela 11 - Máquinas e equipamentos da propriedade.....	117
Tabela 12 - Máquinas e equipamentos da agroindústria.....	118
Tabela 13 - Matérias-primas produzidas na propriedade da família.....	125
Tabela 14 - Matérias primas adquiridas de fornecedores.....	126

Tabela 15 - Produtos produzidos na agroindústria familiar.....	128
Tabela 16 - Investimentos nos últimos 5 anos.....	143
Tabela 17 - Financiamentos nos últimos 5 anos.....	144
Tabela 18 - Endividamento nas agroindústrias familiares.....	145
Tabela 19 - Credores da agroindústria familiar.....	146
Tabela 20 - A rentabilidade cobre as despesas e dívidas?.....	150

LISTA DE ABREVIATURAS

AAPF	Arranjo Agroprodutivo Familiar
ADC	<i>Agricultural Development Council</i>
AGDI	Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
AMM	Associação dos Municípios das Missões
APL	Arranjo Produtivo Local
AREDE	Associação Regional de Desenvolvimento e Pesquisa
ASTRF	Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
COMUDES	Conselho Municipal de Desenvolvimento
Corede	Conselho Regional de Desenvolvimento
CRESMA	Conselho Regional dos Secretários Municipais da Agricultura
CSA	<i>Commoditie System Approach</i>
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EMA	Empresa de Mecanização Agrícola S/A
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FOFA	Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ONG	Organização Não-Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPOMP	Políticas Públicas Outro Mundo é Possível
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REDESIST	Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
REMAF	Rede Missioneira de Cooperativas da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural
SEAPPA	Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A TRANSFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES.....	34
2.1	A organização socioeconômica da região das Missões nos séculos XVII e XVIII.....	34
2.2	As colônias de imigrantes europeus instituídas no século XIX.....	38
2.3	A modernização agrícola e seus reflexos na região das Missões.....	40
2.4	A região do Corede Missões e o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar.....	46
3	AS RACIONALIDADES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.....	56
3.1	O conflito das racionalidades: Lógica Instrumental e a Lógica Substantiva.....	56
3.2	O modelo de APL e seu reducionismo econômico.....	60
3.3	A Agricultura Familiar: suas origens e transformações.....	65
3.4	A Agroindustrialização Familiar: um debate teórico.....	75
4	BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	81
4.1	Abordagem metodológica.....	81
4.2	Método e delineamento da pesquisa.....	84
5	AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA DINÂMICA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DAS MISSÕES.....	94
5.1	A família produtora: características socioeconômicas.....	94
5.2	As relações sociais da família produtora e suas características.....	100
5.3	A unidade produtiva familiar: estrutura e organização	107
5.4	A dinâmica produtiva familiar: trabalho, produção, comercialização e crédito.....	120
6	O ARRANJO AGROPRODUTIVO FAMILIAR: CONTRADIÇÕES E PARTICULARIDADES.....	153
6.1	As racionalidades na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões.....	153

6.2	As contradições entre a dinâmica das agroindústrias familiares das Missões e o modelo teórico de Arranjo Produtivo Local.....	167
6.3	O Arranjo Agroprodutivo Familiar: contribuições ao Desenvolvimento Regional.....	179
7	CONCLUSÃO.....	186
	REFERÊNCIAS.....	192
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com questões semiestruturadas.....	200
	APÊNDICE B - Questionário aplicado aos produtores familiares, proprietários de agroindústrias familiares na região do Corede Missões, Estado do Rio Grande do Sul.....	202

1 INTRODUÇÃO

As agroindústrias familiares estão presentes em diversas regiões e produzem, por meio do trabalho familiar, produtos que atendem parte da demanda regional por alimentos. Na região do Corede Missões, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, existem agroindústrias familiares que apresentam uma dinâmica de relações socioeconômicas que ajudam na compreensão das particularidades da região.

Nesta pesquisa analisou-se as relações socioeconômicas presentes na dinâmica produtiva da agroindústria familiar nos vinte e cinco municípios que integram a região do Corede Missões. Essas relações foram investigadas para aprofundar o entendimento sobre a lógica que permeia essa forma de organização social e econômica que se encontra com um plano de desenvolvimento de Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar. A origem teórica e histórica do conceito de Arranjo Produtivo Local está vinculada à economia neoclássica. Sendo assim, a inquietação deste pesquisador surgiu a partir do estabelecimento do conflito entre a lógica industrial e econômica do Arranjo Produtivo Local e a lógica da organização produtiva familiar.

Muitas foram as razões que motivaram e oportunizaram a realização da pesquisa sobre este tema. A primeira delas origina-se da experiência do pesquisador. Natural da região das Missões, e trabalhando em cooperativa de produção e de consumo, foi-lhe facilitado o contato com grandes produtores do agronegócio e pequenos produtores familiares. Nesses contatos e em reuniões, foram acompanhadas muitas decisões administrativas, das quais era resultado da diversidade de pensamento que se manifestavam entre os diferentes produtores, sejam pequenos ou grandes.

A lógica competitiva e econômica domina as relações entre os grandes produtores e, cada vez mais, a pressão pelo aumento da produtividade é imposta tendo como propósito a modernização, a profissionalização e a inovação do meio rural.

Assim, de acordo com essa lógica, muitas famílias foram excluídas do campo, onde possuíam seus bens, sua identidade, seus valores e suas raízes, partindo para a cidade em busca de oportunidades que, muitas vezes, não apareciam. Por outro lado, grandes produtores tornavam-se cada vez maiores comprando as terras dos lindeiros, ou seja, de pequenos produtores familiares.

Outro motivo que serviu como incentivo para esta pesquisa foi o crescimento da dependência de duas culturas na região missioneira, do trigo e, principalmente, da soja. A dependência estrita do desempenho destas culturas de alto valor comercial, especialmente a soja, materializou na região a submissão de grande parte da produção rural aos aspectos macroeconômicos, especialmente ao comportamento dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas. Essa realidade produtiva é relativamente conhecida deste pesquisador, mas requeria a substituição do olhar empírico ou do senso comum por uma análise que auxiliasse na interpretação e na compreensão das transformações sociais e econômicas na região.

A realidade das agroindústrias familiares da região das Missões se apresenta com uma dinâmica produtiva diversificada. Os pequenos produtores familiares que conseguiram se manter na atividade agropecuária passaram a agregar valor aos produtos primários produzidos. Por razões diversas, são produtores que não se integraram ao modelo de modernização agrícola, resistindo ou não conseguindo ingressar neste modelo técnico-produtivo que foi implantado de maneira impositiva, a partir da década de 1960, no Rio Grande do Sul. Na região das Missões o modelo de modernização se estabeleceu a partir da década de 1970, com transformações na matriz produtiva e na organização social do trabalho.

Hoje, a região das Missões vem implementando um plano de Arranjo Produtivo Local da agroindústria familiar. Esse conceito tem origem teórica e histórica na economia neoclássica, que sustenta a lógica da economia industrial. Nesse sentido, há uma tentativa de industrialização da agroindústria familiar na qual os produtos são produzidos artesanalmente. Em sua essência, a produção artesanal traz os valores familiares e o saber-fazer é passado de geração para geração. Além disso, essa maneira de produzir está ligada às raízes históricas e culturais presentes no território, como um movimento contrário à produção em escala, à divisão do trabalho, à especialização e à competitividade, expressa na lógica industrial de economia de mercado do conceito de Arranjo Produtivo Local.

Assim, o tema dessa pesquisa alicerça-se na interpretação do conceito de Arranjo Produtivo Local e na noção de Agroindústria Familiar e sua materialização, nas relações sociais e econômicas na dinâmica das agroindústrias familiares da região das Missões do Rio Grande do Sul.

Essa região tem uma história identificada com a produção agropecuária e, ao mesmo tempo, com a agroindustrialização dos produtos primários. A chegada dos Jesuítas por volta do ano de 1600 possibilitou a introdução e a catequização dos indígenas e, assim, a pecuária e a agricultura tornaram-se uma realidade na região. Em menos de cem anos a agroindustrialização já se caracterizava pela agregação de valor ao couro e pela produção artesanal de erva-mate.

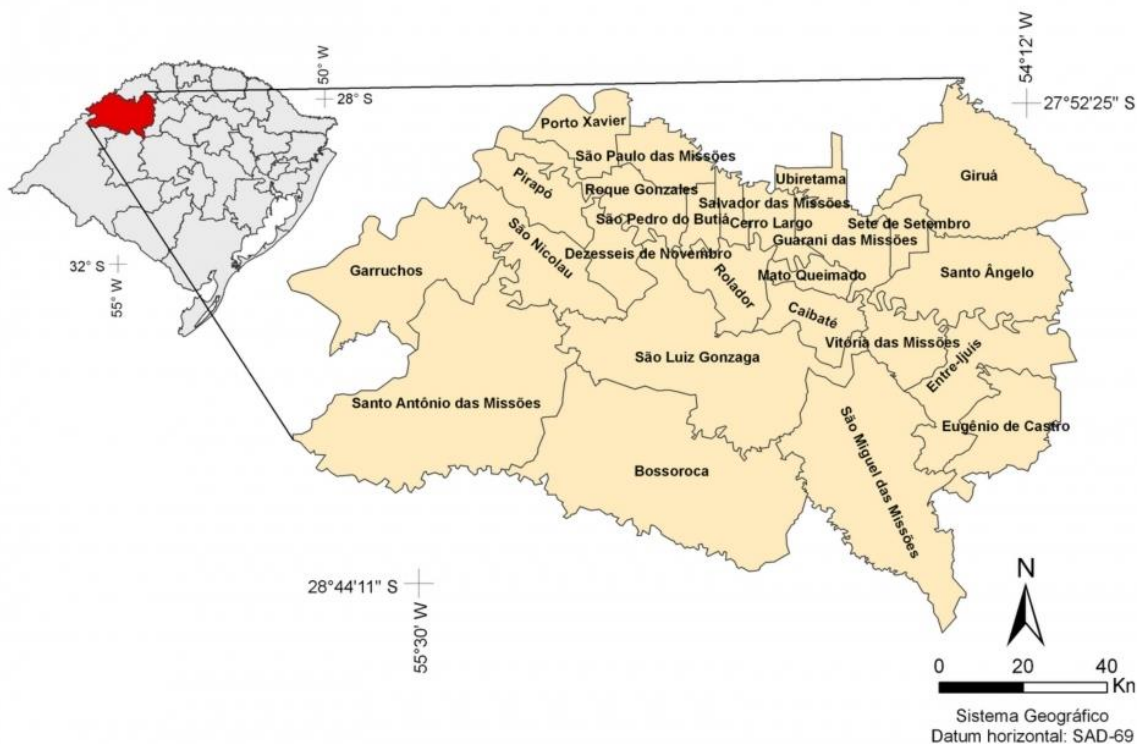
Mais tarde, a partir do século XIX, imigrantes de diversos grupos étnicos, dentre eles portugueses, alemães, poloneses e italianos, se instalam no território missioneiro instituindo colônias de pequenas propriedades familiares. A subsistência, em tese, caracterizava a produção agrícola na época.

A partir do século XX, a economia da região Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul, experimentou uma transformação com o cultivo das primeiras sementes de soja, no município de Santa Rosa. A partir daí, as lavouras do binômio trigo-soja, gradativamente, foram dominando a paisagem do território missioneiro. Como consequência, a agricultura familiar perdeu espaço para culturas agrícolas de escala que se apresentavam mais viáveis e com possibilidades de ganhos maiores para os produtores.

Hoje, a região do Corede Missões é constituída por 25 municípios e apresenta uma população de 248.016 habitantes, área de 12.855,53 km² e densidade demográfica de 22,9 habitantes/ km² (IBGE, 2014). Os municípios que compõem a região são os seguintes: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões, conforme apresentado na Figura 1.

A história missioneira, de certa forma, se expressa a partir das paisagens rurais que permeiam a região. A agricultura familiar permanece nos diversos municípios missioneiros. Nessas localidades, além das lavouras de trigo-soja-milho e da criação de gado de corte, há produção familiar de leite, de carnes, de cana-de-açúcar e de seus respectivos derivados.

Figura 1 – Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento Missões



Fonte: FEE (2013).

Com o passar do tempo, os agricultores familiares foram agregando novos meios de conservação e de acondicionamento aos seus produtos, como por exemplo, as compotas de doces, conservas de verduras e de hortaliças. Com isso, a transformação da unidade de produção familiar, que antes produzia produtos primários, passa a agregar valor aos produtos *in natura*. Parte desses produtos *in natura* é destinada como matéria prima para os produtos produzidos pelas agroindústrias familiares.

Com essa transformação, os produtores familiares adquiriram maior margem de retorno pelos produtos manufaturados em detrimento dos produtos primários que, eram comercializados *in natura*. Assim, essa dinâmica que se materializou na região, aparentemente, com uma lógica industrial, carece de uma investigação mais profunda sobre o forma como são produzidos esses produtos.

Nas interpretações de Cassiolato e Lastres (1999), o conceito de Arranjo Produtivo Local origina-se da lógica industrial. O empreendimento fragmenta seu processo

produtivo complexo numa série de operações simples, desempenhadas repetitivamente por pessoas ou máquinas, dentro de um posto de trabalho localizado na linha de produção, planejada pela área da engenharia. A especialização está presente em consequência da divisão do trabalho dentro das diversas etapas do processo de fabricação.

Por outro lado, a lógica da agroindústria familiar, segundo Prezotto (2001), não é industrial. Sua dinâmica produtiva começa com a utilização da matéria-prima produzida na própria propriedade do produtor familiar. Pode, às vezes, ocorrer a necessidade de adquirir insumos de outros produtores familiares próximos, de parentes ou de terceiros, mas a quantidade maior da matéria-prima vem da própria propriedade.

A força de trabalho utilizada na agroindústria familiar é da própria família, ou seja, atividades de gestão, de produção, de intercâmbio mercantil ou não mercantil são realizadas por entes familiares ou do grupo doméstico, podendo ocorrer contratações de força de trabalho extra. Dessa maneira, as atividades realizadas na agroindústria são, predominantemente, do grupo familiar (PREZOTTO 2001).

Portanto, a relação do conceito de Arranjo Produtivo Local com a noção de agroindústria familiar apresenta interpretações teóricas contraditórias em vários aspectos. Assim, essa pesquisa procura entender como as relações sociais e econômicas se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões do Rio Grande do Sul.

Nessa dinâmica, os produtores tornam-se atores com inserção e com interação espacial com as corporações econômicas (cooperativas, associações), políticas (partidos, administração pública, entidades reguladoras), sociais (entidades civis, clubes, igrejas) e/ou científicas (universidades, centros de ensino e de pesquisa) com atuação no território.

Dessa forma, percebe-se identificação com a produção primária que, por conseguinte, passa a contribuir com boa parte dos insumos ou matérias-primas utilizadas pelas agroindústrias familiares como, por exemplo, o leite que é transformado em queijo, nata, iogurte, doce e outros produtos.

No ano de 2013, com base no Termo de Referência da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI, 2013), foi construída proposta inicial de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar na

região das Missões/RS com o apoio de associações e cooperativas, universidades, centro tecnológico, sindicatos e fundações, instituições de ensino profissionalizante, secretarias municipais e estaduais, organizações não governamentais e movimentos sociais da região.

A participação, a mobilização e a conjugação de esforços dos entes envolvidos em cada região é uma das principais premissas apontadas para a elaboração de um plano de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. O objetivo dessa mobilização foi estabelecer metas conjuntas para que as empresas, as instituições não governamentais, a comunidade e os poderes públicos (municipal, estadual e federal) buscassem o desenvolvimento econômico regional com equidade e sustentabilidade.

Para a Associação Gaúcho de Desenvolvimento e Investimento (2013), na elaboração do plano foi utilizada uma metodologia participativa, estabelecendo uma agenda de ações de curto, médio e longo prazo. Para isso, foi necessário caracterizar a situação atual do Arranjo Produtivo Local, analisar os entraves e os potenciais de crescimento e definir estratégias e prazos.

No ano de 2014, o conjunto de atores participantes do debate sobre um Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar das Missões, desenvolveu o plano de ações incluindo o processo de coordenação, de implementação e de avaliação das ações previstas para cinco anos.

A partir do exposto, questiona-se o seguinte: como equacionar a contradição entre o conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção da agroindústria familiar? Que dinâmica se manifesta nas agroindústrias familiares? Essas questões abrem espaço para um debate mais amplo sobre o conceito de Arranjo Produtivo Local, a noção de Agroindústria Familiar, e a realidade da dinâmica produtiva familiar da região das Missões.

A interpretação do conceito de Arranjo Produtivo Local e sua origem histórica, nesse sentido, torna-se necessária. Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de Arranjo Produtivo Local foi se transformando com base em experiências em várias regiões do mundo.

Segundo Dalla Vecchia (2006), o bom desempenho comercial das empresas localizadas no Vale do Silício na Califórnia e nos chamados distritos industriais italianos foi se consolidando nas décadas de 1980 e 1990. A renda *per capita* que essas regiões

alcançaram ao longo desse período foram elevadas em decorrência da organização, da concentração e da interação das suas empresas locais. Assim, o conceito de Arranjo Produtivo Local se constituiu a partir dessas duas experiências históricas.

A perspectiva local é incorporada pelo conceito de Arranjo Produtivo Local. Ou seja, o arranjo produtivo local passa a ser um “modelo” que submete o local à necessidade de geração de novas tecnologias e inovação em sua dinâmica produtiva à luz da economia industrial. Além disso, o conceito de APL prega a interação entre atores e/ou agentes envolvidos na criação, na aprendizagem e na difusão do conhecimento. Um perfeito raciocínio econômico, mas não altruísta, que está sendo colocado à prova na dinâmica da agroindústria familiar da região das Missões.

Essa lógica define que o desenvolvimento está condicionado ao crescimento econômico, baseado em modelos instrumentais e funcionais. A dinâmica produtiva baseada na escala, na divisão do trabalho, na especialização e na automação se manifesta e sobrepõe o pensamento utilitarista em relação ao pensamento humano. Por traz da cooperação entre pessoas e instituições está a intensão do ganho econômico e da vantagem competitiva em uma sociedade centrada no mercado.

Essa interpretação ajuda a compreender o conceito de APL e sua aplicabilidade em diferentes setores produtivos. Para Jorge (2009), é possível perceber a manifestação do conceito de APL na dinâmica das organizações produtivas que se baseiam na presença de economias externas e de conhecimentos não transferíveis e na inserção de legislação específica de regulação, que caracteriza e garante a originalidade da trajetória de desenvolvimento.

O interesse nos APLs está no papel essencial que o território desempenha no processo de desenvolvimento local, uma vez que esses arranjos se baseiam em uma forte identidade, que possibilita às coletividades locais de se protegerem e de se reproduzirem (JORGE, 2009, p. 186).

No Brasil, a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist), coordenada pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Cassiolato e Lastres, 1999), com uma visão voltada para a economia industrial e para os processos inovativos, define o Sistema Produtivo Local como sinônimo de Arranjo Produtivo Local, ou seja, são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados num mesmo território que apresentam fortes vínculos de

articulação, de interação, de cooperação e de aprendizagem. Nessa definição, os APLs incluem empresas, associações, organizações e instituições públicas e privadas de ensino, de pesquisa, de tecnologia e de financiamento.

Cassiolato e Lastres (1999), precursores de estudos analíticos sobre Arranjos Produtivos Locais no Brasil na década de 1990, expressam que, para micro e pequenas empresas, a proximidade física com fornecedores de insumos, equipamentos e mão de obra as chances de sobrevivência e de crescimento são maiores, constituindo-se uma importante oportunidade de sustentação econômica dos seus empreendimentos produtivos.

Uma das principais “vantagens” dos estudos focados nos APLs, segundo Cassiolato e Lastres (1999), seria o fato de representarem uma unidade prática de investigação que vai além da tradicional visão baseada na empresa, no setor ou numa cadeia produtiva. Assim, permite estabelecer uma ponte entre o local e as atividades econômicas; focalizar um grupo diversificado, tanto de agentes ligados diretamente à produção como a atividades conexas (principal característica de um sistema produtivo e inovativo local); a estabelecer representação do local em espaço onde são oferecidas as condições para inovação; e, por fim, representar um importante desdobramento da implementação de políticas de desenvolvimento.

O Arranjo Produtivo Local, em sentido mais amplo, é formado por diversas atividades produtivas que interagem entre si numa perspectiva tecnológica. Como consequência, resultam na inovação de novos processos e produtos. O objetivo principal, segundo Dalla Vecchia (2006), está na busca de soluções para os gargalos existentes nas relações econômicas e técnicas entre os atores locais.

Esse conceito, no entanto, privilegia a interação econômica com foco no avanço tecnológico e inovador de maneira articulada para a introdução de novos produtos e processos ao mercado local e global. A interação local e a cooperação, na interpretação de Dalla Vecchia (2006), são bases para a aprendizagem e inovação, bem como requisitos importantes para que as empresas e demais atores participantes melhorem seu desempenho e garantam o desenvolvimento local.

Com o entendimento do conceito de Arranjo Produtivo Local e sua origem percebe-se sua estreita relação com o pensamento instrumental. Esse pensamento, segundo Ramos (1989), apresenta em sua base o cálculo e a relação custo/benefício

conforme as leis de economia de mercado com visão exclusivamente competitiva e utilitária. Assim, a crítica desta pesquisa se estabelece ao conceito de Arranjo Produtivo Local por estar limitado a uma lógica de economia de mercado e, também, limitado a um local específico.

Para Polanyi (1980), a lógica da economia de mercado, consolidada no século XIX no Ocidente, trouxe a crise que se desencadeou a partir das primeiras décadas do século XX. Seus estudos foram orientados para a dimensão humana das instituições. E esta pesquisa tem como propósito estudar e compreender para além das relações econômicas, incluindo as relações sociais que se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões.

Nesse sentido, a interpretação sobre o desenvolvimento, como sinônimo de crescimento passa a ser questionado e criticado. O contraponto se estabelece a partir da interpretação do conceito de desenvolvimento regional, que considera o território, segundo Santos (1996), como espaço de contradições e de lutas contra a imposição de normas reguladoras que procuram atender os interesses econômicos de grandes corporações.

O território tem que ser visto como algo que está em processo, uma forma-conteúdo, o traço de união entre o passado e o futuro imediato. Ele tem que ser visto como um campo de forças, como um lugar de exercício, de contradições entre o vertical e o horizontal, entre o estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (ETGES e DEGRANDI, 2013, p. 91).

Assim, uma das questões teóricas que ilustra a intensão econômica de grandes corporações sobre o território se manifesta na dinâmica produtiva, precisamente na relação entre o produtor e o fornecedor. O conflito teórico entre a Agroindústria Familiar e o conceito de Arranjo Produtivo Local está, também, nessa relação fornecedor-produtor. Enquanto os insumos da Agroindústria Familiar vêm, predominantemente, da própria propriedade do agricultor (PLOEG, 2008), na lógica econômica do Arranjo Produtivo Local (CASSIOLATO e LASTRES, 1999) os insumos para produção industrial vêm dos fornecedores.

Outros aspectos como, por exemplo, a mão de obra e a organização do trabalho, sustentam o conflito entre o conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção de Agroindústria Familiar. A mão de obra empregada na lógica do conceito de Arranjo Produtivo Local (Cassiolato e Lastres, 1999) é contratada no mercado e assalariada. Na

lógica da Agroindústria Familiar (Ploeg, 2008), a força de trabalho é, predominantemente, dos membros da família produtora.

O conceito de especialização, baseado em Marshall (1982), se insere na lógica industrial do Arranjo Produtivo Local. Nesse sentido, a fabricação deve ser feita por meio de etapas produtivas, que exigem habilidades e conhecimentos específicos de métodos como de tecnologias de produção. Na lógica da Agroindústria Familiar, Bartra (2009) esclarece que a organização do trabalho produtivo não é fragmentada, e as atividades são realizadas por todos os integrantes da família.

Essas contradições levam a outros conceitos que sustentaram a relevância desta pesquisa. O primeiro deles é a Racionalidade Instrumental que, segundo Ramos (1989), é compreendida pela lógica da economia de mercado, baseada no cálculo e no custo/benefício com uma visão competitiva e utilitária de interpretação da realidade.

O segundo conceito é o da Racionalidade Substantiva que, para Ramos (1989), é objetiva, comunicativa, de interação simbólica, em relação a valores. Está focada no Ser existencial, ou seja, no Ser Humano e é comum a todas as pessoas, em todas as épocas. O seu papel na sociedade contemporânea é trazer a reflexão sobre a importância das variedades históricas da condição humana e dos valores éticos e humanos.

A Racionalidade Substantiva se contrapõe à sociedade centrada no mercado. Para Ramos (1989), é uma lógica que procura conter a supremacia da economia como reguladora da vida humana associada, propõe uma sociedade estruturada pelo homem, contrária à lógica de homens estruturados pela sociedade, como ocorre na sociedade centrada no mercado.

No conceito de Arranjo Produtivo Local, a lógica da economia de mercado norteia sua compreensão. Essa constatação é explicada pela racionalidade instrumental, que propõe o sucesso individual, em uma corrida desenfreada em busca do lucro, até sem considerar os princípios éticos, regulada pelo cálculo utilitário e pelo desempenho econômico conforme a cartilha capitalista. Como expressado no parágrafo anterior, a dimensão social é abordada nesta pesquisa como base para compreender a dinâmica da Agroindústria Familiar das Missões.

Para sustentar esse propósito, faz-se necessário estabelecer a relação entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. Enquanto o pensamento

instrumental segue na perspectiva da economia de mercado, a racionalidade substantiva volta-se para a autorrealização e para a satisfação dos indivíduos a partir de suas relações sociais. Assim, a racionalidade substantiva estabelece um contraponto à racionalidade instrumental.

A racionalidade instrumental, segundo Ramos (1989), define uma projeção utilitária das consequências dos atos humanos viabilizados a partir de dados quantificáveis e cálculos estatísticos. Os fins que esse pensamento defende são dependentes das metas de natureza técnica, econômica ou política, visando aumento de poder com ênfase no aspecto econômico que deve sobrepujar os demais. A busca pela eficiência e pela eficácia se dá pela maximização dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos e de tempo disponíveis.

Os resultados considerados exitosos são alcançados por meio de padrões, níveis, estágios e situações superiores numa sociedade competitiva e capitalista. Esse desempenho “otimizado” é apurado pela performance individual elevada na realização das atividades centradas na utilidade econômica que os indivíduos se propõem a produzir ou alcançar. Assim, a rentabilidade torna-se indicador utilizado para medir o retorno econômico dos resultados previamente planejados (RAMOS, 1989).

As relações “humanas”, no pensamento instrumental, segundo Ramos (1989), são tratadas de maneira estratégica, ou seja, a influência sobre outrem é planejada, partindo da antecipação das reações prováveis do interlocutor e de determinados estímulos e ações, visando identificar e atingir seus pontos frágeis.

Como contraponto ao pensamento instrumental, a racionalidade substantiva surge, segundo Serva (1996), pela busca da satisfação social e da autorrealização, fundamentada no debate racional e no julgamento ético. Os elementos que compõem a ação substantiva são estabelecidos pela autorrealização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia.

A autorrealização, interpretada a partir do conceito da racionalidade substantiva, acontece pela compreensão dos processos de concretização do potencial inato do ser humano e sua satisfação. A dimensão social pode manifestar-se por interações pautadas pela integridade, honestidade e franqueza numa dinâmica que valoriza a autenticidade. Os valores emancipatórios se manifestam por meio da busca e do aperfeiçoamento do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade,

da liberdade e do comprometimento, presentes nas pessoas e no contexto do grupo. Há, ainda, o julgamento ético, baseado em juízo de valor, ou seja, no que é bom e mau, no que é verdadeiro e no que é falso, no que é certo ou no que é errado, que se processa a partir do que é validado pelos indivíduos em suas interações (RAMOS, 1989).

A autonomia é manifestada a partir do entendimento de que os indivíduos possuem condição plena para agir e expressarem-se nas interações sociais, estabelecendo acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre sob o amparo da responsabilidade e da satisfação social (SERVA, 1996).

Esses aspectos fundamentados no conceito de racionalidade substantiva ajudam a compreender as relações sociais existentes na dinâmica das agroindústrias familiares. Estas, por sua vez, atribuem à família o processo de construção da identidade e de socialização das pessoas, bem como seu aprendizado e sua formação social. Cada família, em um contexto social interage com atores pertencentes ou não ao grupo familiar.

Segundo Carneiro (1998), o modo como acontecem as relações sociais e como são assimiladas pela família é muito diverso, variando de acordo com seus valores e épocas históricas. Assim, é por meio da relação de parentesco e do trabalho, que as relações sociais se articulam e estruturam a unidade de produção familiar ao longo do tempo.

Na família, o trabalho e a reprodução dos valores são construídos e manifestados nas relações sociais e não podem ser reduzidas a uma lógica econômica de mercado. Nessa dinâmica familiar, Carneiro (1998) expressa que há uma manifestação de um sentimento de identidade que integra seus membros e dá sentido a suas relações.

Nessas relações, o intercâmbio de produtos está presente entre as agroindústrias familiares. A troca, que se manifesta nesse contexto, não expressa apenas o câmbio de produtos de naturezas diversas. Conforme Radomsky (2006), ela estabelece a potencialidade da sociabilidade humana, que se fundamentam na solidariedade, na integração social e nas obrigações mútuas.

Para Wilkinson (2002), as agroindústrias familiares surgem das relações entre famílias nas localidades rurais, com os consumidores e com os diversos canais de comercialização. O aumento da produção ocorre conforme a demanda desses atores

locais, resultado das relações e das interações de proximidade. A frequência das transações informais entre consumidor e produtor, ancorada na confiança, no saber fazer, no parentesco e na vizinhança se manifestam na lógica da economia social. Paulatinamente, pode formalizar-se, gerando lealdades mútuas entre as agroindústrias familiares e os demais atores.

Partindo deste entendimento da dinâmica da agroindústria familiar, simultaneamente se estabelecem relações sociais familiares e relações que ocorrem no contexto social em que a família participa. Ela manifesta assim um complexo que envolve heranças étnicas e culturais de pertencimento à região, valores e práticas nas relações da sociedade, dificuldades e experiências que perpassam a lógica econômica, dando vida ao contexto agroindustrial familiar em contraposição ao sistema agroindustrial do agronegócio fundamentado pelo conceito da racionalidade instrumental.

Com características não abarcadas totalmente pelo pensamento instrumental, a dinâmica da agroindústria familiar manifesta interações sociais de interconhecimento e de proximidade, apoiadas na reciprocidade e na autoridade, conforme acentua Abramovay (2000). Em complemento a essa interpretação, nesse contexto, os laços sociais de proximidade são intensificados, auxiliando a promoção de sinergia entre os atores sociais.

Na região das Missões, existem 263 Agroindústrias Familiares, conforme o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar das Missões (2014). Essas agroindústrias se dividem pelos municípios, que são formados por comunidades denominadas rincão, linha, vila ou distrito com pequenos núcleos de moradores que, mesmo não tendo laços de parentesco, aproximam-se por afinidade ou necessidades de trocas de serviços, de máquinas e de informações numa relação de reciprocidade e de troca, sejam mercantis ou não. Pelas características espaciais da região, essas comunidades estão tão próximas ou tão dentro dos perímetros urbanos que não é possível distinguir o que é rural e urbano.

A economia da região das Missões, como já assinalado, constitui-se em parte pela produção familiar, primeiramente de produtos primários e, posteriormente, agregando valor a estes por meio das agroindústrias familiares. No entanto, para compreender a dinâmica das relações sociais e econômicas procurou-se estudar como as relações

sociais e econômicas ocorrem na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, suas iniciativas, os programas de incentivos, as realizações e as ações ao longo do tempo na região.

Outro argumento que sustentou esta pesquisa foi se as contradições entre o conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção de Agroindústria Familiar se manifestam na região das Missões.

Assim, esta pesquisa pode ser considerada inédita por pretender analisar as contradições entre as agroindústrias familiares e o Arranjo Produtivo Local, tendo a região do Corede Missões como recorte investigado. Assim, a investigação empírica serviu para verificar o proposto teórico.

Na tentativa de transformar todos os pontos desta problemática em uma questão, propôs-se a seguinte indagação: como as relações socioeconômicas da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões permeadas no território, caracterizadas por particularidades regionais sobrevivem frente à tentativa de industrialização da produção familiar e da sua organização em arranjo produtivo local?

A discussão acerca de Arranjo Produtivo Local e de Agroindústria Familiar suscitou questões que ajudaram a nortear esta pesquisa. Essas questões foram as seguintes: As relações sociais e econômicas na dinâmica das Agroindústrias Familiares baseiam-se na racionalidade instrumental, na racionalidade substantiva ou em ambas? Na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares ocorrem relações não-mercantis? As contradições entre o conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção de Agroindústria Familiar se manifestam nas relações sociais e econômicas da dinâmica das agroindústrias familiares da região das Missões?

Essas questões abriram espaço para um debate mais amplo sobre o conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção de Agroindústria Familiar. Além disso, estas perguntas ajudaram a nortear esta pesquisa sobre a dinâmica produtiva familiar da região das Missões.

Diante disso o objetivo geral da pesquisa visou analisar como as relações socioeconômicas da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões permeadas no território, caracterizadas por particularidades regionais sobreviverão frente a tentativa de industrialização da produção familiar e da transformação em arranjo produtivo local.

Para que pudesse ser alcançado esse propósito procurou-se investigar as relações sociais e econômicas presentes na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares; identificar as racionalidades nas relações estabelecidas na dinâmica das agroindústrias familiares da região das Missões e; compreender as contradições entre a dinâmica das agroindústrias familiares das Missões e a lógica do conceito de Arranjo Produtivo Local.

O resultado da pesquisa apresentou as contradições entre o conceito de Arranjo Produtivo Local e as interpretações teóricas da Agroindústria Familiar, com as relações sociais e econômicas manifestadas na dinâmica das agroindústrias familiares, na região das Missões. A importância dessa investigação para a ciência é no sentido de que as diretrizes vindas do modelo de Arranjo Produtivo Local não abarcarem o sistema de produção familiar. Por ser contraditório, o conceito de Arranjo Produtivo Local é insuficiente para compreensão da maneira como se manifesta a produção familiar nas Agroindústrias Familiares.

Em sociedades não mercantis uma lógica substantiva envolve as ações. Nestes contextos, podem ser encontradas experiências e dinâmicas com bases substantivas, não formais, legais ou contratuais, ou seja, onde as relações humanas se mantêm livre da influência das organizações formais, permitindo a manutenção e a transformação das particularidades e da postura crítica a prescrições e modelos organizativos (RAMOS, 1989).

Com base em Cassiolato e Lastres (1999), o conceito de Arranjo Produtivo Local foi forjado a partir das concepções industriais, estabelecendo uma estreita relação com a Racionalidade Instrumental interpretada por Ramos (1989). Já a noção de Agroindústria Familiar tem sua origem na Agricultura Familiar Camponesa e, segundo Prezotto (2001), não industrial.

Esta interpretação teórica colocou em suspensão a questão sobre se a Agroindústria Familiar manifesta em sua dinâmica uma lógica instrumental, uma lógica substantiva ou ambas as lógicas.

A partir do plano de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local para a Agroindústria Familiar da região das Missões estabeleceu-se alguns questionamentos e contradições. A preocupação se justificou pela compreensão de que há uma tentativa de industrialização de unidades de produção familiar.

Essas considerações justificaram a importância do tema e a problemática desta pesquisa que procurou investigar as relações socioeconômicas na dinâmica da produção familiar numa perspectiva mais ampla, trazendo uma reflexão sobre os conceitos do Arranjo Produtivo Local e Agroindústria Familiar bem como suas racionalidades, materializada na dinâmica da produção familiar na região das Missões.

Para que essa perspectiva mais ampla pudesse ser desenvolvida foram utilizados procedimentos metodológicos que auxiliaram na construção desta tese, permitindo que a interpretação deste autor pudesse contribuir com o Desenvolvimento Regional por meio do conceito de Arranjo Agroprodutivo Familiar (AAPF), com suas racionalidades e contradições.

O pensamento, a pesquisa e essa interpretação foram orientados por meio da abordagem fenomenológica. O pensamento pautou-se pela crítica e o rompimento com a orientação positivista da ciência. Assim, em convergência com a interpretação de Husserl (1996), este estudo procurou mostrar que uma verdade não se manifesta pela concordância com um enunciado, com um estado de coisas dadas ou com um vivido temporal.

Em conformidade com a interpretação de Capalbo (2008), a compreensão fenomenológica, como método das ciências sociais, sustenta a investigação de relações sociais e econômicas em face de situações qualitativamente particulares.

Para Ramos (1996), na abordagem fenomenológica não existe ninguém livre de condicionamentos, ou seja, seres acósmicos ou a-históricos capazes de interagir e estabelecer relações no mundo. Por isso, a postura deste pesquisador e a abordagem buscou o sentido oculto que está por trás das particularidades regionais que foram construídas por seus atores ao longo da sua história.

Essa busca pelo sentido oculto levou esta pesquisa a utilizar a abordagem qualitativa, que produz resultados que não são alcançados somente por meio de procedimentos estatísticos e que depende da observação e da interação com pessoas, por meio da linguagem e dos termos por elas utilizados (SPINK, 2004).

Com isso o método de interpretação escolhido foi o histórico-analítico. Partindo do pressuposto de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, foi importante pesquisá-las e compreendê-las a partir de suas

raízes. Assim, o delineamento da pesquisa se constituiu pela pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Durante a coleta de dados foram utilizadas três técnicas de pesquisa, a entrevista, o questionário e a observação. Foram entrevistados 14 proprietários de agroindústrias, enquanto que 136 agroindústrias retornaram os questionários aplicados. Foi utilizado um caderno de campo para registro de eventos relacionados ao objeto de pesquisa.

Após a coleta dos dados estes foram analisados por meio de planilhas eletrônicas para a verificação das frequências vindas dos dados coletados via questionários. Os dados coletados por meio da entrevista foram organizados e interpretados por meio da análise de conteúdo.

Como resultado das técnicas e dos instrumentos de coleta de dados, bem como dos métodos de análise utilizados, chegou-se ao conceito de Arranjo Agroprodutivo Familiar, que procura compreender a racionalidade da dinâmica das agroindústrias familiares da região das Missões e, ao mesmo tempo, contribuir para o Desenvolvimento Regional.

Para essa contribuição científica, esta tese é constituída pela introdução, que insere e apresenta o tema, a problemática, os objetivos e a justificativa da pesquisa. Além disso, os pressupostos teóricos sobre a racionalidade instrumental, a racionalidade substantiva, a agroindústria familiar e, o Arranjo Produtivo Local é abordado. No capítulo 2, um histórico da organização produtiva da região das Missões, desde os séculos XVII e XVIII, com a colonização europeia no século XIX, a modernização da agricultura no século XX e, o plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local da agroindústria familiar, que atualmente vem sendo implementado na região, dão sustentação histórica e teórica as transformações socioeconômicas da produção familiar ao longo do tempo.

Os conflitos das racionalidades, o reducionismo econômico do modelo de arranjo produtivo local, as origens e transformações da agricultura familiar e, os debates teóricos da agroindustrialização familiar constituem o capítulo 3 desta tese. Em seguida, no capítulo 4 a base teórica e metodológica da pesquisa é detalhada, por meio da sua abordagem e delineamento.

No capítulo 5 são descritas e analisadas as relações sociais e econômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. Os resultados obtidos na pesquisa

sobre a família produtora, suas relações sociais, a estrutura, utilização e a dinâmica produtiva familiar são detalhadas e analisadas neste capítulo. O sexto e último capítulo, apresenta o conceito de Arranjo Agroprodutivo Familiar, por meio da análise das suas racionalidades, suas contradições e suas contribuições ao Desenvolvimento Regional. Ao final, a conclusão traz uma síntese dos principais resultados da pesquisa e a contribuição desse novo conceito, fruto da realidade entre o pensamento instrumental e substantivo na dinâmica da produção familiar.

Assim, esta pesquisa buscou consonância com a fenomenologia sociológica sem desprezar as contradições do arranjo produtivo local e da agroindústria familiar que se manifesta na dinâmica produtiva familiar na região das Missões.

2 A TRANSFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES

A região das Missões do Rio Grande do Sul, a partir da chegada dos jesuítas no século XVII, passou a se constituir em território pertencente a coroa espanhola. Para a história rio-grandense, o marco é a fundação da redução de São Nicolau, à margem esquerda do rio Uruguai, no ano de 1626. Segundo Quevedo (1993), pela primeira vez, as tribos indígenas do sul do continente experimentaram a redução à fé católica, aos princípios e valores da “civilização cristã ocidental”. São Nicolau foi a primeira redução que possibilitou a expansão do projeto reducional, que se estendeu ao longo da margem do Rio Jacuí até o litoral do atlântico numa fronteira que avançava e passava próximo à região onde hoje se situa a cidade de Santa Cruz do Sul, onde fundaram a redução de São Cristóvão.

Conforme Kern (1989), os jesuítas enviados para as Missões eram bem preparados tanto no aspecto físico e espiritual, como moral e intelectualmente. Obedientes e disciplinados, foram fundamentais para concretizar a missão de cristianização da população nativa. A formação interdisciplinar dos jesuítas em educação, psicologia, engenharia, arquitetura, metalurgia, agricultura, artesanato, medicina, farmácia, pintura e escultura colaborou com a formação e organização das reduções jesuíticas.

2.1 A organização socioeconômica da região das Missões nos séculos XVII e XVIII

Na tentativa de tornar a colonização do território exitosa, os padres propuseram uma nova organização socioeconômica e política nas reduções. A introdução do gado e desenvolvimento da pecuária foi a primeira delas. A segunda foi a definição de uma nova maneira de organizar o trabalho, o *tupambaé*. Esse modo de organização do trabalho consistia numa propriedade em que todos trabalhavam e produziam para subsistência de toda a coletividade. Assim, esse método favoreceu a elevação do nível das forças produtivas e introduziu avanços como o arado puxado a bois que, no século XVII, representava a modernização da lavoura (QUEVEDO, 1993).

A organização socioeconômica proposta pelos padres foi direcionada, também, para a educação e a formação de tecelões, de curtidores, de ferreiros, de carpinteiros, de oleiros e de agricultores. Além disso, foi instituída a divisão do trabalho por sexo, idade e o horário de trabalho.

Os indígenas guaranis, no período dos séculos XVII e XVIII, aprenderam o valor do trabalho e vida da sociedade europeia por meio da catequização realizada pelos padres jesuítas. Em decorrência disso, houve certo distanciamento da vida tribal, aproximando-os das normas e diretrizes do Estado Espanhol e da Igreja Católica. A intenção dominadora e colonizadora estava por trás dos ensinamentos dos jesuítas, ensinando verdades, tidas como absolutas, aos indígenas, transformando-os em trabalhadores a serviço do rei da Espanha (QUEVEDO, 1993).

A lógica de dominação não se completava só com a exposição de dados concretos, como o censo (quantidade de “almas” catequizadas) que visava comprovar a eficácia da Missão no processo civilizatório das tribos indígenas, ou o relato de métodos eficientes que garantissem a conquista do território. Procurava também, disseminar as vantagens e o significado do “ser fiel”, numa clara apologia à fidelidade, ou seja, os índios Guaranis “fiéis” passaram a reunir-se em diferentes povoados e serem convertidos à fé. Assim, passavam a representar aos outros exemplos de vida e de virtudes (QUEVEDO, 1993).

A intencionalidade da missão que os jesuítas realizavam se consubstanciava nos valores da sociedade espanhola, ocorrendo uma separação nítida da fronteira entre o ser humano, o cristão, e o não ser humano, aquele não cristão. Portanto, nessa visão, estar dentro da Missão era sinônimo de ser fiel, estar salvo e possuir virtudes.

A fidelidade, a obediência e o trabalho dos indígenas eram virtudes esperadas pelos jesuítas, e as estratégias com que os jesuítas catequizavam os indígenas se estenderam para a esfera econômica. Sob a tutela econômica do jesuíta, o índio foi ensinado a fazer um correto uso da sua liberdade e da sua propriedade valorizando os bens produzidos, dentro da ótica cristã da época. Essa assistência dos jesuítas às atividades econômicas dos indígenas, entretanto, não era vista como um incentivo à busca do lucro ou à criação de uma potência econômica. Para os padres jesuítas, nem a liberdade e nem a propriedade estavam relacionadas com seus conceitos religiosos. Em seu lugar, deviam predominar os votos de obediência e pobreza. Para as reduções

jesuíticas missionárias, a principal preocupação era de natureza metafísica, ou seja, as ações econômicas eram incentivadas se e enquanto servissem à crença da salvação e à felicidade espiritual (KERN, 1989).

A dinâmica econômica desenvolvida nas Missões pelos jesuítas não era apenas uma reprodução ou uma extensão da economia mercantilista da Europa do século XVIII. O jesuíta, mesmo sendo um representante da sociedade europeia, possuía uma formação religiosa que se distinguia da lógica mercantil da Espanha, de Portugal e da Inglaterra. Ele encontrou diante de si uma sociedade indígena que realizava atividades de caça, de pesca, de coleta e, basicamente, de uma agricultura elementar para o consumo coletivo ou familiar. Mas, como representantes disciplinados de uma sociedade global espanhola, cuja economia era mercantilista, e em cuja esfera jurídica a propriedade privada desempenhava um papel importante, os jesuítas implantaram nas Missões o *Amambaé*, ou seja, a propriedade particular de cada indígena. Ao mesmo tempo, instalou-se também o *Tupambaé*, ou seja, a propriedade de Deus e, portanto da coletividade (KERN, 1989).

Essas duas interpretações sobre propriedade marcaram a intenção da ação política agindo sobre a esfera econômica nas reduções. Para Kern (1989), a existência anterior da propriedade privada nas instituições econômicas hispânicas serviu de referência para a implantação do *Amambaé*. A existência de uma propriedade coletiva na redução jesuítica, e igualmente nas tribos Guaranis, serviram para sustentar o *Tupambaé*. Assim, nem o *Amambaé* nem o *Tupambaé* foram reproduções ou transplantes perfeitos dos modelos anteriores, mas fruto de decisões políticas exigidas pelas novas condições que se apresentavam no contexto da região onde se instalavam as Missões.

A implantação do *Amambaé* e do *Tupambaé* foi acompanhada por certa supervisão econômica. A propriedade coletiva não era concebível sem orientação econômica, ou seja, sem uma organização, normatização e controle da produção por parte dos padres jesuítas. A propriedade privada, segundo Kern (1989), por inexistir na esfera das atividades econômicas do indígena, exigia uma atenção especial para integrá-lo perfeitamente dentro do seu funcionamento, ensiná-lo a fazer uso de sua liberdade de produção e valorizar os bens econômicos, sem deixar que o sentimento de ganância se constituísse.

Na organização política e econômica dos jesuítas, o *Tupambaé* se desenvolveu melhor por dois motivos. O primeiro deles porque os indígenas já se organizavam coletivamente e, segundo, porque o trabalho coletivo era controlado com mais facilidade pelos missionários.

Mesmo não trazendo os mesmos resultados o *Amambaé*, foi institucionalizado a partir da legislação espanhola colonial, e passou a funcionar como a propriedade das famílias indígenas que estavam reunidas em torno de caciques. Os produtos advindos da produção dessas famílias eram guardados em depósitos, com a identificação do proprietário que deles retirava o que necessitava (KERN, 1989).

O produto resultante o trabalho no *Tupambaé* supria as viúvas e os órfãos; os necessitados, quando o produto do *Amambaé* terminava; a alimentação das expedições; o deslocamento das tropas indígenas das Missões, quando em campanha militar ou em marchas de reconhecimento; a manutenção da igreja e dos padres e; finalmente para garantir as reservas para a próxima sementeira.

Segundo Freitas (1982), existiu um socialismo nas Missões muito particular, sem base doutrinária, constituindo uma experiência inteiramente pragmática. O socialismo existiu porque prevaleciam a propriedade e gestão comuns da produção, numa sociedade sem classes. Tornou-se o “socialismo missionário” por ter sido uma experiência única que não encontra sustentação plena nas concepções modernas de socialismo, de inspiração materialista. Constituiu-se num socialismo fundamentado na ideologia religiosa.

Na organização socialista que se materializava nas Missões, o que havia era uma luta em que elementos integrantes de uma classe ou a serviço dela procuravam converter os índios Guaranis em uma classe explorada. Ao se organizarem em missões, segundo Freitas (1982), os guaranis visavam não somente à sua sobrevivência étnica, como à preservação da condição de homens livres proprietários dos seus meios de produção. A organização social das missões pode ser considerada como uma forma embrionária do socialismo ou do comunismo.

Materializou-se, entretanto, como um socialismo utópico porque, tanto os padres como os índios, acreditavam ser possível que o colonialismo espanhol tolerasse o pleno desenvolvimento da experiência, mas isso não ocorreu, pois quando o sistema missionário já não lhe interessava a Coroa espanhola praticamente o destruiu. Quanto

aos padres jesuítas que, equivocadamente, imaginaram que as missões já estavam com sua organização social sólida, permitiram que a lógica do colonialismo predominasse, abandonando os índios à ira dos seus inimigos (FREITAS, 1982).

Em julho de 1768, forças espanholas ocuparam os Sete Povos, e os jesuítas foram substituídos por outros padres e por administradores. Expulsos os primeiros padres jesuítas, a Coroa espanhola iniciou o processo de destruição da organização social missioneira. Na aparência, mantinha-se o sistema coletivo. As autoridades espanholas, entretanto, entre outras coisas, introduziram a língua espanhola nas Missões, proibindo os jovens de falarem a língua Guarani; os cargos de caciques, corregedores e outros se tornaram meramente honoríficos; a apropriação e distribuição do excedente passaram a ser efetuada por funcionários espanhóis e a comercialização do excedente foi entregue a particulares. No início do século XIX, apenas um terço dos edifícios continuavam habitáveis; os bens comuns haviam desaparecido. Em 1803, uma cédula real suprimiu definitivamente a organização coletiva missioneira (FREITAS, 1982).

2.2 As colônias de imigrantes europeus instituídas no século XIX

A partir do ano de 1816, a região é marcada pela abertura de um período de violência, furtos e destruição sem precedentes na história das missões. Saques e incêndios faziam parte do cotidiano das comunidades indígenas missioneiras. Os guaranis, em quase sua totalidade, foram eliminados e, em 1848, foi suprimido o regime coletivo dos índios, obrigando-os até mesmo a pagar pelo uso das suas casas.

Na região das Missões os conflitos eram grandes nessa época. O regime da pequena propriedade pretendido não teve o êxito esperado nas áreas em que a extensão dos campos propiciava a criação em caráter extensivo. Os colonos açorianos não demonstraram aptidões suficientes e nem receberam incentivos necessários para desenvolver práticas agrícolas; por isso, mudavam de atividades nas primeiras dificuldades apresentadas, tornando-se pescadores ou criadores de gado (BERNARDES, 1997).

Após esta tentativa, um novo povoamento foi introduzido no Rio Grande do Sul quando, em 1824, o governo imperial deu início a uma política oficial de colonização do

estado, com imigrantes europeus, na intenção de fomentar o povoamento nos pontos que ainda se encontravam desabitados e inexplorados. O aparecimento dessa classe de agricultores (basicamente alemães e italianos, neste período), com dedicação à lavoura de subsistência, resultou em um fenômeno decisivo na história social e econômica do Rio Grande do Sul. Com isso, a pequena propriedade passou a ser essencial no estado, dando originalidade a sua nova fisionomia. Foi com a imigração alemã e, posteriormente, italiana, que a formação social agrícola também chamada de colonial desenvolveu características próprias e diferenciada da agricultura rio-grandense (BERNARDES, 1997).

A fundação das primeiras colônias na região das Missões do Rio Grande do Sul se deu no final do século XIX, a partir do ano de 1890 e a caracteriza como área de ocupação europeia, ou seja, imigrantes alemães, italianos e poloneses começaram a chegar e se instalar em pequenos lotes de terras. Nesta região, o povoamento e a ocupação se consolidaram, principalmente graças à migração de descendentes de agricultores das antigas colônias da Encosta da Serra. Para Bernardes (1997), esses imigrantes, representados por descendentes de alemães e italianos, extravasaram para além da antiga região colonial em ritmo cada vez maior, uma vez que essas áreas já se encontravam inteiramente ocupadas.

As colônias, organizadas por origens étnicas, constituíram uma dinâmica produtiva no meio rural caracterizada pelo uso intensivo dos recursos naturais, ou seja, dependiam da fertilidade natural do solo e da mão de obra direta da família. A produção primária objetivava a subsistência da família, e o excedente produzido era movimentado por meio de relações de troca não mercantil e mercantil na comunidade local e regional. Esse intercâmbio de produtos ocorria por meio de uma economia com elevado grau de integração local e regional, em que se sustentava pelos laços familiares, de vizinhança, de proximidade, de identidade e reciprocidade. Assim, os insumos, a produção e a comercialização se sustentavam dentro de uma dinâmica local e regional (BERNARDES, 1997).

As propriedades eram pequenas, organizadas em pequenos lotes de terras, onde cada família cultivava o solo utilizando ferramentas de trabalho simples como a foice, a enxada, o arado e a carroça com tração animal (boi ou cavalo). As técnicas aplicadas

na preparação do solo, tanto na criação de animais quanto no cultivo das pequenas lavouras eram as herdadas dos pais e avós.

Com o passar do tempo, o solo passou a apresentar certo esgotamento em decorrência da dependência natural da sua fertilidade. Além disso, a redução do tamanho das propriedades foi acontecendo pelo aumento do número de membros das famílias e pelas partilhas oriundas das heranças de familiares (BERNARDES, 1997).

As dificuldades começaram a surgir pela decadência da agricultura tradicional. Essa decadência ocasionou a diminuição gradual da produção primária do produtor familiar, e a migração de pessoas do rural para as cidades próximas. Assim, essa crise da agricultura tradicional, que precisava ser reavaliada e “modernizada”, entra numa nova fase histórica permeada por interesses hegemônicos.

2.3 A modernização agrícola e seus reflexos na região das Missões

O desenvolvimento do programa da modernização da agricultura em nível mundial começa a partir da década de 1940 e se estende até a década de 1960, a qual ficou conhecida com a fase da “grande” expansão. Essa fase se materializou por meio de projetos pilotos no México, Filipinas, Brasil e Estados Unidos, com intervenção controlada do processo de produção agrícola. Com o passar dos anos de implantação do programa as responsabilidades começaram a ser compartilhadas e transferidas ao poder público desses países, por meio de órgãos específicos criados para tal.

No Brasil, foram criadas empresas como a Cargill, a Agrocere e a EMA, com vínculos ao grupo americano Rockfeller, e instituído o Conselho de Desenvolvimento Agrícola (ADC). Para viabilizar esse processo foi decisiva a intervenção do Estado, especialmente por meio da ação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, (no caso do RS a ação da EMATER), do Sistema Nacional de Crédito Rural, da política de preços mínimos e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Esse processo de modernização da agricultura, implantado no Brasil a partir da segunda metade do século XX, provocou fortes impactos e rupturas na constituição da sociedade. Segundo Brum (1985), a modernização estabeleceu um processo de

mecanização e tecnificação da agricultura a partir da década de 1960 no Rio Grande do Sul, seguindo a nova estratégia do capitalismo internacional do pós-guerra.

A modernização agrícola foi um programa construído com inteligência estratégica por grupos econômicos internacionais que pretendiam expandir seus negócios no curto prazo e com eficiência. Na região das Missões a modernização agrícola se materializou com a incorporação de novas técnicas de produção, organização do trabalho, máquinas e equipamentos aliados à lógica econômica industrial. Isso permitiu que a região das Missões pudesse se integrar ao mercado internacional, bem como entrar na disputa por espaços em mercados competitivos (BRUM, 1985).

A modernização da agricultura se constituiu a partir das culturas de trigo e de soja, integrando os agricultores aos complexos agroindustriais, bancos e cooperativas. Essa transformação consolidou uma dinâmica de desenvolvimento agroindustrial exportador amplamente dependente do desempenho de cultivos de alto valor comercial nos mercados internacionais de *commodities* agrícolas. Além disso, reproduziu-se uma situação de intensa externalização das unidades de produção, significando um aumento expressivo da dependência de recursos externos à unidade produtiva, e resultando em gradativa perda do controle por parte dos agricultores sobre a base de recursos necessária à sua reprodução econômica, social e cultural (NIEDERLE e WESZ JUNIOR, 2009).

A integração do produtor a esse programa de modernização modificou a natureza da produção e da organização do trabalho, assumindo uma lógica de produção a serviço do complexo agroindustrial. A aliança entre a ciência e a técnica permitiu novas formas de controle do tempo, dos processos, dos instrumentos e do gerenciamento da produção, gerando aumentos significativos de produtividade e de qualidade dos produtos.

Com a lógica industrial incorporada por meio do programa de modernização agrícola na região missioneira, o perfil da sociedade regional foi se modificando. Essa mudança se materializou a partir do momento que não bastava mais trabalhar, mas trabalhar de acordo com o modelo padrão imposto pela divisão e especialização do trabalho. Assim, a forma de produção fundado na tradição e nos costumes herdados dos antepassados passou a perder espaço (ROTTA, 1999).

Nessa lógica “moderna”, cooperativas, sindicatos e associações profissionais estabeleceram barreiras à continuidade dos laços de solidariedade baseadas na família e na vizinhança. Segundo Rotta (1999), os laços e o vínculo afetivo foram enfraquecidos pela tendência hegemônica baseada nos vínculos profissionais e de interesses. Cada vez mais as relações sociais eram orientadas pela lógica da racionalidade instrumental, com fins acordados por interesses econômicos.

As cooperativas que, em muitos casos, representavam um papel semelhante ao agronegócio, não agiam diferentemente em relação a seus associados. As relações entre vendedor e consumidor passaram a orientar-se por contratos de compra e de venda. Assim, cooperativas começaram a perder sua essência social e, cada vez mais, passaram (algumas) a assumir papel de submissão ao “modelo” hegemônico em franco processo de desenvolvimento na região (ROTTA, 1999).

A competitividade, a eficiência e a produtividade ganham espaço das relações de solidariedade e de ajuda mútua. A otimização dos processos de produção obtidos a partir da minimização dos custos de produção e conseqüente maximização do lucro levaram alguns produtores a conquistarem poder e papel de destaque na região. Em contrapartida, muitos produtores perderam suas terras e foram excluídos da zona rural, migrando para o perímetro urbano.

Segundo Aguiar (1986), o impulso à agricultura a partir da modernização proporcionou crescimento da indústria metal-mecânica, da indústria de alimentos e do comércio, que passou a concentrar grande parte da riqueza gerada na região das Missões.

Em virtude disso, houve inserção da agricultura ao processo de industrialização no país. Essa inserção da agricultura, segundo Aguiar (1986), se materializou pelo consumo de máquinas e de implementos agrícolas advindo da indústria, pela produção de alimentos com preços baixos para a população urbana, pelo fornecimento de mão de obra para a indústria e pela exportação do excedente produzido.

Para Rotta (1999), para sustentar essa nova configuração da agricultura ligada à indústria foram realizados investimentos em infraestrutura de transporte, de armazenamento, de comunicação e de reestruturação dos serviços técnicos. Em conseqüência, se materializou o trabalho assalariado na região.

Alguns municípios da região das Missões como Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, segundo Rotta (1999), passaram a concentrar empreendimentos industriais e de serviços que atraíam contingente populacional de municípios vizinhos e do meio rural.

A compreensão do desenvolvimento urbano vai muito além da concentração de pessoas num espaço geográfico. Com o avanço das indústrias na região, a configuração urbana passou a materializar um modo de vida em que o trabalho assalariado e a necessidade de especialização em diferentes atividades, cada vez mais faziam parte do cotidiano urbano. Segundo Motta e Ajara (2001), as transformações do arranjo espacial da indústria e da agropecuária contribuíram para a configuração urbana nas diversas regiões do país, modificando a maneira como elas se articulam entre si e com o exterior.

Na dinâmica urbana, houve grande ampliação da indústria, ao lado do sistema bancário e de transporte, da organização publicitária, do comércio e dos serviços públicos e administrativos. Em contrapartida, se materializaram ocupações como biscateiros, vendedores ambulantes e auxiliares domésticos, que, recebiam valores abaixo do salário mínimo, gerando um contingente populacional de excluídos (DAVIDOVICH, 1994).

O novo “modelo” que se firmou como hegemônico na região missioneira, fundado na racionalidade industrial e viabilizado pelo processo de inserção competitiva no mercado nacional e internacional por meio da modernização da agricultura e do sistema agroindustrial do agronegócio, revelou-se mais excludente do que a agricultura tradicional anterior. Segundo Rotta (1999), o novo paradigma tecnológico, fundado na ciência aliada à técnica, excluiu do acesso ao trabalho e a terra aqueles que não conseguiram, por motivos diversos, incorporar os princípios da racionalidade industrial, ou os relegou a atividades “marginais”. Isso ocorreu especialmente com os agricultores familiares e assalariados urbanos.

As trocas desiguais com outras regiões e os mercados externos se constituíram em decorrência da base de produção primária da região ser tomadora de preços externos. Com isso, gradativamente, os agentes econômicos foram se descapitalizando e limitando sua capacidade de realizar novos investimentos.

A compra de tecnologias, de insumos e de instrumentos modernos, advindos de outras regiões, para a realização do trabalho superava, em muito, o preço obtido com a venda das mercadorias produzidas. Agricultores e industriais foram endividando-se constantemente na tentativa de se manter na atividade (BÜTTENBENDER, 1995).

Em grande parte, os avanços alcançados com as atividades da agropecuária moderna e da indústria não foram estendidos aos outros setores da economia em razão de uma falta ou de uma deficiente articulação com os mesmos. As trocas entre os setores também não foram no sentido de dinamizá-los, mas sim de transferir renda de uns para os outros. Com isso, o crescimento de uns acabou significando a falência de outros. Com exemplo simples, pode-se considerar que para manter os lucros das indústrias transformadoras (leite, suínos, grãos), os produtores de matérias-primas foram sendo descapitalizados (BÜTTENBENDER, 1995).

Segundo Büttенbender (1995), a opção pela monocultura e pela mecanização das atividades agrícolas, numa região de estrutura fundiária assentada na pequena propriedade, com pouca capacidade de investimento e de absorção da mão de obra, acabou gerando a liberação excessiva de contingentes populacionais para os centros urbanos. As cidades da região, em sua maioria de pequeno porte, não tiveram condições de absorver a população excedente que passou a migrar para outras regiões do estado e do país. A migração significou a saída da população e de materiais que seriam indispensáveis para o futuro da região. Para Rotta (1999), a falta de perspectivas no espaço regional determinou que grande parte da população jovem passasse a buscar alternativas de trabalho e de futuro em outros locais. Essa saída acabou levando contingentes expressivos da mão de obra da região.

Após o período de incorporação do “modelo” de modernização agrícola, a produção de *commodities* já ocupava grande parte das áreas e do tempo de trabalho do produtor familiar na região. Por se tratar de um modelo que privilegiou grandes produtores em detrimento dos pequenos, a concentração de riqueza se materializou (BÜTTENBENDER, 1995).

Nesse contexto, começaram a se discutir alternativas que pudessem reverter esse cenário desigual gerado a partir da modernização da agricultura. A diversificação da produção familiar e a agregação do produto primário passaram a fazer parte dos discursos da época. Para Büttенbender (1995), a família produtora de produto primário

começou a agregar valor aos produtos por meio da manufatura originando as primeiras agroindústrias familiares na região.

Muitas agroindústrias familiares já existiam no espaço rural, pois foram implantadas por imigrantes europeus e se consolidaram com a gestão de seus sucessores familiares. Já em outras unidades de produção, processavam-se produtos para o consumo familiar e, por ser uma alternativa viável, começaram a comercializar nos mercados locais. Contudo, a grande parte das agroindústrias familiares atuais surgiu durante 1980, pela necessidade de uma rentabilidade mais regular e compensatória, já que os pequenos produtores familiares tinham sido “marginalizados” pela modernização agrícola imposta na região missioneira (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2007).

Com a modernização da agricultura, após o término da Segunda Guerra Mundial, ocorreram várias transformações nas bases técnicas agrícolas, consorciados com a mecanização, quimificação e especialização de algumas cadeias produtivas do setor primário, objetivando o aumento da produtividade e da produção de alimentos. Nesse contexto, sobressaíram as grandes agroindústrias integradoras, impondo uma nova dinâmica ao processo produtivo e que, pelos novos padrões tecnológicos, exigiram um aumento na produção e nos índices de produtividade. Esse processo, apesar de consistir em uma estratégia de crescimento das produções familiares, fez aumentar as diferenças socioeconômicas excluindo aqueles agricultores que não atingissem os padrões impostos, demonstrando assim seu caráter seletivo (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2007).

A modernização sustentou uma agricultura com alto nível de mercantilização que propiciou pouco espaço de manobra para os agricultores construírem alternativas diferenciadas do “regime sócio técnico dominante” na agricultura, ou seja, da crescente dependência a uma gramática de relações sociais, econômicas e produtivas ditada à distância pelos atores líderes das cadeias globais de *commodities*. Essa situação se reproduziu pelo menos durante o período em que esse modelo se mostrou capaz de gerar substanciais incrementos de produção e de produtividade. No período mais recente, esse modelo de agricultura tem apresentado sinais de crise, o que resulta na deterioração dos níveis de renda dos agricultores e no aumento de sua vulnerabilidade econômica e social.

2.4 A região do Corede Missões e o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar

A região do Corede Missões nasceu com o propósito de constituir-se um espaço para discussões, ações, decisões, integração de políticas, união de lideranças e recursos para ajudar no processo de desenvolvimento regional no estado do Rio Grande do Sul.

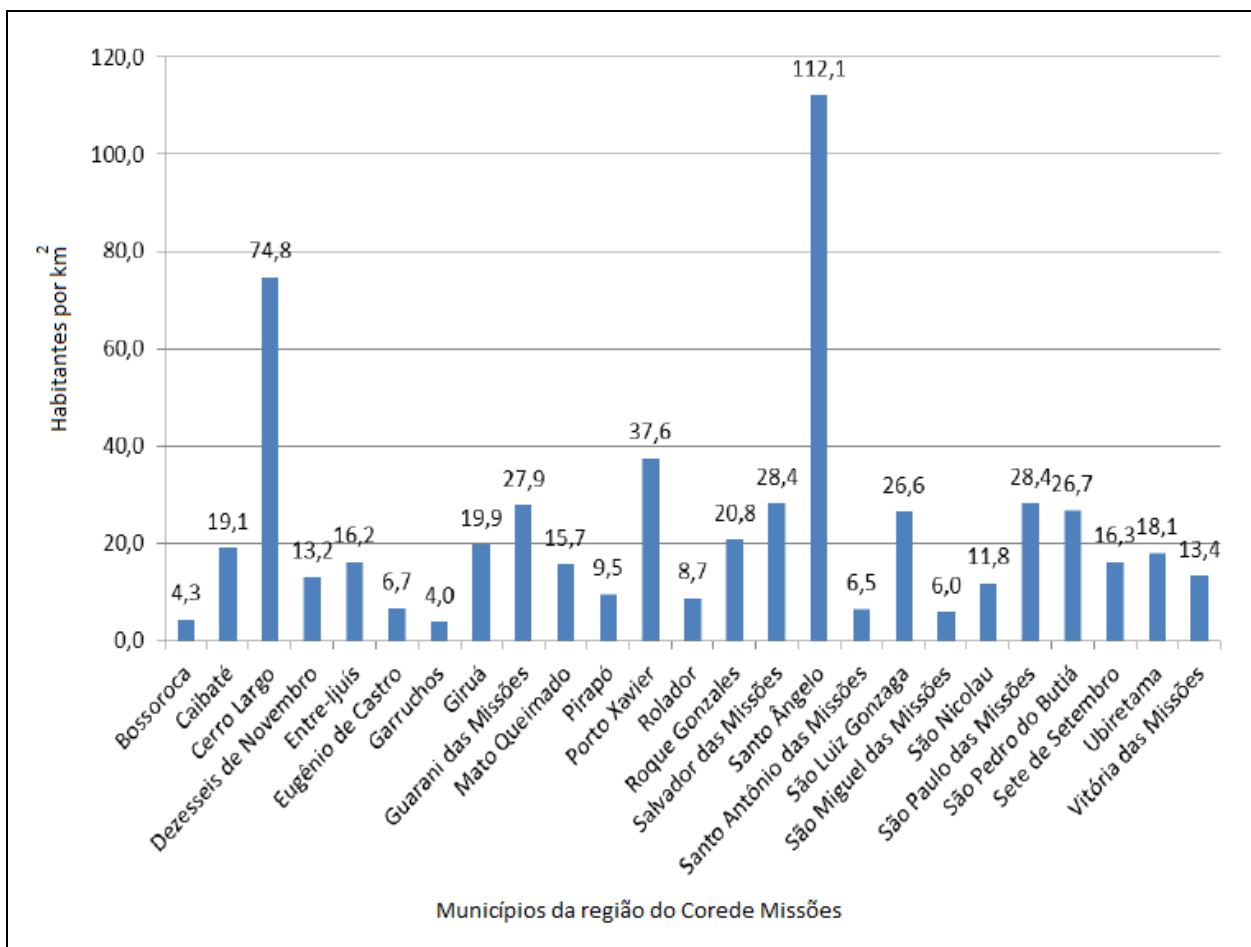
A partir do ano de 1991 o Corede Missões foi criado juntamente com outros 17 Coredes que representavam diversas regiões do Estado gaúcho. Por meio da Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994, os Coredes ganharam legitimidade objetivando promoverem o desenvolvimento regional harmônico e sustentável; integrarem os recursos e as ações do Governo do Estado e da região; melhorar a qualidade de vida da população; se preocupar e agir para uma distribuição equitativa da riqueza produzida; incentivar e estimular à permanência do homem em sua região e; preservar e recuperar o meio ambiente (FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

O funcionamento das atividades do Corede Missões ocorre no município do seu presidente, em Santo Ângelo, onde fica estabelecida a sede regional. O Corede é constituído por membros natos, compostos por deputados estaduais e federais, prefeitos municipais, presidentes de câmaras de vereadores, presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes); e na condição de representantes, os partidos políticos, órgãos do Governo Estadual e Federal de caráter regional, instituições de ensino superior, associações, sindicatos, conselhos setoriais, empresários da indústria, comércio e do setor de serviços, empresários e trabalhadores rurais, cooperativas e associações de produtores e, movimentos sociais (FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Os três municípios que possuem maior densidade demográfica são Santo Ângelo, Cerro Largo e Porto Xavier, apresentando 112,1, 74,8 e 37,6 habitantes/km². Os municípios que apresentam menores densidades demográficas são: Garruchos, com 4

habitantes/km², Bossoroca, com 4,3 habitantes/km² e. São Miguel das Missões com 6 habitantes/km², conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 2 – Densidade demográfica dos municípios do Corede Missões



Fonte: IBGE (2014).

A população da região é composta por 248.016 habitantes. Os municípios que concentram maior número de habitantes são Santo Ângelo, com 76.275, São Luiz Gonzaga, com 34.556 e, Guaruá, com 17.075 habitantes. Já as menores populações estão nos municípios de Ubiretama, com 2.296, Sete de Setembro, com 2.124 e Mato Queimado, com 1.799 habitantes, conforme dados do IBGE (2014), apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – População residente na região do Corede Missões

	Município	População Residente		Município	População Residente
1	Santo Ângelo	76.275	14	Caibaté	4.954
2	São Luiz Gonzaga	34.556	15	Vitória das Missões	3.485
3	Giruá	17.075	16	Garruchos	3.234
4	Cerro Largo	13.289	17	São Pedro do Butiá	2.873
5	Santo Antônio das Missões	11.210	18	Dezesseis de Novembro	2.866
6	Porto Xavier	10.558	19	Eugênio de Castro	2.798
7	Entre-Ijuís	8.938	20	Pirapó	2.757
8	Guarani das Missões	8.115	21	Salvador das Missões	2.669
9	São Miguel das Missões	7.421	22	Rolador	2.546
10	Roque Gonzales	7.203	23	Ubiretama	2.296
11	Bossoroca	6.884	24	Sete de Setembro	2.124
12	São Paulo das Missões	6.364	25	Mato Queimado	1.799
13	São Nicolau	5.727		Total	248.016

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2014).

O Produto Interno Bruto dos municípios pertencentes à região, segundo dados coletados do IBGE (2014) referentes ao ano de 2011, mostram o PIB per capita do município de Eugênio de Castro, com R\$ 36.776,59, seguido pelo município de Garruchos, com R\$ 33.789,84 e, município de São Miguel das Missões, com R\$ 29.085,24 como os mais elevados.

Tabela 2 - PIB per capita da região do Corede Missões - Ano-Base 2011

	Município	PIB (per capita) em R\$		Município	PIB (per capita) em R\$
1	Eugênio de Castro	36.776,59	14	Santo Antônio das Missões	18.132,06
2	Garruchos	33.789,84	15	Ubiretama	17.794,84
3	São Miguel das Missões	29.085,24	16	Santo Ângelo	17.073,53
4	Giruá	26.324,01	17	São Luiz Gonzaga	16.860,27
5	Salvador das Missões	26.101,65	18	Vitória das Missões	16.447,04
6	Cerro Largo	26.016,04	19	Sete de Setembro	16.256,89
7	Guarani das Missões	23.722,72	20	Roque Gonzales	15.122,90
8	Bossoroca	22.380,79	21	São Paulo das Missões	14.825,37
9	Rolador	21.565,46	22	Pirapó	14.358,01
10	Entre-Ijuís	21.297,58	23	São Nicolau	13.397,82
11	São Pedro do Butiá	21.292,31	24	Porto Xavier	12.800,40
12	Caibaté	19.399,07	25	Dezesseis de Novembro	11.446,41
13	Mato Queimado	19.086,25		Média da Região	20.454,12

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2014).

Os municípios que apresentam menor PIB per capita são os municípios de São Nicolau, Porto Xavier e Dezesseis de Novembro, ou seja, R\$ 13.397,82, R\$ 12.800,40 e R\$ 11.446,41 respectivamente.

Com relação ao índice de desenvolvimento humano dos municípios da região, verifica-se que o município de Santo Ângelo apresenta 0,772, o município de Cerro Largo 0,764 e o município de São Pedro do Butiá 0,763, enquanto que os menores índices de desenvolvimento humano se manifestam nos municípios de Vitória das Missões, com 0,655, Dezesseis de Novembro 0,654 e, São Nicolau 0,645. Nesse índice a região chega a uma média de 0,704, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)

	Município	IDHM 2010		Município	IDHM 2010
1	Santo Ângelo	0,772	14	São Paulo das Missões	0,692
2	Cerro Largo	0,764	15	Rolador	0,689
3	São Pedro do Butiá	0,763	16	Roque Gonzales	0,688
4	Salvador das Missões	0,753	17	Santo Antônio das Missões	0,686
5	São Luiz Gonzaga	0,741	18	Sete de Setembro	0,683
6	Guarani das Missões	0,737	19	Entre-Ijuís	0,680
7	Porto Xavier	0,723	20	Garruchos	0,671
8	Giruí	0,721	21	Pirapó	0,669
9	Caibaté	0,719	22	São Miguel das Missões	0,667
10	Mato Queimado	0,717	23	Vitória das Missões	0,655
11	Eugênio de Castro	0,712	24	Dezesseis de Novembro	0,654
12	Ubiretama	0,700	25	São Nicolau	0,645
13	Bossoroca	0,692		Média da Região	0,704

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2014).

A área total da região corresponde a 12.855,53 km². Os municípios que apresentam maiores áreas são Santo Antônio das Missões, Bossoroca e São Luiz Gonzaga, com 1.710,87, 1.610,57 e 1.295,68 km², respectivamente. Esses três municípios representam 36% da área total da região. Já os municípios de Mato Queimado, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões possuem uma área de 114,64, 107,631 e 94,042 km², respectivamente, detalhado por meio da Tabela 4.

Tabela 4 – Área territorial dos municípios da região do Corede Missões

	Município	Área (Km²)		Município	Área (Km²)
1	Santo Antônio das Missões	1.710,87	14	Guarani das Missões	290,496
2	Bossoroca	1.610,57	15	Porto Xavier	280,51
3	São Luiz Gonzaga	1.295,68	16	Caibaté	259,664
4	São Miguel das Missões	1.229,84	17	Vitória das Missões	259,609
5	Giruá	855,921	18	São Paulo das Missões	223,886
6	Garruchos	799,849	19	Dezesseis de Novembro	216,848
7	Santo Ângelo	680,498	20	Cerro Largo	177,675
8	Entre-Ijuís	552,601	21	Sete de Setembro	129,993
9	São Nicolau	485,324	22	Ubiretama	126,692
10	Eugênio de Castro	419,319	23	Mato Queimado	114,64
11	Roque Gonzales	346,621	24	São Pedro do Butiá	107,631
12	Rolador	295,005	25	Salvador das Missões	94,042
13	Pirapó	291,743		Total (km²)	12.855,53

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2014)

Após a apresentação de dados dos municípios que compreendem, atualmente, a região do Corede Missões será descrito o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar das Missões. O debate sobre a formalização do arranjo produtivo local nas Missões vem ocorrendo desde o início dos anos 2000, entre os movimentos sociais, associações e cooperativas da agricultura familiar, instituições de Ensino Superior e órgãos de Governo, envolvidos no processo de desenvolvimento regional.

No final do ano de 2011, os atores envolvidos nos debates começaram a desenvolver uma proposta de formalização do arranjo produtivo local da agroindústria familiar da região das Missões para enquadramento no Projeto de fortalecimento dos APLs do Rio Grande do Sul, segundo a lei nº 3.839 de 05/12/2011, visando potencializar o desenvolvimento das agroindústrias familiares da região.

Foi então formada uma equipe de desenvolvimento da proposta por representantes da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), a qual ocupava papel de coordenação do projeto e, dois assessores executivos. Além disso, participaram da elaboração da proposta como instituições apoiadoras a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Cerro Largo, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, unidade de São Luiz Gonzaga, a EMATER/ASCAR, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Investimento (AGDI), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), a Escola Técnica Guaramano de Guarani das Missões, a Escola Técnica Cruzeiro do Sul

de São Luiz Gonzaga e a Escola Técnica Aquilino de Santis de Santo Antônio das Missões.

O plano de trabalho foi montado para estabelecer e organizar as atividades da equipe e os prazos para encaminhamentos. As atividades desenvolvidas foram as seguintes: definição da metodologia, caracterização da região, análise dos dados, reuniões de validação com os atores, definição de estratégias e objetivos, agenda de ações, plano de desenvolvimento e, por fim, a validação do plano. Essas atividades foram iniciadas no mês de agosto de 2013 e finalizadas com a validação do plano em abril de 2014.

Os principais agentes que participaram da elaboração do plano de desenvolvimento e instituições chaves e que fazem parte da governança foram divididos em associações; universidades; centro tecnológico; sindicatos e fundações; instituições de ensino profissionalizantes e; outros agentes.

As associações participantes são compostas pela Associação dos Municípios das Missões (AMM); pelo Conselho Regional dos Secretários Municipais da Agricultura das Missões (CRESMA); pela Associação Regional de Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE) e; pela Rede Missioneira de Cooperativas da Agricultura Familiar (REMAF). O grupo das universidades é formado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI; pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e; pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Representando os centros tecnológicos está o Instituto de Ciência e Tecnologia da URI *Campus* Santo Angelo.

A participação dos sindicatos e fundações está representada pela Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO; EMATER/RS – ASCAR Regional Missões e; Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG, unidades I e II. Como instituições de ensino profissionalizantes estão a Escola Técnica Guaramano de Guarani das Missões; a Escola Técnica Cruzeiro do Sul de São Luiz Gonzaga e; a Escola Técnica Aquilino de Santis de Santo Antônio das Missões.

Outros agentes como a Secretaria de Desenvolvimento Rural - Coordenadoria Regional Missões/Fronteira Noroeste; a Secretaria Estadual de Saúde; a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA); a Coordenadoria Estadual de Inspeção Veterinária e Exótica; a Secretaria Municipal da Agricultura da Região das Missões; o Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER; o

Movimento dos Sem Terra; a Organização Não Governamental “Políticas Públicas Outro Mundo é Possível”; os Poderes Legislativos Municipais; os Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES e; a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Investimentos - AGDI participam do arranjo.

O Plano de Desenvolvimento do APL da Agroindústria Familiar está sendo um esforço conjunto entre os atores regionais que apresentaram as estratégias e ações de curto e longo prazo para fortalecer a produção familiar e os canais de comercialização dos produtos das agroindústrias familiares na região das Missões-RS (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO APL DA AGROINDUSTRIA FAMILIAR DA REGIÃO DAS MISSÕES, 2014).

O arranjo produtivo local abrange 263 agroindústrias familiares (Tabela 5). Essas agroindústrias familiares têm origem da agricultura familiar estabelecida ao longo do tempo na região e, em sua maioria, estão localizadas na área rural.

Tabela 5 – Número de agroindústrias na região das Missões

Municípios	Quantidade
Bossoroca	6
Caibaté	9
Cerro Largo	17
Dezesseis de Novembro	8
Entre-Ijuís	24
Eugênio de Castro	3
Garruchos	5
Giruá	16
Guarani das Missões	13
Mato Queimado	3
Pirapó	3
Porto Xavier	19
Rolador	3
Roque Gonzales	10
Salvador das Missões	9
Santo Ângelo	14
Santo Antônio das Missões	20
São Luiz Gonzaga	24
São Miguel das Missões	11
São Nicolau	14
São Paulo das Missões	8

São Pedro do Butiá	8
Sete de Setembro	5
Ubiretama	4
Vitória das Missões	7
Total	263

Fonte: Plano de Desenvolvimento do APL da Agroindústria Familiar da região das Missões (2014).

Para estabelecer as diretrizes para elaboração do plano de desenvolvimento dos arranjos produtivos locais no Rio Grande do Sul o Governo do Estado, por meio da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), disponibiliza um Termo de Referência para auxiliar as diversas instituições que ocupam papel de governança, documento que vem servindo de base para elaboração e execução do plano de ações do Arranjo Produtivo Local das Agroindústrias Familiares das Missões.

Segundo a AGDI (2013, p.01),

a construção de um Plano de Desenvolvimento para os Arranjos Produtivos Locais visa identificar as externalidades econômicas que possam ser geradas e absorvidas pelos agentes que o compõe; para tanto, a construção do Plano deverá seguir uma metodologia com enfoque participativo e estratégico. Isto significa que as organizações do APL e a comunidade devem tomar parte, com efetivo envolvimento, no processo de elaboração do Plano; mais ainda, a ideia é a de que a efetiva participação dos atores locais resulte no fortalecimento de todos os elos da cadeia produtiva presentes no APL, resultando em um Plano em que empresas, entidades e a comunidade se sintam representadas e protagonistas.

A participação, a mobilização e a conjugação de esforços dos entes envolvidos na região foi uma das principais premissas observadas para a elaboração do plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local da agroindústria familiar das Missões. Nesse sentido, o objetivo desejado é o de criar uma visão de futuro convergente das agroindústrias, instituições não governamentais locais, da comunidade e dos poderes públicos municipal, estadual e federal, de modo a oportunizar o desenvolvimento econômico local com equidade e sustentabilidade.

Para a AGDI (2013), a elaboração do plano utiliza uma metodologia participativa, estabelecendo uma agenda de ações de curto, de médio e de longo prazo. E, para isso, foi necessária a caracterização da situação atual do arranjo produtivo local das Missões e a análise dos entraves e potenciais de crescimento e a definição das estratégias para curto, médio e longo prazo.

Cumprindo a metodologia para elaboração do plano, na primeira etapa, foi realizado um diagnóstico atual do APL Missões. Nessa etapa, foi necessária a definição da técnica de coleta e de análise de dados; a relação das fontes de consulta utilizadas; o plano de trabalho e o cronograma físico; a identificação dos principais agentes que participaram da elaboração do Plano de Desenvolvimento e Instituições-chave que compõem a governança; a agenda de reuniões com identificação dos participantes e um esboço da estrutura do plano para cumprimento da referida etapa do plano.

Na segunda etapa do plano de desenvolvimento, foi necessário realizar a caracterização do arranjo produtivo local das agroindústrias familiares das Missões. Essa etapa foi dividida em contextualização do arranjo; governança e cooperação; desenvolvimento de tecnologia e inovações; desenvolvimento sustentável; formação profissional e possibilidade local de capacitação; projetos atuais de investimento e fontes de financiamento; infraestrutura e logística; níveis atuais de qualidade e controle do processo produtivo; mapeamento da cadeia produtiva e da cadeia de valor do APL e canal de distribuição atual para os mercados interno e externo.

Houve, ainda, exigência de validação por meio de seminário com ampla divulgação e, entrega de relatório completo da caracterização do APL, sob responsabilidade da respectiva governança, para a AGDI. Isso ocorreu em abril de 2014.

Na sequência do processo de elaboração do plano de desenvolvimento, estava a necessidade de análise dos dados coletados que caracterizam os arranjos produtivos locais. Nessa etapa, a AGDI (2013), por meio do seu termo de referência, sugere a utilização da matriz FOFA (forças e oportunidades, fraquezas e ameaças) para classificação e análise das informações. Como na etapa anterior, ao seu final, por meio de seminário, foi validado e entregue para a AGDI o relatório com as devidas análises.

As definições de estratégias e de objetivos foram desenvolvidas na terceira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local. Nessa etapa foi necessária a formalização de uma visão compartilhada entre os atores envolvidos rumo ao desenvolvimento econômico, social, ambiental e regional do APL da agroindústria familiar em um horizonte de pelo menos cinco anos. Essas estratégias foram organizadas por grupos temáticos com ações de curto, médio e longo prazo. Além

disso, foram estabelecidos indicadores que serão utilizados para medir cada resultado que se espera em cada ação.

Dessa forma, o plano de desenvolvimento do arranjo produtivo constituiu-se dentro das diretrizes da AGDI (2013) expressas no seu termo de referência. No atual momento, o APL encontra-se na fase de execução das ações debatidas, formalizadas e validadas pelos atores regionais por meio do plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local da agricultura familiar das Missões.

3 AS RACIONALIDADES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Este capítulo é dedicado às interpretações teóricas acerca do conceito de Arranjo Produtivo Local e da noção de Agroindústria Familiar em relação as suas racionalidades.

Em primeiro lugar, os conceitos de Racionalidade Instrumental e de Racionalidade Substantiva são analisados e compreendidos como duas lógicas contraditórias. Em segundo lugar, a lógica do Arranjo Produtivo Local é apresentada por meio da sua relação teórica e histórica com as aglomerações industriais originadas da visão neoclássica da economia. Já a interpretação sobre Agroindústria Familiar é tratado na sequência como uma transformação histórica a partir da Agricultura Familiar.

3.1 O conflito das racionalidades: Lógica Instrumental e a Lógica Substantiva

Em primeiro lugar, é importante a compreensão sobre o conceito de racionalidade. A racionalidade se refere àquilo que qualifica o sentido da ação materializada nas relações sociais, ou seja, é o que explica o sentido que orienta a ação social. Segundo Weber (2008), a racionalidade é compreendida a partir da ideia de que a razão dá sentido à vida social independente de outros fatores, de maneira não previsível e muito particular.

O conceito de racionalidade é complexo e de difícil ou mesmo impossível definição, pois é capaz de englobar uma gama de sentidos diferentes. Dois deles, a Racionalidade Instrumental e a Racionalidade Substantiva possuem significados diferentes, o primeiro dentro de uma lógica econômica e o segundo converge para uma lógica humana. Por consequência, a lógica humana submetida à lógica instrumental leva a despersonalização do ser humano.

O processo de despersonalização do ser humano na modernidade é decorrência da expansão do mercado. Para Alberto Guerreiro Ramos a lógica de mercado foi legitimada pela própria ciência que abordou a condição mercadológica como predominante em relação à vida humana associada (AZEVEDO, 2006).

Ramos (1989, p. 114), interpreta que

nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. Em sociedade alguma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos. [...] Escravos de um sistema de comunicação de massa dirigido por grandes complexos empresariais, os indivíduos tendem a perder a capacidade de se empenhar no debate racional. Cedendo a influências projetadas, a maioria das pessoas perde a capacidade de distinguir entre o fabricado e o real e, em vez disso, aprende a reprimir padrões substantivos de racionalidade, beleza e moralidade, inerentes ao senso comum.

Segundo Mannheim (1973), a racionalidade instrumental tem se sustentado pela lógica industrial, submetendo as pessoas a critérios funcionais. Nela, encontra-se subjacente o verbo maximizar, ou economizar, que significa fazer o melhor possível com os meios que se possui. Para Pizza Junior (1994) a racionalidade instrumental é aquela que procura aumentar o controle da natureza, transformando-a em fornecedora de recursos para a produção. É a visão neoclássica da economia e propõe o crescimento das instituições em detrimento dos recursos naturais disponibilizados no território.

Por outro lado, observa Ramos (1983), a racionalidade substantiva é intrínseca ao Ser Humano e, a partir dela, podem buscar conduzir sua vida para a autorrealização, o autodesenvolvimento e o engajamento mais expressivo no processo de desenvolvimento social. Os valores sociais orientam a racionalidade substantiva e estão em conformidade com pressupostos sociais.

Carvalho e Escrivão Filho (2008) observam que, quando atores agem sob a lógica da racionalidade instrumental, se processam articulações para alcance de um objetivo determinado. E esse propósito sempre está submetido a interesses econômicos e a valores utilitaristas.

Quando permeada a organização pela racionalidade instrumental, Serva (1996) assegura que a dominação, o desvio ético, o abuso de poder e a dissimulação de intenções são intensificadas e materializadas no ambiente. Assim, a competitividade se manifesta e o clima de insegurança psicológica, a ansiedade, a desconfiança e os interesses utilitaristas predominam, ocasionando uma atmosfera incapaz de sustentar o valor moral, a amizade, a cooperação, a satisfação e a realização humana.

A ação racional instrumental, interpretada por Serva (1996) é uma ação baseada no cálculo, voltada para o cumprimento de metas técnicas ou fins de interesses econômicos ou de poder social, por meio da otimização dos recursos disponíveis. A maximização dos lucros e a minimização dos custos traduzem a intenção da otimização.

Essa intenção está inserida no pensamento instrumental e manifesta-se pela lógica matemática, projetando os atos humanos em direção dos interesses materiais; pelas metas de natureza econômica, técnica ou política visa aumento de poder; pela otimização de recursos por meio da eficácia e da eficiência; pela adaptação a um dado padrão, torna-se competitivo numa sociedade capitalista. O desempenho individual é medido por indicadores padronizados e pré-estabelecidos, centrado na dimensão econômica em busca da rentabilidade ou do lucro. E as relações entre os indivíduos que se manifestam por meio da impessoalidade, são movidas por técnicas e por interesses estratégicos e econômicos (RAMOS, 1983).

Os indivíduos, em todas as sociedades, escolhem o que fazer de modo a maximizar quaisquer que sejam os seus fins. Assim, criam meios disponíveis para alcançar esses fins, mas estes são escassos e, portanto, o indivíduo tem de escolher os meios de acordo com suas limitações, de uma forma que maximize os resultados. Esta interpretação sustenta o pensamento instrumental.

Ao contrário da lógica instrumental, a racionalidade substantiva está voltada para a compreensão do ser humano individual e suas relações coletivas. Considera os valores éticos que permitem aos indivíduos julgar e mensurar determinados acontecimentos. E, mesmo ocorrendo a diversidade de ideias entre os indivíduos em um contexto, a racionalidade substantiva se manifesta como equilíbrio dos indivíduos em relação à coletividade, por meio do respeito à dignidade humana, liberdade de expressão e defesa dos valores éticos e morais. Serva (1993, p. 39) observa que, “partindo do indivíduo tenta-se construir uma organização que possa viabilizar seus anseios conjugados na base da proximidade e compatibilidade de valores”.

A racionalidade substantiva não é algo que se limitaria a determinada forma sistêmica de atuação na organização burocrática e sim pelas ideias e princípios das pessoas com ações conjuntas.

A racionalidade substantiva, em primeiro lugar, nunca poderá ser confinada num enunciado interpretativo. [...] somente através da livre experiência da realidade e de sua precisa articulação poderá ser compreendida. [...] não se pode compreendê-la através da simples aquisição de um pacote de informações (RAMOS, 1983, p.194).

A racionalidade substantiva, segundo Serva (1996), resulta das relações humanas que se manifestam pela busca da satisfação social e da autorrealização, fundamentada no debate racional e no julgamento ético. Os elementos que compõem a ação substantiva são estabelecidos pela autorrealização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia.

A autorrealização, interpretada a partir do conceito da racionalidade substantiva, acontece pela compreensão dos processos de concretização do potencial inato do indivíduo e sua satisfação. A dimensão social manifesta-se por interações pautadas pela integridade, honestidade e franqueza numa dinâmica que valoriza a autenticidade. Os valores emancipatórios surgem por meio da busca e do aperfeiçoamento do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento, presentes nas pessoas e no contexto do grupo. Há, ainda, o julgamento ético, baseado em juízo de valor, ou seja, no que é bom e mau, no que é verdadeiro e no que é falso, no que é certo ou no que é errado, que se processa a partir do que é validado pelos indivíduos em suas relações (RAMOS, 1989).

A autonomia surge a partir dos indivíduos pelas suas ações sociais, estabelecendo acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre sob o amparo da responsabilidade e da satisfação social (SERVA, 1996).

Esses elementos que compõem a ação substantiva são essencialmente humanos e serviram para que Alberto Guerreiro Ramos desenvolvesse sua nova ciência social, com o propósito de resgatar o ser humano, libertando-o do excesso de padronização e uniformidade das organizações econômicas.

Na interpretação de Ramos (1989) sobre a racionalidade substantiva, ele propõe uma sociedade em que os indivíduos podem escolher entre várias possibilidades para a autorrealização por meio de diversas maneiras de interação social nas organizações. O autor fundamenta essa afirmação a partir das seguintes considerações:

a) Os limites da organização deveriam coincidir com seus objetivos. Nessa conformidade, a delimitação organizacional está, primordialmente, interessada na delimitação das fronteiras específicas da organização econômica. [...] Isso

quer dizer que as organizações econômicas, tendo exigências próprias que não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela boa qualidade da existência humana em geral, devem ser consideradas como pertencentes a um enclave conceitual e pragmaticamente limitado, dentro do espaço vital humano; b) A conduta individual, no contexto das organizações econômicas, está, fatalmente, subordinada a compulsões operacionais, formais e impostas. Assim sendo, o comportamento administrativo é intrinsecamente vexatório e incompatível com o desenvolvimento das potencialidades humanas; c) A organização econômica é apenas um caso particular de diversos tipos de sistemas microssociais, em que as funções econômicas são desempenhadas de acordo com diferentes escalas de prioridades. [...]; d) Uma abordagem substantiva da teoria organizacional preocupa-se, sistematicamente, com os meios de eliminação agindo sobre as atividades humanas nas organizações econômicas e nos sistemas sociais em geral. [...] e) As situações em que os seres humanos se defrontam com tópicos relativos à própria realização adequadamente entendidas, têm exigências sistemáticas diferentes daquelas que atendem aos contextos econômicos [...] Para proporcionar esses lugares adequados, precisamos começar formulando uma tipologia de interesses humanos e dos correspondentes sistemas sociais onde tais interesses possam ser propriamente considerados como tópicos do desenho organizacional (RAMOS, 1989, p. 135).

Assim, esses aspectos fundamentados no conceito de racionalidade substantiva ajudam a compreender as relações sociais existentes na dinâmica das agroindústrias familiares. Estas, por sua vez, atribuem à família o processo de construção da identidade e de socialização dos indivíduos, bem como seu aprendizado e sua formação social. E, cada família, em um contexto social estabelece relações com atores pertencentes ou não ao grupo familiar.

3.2 O modelo de APL e seu reducionismo econômico

Vários conceitos para explicar as organizações produtivas de um território são utilizados. Essas distinções conceituais, segundo Suzigan *et al* (2004), surgem na literatura como resultado de pesquisas sobre a dinâmica produtiva, a interação, as articulações e as interações entre atores regionais.

As aglomerações de empresas, segundo Marshall (1982), necessitam de recursos naturais numa dada região e das condições de infraestrutura para sua funcionalidade econômica.

Os recursos naturais sustentam os insumos necessários para a produção enquanto que a infraestrutura está relacionada à logística de distribuição e comunicação com outras localidades. A logística é importante, pois, para o

desenvolvimento econômico da região, é necessária a comercialização com mercados não só regionais, mas externos (COSTA, 2012).

As concepções teóricas acerca das aglomerações produtivas ajudam a compreender como a dinâmica produtiva se transforma ao longo do tempo em diversas regiões. Essas aglomerações se constituem pela proximidade espacial de agentes econômicos, sociais e políticos. Nessa perspectiva, Cassiolato e Lastres (1999), observam que a proximidade entre esses agentes favorece o acesso aos insumos necessários à produção e à comercialização de produtos dentro da lógica econômica. A busca pela otimização de resultados leva o aglomerado a obter vantagem competitiva no mercado. Nessa lógica, micro e pequenos empreendimentos podem aumentar suas chances de sobrevivência e crescimento, tornando-se cada vez mais competitivos no mercado.

As aglomerações produtivas podem ser interpretadas, segundo Cassiolato e Lastres (1999), como Distritos Industriais, como *Clusters*, como Cadeias Produtivas e como Arranjos Produtivos Locais. O Distrito Industrial, segundo Becattini (1999), possui sua origem nos estudos de Marshall sobre a organização industrial na Inglaterra. A partir desses estudos o distrito industrial passou a ser entendido como um conceito que congrega uma comunidade de recursos humanos e instituições em determinado espaço geográfico. Esse aglomerado envolve várias empresas, com elevado grau de especialização e interdependência, seja de caráter horizontal (clientes, tecnologias, etc.) ou vertical (comprador/fornecedor). A proximidade é fator chave para concentração dos insumos, da mão-de-obra, da tecnologia e da inovação utilizados para a produção de produtos com alto valor agregado para consumo local e, principalmente, atender a demanda externa.

Os *Clusters* como aglomerados produtivos são formados por um conjunto de empresas que apresentam naturezas produtivas similares e complementares. Em alguns casos esse tipo de aglomeração dá mais ênfase ao aspecto concorrencial em detrimento do aspecto cooperativo, como fator preponderante na dinâmica interativa entre os empreendimentos que participam. O foco direciona-se para os empreendimentos e não a outros atores, como instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, suporte técnico, fomento, esfera pública, etc. (CASSIOLATO e LASTRES, 1999).

Segundo Porter (1990), os *clusters* são concentrações geográficas de instituições produtivas que se inter-relacionam em setores econômicos similares e complementares. A especialização é imprescindível para obtenção da eficiência produtiva do aglomerado. Parcerias estratégicas são realizadas com o objetivo de maior volume e qualidade nos produtos produzidos e, conseqüentemente, maior ganho e competitividade no mercado. Esse modelo se manifesta sob a lógica instrumental utilitarista e competitiva da economia de mercado.

Outra interpretação acerca de aglomerações produtivas se manifesta no conceito de cadeia produtiva. Para Cassiolato e Lastres (1999), a cadeia ocorre a partir do encadeamento de empreendimentos organizados num processo consecutivo pelas quais insumos são movimentados e transformados por etapas de produção, de distribuição e de comercialização de bens e de serviços. A divisão do trabalho se materializa em cada nó (empreendimento) participante da cadeia, organizando o trabalho de cada uma das etapas do processo de transformação e/ou movimentação de produto ou serviços. Além disso, não há necessidade de as empresas participantes estarem numa mesma região ou localidade.

O conceito de cadeia produtiva se consolidou paralelamente ao conceito de *Agribusiness* a partir dos estudos de Davis e Goldberg (1957) e Goldberg (1968) nos Estados Unidos e, no conceito de *filière* aplicado ao estudo da organização agroindustrial na França (ZYLBERSZTAJN e NEVES, 2000).

Ao lado do conceito de *Agribusiness* surgiu o conceito de *Commoditie System Approach* (CSA) derivado da Teoria Neoclássica. Sua concepção foi desenvolvida a partir de estudos da cadeia do trigo, da soja e da laranja da Flórida. Este conceito traduz uma seqüência de operações específicas desde a produção de insumos, processamento e distribuição de um produto. A lógica da economia industrial dentro desse modelo sistematizado inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo. (ZYLBERSZTAJN e NEVES, 2000).

Outro conceito é o de *Filière*, também conhecido como “Cadeias”. Tem como origem estudos realizados na escola de Economia Industrial Francesa. Esse conceito compreende a seqüência de operações de concepção de um produto, realizada em

várias instituições interdependentes e complementares, visando à maximização dos seus lucros (ZYLBERSZTAJN e NEVES, 2000).

Dessa forma, a Economia Neoclássica dá base à origem do conceito de Cadeias Produtivas, ou seja, a lógica da economia industrial envolve a produção em cadeia sempre buscando a otimização dos recursos e dos resultados.

O conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) surge a partir de diferentes experiências. Ao longo do tempo o conceito foi se transformando e passou a indicar também experiências em vários lugares do mundo. Ele se espalhou como um referencial para o desenvolvimento econômico, sendo necessário encontrar experiências que pudessem ser caracterizadas como APL ou no mínimo como APL potencial.

O Arranjo Produtivo Local, segundo Cassiolato e Lastres (1999), procura congrega agentes econômicos, políticos e sociais em um espaço regional. Seu foco está em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam relações diretas ou mesmo incipiente. Há nessa aglomeração uma interação e uma participação de empresas, desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e máquinas, prestadoras de serviços, comércio, clientes etc. e suas diversas formas de associação, cooperação e representação.

As organizações públicas e privadas voltadas para a formação e a capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia; entidades políticas, de promoção e de fomento também são atores que participam do Arranjo Produtivo Local. Como sinônimo do conceito de APL surge a denominação Sistema Produtivo Local em que os vínculos passam a serem mais consistentes e com capacidade de gerar e de propagar o caráter inovador endógeno, da competitividade e do desenvolvimento local (CASSIOLATO e LASTRES, 1999).

Essas interpretações mostram o Arranjo Produtivo Local como uma concentração geográfica de empresas e de instituições que se relacionam em determinados setores produtivos e serviços. Apesar de existirem concepções divergentes sobre o que sejam APLs, há convergência sobre o entendimento que os APLs sejam aglomerações de empresas e de instituições públicas e privadas que podem se organizar e interagir em diferentes setores produtivos.

O desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local, segundo Brandão, Costa e Alves (2006) necessita de uma participação ativa do Estado. Daí o papel das instituições públicas como atores importantes nos projetos de desenvolvimento de APLs.

Em primeiro lugar, deve promover o desenvolvimento local, não apenas o crescimento econômico setorial. Em segundo, deve fazer com que o desenvolvimento local transborde para a hinterlândia do aglomerado. E em terceiro, deve, a partir de inter-relações entre vários aglomerados, lograr a ativação de toda a economia mesorregional da qual participa enquanto elo integrante, sobretudo de suas cadeias (retrospectivas e prospectivas) de produção (BRANDÃO, COSTA e ALVES 2006, p. 200).

Suzigan (2004) esclarece que a participação pública é fundamental para o desenvolvimento de um APL no que se refere a sua sustentabilidade; ao seu capital social; ao acesso a educação, a saúde, ao crédito, aos centros de pesquisa, aos serviços empresariais e infraestrutura logística; a mobilização dos recursos endógenos; a articulação de recursos públicos ou privados; a atração de recursos externos; e a conexão com mercados.

O aumento da capacidade produtiva, bem como a competitividade das empresas, é o propósito principal no processo de formação e de desenvolvimento do APL. O foco está na redução dos custos e na produção em escala (IGLIORI, 2001).

Outro elemento, segundo Matos (2004), que justifica os APLs é a facilitação no processo de transferência e de acumulação de conhecimento entre os empreendimentos locais. E essas informações disseminadas passam a qualificar o processo decisório de investimentos, tanto no aumento da visão de novas oportunidades de mercado, novos produtos como também em novos processos produtivos. Há, ainda, uma redução de custos nas transferências de informações em decorrência da proximidade geográfica dos atores envolvidos.

A proximidade física e tecnológica entre os atores favorece o processo de inovação produtiva. Além disso, as informações podem ocorrer de maneira formal (parcerias formalizadas) e de maneira informal (reuniões entre trabalhadores/empreendedores).

O conceito de Arranjo Produtivo Local, as suas origens e a relação com outros conceitos de aglomerações produtivas expressam, em sua essência, seu reducionismo

econômico. A lógica da economia industrial é incorporada pelo modelo de arranjo produtivo local em diferentes setores produtivos, inclusive na agricultura.

Assim, para uma reflexão mais aprofundada sobre a possibilidade ou não do modelo de arranjo produtivo local ser incorporado a dinâmica produtiva familiar, torna-se importante a compreensão das origens e transformações da agricultura familiar ao longo do tempo.

3.3 A Agricultura Familiar: suas origens e transformações

Para compreender a dinâmica da agricultura familiar, é necessário compreender a sua origem, a sua legitimidade e as transformações ao longo do tempo. Schneider (2006) argumenta que por um lado sua relação se constituiu com base no camponês, que realizava suas atividades produtivas para a subsistência da sua família. De outro lado, estudos e pesquisas abordaram a agricultura familiar com a lógica econômica do agronegócio, inclusive constituindo a denominação “agronegócio familiar”.

Do ponto de vista legal, no Brasil a agricultura familiar foi legitimada a partir da Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação de políticas públicas da agricultura familiar e empreendimentos familiares. Na década de 1990 o Decreto 1.946/1996 já havia sendo utilizado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com a finalidade de promover o desenvolvimento da produção rural familiar, por meio do aumento da capacidade produtiva, da geração de empregos e da melhoria da renda.

A Lei nº 11.326/2006 apresenta em seu artigo 3º a seguinte definição de agricultura familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Esses critérios estabelecidos pela Lei nº 11.326/2006 foram utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para distinguir a agricultura familiar e agricultura não familiar. Paralelo a isso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) foram criados com objetivo de auxiliar no desenvolvimento da produção e da comercialização de produtos vindos dos agricultores familiares.

A regulamentação da agricultura familiar, no entanto, não esgota o debate acerca de interpretações sobre as unidades produtivas familiares. Além disso, as transformações da própria agricultura familiar materializam debates sobre sua dinâmica produtiva, surgindo assim a denominação de Agroindústrias Familiares.

Nesse sentido, a legitimidade da agricultura familiar se constituiu a partir de contradições teóricas. De um lado, a lógica econômica interpretada como visão hegemônica e global e, de outro, a lógica social camponesa colocada como resistência aos preceitos de grandes grupos econômico.

Como alusão ao complexo agroindustrial do agronegócio, Ploeg (2008) utiliza o termo “império” para identificá-lo. O padrão império é formado por grandes corporações que processam e comercializam em escala global; indústrias de máquinas e de implementos agrícolas; redes de revendedores; aparatos estatais; legislação específica; modelos científicos e tecnológicos; e grupos logísticos.

Esses agentes estão integrados por meio de cadeias produtivas e regulados por um conjunto de modelos científicos, práticas de engenharia, tecnologias de controle e de planejamento de produção, interesses empresariais, engenharia financeira produtiva e especulativa e estratégias de expansão. Essa lógica está nas instituições do

complexo agroindustrial do agronegócio, com uma capacidade de se autodesenvolver e manter sua expansão, ordenação e controle do Império agroalimentar (PLOEG, 2008).

Ao contrário da lógica do agronegócio, a lógica camponesa é colocada como resistência aos preceitos hegemônicos do imperialismo econômico. Essa resistência não pode ser interpretada apenas pelas manifestações, marchas, ocupações e bloqueios de estrada, nem designada como “armas dos fracos” (PLOEG, 2008).

A resistência é expressa e organizada no tocante as práticas camponesas que se materializam na produção, na criação e no manejo de animais e na conservação das propriedades. Segundo Ploeg (2008), práticas consideradas ultrapassadas ou irrelevantes pela lógica hegemônica do contexto da globalização são os veículos por meio dos quais a resistência se materializa.

Durante muito tempo, o campesinato foi a maneira como famílias de agricultores organizavam suas atividades de produção. Na história grega e romana encontram-se diferenças no campesinato. Enquanto na sociedade romana o camponês era subordinado a um “senhor”, dono das terras, na sociedade grega o camponês era um homem livre, com autonomia e independência para realizar suas atividades produtivas (PLOEG, 2008).

Esses aspectos teóricos foram interpretados como dinâmicas opostas ao longo do tempo e chegam aos dias atuais com três caminhos de desenvolvimento básicas e mutuamente contrárias (PLOEG, 2008).

A primeira é constituída pela perspectiva da lógica industrial, a segunda pela recampesinização e, a terceira pela desativação. Com movimentos contrastantes essas três trajetórias transformam a natureza do trabalho e dos processos produtivos. Os níveis de emprego, o valor agregado, a ecologia, a paisagem, a biodiversidade, a quantidade e a qualidade dos alimentos são influenciados por essas três trajetórias (PLOEG, 2008).

Essas trajetórias de desenvolvimento interagem com três grupos, ou seja, a agricultura camponesa, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista. A agricultura camponesa se materializa a partir do uso sustentado dos recursos ecológicos, visando melhores condições de vida aos camponeses. Em essência essa agricultura fundamenta-se na multifuncionalidade, com predominância da mão-de-obra familiar,

com relações de reciprocidade, e com sentimento de pertencimento. Sua produção é destinada ao mercado consumidor e a subsistência da família (PLOEG, 2008).

No tocante à gestão da propriedade a visão de que apenas uma pessoa (o Pai) seria responsável pela propriedade está ultrapassada. É importante ressaltar a transformação da responsabilidade de gestão da propriedade para a família camponesa. Essa mudança transfere do indivíduo (Pai) para a família atribuições que vão constituir o trabalho familiar como fundamental para a subsistência e manutenção da estrutura familiar e da propriedade. Agregada a isso, a redução dos custos é realizada, neste caso, pela eliminação de insumos externos como agrotóxicos, e da intensificação da utilização dos recursos próprios. Ao mesmo tempo, as tecnologias mecânicas oferecidas pelo mercado são substituídas por uma tecnologia própria orientada para habilidades (PLOEG, 2008).

A agricultura empresarial corresponde ao segundo grupo. Nessa interpretação de agricultura o crédito, os insumos industriais e as tecnologias estão presentes e servem de base para sustentar uma dinâmica com escala de produção, especialização e foco na economia de mercado.

Os agricultores empresariais tornam-se ativamente dependentes dos mercados (especialmente os mercados de insumos), enquanto os camponeses tentam distanciar suas práticas agrícolas desses mesmos mercados, por meio de uma multiplicidade de mecanismos muito inteligentes. É frequente surgirem formas de agricultura empresarial após programas governamentais de “modernização” da agricultura. Essas formas implicam uma industrialização parcial do processo de trabalho, e muitos empresários aspiram a um maior desenvolvimento nessa direção (PLOEG 2008, p.17 e 18).

A lógica da agricultura camponesa se justifica pela autossuficiência, predomínio da força de trabalho familiar com mínima utilização de insumos externos, quando trocas não mercantis são realizadas, sem orientação ao lucro e sim para manutenção da unidade doméstica. Por outro lado, na lógica de mercado da agricultura empresarial se estabelecem relações comerciais formais e contratuais com o mercado fornecedor de insumos e consumidor dos produtos e serviços produzidos (GÓMEZ, 2001).

Com relação às técnicas aplicadas na agricultura, Gómez (2001), sustenta que na agricultura camponesa, as características ecológicas são sustentadas no respeito aos agroecossistemas, no que tange aos processos de quimificação da agricultura. Na lógica empresarial da agricultura, a produção utiliza maquinário, tecnificação e

mecanização, com menos trabalho familiar na atividade agrícola. Essas técnicas fazem com que os processos de agregação de valor e de transformação possibilitem a essas empresas familiares, pequenas em relação ao espaço rural, participarem de cadeias produtivas maiores que, no caso brasileiro, se vinculam ao agronegócio.

O terceiro grupo, segundo Ploeg (2008), é constituído pela agricultura capitalista ou corporativa. Nesse grupo o foco está no sistema agroexportador operado por uma rede extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade, que utiliza intensivo de mão-de-obra assalariada. Muitas dessas corporações ou redes corporativas são conhecidas como *players* de mercado, ou seja, líderes em segmentos de negócios por suas produtividades, desempenho, retorno financeiro e patrimonial no mercado em que estão inseridas.

A racionalidade instrumental está presente nessa dinâmica, pois é voltada para a maximização do lucro e ao mesmo tempo atua como condicionante de segmentos de mercados agrícolas e alimentares numa perspectiva competitiva. Para Fernández e Brandão (2010), esse modelo impõe ao rural estratégias de fragmentação de processos produtivos ligados ao mercado para atender à concentração da riqueza de grandes grupos que condicionam complexos produtivos agroalimentares.

Segundo Ploeg (2008) a principal diferença que, frequentemente, é apontada entre os três grupos assenta-se na escala de aplicação. De um lado a agricultura capitalista ou corporativa com suas redes de corporações condicionando diversos segmentos agropecuários, e de outro lado a agricultura camponesa com sua vulnerabilidade frente ao mercado. A agricultura empresarial se estabelece no meio termo, podendo o empresário rural migrar para a agricultura capitalista ou para a agricultura camponesa.

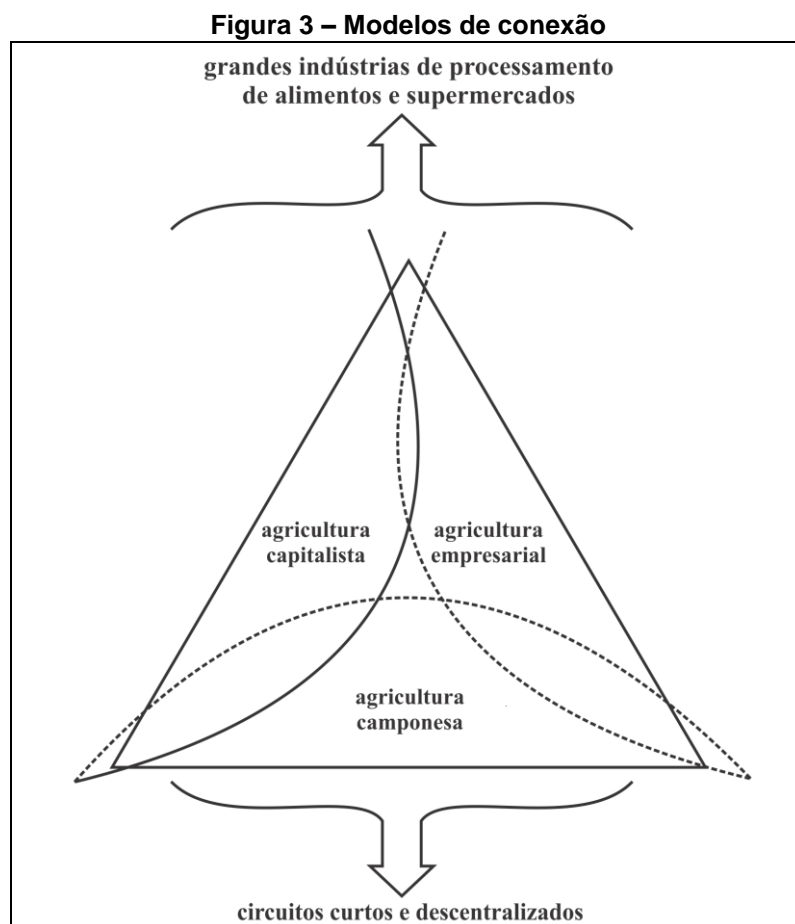
Em essência, o que diferencia os três grupos está nas formas de estruturar o social e o material. Por exemplo, os camponeses produzem campos e criam gado que são diferentes daqueles produzidos por agricultores empresariais e capitalistas. O modo de produção também difere entre as três categorias. Além disso, os agricultores empresariais se relacionam de forma diferente com o processo de produção, bem como com o mundo exterior, comparando com as outras duas categorias. Ou seja, eles se constituem – independentemente de sua dimensão – em uma categoria social que difere em muitos aspectos das categorias dos agricultores capitalistas e dos camponeses (PLOEG 2008, p.18).

Apesar das diferenças existentes entre os três grupos não existe uma demarcação definida entre eles. Enquanto a agricultura camponesa está ligada à pluriatividade,

como os sem-terra e os trabalhadores urbanos que plantam para a subsistência, os empresários industriais podem migrar para a agricultura, transformando-se numa espécie “híbrida” entre capitalista e agricultor (PLOEG, 2008).

As interligações entre os três grupos agrários e a sociedade em geral são estruturadas em muitas formas distintas. Porém, é possível destacar aqui dois modelos dominantes. Um desses modelos centra-se na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial (PLOEG 2008, p.20).

Por meio da Figura 4 podem-se visualizar as conexões e as interligações existentes entre a agricultura capitalista e a agricultura empresarial com grandes indústrias de processamento de alimentos e redes varejistas e, a agricultura camponesa com circuitos curtos e descentralizados.



Fonte: Ploeg (2008, p. 19).

Assim, segundo Ploeg (2008), as relações entre esses dois modelos contrastantes de conexão e os três grupos não são definidas com clareza. O que fica evidenciado é que a agricultura empresarial e a agricultura capitalista estão essencialmente integradas à demanda global por meio de empresas de processamento e grandes redes de distribuição, enquanto a agricultura camponesa conecta-se no espaço local e regional por meio de circuitos curtos e descentralizados, o qual a mantém distante do controle direto do capital, apesar de indiretamente estar envolvido.

Com as interligações da agricultura capitalista e grandes corporações e, de certa forma, da agricultura empresarial com as grandes indústrias de processamento e redes de empresas globais o processo de industrialização encontra, segundo Ploeg (2008), um canal poderoso para sua constituição na produção de alimentos.

Além disso, a industrialização representa, em primeiro lugar uma desconexão entre o consumo e a produção de alimentos e as particularidades na dinâmica do espaço e tempo. As localidades e as regiões deixam de ter importância e passam a ser espaços de implantação de modelos e técnicas padronizadas e artificializadas de produção. Em segundo lugar, a lógica industrial não considera os ecossistemas, impondo fatores de crescimento artificial e não dependente da natureza local e regional. Em terceiro lugar, a industrialização é ligada direto ao controle de grandes grupos econômicos no tocante a produção e ao consumo de alimentos. O ordenamento está fundamentado no capital, que domina e estrutura a produção agrícola, a transformação e o consumo dos alimentos em escala global (PLOEG, 2008).

Enquanto que a lógica da “agenda da industrialização” define que não existe alternativa a não ser o incremento da industrialização, Bartra (2009) interpreta que na agricultura camponesa há uma heterogeneidade de atividades que bloqueia a lógica industrial, pois ela não consegue estabelecer a uniformização e a serialização dos agroecossistemas.

Por todo o mundo, o processo de industrialização da agricultura introduz fortes pressões descendentes sobre os sistemas locais e regionais de produção de alimentos, independentemente de sua natureza específica. Uma das consequências mais visíveis desse processo é o fortalecimento dramático das já existentes manobras especulativas, conhecidas como *squeeze* da agricultura: os preços pagos aos produtores encontram-se sob pressão praticamente em todo o lugar. Isso introduz fortes tendências para a marginalização e para novos padrões de dependência, os quais, por sua vez, impulsionam grande parte dos

processos atuais de recampesinização – quer no Terceiro Mundo, quer em países industrializados. Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência (PLOEG 2008, p. 22).

A recampesinização, em primeiro lugar, acontece com o aumento do número de camponeses por meio de um influxo exterior ou uma reconversão de agricultores empresariais. Em segundo lugar, implica uma mudança qualitativa, ou seja, há um aumento da autonomia e um distanciamento gradual das atividades produtivas ligadas a lógica de mercado (Ploeg, 2008).

Para Ploeg (2008), a recampesinização não deve ser confundida com desativação. A desativação está associada à eliminação gradativa dos níveis de produção agrícola. Em algumas situações recursos financeiros são destinados a agricultura, mas acabam sendo orientados e investidos em outros setores e atividades econômicas. Outra situação de desativação é o processo de êxodo rural, ou seja, mão-de-obra da agricultura migra para atividades desconexas da agricultura de maneira temporária ou definitiva.

Na África Subsaariana encontra-se uma expressão dramática de desativação. Embora, ao longo da história, o crescimento demográfico e o crescimento agrícola sempre tenham caminhado juntos – do que o primeiro conduzia o último -, a África contemporânea tem revelado, desde há várias décadas, um declínio dramático e contínuo na produção agrícola per capita. Neste caso, a desativação corresponde diretamente a um processo generalizado de “desagrarização”. Na Europa, até agora, a desativação apenas ocorreu em pequena escala. Embora a agricultura do Leste da Europa tenha sido temporariamente desativada (devido à extinção do regime socialista e à transição para uma economia de mercado neoliberal), essa desativação foi seguida de uma recampesinização generalizada e de uma vaga agricultura empresarial e capitalista (essencialmente baseadas na migração vinda da Europa Ocidental). A desativação ocorre, frequentemente, nas proximidades de cidades grandes em expansão, pois a especulação de terras torna-se mais atrativa do que a produção agrícola. A desativação também pode ser imposta por mecanismos estatais e pela União Européia: os programas de *set-aside*, as reformas McSharry (que introduziam uma extensificação deliberada da produção agrícola), os sistemas de cotas e vários outros programas territoriais e ambientais pretendem moderar ou mesmo reduzir a produção agrícola. Porém, é esperado que, nos próximos anos, a desativação se desenvolva e ultrapasse os níveis até agora atingidos (PLOEG 2008, p. 23 e 24).

A agricultura empresarial, que ocupa posição intermediária entre a agricultura capitalista e agricultura camponesa, e por ser tomadora de preços no mercado pode sofrer um processo de desativação. O empresário pode optar pela retirada do capital investido na agricultura e reinvesti-lo em outra atividade não agrícola. Movimentos de

suburbanização, pela criação de reservas ambientais, novas alternativas de utilização das águas e áreas de lazer podem influenciar a tomada de decisão do empresário e conseqüentemente favorecerem a desativação.

Segundo Ploeg (2008) a industrialização e a recampesinização são dois processos que estão em evidência no contexto atual. A desativação tem sido um processo secundário, mas que pode no futuro influenciar a agricultura.

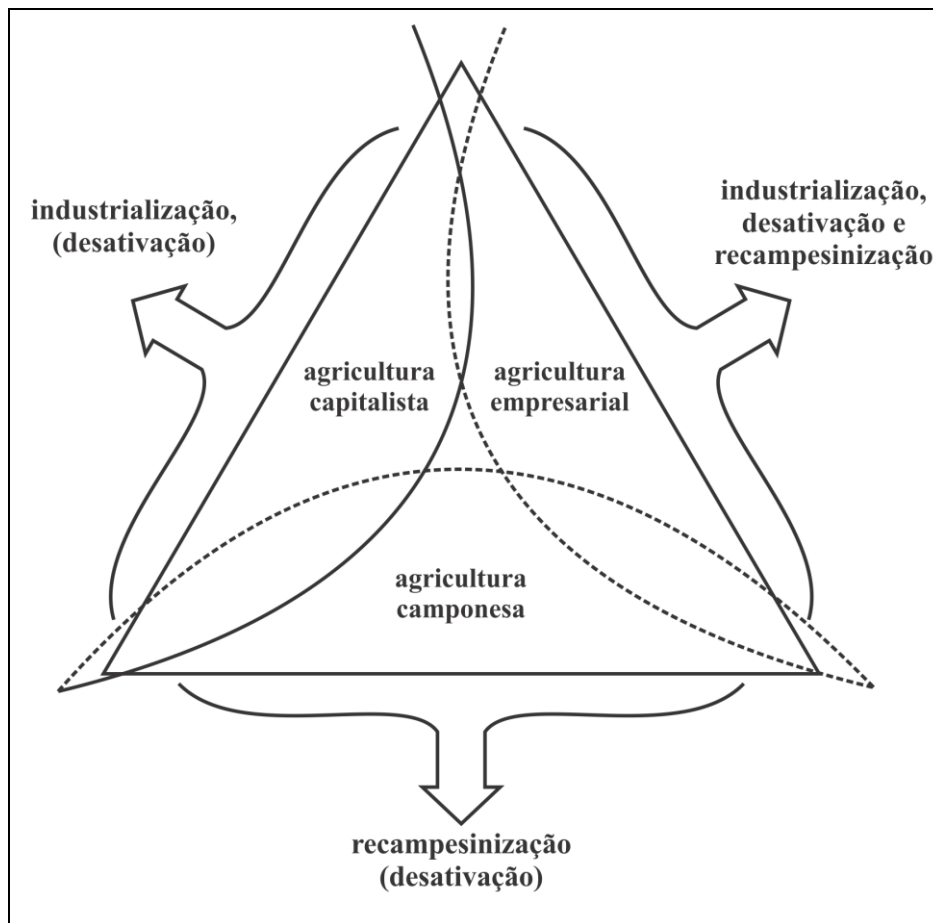
A interligação entre estes três processos é evidente. A industrialização tem como objetivo os aumentos da participação no mercado, com isso as economias empresariais, gradativamente, irão entrar em crise, pois suas possibilidades de reprodução e manutenção serão prejudicadas pela deterioração dos termos de troca. Nesse sentido, Ploeg (2008, p. 25), interpreta que:

[...] é necessário procurar e construir novos graus, formas e espaços de autonomia. É dessa forma que o processo de recampesinização se inicia. Para reduzir os níveis de custos, uma parte da agricultura empresarial será reestruturada de acordo com formas de produção mais “resistentes”, semelhantes às da agricultura camponesa. Contudo, também é possível que o grupo da agricultura empresarial venha a agir contra a deterioração dos termos de troca por meio de um incremento da industrialização e/ou através da desativação. A recampesinização pode ainda emergir dentro da própria agricultura camponesa. A “condição camponesa” não é estática: “Tal como todas as entidades sociais, o campesinato existe apenas como um processo, ele existe em sua própria mudança.

Dessa maneira, os três processos transitórios apresentam-se interligados e opostos. O processo de industrialização dentre os três procura a hegemonia, baseado nos interesses de grandes corporações e na agricultura capitalista.

Segundo Ploeg (2008), com dinamismo e complexidade a industrialização, a recampesinização e a desativação se inserem na agricultura capitalista, na agricultura camponesa e na agricultura empresarial, conforme Figura 5. Um movimento de parte da agricultura empresarial tende ir em direção ao setor capitalista, por meio da industrialização. Assim, o processo de industrialização tenta se estabelecer como hegemônico dentre a recampesinização e a desativação.

Figura 4 – Processos transitórios



Fonte: Ploeg (2008, p. 25).

É na agricultura empresarial que a desativação reside e se origina. Há também correntes de pensamento que argumentam que a agricultura camponesa representa a desativação por estar envolvida na pluriatividade. A recampesinização surge por meio de diversas maneiras, como no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além disso, unidades produtivas no Paquistão, Bangladesh e Índia estão apresentando uma reorientação da agricultura empresarial no sentido de adotar modos de organização similares aos da agricultura camponesa para suportar as oscilações dos preços e dos custos. Assim, a recampesinização representa um complemento ao desenvolvimento da agricultura camponesa (PLOEG, 2008).

Essa interpretação sobre a origem e as transformações da agricultura familiar mostram que existem relações entre a produção camponesa, a produção empresarial e a produção corporativa no momento em que são considerados os processos de

industrialização, de recampesinização e de desativação. Assim, este capítulo serve de base para a compreensão do complexo e dinâmico processo de transformação da agricultura familiar para agroindústria familiar.

3.4 A Agroindustrialização Familiar: um debate teórico

As transformações da agricultura familiar permitiu o desenvolvimento da noção de agroindústria familiar. Para essa compreensão o debate teórico vem sendo feito, em nível de Brasil, desde os anos de 1990, considerando várias atividades familiares de agroindustrialização, interpretadas como agroindústrias familiares.

Para Wilkinson (2002) ao interpretar a agroindústria familiar apresenta como base teórica a Sociologia Econômica e a Teoria das Convenções, que ajudam na compreensão do funcionamento dos mercados que atendem as atividades familiares de agroindustrialização.

Essas atividades, desenvolvidas por pequenos empreendimentos agroindustriais acabam gerando mercados com base na proximidade, que considera as relações familiares e os canais de comercialização com os clientes em uma localidade. A confiança entre produtores e consumidores, o saber-fazer, as relações de parentesco e vizinhança dão base para mercados, tanto formais quanto informais (WILKINSON, 2002).

Para Wilkinson (2002), a imersão (*embeddedness*) vem garantindo ao longo do tempo a sustentação das agroindústrias na vida social local, mas essas atividades estão sofrendo cada vez mais a pressão de outros mercados e lógicas por meio de imposições de normas principalmente ligadas aos aspectos higiênicos e sanitários. Se isso se materializar, assegura o autor, as agroindústrias familiares podem entrar num processo de inclusão (“critérios” para existir) e de exclusão (inconformidade com “critérios”) nas diversas áreas rurais brasileiras.

[...] o *embeddedness* de muitos mercados locais e informais, que serviu como uma proteção natural durante muito tempo está sendo ameaçado tanto pela concorrência dos mercados formais que tentam se apropriar desses nichos de produtos tradicionais quanto pelas pressões para uma adaptação às regras “impessoais” de higiene e sanidade do mercado formal. O caminho de uma simples acomodação às normas sanitárias vigentes implicaria uma forte seleção e uma alta taxa de mortalidade para os pequenos empreendimentos, que seriam asfixiados por custos desproporcionais à escala das suas atividades. A

segunda opção, em plena negociação e/ou implementação em vários Estados, passa pela negociação de uma legislação apropriada às dimensões dessas pequenas atividades agroindustriais. Nesse caso, os princípios “inegociáveis” de salubridade precisam ser desvinculados de critérios técnicos favorecendo apenas um tipo de ator (WILKINSON 2002, p. 9)

Com o enfoque nas redes horizontais e verticais de desenvolvimento rural, Mior (2005) vai ao encontro da interpretação de Wilkinson sobre “construção de mercados”. Sua definição de agroindústria familiar rural consiste em...

[...] uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural constitui um novo espaço e um novo empreendimento social e econômico (MIOR 2005, p. 191).

Nesse sentido Mior (2005) interpreta que o surgimento das agroindústrias rurais pode ser observado como uma reconfiguração do produto colonial produzido pela agricultura familiar. Essa transformação ocorreu por meio de associações de produtores com apoio do poder público. O produto colonial processado pelas agroindústrias passou a ser visto, pelos produtores, como um produto de maior valor e com possibilidade de gerar maior renda para as famílias.

Outros aspectos corroboram para a caracterização da agroindústria familiar rural. Aspectos relacionados a localização no meio rural, as máquinas e os equipamentos utilizados em escala menor, a matéria-prima própria ou vinda de vizinhos, a produção artesanal e o trabalho realizado pelos próprios membros familiares. Além disso, essa dinâmica também pode se manifestar por meio de empreendimentos associativos, que reúnem várias famílias produtoras (MIOR, 2007).

Dois pontos são fundamentais, segundo Mior (2007), para a sustentação dos empreendimentos agroindustriais familiares: 1) a horizontalidade das redes sociais que produtores estabelecem com atores, instituições e consumidores locais e, 2) a utilização do saber-fazer que está contido na cultura regional.

Esses dois pontos são importantes no momento que as relações horizontais e o saber-fazer sejam materializados nos produtos das agroindústrias, não somente como agregação de valor monetário, mas o valor cultural expresso nos produtos que permite

a diferenciação em relação a outros mercados, principalmente com relação à identidade artesanal, colonial e agroecológica (MIOR, 2007).

Para Mior (2005), a Agroindústria Familiar vem da Agricultura Familiar, submetendo parte da produção vegetal e animal e produtos processados visando maior valor de comercialização e/ou troca. Esclarece ainda que, para se constituir uma Agroindústria Familiar, tem de ser de uma família, de uma associação ou de uma rede de associações/cooperativas familiares; produzir sua matéria-prima ou adquirir em pequena quantidade de agricultores vizinhos; predomínio de mão de obra familiar; e apresentar laços de parentesco e sanguíneo ao longo de gerações.

Com a ênfase mais voltada a noções de sistemas agroalimentares, Maluf (2004), se insere neste debate teórico quando interpreta que as atividades de agregação de valor ao produto primário pode se caracterizar como uma complementaridade a produção primária na propriedade familiar. Além desse complemento, as atividades agroalimentares são essenciais para a reprodução social digna das famílias, por gerarem renda e por possibilitarem o autoconsumo.

Além disso, as agroindústrias podem ser compreendidas com base no enfoque territorial, o qual agrega três pontos: a identidade territorial dos produtores; a proximidade da produção e do consumo e; a abordagem espacial do território como aglomeração de unidades produtivas (*cluster*) (MALUF, 2004).

O primeiro ponto ligado à identidade territorial dos produtores é exemplificado pela denominação de origem e selos regionais que visam identificar no produto aspectos culturais característicos da região. O segundo ponto está ligado à facilitação das transações por meio das vantagens relacionadas aos baixos custos de transporte, a qualidade e a confiança dos consumidores aos produtos. Já o terceiro ponto considera as vantagens no aproveitamento dos recursos específicos, como a mão-de-obra, a produção própria de matérias-primas, a criação e inovação local e o conhecimento adquirido socializado entre os produtores (MALUF, 2004).

A razão de ser das agroindústrias, segundo Maluf (2004), é a oportunidade de poderem produzir suas próprias matérias-primas e utilizarem no processo de agroindustrialização familiar, tanto de maneira individual como coletiva, gerando uma maior autonomia e diferenciação social e econômica aos produtores.

Em outra interpretação apresentada por Prezotto (2002) a Agroindústria Familiar ajuda na retomada dos saberes sociais das unidades de produção familiar no que se refere ao beneficiamento de alimentos que, ao longo do tempo, sempre existiu nas propriedades rurais e que foram gradativamente desconstruídas pelo modelo de modernização da agricultura.

Segundo Prezotto (2002), alguns aspectos ajudam a compreender a Agroindústria Familiar. No que tange a sua estrutura, ela está locada na propriedade do agricultor. A matéria-prima utilizada vem dos produtos de origem animal e/ou vegetal da própria propriedade, e as atividades laborais são, predominantemente, dos membros familiares.

Em pesquisa realizada com agroindústrias familiares do norte do estado do Rio Grande do Sul, Gazolla (2009), verificou que 45,30% dos produtores pesquisados informaram que a matéria-prima é totalmente produzida na propriedade rural. Esse é um ponto importante no sentido de que quanto maior a utilização da matéria-prima produzida na propriedade da família, menor vai ser sua dependência em relação aos fornecedores. Assim, essa dinâmica permite as agroindústrias familiares maior autonomia frente ao mercado fornecedor e, conseqüente, redução dos custos de processamento.

Nesse sentido, Nierdele e Wesz Junior (2009) interpretam que a agroindustrialização familiar está sendo associada a autonomia das famílias produtoras. Isso se justifica pelo domínio dos recursos utilizados como suprimentos básicos para a produção da agroindústria. Assim, com o domínio da própria produção das matérias-primas, os produtores acabam não precisando adquiri-las no mercado fornecedor.

A agroindústria familiar representa o processamento de produtos primários do próprio agricultor. A forma de produção ocorre de maneira artesanal com escala de produção não industrial em instalações físicas gerenciadas pela própria família produtora (PREZOTTO, 2001).

A escala de produção da agroindústria familiar está diretamente ligada à capacidade de produção dos produtos agropecuários da propriedade e da capacidade de trabalho dos integrantes da família produtora. A família estabelece a manutenção ou ampliação da atividade, bem como atende à legislação, partindo da própria família. Assim, se estabelecem alternativas endógenas de domínio e controle do que é produzido, ou seja, mantém-se a lógica camponesa, mas também se acrescentam

aspectos empresariais, no momento que assume princípios de gestão e de comercialização com o mercado (PREZOTTO, 2002).

Diante disso, Prezotto (2002, p. 8), formula sua interpretação com relação às agroindústrias familiares. Ele define que:

[...] a agroindustrialização é o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou a transformação de matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal, como por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas.

A agroindústria familiar também é estudada quanto a suas denominações. É o caso de Guimarães e Silveira (2010), que descrevem e denominam a “agroindústria caseira” que se caracteriza por manter sua base produtiva artesanal, que se direciona ao autoconsumo da família produtora e pouca relação com mercados, ou seja, comercializam apenas quando há excedente, portanto não estabelecem um compromisso com o atendimento da demanda do mercado.

A “agroindústria familiar artesanal” é denominada e interpretada por Guimarães e Silveira (2010), como uma agroindústria que mantém o caráter artesanal nos seus produtos. O saber é passado de geração para geração, mas admitem o aprimoramento técnico por meio de cursos e de trocas de experiências que são aplicadas e incorporadas na produção por meio das Boas Práticas de Fabricação (BPF). Há uma preocupação com a manutenção da identidade territorial do produto, ao mesmo tempo com a qualidade ligada ao atendimento a legislação sanitária.

A outra denominação que Guimarães e Silveira (2010) utilizam é “agroindústria familiar de pequeno porte”. A interpretação acerca dessa denominação, segundo os autores, caracteriza-se por uma atividade produtiva como negócio integrado aos mercados, com utilização de tecnologias externas e adequação as normas legais para a funcionalidade dos seus processos produtivos. A produção não é artesanal, conseqüentemente seus produtos não se diferenciam dos produtos industriais comercializados no mercado.

Na experiência estudada na região do Médio e Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul pelos pesquisadores Gelson Pelegrini e Marcio Gazolla surge outra interpretação acerca do debate sobre as agroindústrias familiares. Segundo Pelegrini e Gazolla (2008, p.71),

a agroindustrialização da matéria-prima da agricultura familiar emerge inicialmente do conhecimento e das necessidades dos colonos de se alimentar e de conservar seus produtos. Esse processo deve ser entendido, pois, além de os colonos trazerem consigo os conhecimentos e as técnicas de produção dos alimentos processados, eles também possuem necessidades alimentares baseadas na produção e no consumo próprio dos seus alimentos, tanto *in natura* como processados.

A agroindústria familiar passa a ser uma estratégia de reprodução social, pois materializa atividades e oportunidades de agregação de valor na produção das famílias rurais, gerando receitas e complementando rendas, além de oferecer empregos àqueles produtores que optam pelas atividades de transformação das matérias primas que já produzem (PELEGRINI; GAZZOLA, 2008).

Com essas considerações e interpretações teóricas sobre a agroindústria familiar, se sustenta a presença da lógica produtiva camponesa, mas, por outro lado, apresenta aspectos empresariais que, de certa maneira, se caracterizam pela comercialização dos produtos no mercado. Com isso, a afirmação de Bartra (2009) esclarece que a concepção industrial não encontra sustentação na maneira de produzir familiar. Assim, a Agroindústria Familiar baseada na Agricultura Familiar pode manter uma relação com a organização produtiva sob a lógica camponesa, mas estabelecendo relações sociais e econômicas que também se manifestam na lógica empresarial.

4 BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA

Este capítulo é constituído por duas partes, uma procura fundamentar a abordagem metodológica e, a outra, estabelece o método de delineamento do estudo. A abordagem metodológica é fundamentada na fenomenologia interpretada por Husserl, contrária ao ideal positivista utilizado na ciência. Assim, essa pesquisa caracteriza-se por ser um trabalho qualitativo que utiliza a revisão bibliográfica e a pesquisa documental, bem como a pesquisa de campo como delineamento do estudo.

4.1 Abordagem metodológica

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa foi a fenomenológica estudada por Edmund Gustav Albrecht Husserl no século XX. Sua inquietação caracterizou-se pela crítica e rompimento com a orientação positivista da ciência e da filosofia de sua época. Em sua tese, afirma que todo conhecimento parte da experiência, mas isto não significa que derive da experiência. Uma verdade não se manifesta pela concordância de um enunciado com um estado de coisas dado ou com um vivido temporal. Mas a consciência, enquanto expressão é motivada por um sentido que não procede do objeto ou do contexto designado, mas da intenção de significação (HUSSERL, 1996).

Segundo Capalbo (2008), ao expressar-se sobre a fenomenologia, a compreensão do modo de vida manifestada no cotidiano supõe a análise do comportamento social em relação aos motivos e às finalidades. Além disso, essa compreensão, como método das ciências sociais, sustenta a investigação da maneira como se expressa e se transforma a vida em face de situações qualitativamente particulares.

Para a compreensão das relações que se manifestam em situações particulares acrescenta-se à base metodológica desta pesquisa a noção da Redução Sociológica de Guerreiro Ramos. A indispensabilidade do acordo, por ele sempre defendida, entre o pensamento e a ação, é fruto da sua reflexão e interpretação do “divórcio” entre o falar e o escrever, o falar e o agir, significava um ato de “covardia”, uma sentença que assinala a “falência da personalidade”. Por isso, o comprometimento e o engajamento daquilo que se pensa com aquilo que se age residem na base da Redução Sociológica de Guerreiro Ramos. Nessa lógica, podem-se interpretar os autores como verdadeiros

intelectuais e os autores como intelectuais ilustrados ou livrescos. Nessa perspectiva, há uma condenação do saber alienado e a defesa do saber engajado (AZEVEDO, 2006).

A redução sociológica situa essa investigação e apresenta características que segundo Ramos (1996), são as seguintes:

1) É atitude metódica [...] 2) Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos [...] 3) Postula a noção de mundo [...] 4) É perspectivista [...] 5) Seus suportes são coletivos e não individuais [...] 6) É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira [...] 7) Embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada (RAMOS 1996, p. 72-73).

Assim, esta pesquisa busca consonância com a fenomenologia sociológica, isto é, a possibilidade de se constituir uma eidética sociológica, sem desprezar o confronto e a interação do arranjo produtivo local e agroindústria familiar que se manifesta na dinâmica produtiva familiar na região das Missões.

A eidética sociológica, segundo Capalbo (2008) com base em Husserl, é entendida como a busca do essencial do social, isto é, saber se a essência do social pode ser apreendida como “tarefa infinita”, como qualquer objeto que se propõe ao conhecimento fenomenológico, dando-lhe sempre perspectivas.

A interpretação sobre o recorte espacial, ou seja, da região do Corede Missões, é subjetiva ao ator e está ligada à sua história de vida. A dimensão social é constituída por uma multiplicidade de atores com concepções de mundo diferentes, mas o pesquisador social, segundo Capalbo (2008), só julga importante compreender e analisar as ações que correspondam a “fatos objetivos” significantes. Assim, a maneira como os atores agem e manifestam suas relações num contexto dinâmico pode se constituir uma oportunidade para a investigação.

Nessa reflexão metodológica, Capalbo (2008) considera que, para constituir uma eidética sociológica, deve-se voltar para o núcleo essencial, às coisas nelas mesmas, ou seja, analisar algo de que faz emergir a essência.

Na interpretação de Capalbo (2008, p. 28), a “fenomenologia consiste em mostrar como o outro, o mundo social, cultural, histórico e natural, ao invés de serem “fatos” já constituídos para um sujeito, ao contrário, são constituídos pelo sujeito”.

A atitude de reflexão num processo dinâmico de ideias que dá relevância ao Ser do humano compreende a fenomenologia. A redução eidética permite investigar o possível no real e a hermenêutica permite investigar o que está por trás e sua verdade polissêmica.

A abordagem fenomenológica propõe transcender as particularidades empíricas de que se investe o fenômeno enquanto aparência. Sua busca está na vivência e não no estado de consciência atual através do qual o fenômeno se dá. O que se objetiva não é um saber “sobre” o fenômeno, mas um saber “do” fenômeno (CAPALBO, 1983).

As manifestações e as relações existentes na dinâmica do arranjo produtivo local da agroindústria familiar na região das Missões não foram abordadas somente pela compreensão da consciência coletiva atual manifestada, mas na compreensão da intencionalidade que está por trás do que se manifesta nas relações socioeconômicas na região.

Dessa abordagem, buscou-se, essencialmente, a constituição de um sentido para as relações socioeconômicas na dinâmica do arranjo na região, procurando investigar o comportamento atual não apenas pelo olhar vivencial, mas pelo olhar intencional que se materializam nas relações sociais e econômicas no contexto das agroindústrias familiares.

A intencionalidade das relações foi interpretada com base na razão. Razão esta compreendida à luz da racionalidade instrumental e pela racionalidade substantiva em relação ao conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção de Agroindústria Familiar, que são contraditórios e que deu sustentação teórica para investigação das relações sociais e econômicas manifestadas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões. A coerência com o arcabouço teórico utilizado neste estudo se estabeleceu a partir da abordagem fenomenológica com que os autores, aqui utilizados, fundamentaram suas pesquisas.

A redução fenomenológica, também denominada por Husserl redução eidética, se manifesta na abordagem de Guerreiro Ramos quando da sua crítica à realidade brasileira nas décadas de 1950 e 1960 (CAPALBO, 1983). A prática da redução sociológica, segundo Ramos (1996), somente se manifesta ao pesquisador social engajado ou com o compromisso consciente com o seu contexto. A posição de engajamento sustentado pela fenomenologia não coaduna com atitudes subalternas, de

autoexaltações, de manipulação e apelos emocionais em nome da ciência. Ao contrário, posiciona-se de maneira crítica e radical. Esse compromisso social engajado com seu contexto confere lucidez ao pesquisador, levando-o a considerar as virtualidades ocultas nas “regras de conduta” da sociedade humana.

Para Ramos (1996), na abordagem fenomenológica não existe ninguém livre de condicionamentos, ou seja, seres acósmicos ou a-históricos capazes de interagir e estabelecer relações no mundo. Por isso, a postura deste pesquisador e a abordagem buscou o sentido oculto que está por trás das particularidades regionais que foram construídas por seus atores ao longo da sua história.

Essa busca pelo sentido oculto levou esta pesquisa a utilizar a abordagem qualitativa, que produz resultados que não são alcançados por meio de procedimentos estatísticos e que depende da observação e da interação com pessoas, por meio da linguagem e dos termos por elas utilizados (SPINK, 2004).

4.2 Método e delineamento da pesquisa

A escolha do método qualitativo tem por base a natureza da problemática. Ele permite obter detalhes intrincados sobre o processo de intervenção, informações difíceis de obter-se por meio de métodos de pesquisa quantitativos, uma vez que se deseja, primeiramente, compreender as relações sociais e econômicas no âmbito familiar, dos vizinhos, da proximidade geográfica na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

A segunda indagação desta pesquisa procurou questionar se na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares ocorrem relações não mercantis entre os atores. Na terceira questão que norteia este estudo, pretendeu-se investigar se as contradições entre o conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção de Agroindústria Familiar se manifestam nas relações sociais e econômicas da dinâmica das agroindústrias familiares da região das Missões.

A abordagem qualitativa sustentou o aprofundamento, a compreensão e a análise das opiniões e das ideias das pessoas na dinâmica das relações socioeconômicas das agroindústrias familiares.

O método de interpretação utilizado foi o histórico-analítico. Partindo do princípio de que os atuais modos de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisá-las e compreendê-las a partir de suas raízes. Assim, o método histórico-analítico consistiu em investigar a construção socioeconômica da dinâmica produtiva familiar na região das Missões para verificar como as relações socioeconômicas se manifestam hoje, suas transformações e sua dinâmica materializada na realidade atual.

A importância das raízes históricas sobre a constituição da organização socioeconômica da produção familiar, os acontecimentos, os processos e a maneira como se institucionalizou na região deram sustentação para a compreensão da dinâmica das agroindústrias familiares existentes nas Missões.

O delineamento da pesquisa se constituiu pela pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica sustentou e permitiu a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente. Além disso, por se tratar de um estudo histórico-analítico e a necessidade de obter informações sobre fatos passados, dados secundários trouxeram importante contribuição para esta pesquisa. Já a pesquisa documental se constituiu na investigação do plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local das agroindústrias familiares das Missões, do termo de referência para o plano de desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Rio Grande do Sul e de gravações que o conjunto de atores regionais possui e que detalham os acontecimentos e os fatos que ocorrem ao longo do tempo até os dias atuais na dinâmica das agroindústrias familiares.

A coleta e a sistematização dos dados partiram do universo de 263 agroindústrias familiares, conforme levantamento apresentado no Plano de Desenvolvimento do APL da Agroindústria Familiar da região das Missões no ano de 2014. Segundo Gil (1999, p. 100), uma amostra é um “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população.”

Apesar de a pesquisa ser qualitativa e não quantitativa, o cálculo da amostra teve o propósito de encontrar um número de agroindústrias que seriam investigadas, por município, de maneira equitativa, para facilitar o planejamento e a execução das entrevistas.

Para a realização do cálculo, foi considerada a quantidade de agroindústrias em cada município e os respectivos percentuais de participação sobre o total. Com base na Tabela 6, pode-se perceber o universo das agroindústrias, bem como a quantidade representativa de cada município da região.

Tabela 5 – Agroindústrias familiares, por município, na região das Missões

Municípios	Quantidade	%	Agroindústrias a pesquisar
Bossoroca	6	2,3	3
Caibaté	9	3,4	4
Cerro Largo	17	6,5	10
Dezesseis de Novembro	8	3,1	4
Entre-Ijuís	24	9,1	12
Eugênio de Castro	3	1,1	1
Garruchos	5	1,9	2
Giruá	16	6,1	8
Guarani das Missões	13	4,9	7
Mato Queimado	3	1,2	2
Pirapó	3	1,2	2
Porto Xavier	19	7,2	9
Rolador	3	1,2	1
Roque Gonzales	10	3,8	6
Salvador das Missões	9	3,4	5
Santo Ângelo	14	5,3	7
Santo Antônio das Missões	20	7,6	10
São Luiz Gonzaga	24	9,1	13
São Miguel das Missões	11	4,2	5
São Nicolau	14	5,3	7
São Paulo das Missões	8	3,0	4
São Pedro do Butiá	8	3,0	4
Sete de Setembro	5	1,9	2
Ubiretama	4	1,5	2
Vitória das Missões	7	2,7	4
Total	263	100	134

Fonte: adaptado pelo autor com base no Plano de Desenvolvimento do APL da Agroindústria Familiar da Região das Missões (2014).

Para cálculo da amostra, foi utilizada a calculadora amostral desenvolvida por Santos (2014), que considera amostras de populações finitas. Essa decisão foi tomada por existir uma população finita na região, ou seja, 263 agroindústrias familiares

(PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO APL DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DA REGIÃO DAS MISSÕES, 2014).

Para obtenção das 134 em um universo de 263 agroindústrias familiares foi considerada uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 90%.

O resultado do cálculo da amostra indicou 134 agroindústrias. Para que nenhum município ficasse fora da pesquisa, foi realizado cálculo considerando 100% para as 134 agroindústrias, dividindo de maneira equitativa pelo percentual de participação de agroindústrias familiares de cada município integrante da região das Missões.

Assim, por meio da pesquisa de campo foi possível investigar 136 agroindústrias familiares da região. Para levantamento de dados foram utilizados questionário, entrevista e observação na execução da pesquisa. Um diário de campo foi utilizado para auxiliar no registro das informações observadas pelo pesquisador.

As entrevistas foram realizadas nas propriedades dos(as) produtores(as), por meio de prévio contato e agendamento, e o tempo médio de duração foi quarenta minutos. Após a realização destas, os entrevistados mostravam as instalações físicas das agroindústrias. Já os questionários, foram aplicados nas propriedades, nas feiras de produtores e nos quiosques missioneiros.

O diário de campo foi utilizado para anotações das observações realizadas pelo pesquisador quando da visita às agroindústrias familiares, encontro nas feiras de produtores e quiosques e, em palestras e eventos regionais destinadas aos produtores familiares.

Para atender à abordagem qualitativa deste estudo, as etapas e as técnicas de coleta de dados serviram para organizar e detalhar como os objetivos propostos responderam ao problema de pesquisa.

A primeira etapa foi caracterizar o processo de construção socioeconômica das agroindústrias familiares na região das Missões. Esta etapa se desenvolveu por meio da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica. Foram consultadas fontes bibliográficas, a fim de ampliar a contextualização histórica da região das Missões. Dados de documentos oficiais, fontes estatísticas e bibliográficas obtidos por meio da imprensa escrita, de material cartográfico e de publicações científicas foram utilizados.

O arcabouço teórico e metodológico foi aprofundado por meio da pesquisa bibliográfica. As teorias sobre Arranjo Produtivo Local, Agroindústria Familiar,

Racionalidade Instrumental, Racionalidade Substantiva foram estudadas para a sustentação da proposta desta pesquisa.

A segunda etapa compreendeu na identificação das relações sociais e econômicas que se materializam na dinâmica das agroindústrias familiares. A pesquisa de campo utilizou a entrevista, o questionário e as observações como as técnicas de coleta dos dados.

As entrevistas (Apêndice A) foram semiestruturadas e aplicadas a, aproximadamente, 10% da amostra, ou seja, 14 agroindústrias familiares. As perguntas foram abertas como meio para identificar as questões e as respostas baseadas em uma conversa informal. O roteiro privilegiou o aspecto da informalidade na construção do diálogo para facilitar a obtenção de dados subjetivos. As questões foram abertas e organizadas com base na literatura consultada nos referenciais teóricos e responderam ao questionamento e aos objetivos da pesquisa. A informalidade e a espontaneidade foram privilegiadas, porque o tema requer respostas que remetam à dinâmica das relações e não ao conceito de relações socioeconômicas.

A organização dos dados coletados por meio da entrevista foi realizada por suas transcrições utilizando o programa *Windows Media Player* e conservada cópia do conteúdo integral.

Além disso, foi aplicado questionário aos produtores responsáveis por 136 agroindústrias familiares. O questionário (Apêndice B) foi elaborado com questões fechadas, de múltipla escolha, e abertas, baseado no relatório do Nupes¹ (2011). Acrescentado à entrevista, o questionário foi importante no levantamento de maior número de informações em tempo menor, atingindo maior número de agroindústrias familiares num espaço geográfico mais abrangente na região.

O questionário foi testado antes de sua utilização definitiva para evidenciar possíveis problemas de inconsistências, linguagem, ambiguidades, perguntas supérfluas e tempo de aplicação. Dessa forma, a fidedignidade, a validade e a operacionalidade do questionário foram pré-avaliadas.

A observação foi em vários momentos dentro do contexto da pesquisa das famílias produtoras na região. A observação não foi limitada apenas ao proprietário da

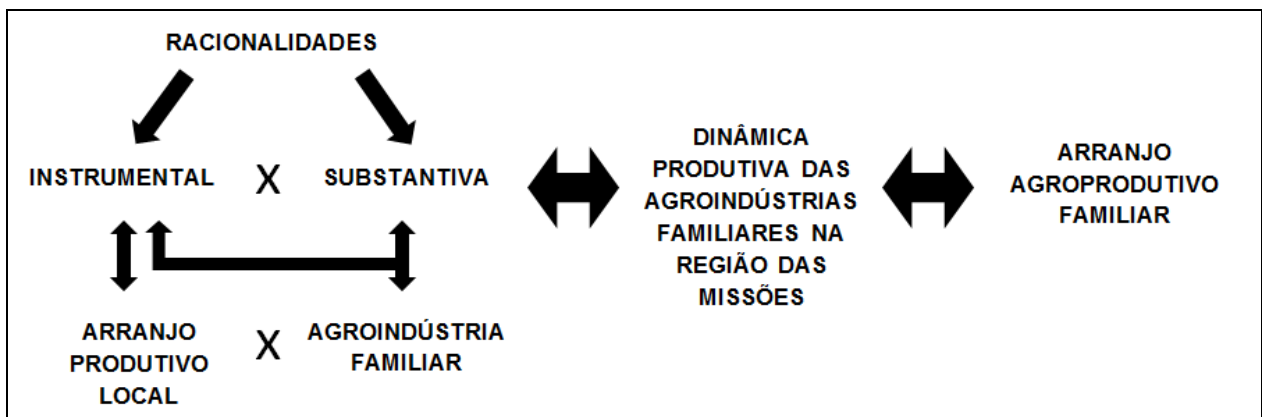
¹ NÚCLEO DE PESQUISA SOCIAL – NUPES. **As famílias agricultoras que cultivam fumo no Sul do Brasil: um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)**. Relatório de pesquisa. 2011.

agroindústria familiar, mas a todos os membros familiares envolvidos nas atividades econômicas e sociais. Os eventos observados foram: feiras de produtores na região, reuniões em associações ou cooperativas de produtores familiares, visitas a agroindústrias, eventos festivos organizados por produtores familiares, eventos religiosos, eventos realizados pela EMATER/ASCAR e ações da Incubadora Tecnossocial de cooperativas e empreendimentos solidários da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*. Para registro desses eventos foram utilizados recurso de áudio e diário de campo.

As racionalidades instrumental e substantiva foram estudadas e relacionadas com a base histórica e teórica que fundamenta o conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção de Agroindústria Familiar. Com essa sustentação teórica, foi possível elaborar o roteiro de entrevista semiestruturado e adequar o questionário aplicado aos produtores responsáveis pelas agroindústrias familiares.

Para demonstrar como o estudo foi desenvolvido, uma figura com as dimensões teóricas e empíricas da pesquisa foi criada e materializada por meio da Figura 6.

Figura 5 – Dimensões teóricas e empíricas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Com a aplicação do questionário, da entrevista e das observações do autor no decorrer da realização da pesquisa foi possível identificar como as relações socioeconômicas se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões.

Depois dos dados levantados e organizados, foram realizadas as análises que permitiram uma reflexão sobre os conceitos das racionalidades e lógica identificada na dinâmica produtiva familiar. Os dados obtidos dos questionários foram organizados em tabelas e gráficos, e analisados por meio da frequência das respostas. Como suporte para organização e análise desses dados foi utilizado o software *Microsoft excel* (versão 2010).

As estratégias para analisar qualitativamente os dados coletados se deram a partir da sistematização e da organização dos dados coletados. Esses dados, a partir das pesquisas documentais e bibliográficas sobre a construção socioeconômica da dinâmica produtiva familiar, foram tratados por meio da análise de conteúdo.

Segundo Moraes (1999), a análise de conteúdo constitui uma metodologia de análise de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos.

O apoio ao sentido das mensagens vindas da pesquisa é o principal objetivo da análise de conteúdo. A essência que está contida na mensagem é o que se busca neste estudo, não apenas as palavras, mas o que está por trás do conteúdo levantado junto aos produtores familiares pesquisados.

O conteúdo de uma comunicação, não obstante a fala humana, e tão rica e apresenta uma visão polissêmica e valiosa, que notadamente permite ao pesquisador qualitativo uma variedade de interpretações. Talvez o maior “nó” em relação à abordagem desses conteúdos está em como visualizá-lo no campo objetivo, a princípio mais palpável; e no campo simbólico, ou seja, naquilo que não está aparente na mensagem (CAMPOS, 2004, p. 612).

Nesse sentido, para viabilizar o método de análise de conteúdo foram organizados as unidades de análise, as categorias e as subcategorias. As unidades de análise utilizadas foram as racionalidades instrumental e substantiva que deram orientação e sustentação para a análise das relações sociais e econômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões.

Para Campos (2004), as unidades de análise são resultado das decisões mais básicas que o pesquisador deve tomar. Elas podem incluir palavras, sentenças, frases ou parágrafos. Nesse sentido, a escolha dessas unidades pelo investigador, deve procurar responder as questões norteadoras do estudo qualitativo.

As categorias analisadas no conteúdo pesquisado foram definidas em convergência com as unidades de análise e a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. Dessa forma, o trabalho, a produção e a comercialização foram escolhidos como as três categorias que abarcaram as discussões dos resultados.

Com as categorias escolhidas surgiu a necessidade da divisão em subcategorias. A categoria “trabalho” foi dividida em “organização” e “conhecimento”, enquanto que a categoria “produção” foi dividida em “fornecedor”, “forma” e “tecnologia”. A categoria “comercialização” não foi dividida. A decisão do autor pela subdivisão das categorias foi para ajudar na organização e no detalhamento das discussões geradas pela análise dos seus conteúdos.

Podemos caracterizar as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos (CAMPOS, 2004, p. 613).

Para organização das informações vindas das entrevistas, primeiramente foram realizadas as transcrições *ipsis litteris*. Para apoiar a codificação e a análise das respostas obtidas foram utilizados os softwares *Microsoft Word* (versão 2010) e *Windows Media Player* (versão 4.5.6.0). Como importantes no apoio na realização da proposta desta pesquisa estes softwares ajudaram na organização e no tratamento de fontes bibliográficas, documentos, imagens e áudio.

Quanto ao processo de codificação, este foi realizado da seguinte maneira:

- Identificação da ideia principal que foi revelada pelo entrevistado a partir de uma leitura atenta de cada frase e, posteriormente, de cada parágrafo inteiro;
- Leitura de toda a entrevista transcrita;
- Codificação a partir de categorias obtidas pelo marco teórico da pesquisa,
- Identificação de ideias-chave a partir da interpretação do conteúdo das entrevistas;
- Geração das categorias finais como resultado da análise.

Para auxiliar no tratamento e na interpretação dos dados coletados nas entrevistas realizadas, foi desenvolvido o instrumento de tabulação e de análise de conteúdo, com suas unidades de análise, suas categorias e subcategorias, demonstradas na Figura 7. As discussões resultantes desse tratamento de dados foram importantes para a construção do capítulo 6 desta tese que foi construído pela discussão sobre as racionalidades na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, pelas contradições da dinâmica produtiva dessas agroindústrias com o modelo teórico de Arranjo Produtivo Local e pelas contribuições que o Arranjo Agroprodutivo Familiar traz ao desenvolvimento regional.

Quadro 1 – Instrumento de tabulação e análise

RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NA DINÂMICA PRODUTIVA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES												
A	A1						A2					
B	B1		B2			B3	B4		B5			B6
C	C1	C2	C3	C4	C5		C6	C7	C8	C9	C10	
E1												
E2												
E3												
E4												
E5												
E6												
E7												
E8												
E9												
E10												
E11												
E12												
E13												
E14												

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Nota: o significado das codificações – (A) Unidade de análise; (B) Categoria; (C) Subcategoria; (A1) Racionalidade instrumental; (B1) Trabalho; (B2) Produção; (B3) Comercialização; (A2) Racionalidade Substantiva; (B4) Trabalho; (B5) Produção; (B6) Comercialização; (C1) Organização; (C2) Conhecimento; (C3) Fornecedor; (C4) Forma; (C5) Tecnologia; (C6) Organização; (C7) Conhecimento; (C8) Fornecedor; (C9) Forma; (C10) Tecnologia; (E1) Entrevistado 1; (E2) Entrevistado 2; (E3) Entrevistado 3; (E4) Entrevistado 4; (E5) Entrevistado 5; (E6) Entrevistado 6; (E7) Entrevistado 7; (E8) Entrevistado 8; (E9) Entrevistado 9; (E10) Entrevistado 10; (E11) Entrevistado 11; (E12) Entrevistado 12; (E13) Entrevistado 13; (E14) Entrevistado 14.

O instrumento é composto por informações de dupla entrada, ou seja, uma vertical formada por unidades de análise, categorias e subcategorias e, outra horizontal para o registro do conteúdo obtido nas entrevistas. Todas essas informações foram codificadas e inseridas no instrumento.

O processo de codificação, ou seja, a marcação das unidades de análise, com sinais ou símbolos que permitam seu agrupamento posterior (em categorias ou subcategorias), geralmente é muito individual, cabendo ao pesquisador se valer da forma que mais lhe agrade. Percebemos, em nossa experiência, que a codificação alfanumérica tem a preferência de boa parte deles (CAMPOS, 2004, p. 614).

Com as técnicas de pesquisa e do método de análise de conteúdo, foi possível escolher as unidades de análise, as categorias e as subcategorias. Além disso, foi elaborado o instrumento de tabulação e de análise, que auxiliou nas descrições e nas discussões sobre as relações sociais e econômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões. Assim, foi possível chegar a uma nova interpretação, através do Arranjo Agroprodutivo Familiar e sua contribuição para o Desenvolvimento Regional.

5 AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA DINÂMICA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DAS MISSÕES

Este capítulo versa sobre as relações socioeconômicas na dinâmica das agroindústrias familiares na região das Missões. Inicialmente, apresenta as características socioeconômicas e as relações sociais da família produtora. Em seguida, a estrutura e a utilização da unidade produtiva familiar são abordadas e, por fim, a dinâmica produtiva familiar com relação ao trabalho, à produção, à comercialização e ao crédito são apresentadas.

5.1 A família produtora: características socioeconômicas

As famílias produtoras que transformaram seus empreendimentos em agroindústrias familiares foram a base desta pesquisa e ajudaram na interpretação da dinâmica produtiva familiar em confronto com a lógica econômica da racionalidade instrumental que se manifesta na interpretação do conceito de Arranjo Produtivo Local.

Com base nos resultados da pesquisa, a família produtora que, ao longo do tempo, se transformou em agroindústria familiar apresenta em 97,1% dos respondentes um núcleo familiar de 2 a 7 pessoas, destacando que 72,1% são integrados por 2 a 4 pessoas, e 25%, por 5 a 7 pessoas.

Tabela 7 – Núcleo familiar

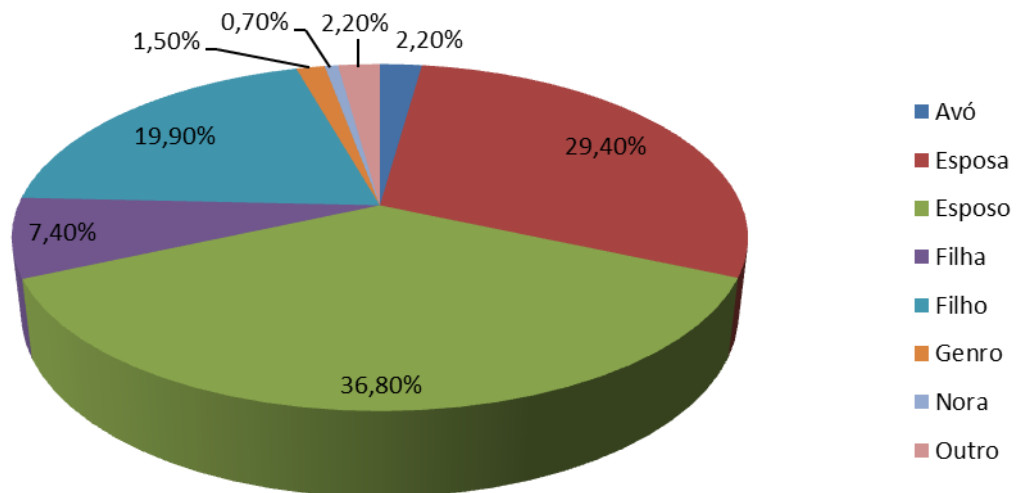
	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% acumulado</i>
De 2 a 4 pessoas	98	72,1	72,1
De 5 a 7 pessoas	34	25,0	97,1
De 8 a 10 pessoas	1	0,7	97,8
De 11 a 13 pessoas	1	0,7	98,5
De 14 a 16 pessoas	2	1,5	100,0
Mais de 16 pessoas	0	0,0	100,0
Total	136	100,0	

Fonte: Resultado da pesquisa (2016).

Em seus núcleos familiares, foram identificadas pessoas que têm a responsabilidade pela coordenação e administração da agroindústria. Na aplicação da pesquisa, por meio do questionário, foi solicitado que o respondente deveria ser o membro familiar responsável pela gestão da agroindústria. Dentre estes, o esposo aparece com 36,8% e a esposa com 29,4%. Isso mostra que a condução da agroindústria está sob responsabilidade do casal que, juntos, somam 66,2% das agroindústrias pesquisadas.

A participação do filho também aparece como membro responsável pela coordenação e administração da agroindústria. O percentual de 19,9% expressa o filho como principal responsável pela gestão da agroindústria. Ao lado dessa constatação, a filha aparece como membro familiar responsável pela gestão da agroindústria em 7,4% dos respondentes. Se forem considerados juntos, pode-se interpretar que 27,3%, ou seja, 37 das 136 agroindústrias pesquisadas apresentam os filhos como os principais responsáveis pela coordenação e administração das suas atividades.

Gráfico 1 – Membro responsável pela administração da agroindústria



Fonte: resultado da pesquisa (2016).

Um dos motivos pelos quais os filhos passaram a ser responsáveis pela administração da agroindústria reside na constatação de que a idade dos pais está aumentando, não dispondo de vitalidade suficiente para o trabalho e as atividades do dia a dia das agroindústrias. O outro motivo constatado foi de que os pais estão

voltados para a agricultura familiar (produção primária), não tendo tempo disponível para a agroindústria, cuja administração passa ser responsabilidade dos filhos. Segundo Mior (2005), a agroindústria familiar vem da agricultura familiar e, o trabalho é compartilhado entre os membros da família ao longo do tempo.

Essa constatação também foi identificada na pesquisa que apontou que 42,7% dos responsáveis pela agroindústria já têm idade que varia entre 50 e 59 anos.

Tabela 8 – Faixa etária

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% Acumulado</i>
15 a 19 anos	9	6,6	6,6
20 a 24 anos	6	4,4	11,0
25 a 29 anos	5	3,7	14,7
30 a 34 anos	8	5,9	20,6
35 a 39 anos	12	8,8	29,4
40 a 44 anos	11	8,1	37,5
45 a 49 anos	12	8,8	46,3
50 a 54 anos	30	22,1	68,4
55 a 59 anos	28	20,6	89,0
60 a 64 anos	5	3,7	92,6
65 a 69 anos	6	4,4	97,1
70 a 74 anos	1	0,7	97,8
75 a 79 anos	2	1,5	99,3
80 anos ou mais	1	0,7	100,0
Total	136	100,0	

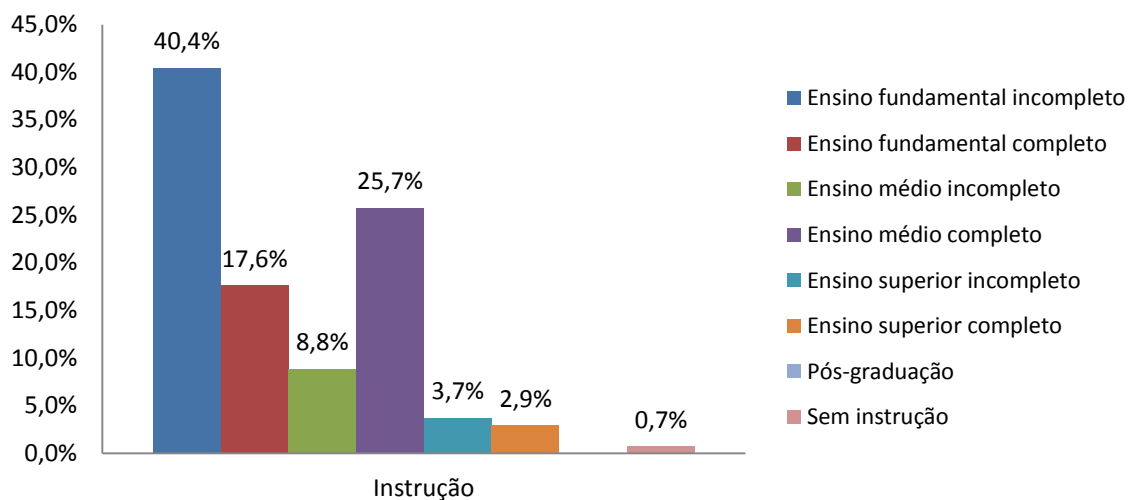
Fonte: resultado da pesquisa (2016).

Com relação ao gênero, a pesquisa apontou que há um percentual maior de homens na administração das agroindústrias em relação à mulher. Dos 136 respondentes 58,8% são homens e 41,2% são mulheres que possuem a função de administrar e conduzem as agroindústrias familiares na região.

Além do gênero, a escolaridade dos pesquisados foi indagada. O resultado mostra que 40,4% possuem o ensino fundamental incompleto. Em segundo lugar ficou o ensino

médio completo, com 25,7% dos produtores pesquisados. Isso demonstra que há baixo grau de instrução das pessoas que conduzem as agroindústrias familiares na região, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Escolaridade



Fonte: resultado da pesquisa (2016).

Agregado ao dado de que a escolaridade encontra-se baixo entre os responsáveis pelas agroindústrias familiares, identificou-se que 84,6% não continuam estudando, enquanto apenas 15,4% estão dando continuidade aos estudos. O que se observa é que não há condições para que o produtor ou produtora possa avançar seus estudos em decorrência de muitas escolas terem sido desativadas no meio rural. Além disso, as atividades desempenhadas nas agroindústrias familiares são de natureza física e demandam quase todo o tempo disponível durante o dia.

Um elemento importante que ajuda na caracterização das agroindústrias familiares da região das Missões é se estes possuem outra fonte de receita como complementação da renda obtida a partir dos resultados da agroindústria. Dos 136 respondentes, 66,9% afirmaram que possuem outra fonte de renda que complementa a obtida na agroindústria familiar, enquanto 33,1% disseram não possuir outra fonte de renda.

A explicação para o percentual ser grande em relação a possuírem outra fonte de renda é a constatação de que 27,2% citarem como outra fonte de renda a atividade

ligada à agricultura. Essa ligação com a agricultura demonstra que, além das atividades da agroindústria, há o desempenho de atividades ligadas à agricultura que, de certo modo, fornece a maior parte ou a totalidade da matéria-prima utilizada para a produção da agroindústria familiar.

Quanto aos valores dessas outras fontes de renda identificadas na pesquisa, 25% dos respondentes afirmaram que fica entre R\$10.001,00 a R\$20.000,00 por ano. Vale destacar que a fonte de renda obtida da propriedade da família, a partir da sua produção agropecuária, está sendo considerada. Assim, constata-se que a origem dessa outra fonte de renda está diretamente ligada à produção primária da própria família, demonstrando que a renda advinda da agroindústria é complementada pela renda obtida pela atividade primária. Assim, percebe-se que a agroindústria familiar possui uma relação direta com as atividades e os resultados obtidos com a produção primária da família.

Tabela 9 – Valores das outras fontes de rendas

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Até R\$1.000,00	5	3,7
De R\$1.001,00 a R\$10.000,00	24	17,6
De R\$10.001,00 a R\$20.000,00	34	25,0
De R\$20.001,00 a R\$30.000,00	14	10,3
De R\$30.001,00 a R\$40.000,00	11	8,1
De R\$40.001,00 a R\$50.000,00	0	0,0
Mais de R\$50.000,00	3	2,2
Não há outra renda	45	33,1
Total	136	100,0

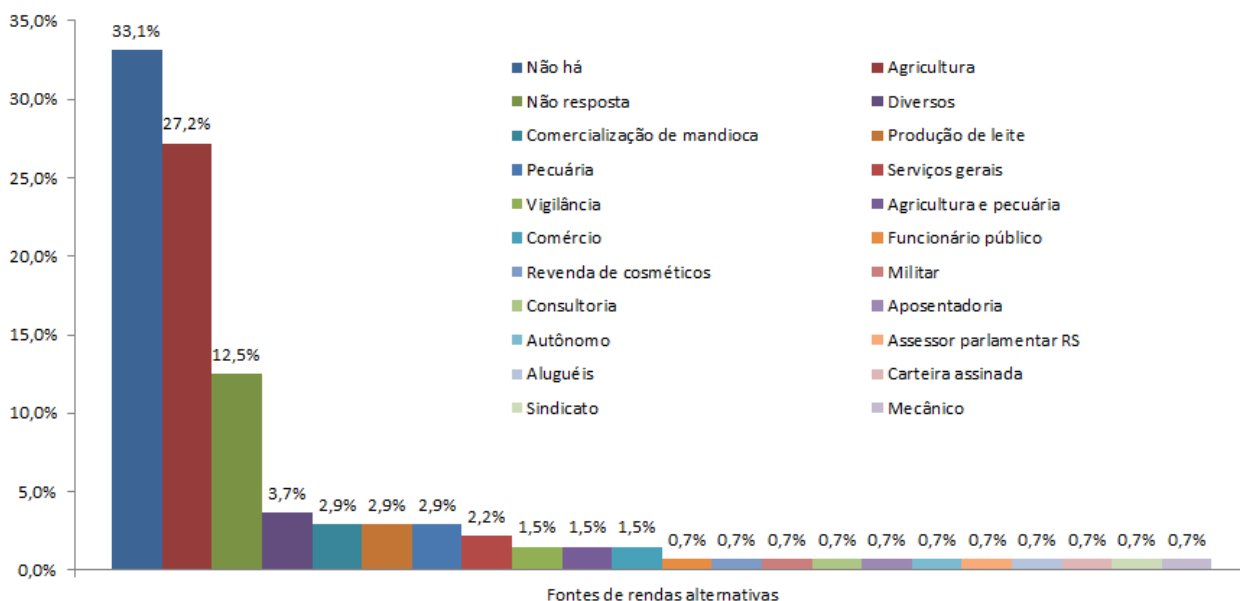
Fonte: resultado da pesquisa (2016).

As rendas alternativas ou que complementam a obtida na agroindústria familiar foram informadas pelos responsáveis pelas agroindústrias. As fontes alternativas e complementares citadas pelos respondentes foram: Funcionário público; Revenda de cosméticos; Militar; Agricultura; Vigilância; Consultoria; Diversos; Aposentadoria;

Comercialização de mandioca; Produção de leite; Pecuária; Agricultura e Pecuária; Comércio; Autônomo; Assessor Parlamentar; Aluguéis; Carteira assinada; Sindicato; Serviços gerais e Mecânico.

A partir dessas outras fontes de rendas, identificou-se que 37,4% são obtidas de atividades relacionadas à produção e à comercialização de produtos primários na própria propriedade e que complementam a renda obtida na agroindústria familiar. Essas atividades primárias são: a comercialização de mandioca, a pecuária, a agricultura e a produção de leite.

Gráfico 3 – Fontes de rendas alternativas e complementares



Fonte: resultado da pesquisa (2016).

Assim, as características socioeconômicas das agroindústrias de produção familiar da região das Missões foram descritas a partir da identificação dos responsáveis pela gestão; suas faixas etárias; pelo gênero e; pela instrução. Além disso, foram identificadas por meio da pesquisa, as fontes de rendas alternativas e seus respectivos valores, que complementam a renda da família produtora.

5.2 As relações sociais da família produtora e suas características

Após a descrição das características socioeconômicas das agroindústrias familiares da região missioneira, pretende-se, a partir deste capítulo, descrever as relações sociais que envolvem as agroindústrias familiares na região. Para isso, a participação social da família na sociedade local e regional; o destino da renda familiar; e as relações de confiança e de credibilidade serão abordadas no decorrer deste capítulo.

Por meio de entidades e de associações as relações sociais entre as famílias produtoras se materializam. Todos os respondentes informaram que participam, juntamente com suas famílias, de sindicatos, de cooperativas, de associação vinculada à igreja, de associação comunitária, de associação de mulheres ou de clube de mães e de clubes esportivos.

Segundo a pesquisa, 69,9% dos respondentes afirmaram que o sindicato é a entidade em que as famílias mais se envolvem. Em seguida, aparece a cooperativa, com 64,7%, como importante espaço para a participação e relacionamento entre as famílias cooperadas. Além disso, constatou-se que o envolvimento das famílias produtoras com essas duas entidades está dentro da lógica cooperada e, ao mesmo tempo, preocupada com a defesa dos interesses coletivos.

A igreja é uma entidade que também apareceu na pesquisa. Ela atua nas zonas urbanas como nas áreas rurais dos municípios. A estrutura das igrejas, seja na cidade ou no interior, apresenta a edificação da igreja e, ao lado, um salão paroquial, onde funciona a sua associação.

A pesquisa identificou que 48,5% das famílias se envolvem com a associação vinculada à igreja, seja como associado ou como membro da diretoria. Diversos eventos são realizados durante o ano, com o envolvimento das famílias na organização de almoços, jantares, aniversários e outras datas festivas. Mas o evento que mais se destaca e reúne as famílias é a missa, que ocorre em dia específico em cada localidade devido ao fato de o padre residir na cidade.

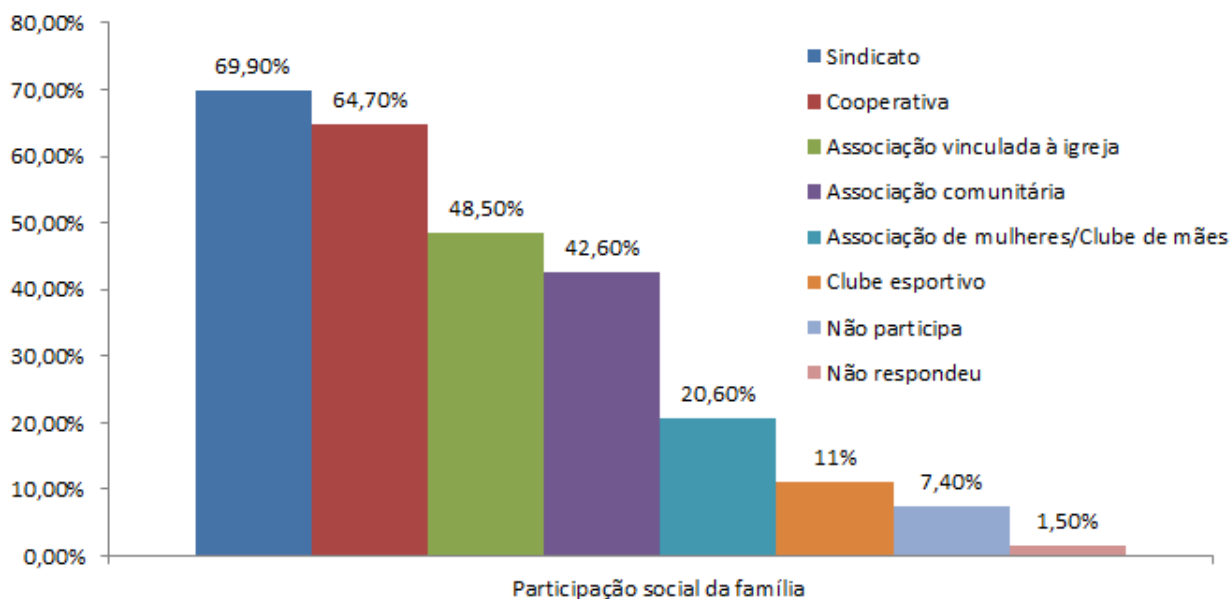
Outra forma de participação social das famílias produtoras é a associação comunitária não vinculada à igreja. Sua estrutura se caracteriza por dispor de salão de festas administrado por uma diretoria eleita pelos associados. Nesses salões, ocorrem

reuniões de produtores, festas de casamento e aniversários, bailes e comemorações de datas festivas. Segundo os respondentes, 42,6% das famílias são vinculadas a associação comunitária.

A participação das mulheres na sociedade local e regional também foi aferida na pesquisa. Com 20,6% das respostas, a associação de mulheres e o clube de mães aparecem como entidades em que as produtoras se envolvem e organizam seus eventos.

Os clubes esportivos também proporcionam encontros e o envolvimento das famílias. Segundo a pesquisa, 11% das famílias são associadas a essas entidades. Os esportes também fazem parte da vida das famílias produtoras e, inclusive, ocorrem vários campeonatos no interior, com diversas modalidades esportivas.

Gráfico 4 - Participação social da família na sociedade local e regional



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Outras entidades em que há participação social da família produtora foram identificadas na pesquisa. O Centro de Tradições Gaúchas (CTG) e o Piquete são entidades em que as famílias se encontram para confraternizações e eventos relacionados à cultura gaúcha. Em contato direto com essas famílias, foi observado em alguns produtores a presença da vestimenta típica do gaúcho, como chapéu,

bombacha, botas e guaiaca. Essa vestimenta é utilizada em eventos e festas e, ao mesmo tempo, constatou-se que alguns produtores a utilizam no dia a dia.

A participação em organizações não governamentais (ONGs) com atividades ligadas a movimentos de pequenos produtores também oferece espaço para o envolvimento e participação das famílias de produtores. As ONGs Associação Regional de Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE) Santa Rosa; Políticas Públicas “Outro Mundo é Possível” (PPOMP) de Santo Ângelo; a Associação Sepé Tiaraju de São Luiz Gonzaga; a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústria da Agricultura Familiar do Território Missões (REMAF) de Cerro Largo; e a Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF) de Porto Xavier são organizações não governamentais (ONGs) com que as famílias produtoras estabelecem relações sociais para reivindicar recursos, comercializar produtos, trocar experiências, participar de cursos de capacitação e organizar eventos relacionados a temas da agricultura e agroindústrias familiares.

Segundo esta pesquisa, a Escola Técnica Guaramano, de Guarani das Missões; a Escola Técnica Cruzeiro do Sul, de São Luiz Gonzaga e a Escola Técnica Aquilino de Santis, de Santo Antônio das Missões, além de servirem para formação dos filhos das famílias produtoras, oferecem espaço para o envolvimento dessas famílias em eventos festivos, esportivos e reuniões. No caso da escola de São Luiz Gonzaga, existe um espaço exclusivo chamado de “Centro de Treinamento”, com estrutura de sala de aula, sala de convivência, cozinha e banheiros, utilizada para reuniões de produtores, inclusive reuniões do APL Missões, bem como para cursos de capacitação.

Essas entidades em que as famílias produtoras interagem e estabelecem suas relações sociais estão localizadas em alguns municípios da região. Em decorrência disso, há o deslocamento frequente de membros da família para cidades vizinhas. Assim, muitas famílias utilizam esses deslocamentos para realizar compras na cidade.

Diante destes frequentes deslocamentos de produtores na região, foi constatado na pesquisa que 73,5% dos respondentes gastam a maior parte da renda familiar na cidade a que pertence a localidade onde residem, enquanto que 21,3% destes gastam na própria comunidade onde residem. Alguns respondentes afirmaram que a maior parte da renda da família é gasta nas cidades-polo da região. Esse dado representou

18,4% dos pesquisados que frequentemente se deslocam para cidades consideradas polo da região.

A região do Corede Missões é constituída por 25 municípios (IBGE, 2014), mas três desses são considerados municípios-polo. O primeiro deles é Santo Ângelo, que possui a maior população e é considerado um município cujo comércio oferece diversidade de opções de compras. Os outros municípios, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo, também apresentam um comércio com maior capacidade para atender às demandas regionais.

A pesquisa identificou que a maior parte do gasto da renda dos produtores não ultrapassa os limites da região, ou seja, a renda obtida pelas famílias produtoras é gasta na própria região. Esse gasto está ligado às necessidades de consumo familiar como de materiais e de produtos utilizados para auxiliar na atividade produtiva das atividades da agricultura e da agroindústria familiar.

Além do gasto da renda da família, a investigação apurou o grau de confiança e de credibilidade nas relações entre pessoas e instituições. Por meio desta pesquisa, os respondentes tiveram a oportunidade de expressar em qual ou em quais entidades e pessoas a confiança e a credibilidade estão presentes nas relações sociais.

As opções questionadas aos respondentes da pesquisa foram: os membros da família; os técnicos da EMATER; os técnicos e pessoas ligadas à cooperativa; o pessoal da Prefeitura (funcionários, etc.); os dirigentes de seu sindicato; os professores da escola e universidade; os vizinhos; o padre/pastor da igreja que frequentam; os compradores e intermediários que adquirem sua produção; os políticos do município e; os fornecedores de matérias-primas.

O resultado deste questionamento apontou que 91,9% dos respondentes percebem que a confiança e a credibilidade estão nas relações com os membros da família. Essa constatação mostra que os laços familiares de confiança são fortes nas relações entre os membros da família. Na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares se percebe que as relações não são, predominantemente, profissionais. Ao contrário, as relações de trabalho são estabelecidas pelo laço familiar, base para sustentação e comprometimento com as atividades produtivas, seja na agricultura, seja na agroindústria familiar.

Fora do núcleo familiar, a percepção de confiança e de credibilidade nos técnicos da Emater foi de 45,6% dos pesquisados. Os técnicos da Emater desenvolvem atividades de extensão como, por exemplo, cursos de capacitação e de assessoria técnica aos produtores familiares da região. A extensão permite que o contato entre os técnicos e os produtores familiares seja frequente em atividades de treinamento e em atividades de assistência na agroindústria.

Os técnicos e as pessoas ligadas à cooperativa obtiveram 19,1% da percepção dos respondentes quanto à confiança e credibilidade. As cooperativas formadas pelos próprios produtores obtiveram um percentual baixo de confiança e de credibilidade. Isso se deve, segundo a pesquisa de campo, ao fato de as cooperativas estarem apenas voltadas para organização de canais de comercialização dos produtos. Além disso, ainda apresentam dificuldades para manter e aprimorar esses canais.

Com 12,5%, aparece o pessoal da prefeitura ao lado dos dirigentes de sindicatos como aqueles que detêm a confiança e a credibilidade dos produtores das agroindústrias. Quando à referência ao pessoal da prefeitura, os respondentes destacam os servidores ligados à Secretaria da Agricultura e à Secretaria de Obras que prestam serviços no interior, tanto de assessoria como de realização de obras de pavimento de estradas e acessos. Já os dirigentes de sindicatos são percebidos como defensores dos interesses dos produtores no que se refere aos direitos trabalhistas e as aposentarias.

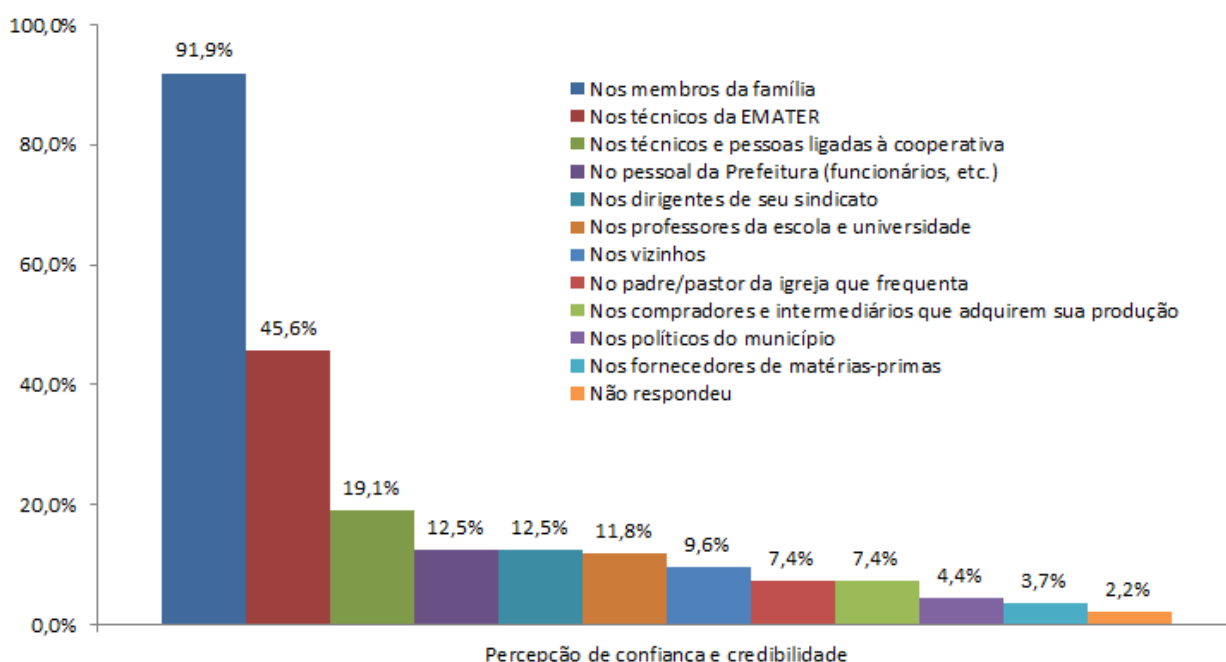
Os professores da escola e da universidade receberam o percentual de confiança e de credibilidade de 11,8% dos pesquisados. O apoio das escolas e da universidade a programas, a projetos e a eventos que envolvem agroindústrias familiares são os principais motivos que levaram esses respondentes a expressarem sua confiança e credibilidade nos professores. Alguns pesquisados informaram que estudaram ou estão estudando em escolas técnicas na região, e que estas são importantes para sua formação. Para Mior (2007) as escolas contribuem com a oferta de espaços de convivência e de participação das famílias produtoras.

A confiança nos vizinhos aparece em 9,6% nos respondentes. Essa percepção de confiança e de credibilidade, segundo a pesquisa, materializa-se pela proximidade e pelos laços que se estabelecem nas relações entre os vizinhos. Essas relações de confiança entre vizinhos ou famílias vizinhas serviram de base para o surgimento de

algumas agroindústrias formadas por integrantes de famílias vizinhas que resolveram se unir e produzir produtos com maior valor agregado, como farináceos e compotas de conservas e doces.

Outros que receberam um percentual de confiança e de credibilidade dos respondentes foram o padre/pastor da igreja (7,4%); os compradores e intermediários que adquirem sua produção (7,4%); os políticos do município (4,4%) e; os fornecedores de matérias-primas (3,7%). Deixaram de responder 2,2% dos pesquisados, conforme dados apresentados no gráfico 5.

Gráfico 5 - Percepção de confiança e credibilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

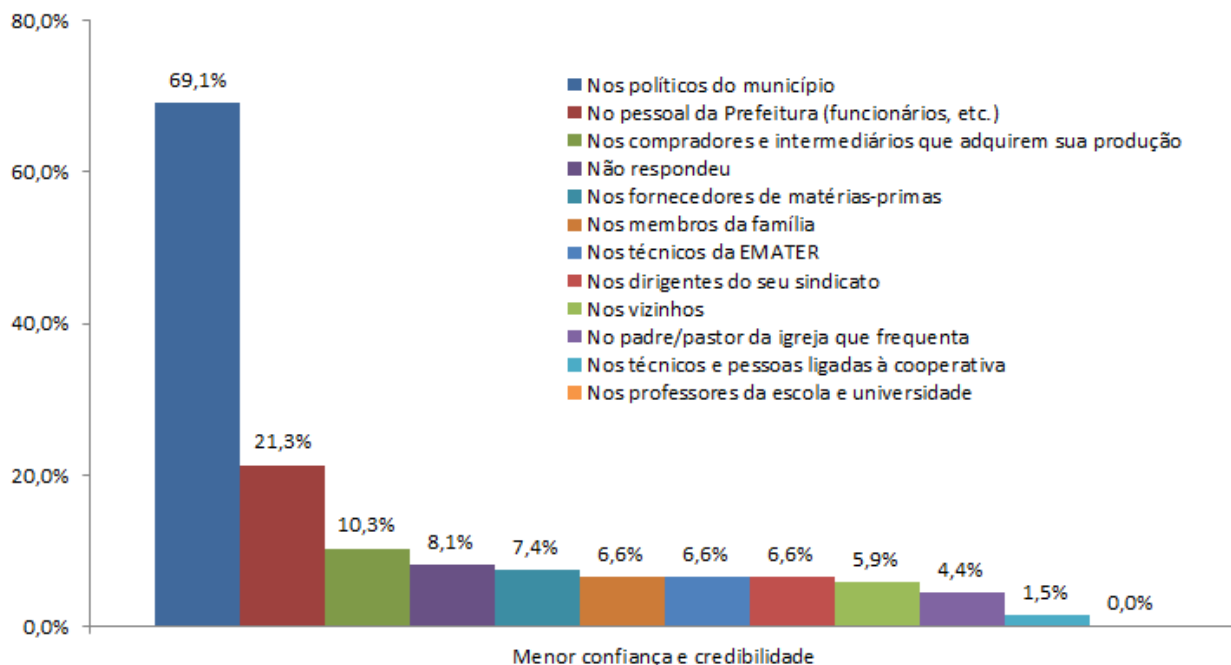
Por outro lado, na pesquisa, foi questionada a percepção da menor confiança e credibilidade, considerando as mesmas opções de respostas apresentadas no gráfico 5. São elas: os membros da família; os técnicos da EMATER; os técnicos e pessoas ligadas à cooperativa; o pessoal da Prefeitura (funcionários, etc.); os dirigentes de seu sindicato; os professores da escola e universidade; os vizinhos; o padre/pastor da igreja que frequenta; os compradores e intermediários que adquirem sua produção; os políticos do município e; os fornecedores de matérias-primas.

Os políticos do município; o pessoal da prefeitura e os compradores e intermediários que adquirem a produção foram os mais citados pelos respondentes. Os políticos do município receberam 69,1% dos pesquisados em relação à percepção de menor confiança e credibilidade. Isso mostra um elevado percentual de descontentamento em relação à classe política dos municípios. Os produtores familiares não estão contentes com as administrações públicas dos municípios por não agirem em prol do atendimento das necessidades das agroindústrias familiares localizadas no meio rural. Na maioria das localidades não há manutenção das estradas e dos acessos às propriedades, o que dificulta o deslocamento de pessoas e de produtos até a cidade. Em dias de chuva, o deslocamento fica difícil ou impossível.

O pessoal da prefeitura é apontado por 21,3% dos respondentes em relação à percepção de menor confiança e credibilidade por ser responsável pela falta de atenção à manutenção de estradas, de acessos e por escolas no interior.

Com 10,3% dos respondentes, os compradores e os intermediários que adquirem a produção entram na lista dos menos confiáveis e críveis na percepção dos produtores familiares. A relação predominantemente comercial com os compradores e os intermediários leva à percepção de desconfiança dos produtores. Isso se justifica pelo fato de as relações de compra e venda dos produtos ser realizada à vista e não a prazo.

Os professores de escolas e de universidades receberam zero por cento na percepção de menor confiança e credibilidade. Para os produtores familiares, não houve motivos que levassem a não confiar nos professores, o que demonstra que estes possuem uma percepção positiva dos pesquisados, conforme apresentado no gráfico 6.

Gráfico 6 - Menor confiança e credibilidade

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Assim, as relações sociais se materializam por meio da participação das famílias em entidades e instituições que formam o conjunto de atores envolvidos nas agroindústrias familiares das Missões.

A partir do próximo capítulo serão abordadas as características da estrutura produtiva e a maneira como os recursos são utilizados, ajudando na sequência do processo de compreensão das relações socioeconômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões.

5.3 A unidade produtiva familiar: estrutura e organização

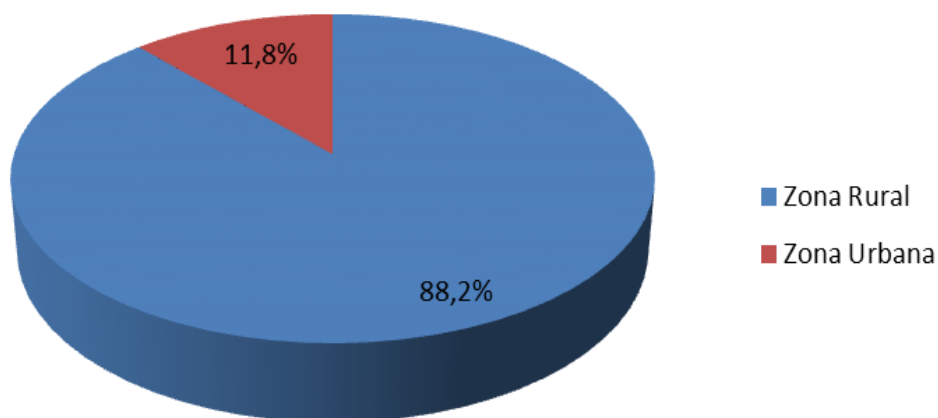
No presente capítulo, serão descritas a estrutura e a organização da agroindústria familiar, sua localização, as condições do produtor, o tamanho da propriedade, a aquisição da terra, a energia elétrica, a fonte de abastecimento de água, o sistema de esgoto, o destino do lixo, os bens da família, as máquinas e os equipamentos da propriedade, as máquinas e os equipamentos da agroindústria, os veículos da família e a utilização da área da propriedade.

O primeiro aspecto abordado é sua localização. De acordo com esse critério foram utilizados dois indicadores, ou seja, as agroindústrias familiares localizadas no meio rural e as localizadas no meio urbano. Constatou-se que, da amostra de 136 respondentes, 88,2% das agroindústrias estão localizadas no meio rural, enquanto 11,8% delas estão localizadas no meio urbano. Segundo Wilkinson (2002), as agroindústrias familiares se constituíram ao longo do tempo, como resultado das relações entre famílias localizadas no meio rural.

Algumas agroindústrias familiares estão localizadas no meio urbano, pois as famílias residem na cidade, mas se deslocam diariamente até sua propriedade rural para produção de produtos primários utilizados como matérias-primas de produtos produzidos por suas agroindústrias localizadas na cidade.

Outra interpretação é decorrente do fato de as agroindústrias familiares estarem localizadas na cidade, inclusive com suas propriedades dentro dos limites urbanos do município. Por isso, 16 dos 136 respondentes informaram que suas agroindústrias se localizam na zona urbana.

Gráfico 7 – Localização da agroindústria familiar

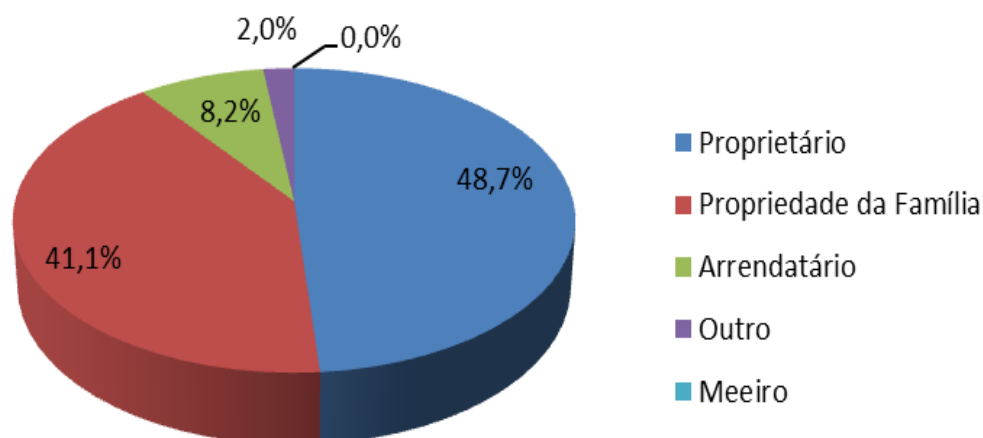


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Na condição do produtor em relação à propriedade da terra verificou-se que 89,8% dos respondentes informaram que são proprietários ou que a propriedade pertence à família. Com essa constatação e com a observação realizada durante o estudo, a propriedade da terra é passada de geração para geração nas famílias dos produtores.

Além dessa constatação, a modalidade de arrendamento de terras dos pequenos produtores familiares não foi representativa. Nessa pesquisa, esta apareceu apenas em 8,2% dos respondentes, que informaram arrendar suas terras.

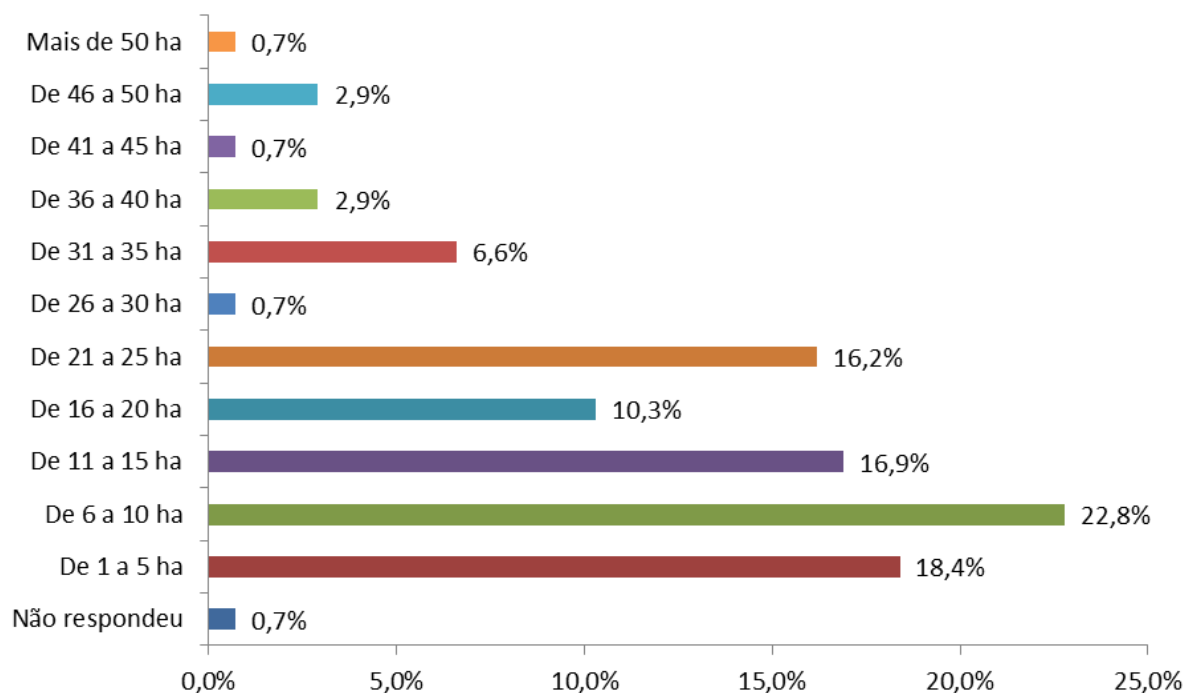
Gráfico 8 – Condição do produtor



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

No tocante ao tamanho da propriedade, a pesquisa identificou que 84,6% possuem propriedade de até 25 hectares. Os maiores percentuais foram encontrados na faixa de 6 a 10 hectares, com 22,8%; na faixa de 1 a 5 hectares, com 18,4%; na faixa de 11 a 15 hectares e; na faixa de 21 a 25 hectares, com 16,2% dos respondentes.

As faixas de áreas acima de 26 hectares representaram 14,5% dos produtores pesquisados. Com isso, o maior número de agroindústrias familiares está em propriedades não superior a 25 hectares, conforme pode ser constatado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Tamanho da propriedade

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

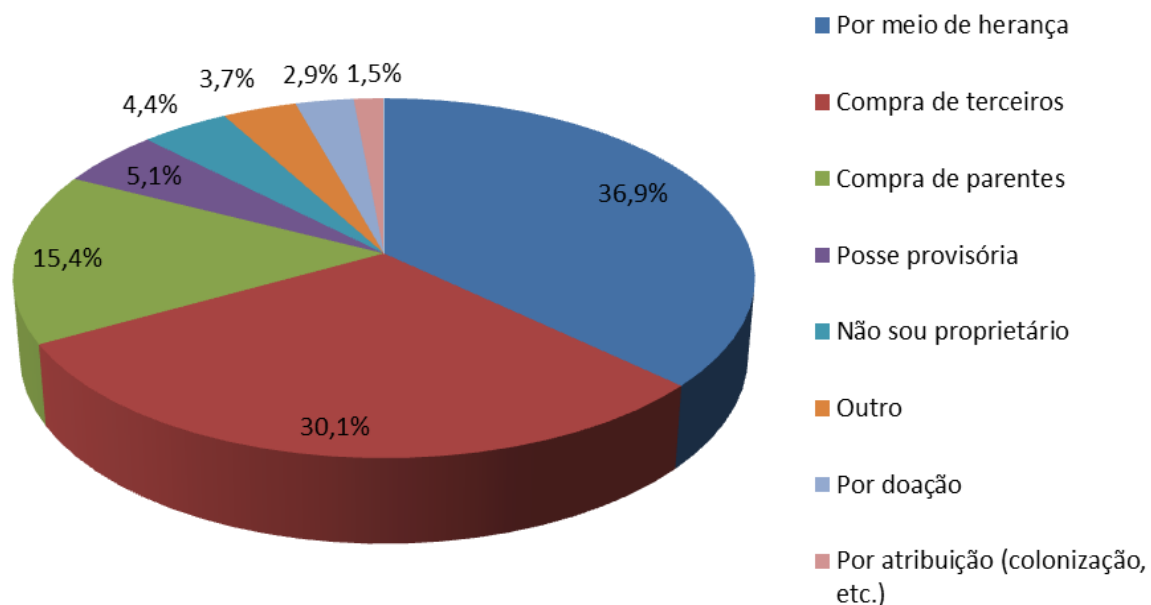
A partir da pesquisa evidenciou-se que 36,8% dos entrevistados adquiriram essas pequenas áreas de terras de produtores rurais que se transformaram em agroindústrias familiares por meio de herança; 15,4% compraram as terras de parentes, perfazendo um total de 52,2% de áreas de terras adquiridas por meio de relações familiares, conforme pode ser visualizado na Tabela 19. Isso mostra que as terras são passadas de geração para geração e que há relações de compra e venda entre os próprios integrantes da família.

De certa maneira, esses dados reforçam a assertiva apresentada anteriormente de que 41,1% dos respondentes informaram que as terras eram de propriedade da família, conforme Gráfico 8. Outro dado que chama a atenção são as relações de compra com não integrantes da família, pois, segundo a pesquisa, 30,1% dos respondentes informaram ter adquirido terras de terceiros.

O que ficou evidenciado é que 85% das propriedades pertencem às famílias. De certo modo, essa é uma informação importante na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, pois a maior parte da matéria-prima é produzida na própria

propriedade das famílias e isso podendo resultar em maior autonomia em relação ao mercado de suprimentos e insumos.

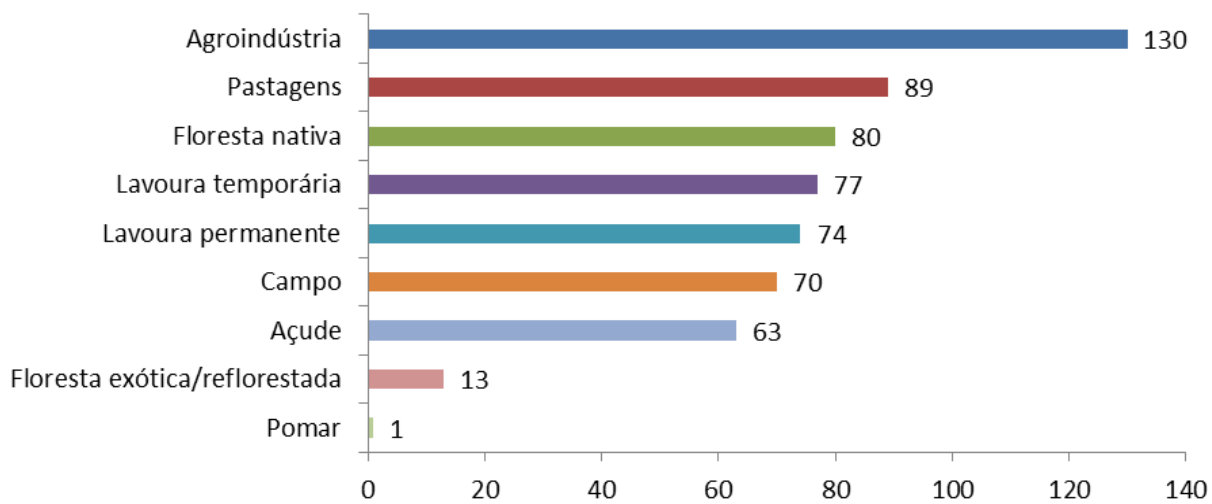
Gráfico 10 – Aquisição da terra



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto à organização da área da propriedade da família, a pesquisa demonstrou que 130 agroindústrias estão localizadas dentro das propriedades. Isso evidencia que a produção primária, que em sua maioria serve de matéria-prima, está sendo produzida na mesma propriedade em que estão localizadas as instalações da agroindústria.

Além da área da propriedade utilizada pela agroindústria, os respondentes informaram que, em suas terras, cultivam pastagens (89); floresta nativa (80); lavoura temporária (77); lavoura permanente (74); campo (70); açude (63); floresta exótica/reflorestada (13) e pomar (1), conforme apresentado no Gráfico 11.

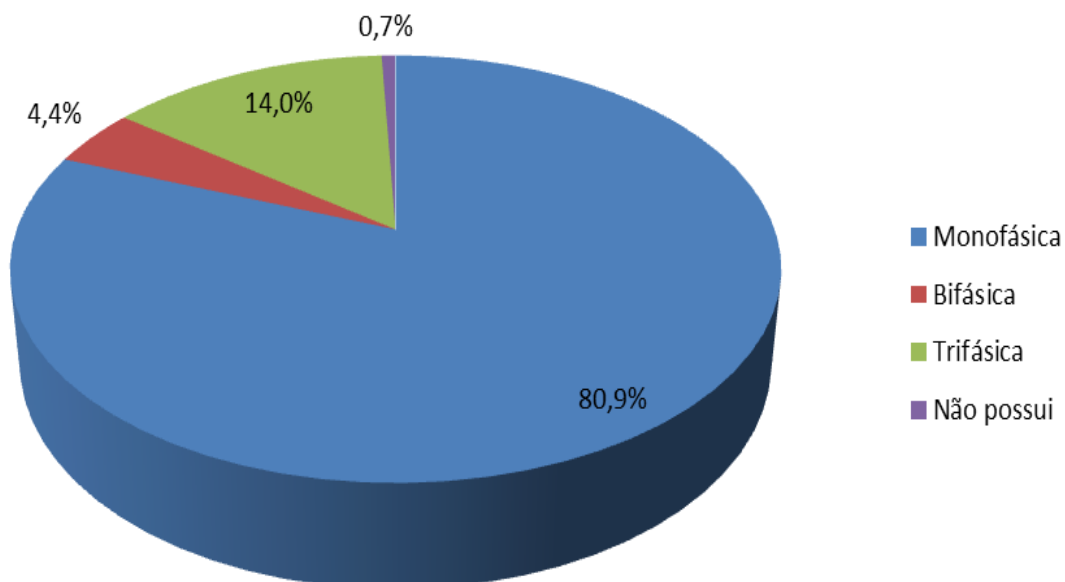
Gráfico 11 – Utilização da área da propriedade

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O saneamento básico e o acesso à energia elétrica são importantes para a qualidade de vida, bem como para a organização e a produção das agroindústrias familiares. A energia elétrica, o abastecimento da água, o sistema de esgoto e o destino do lixo oriundo das propriedades são importantes na compreensão da estrutura das unidades de produção familiares da região das Missões.

Segundo a pesquisa, 99,3% dos respondentes afirmaram que possuem acesso à energia elétrica em suas agroindústrias. Deste percentual, 80,9% são monofásicas, 4,4% são bifásicas e 14% são trifásicas. O que se observa é que em 80,9% das agroindústrias familiares o sistema elétrico é monofásico, ou seja, o consumo de energia elétrica para a agregação de valor ao produto primário parece não ser elevado.

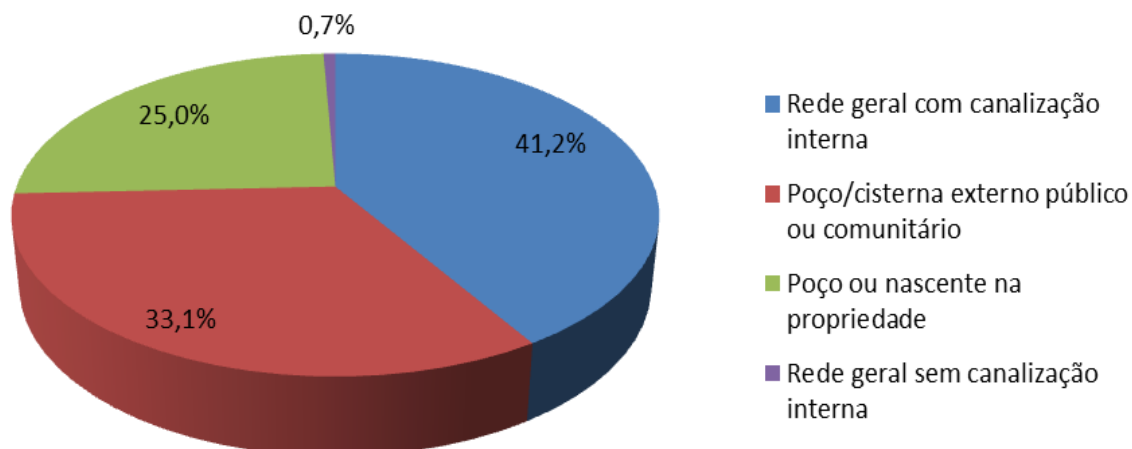
A explicação para esta constatação pode estar na maneira como os produtos são produzidos. Esse aspecto vai ser mais bem detalhado quando for apresentada a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, na seção 5.3 deste estudo.

Gráfico 12 – Energia elétrica

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Ao lado da energia elétrica a fonte de abastecimento de água das agroindústrias também tem sua importância. O estudo junto aos produtores identificou que 41,2% dos respondentes possui rede geral com canalização interna.

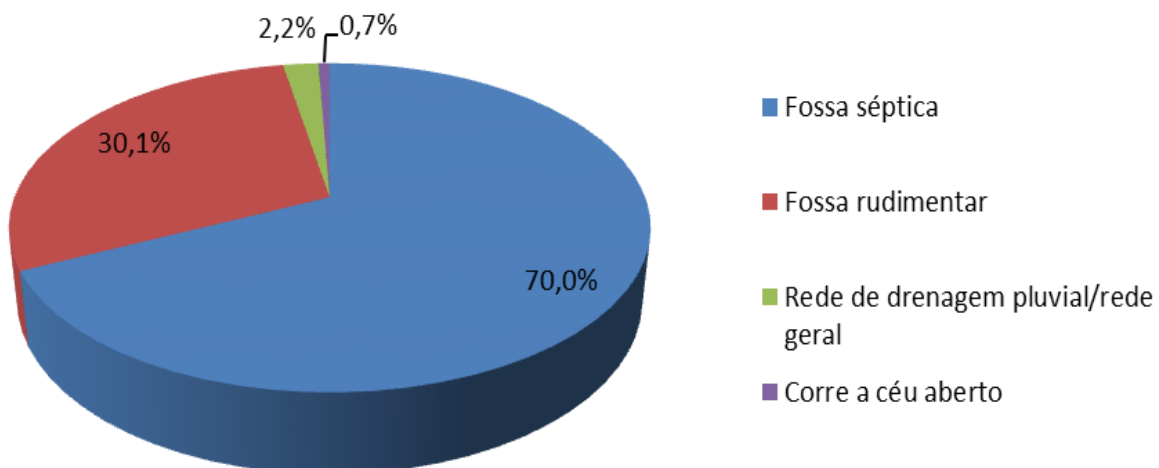
Por outro lado, 33,1% dos respondentes disseram que a fonte de abastecimento de água vem de poço/cisterna externo público ou comunitário e 25% responderam que vêm de poço ou nascente na propriedade. Isso significa que 58,1% da água que abastece as agroindústrias pode não estar recebendo o tratamento adequado.

Gráfico 13 – Fonte de abastecimento de água

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Outro aspecto importante no saneamento básico é o sistema de esgoto. Dos respondentes, 70% informaram que possuem fossa séptica. A fossa rudimentar utilizada para o escoamento do esgoto apareceu em 30,1% dos respondentes.

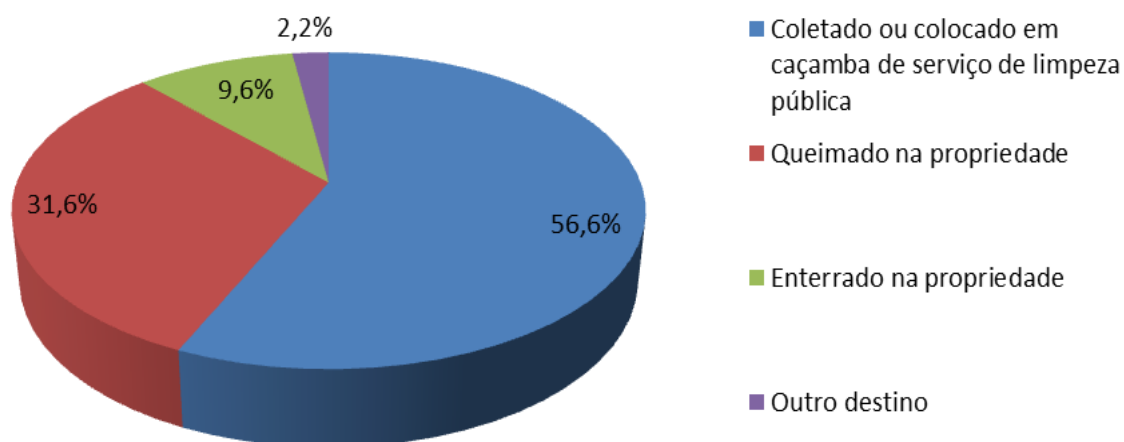
Na maioria delas, por se tratarem de agroindústrias de alimentos a preocupação com o destino do esgoto é pré-requisito para obtenção de autorização por órgãos de inspeção municipal e estadual para produção e comercialização dos produtos.

Gráfico 14 – Sistema de esgoto

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto ao destino do lixo gerado pela agroindústria, 56,6% dos respondentes afirmaram que é coletado ou colocado em caçamba de serviço de limpeza pública. Por se tratar de propriedades que se localizam na zona rural, portanto, longe do alcance do serviço municipal de limpeza pública urbana, 31,6% dos respondentes afirmaram que queimam seus lixos e 9,6% deles responderam que enterram o lixo na própria propriedade.

Gráfico 15 – Destino do lixo



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com relação aos bens que as famílias produtoras possuem, foram estabelecidos os seguintes aspectos: bens da família; máquinas e equipamentos da propriedade; máquinas e equipamentos da agroindústria; e os veículos próprios utilizados pela família.

O primeiro aspecto abordado foi com relação aos bens da família. Os bens que foram citados por mais de 90% dos respondentes são: rádio (100,0%); geladeira (100,0%); fogão a gás (99,3%); telefone celular (98,5%); aparelho de TV (97,8%); máquina de lavar roupas (94,3%); e antena parabólica (92,6%). Por outro lado, os bens citados por menos de 10% dos respondentes são: máquina de lavar louças (1,5%); sistema de alarme (6,6%); e telefone fixo (8,1%).

Outros bens da família informados pelos respondentes são: aparelho de videocassete/DVD; ar condicionado; microcomputador/notebook/impressora; acesso à

internet; TV por assinatura; assinatura de jornal; fogão a lenha; micro-ondas; forno elétrico e freezer, apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Bens da família

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Rádio	136	100,0
Geladeira	136	100,0
Fogão a gás	135	99,3
Telefone celular	134	98,5
Aparelho de TV	133	97,8
Máquina de lavar roupas	127	93,4
Antena parabólica	126	92,6
Forno elétrico	121	89,0
Freezer	120	88,2
Fogão a lenha	114	83,8
Aparelho de videocassete/DVD	106	77,9
Microcomputador/Notebook/Impressora	93	68,4
Acesso à internet	93	68,4
Ar condicionado	75	55,1
Micro-ondas	59	43,4
Assinatura de jornal	19	14,0
TV por assinatura	16	11,8
Telefone fixo	11	8,1
Sistema de alarme	9	6,6
Máquina de lavar louças	2	1,5
Total de respondentes	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Na estrutura das unidades produtivas das famílias, o estudo identificou as máquinas e os equipamentos utilizados na propriedade rural e na agroindústria familiar, de maneira separada. A propriedade rural é interpretada como o local em que a família produz os produtos primários que vão servir de matéria-prima para os produtos produzidos na agroindústria familiar.

As máquinas e equipamentos utilizados nas propriedades rurais, citados por mais de 40% dos pesquisados, foram roçadeira costal (67,6%); pulverizador manual (56,6%); trator (52,9%); arado (50,0%); reboque (48,5%); e plantadeira manual (45,6%).

Além destas, aparecem com menor frequência na pesquisa: arado de tração animal; roçadeira; pulverizador; subsolador; plantadeira; micro trator; batedor de cereais; reboque de tração animal; niveladora; ensiladeira e colheitadeira, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 – Máquinas e equipamentos da propriedade

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Roçadeira costal	92	67,6
Pulverizador manual	77	56,6
Trator	72	52,9
Arado	68	50,0
Reboque	66	48,5
Plantadeira manual	62	45,6
Arado de tração animal	44	32,4
Roçadeira	37	27,2
Pulverizador	33	24,3
Subsolador	31	22,8
Plantadeira	29	21,3
Micro trator	25	18,4
Batedor de cereais	23	16,9
Reboque de tração animal	19	14,0
Niveladora	12	8,8
Ensiladeira	11	8,1
Não resposta	6	4,4
Colheitadeira	6	4,4
Total Frequência	713	
Total de respondentes	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Outras máquinas e equipamentos foram citados em questão aberta aplicada aos pesquisados, tais como carpideira; carretão; debulhador de amendoim; encanteirador; espalhador de adubo; espalhador de ureia; grade; misturador; ordenhadeira; pé de pato; resfriador de leite; silo; e triturador.

Quando do questionamento referente às máquinas e equipamentos da agroindústria da família, a pesquisa identificou os 10 itens mais citados pelos respondentes. São eles: mesa (90,4%); balança (84,6%); panelas (66,9%); batedeira (65,4%); liquidificador (61,0%); forno elétrico (53,7%); forno a lenha (50,0%); tacho

(47,1%); vidraria/embalagens (46,3%); e filtros/peneiras (42,6%). Também foram citados termômetro; forno micro-ondas; dosadora; cortadora/picotadora; envasadora; despulpadeira; e caldeira, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Máquinas e equipamentos da agroindústria

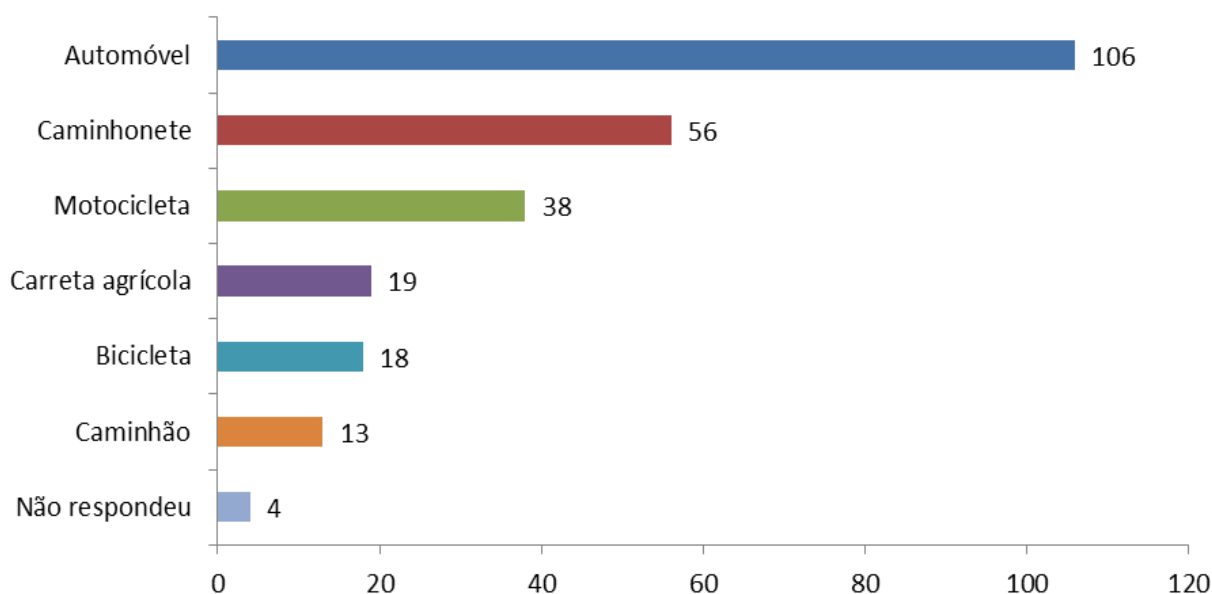
	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Mesa	123	90,4
Balança	115	84,6
Panelas/travessas	91	66,9
Batedeira	89	65,4
Liquidificador	83	61,0
Forno elétrico	73	53,7
Forno à lenha	68	50,0
Tachos	64	47,1
Vidraria/embalagens	63	46,3
Filtros/peneira	58	42,6
Moinho/moedor/prensa	54	39,7
Termômetro	40	29,4
Forno micro-ondas	37	27,2
Dosadora	30	22,1
Cortadora/picotadora	24	17,6
Envasadora	23	16,9
Despulpadeira	13	9,6
caldeira	12	8,8
Não respondeu	2	1,5
Total Frequência (TF)	1062	780,8
Total de Respondentes	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Alguns respondentes acrescentaram outras máquinas e equipamentos utilizados em suas agroindústrias, tais como: seladora; cilindro; centrífuga; decantador; fritadeira; extressora de massa; Nória; depenadeira; Chiler; câmara fria; insensibilizador; esterilizador; serra fita; computador; impressora; descristalizador; fogão industrial; etiquetadora; tarro; resfriador; sovadeira; descarregador; roldame; desidratador de frutas; barril; facas; ganchos; tanque; fatiadeira; Phmetro e plastificadora, que ajudam na produção dos vários produtos produzidos e comercializados na região.

A movimentação das famílias seja para transporte dos familiares ou para o transporte dos produtos, quase sempre está ligado a algum tipo de veículo. Em decorrência disso, a pesquisa identificou se a família detinha propriedade de algum veículo. Dos 136 respondentes, 106 possuem automóvel; 56 possuem caminhonete; 38 possuem motocicleta; 19 possuem carreta agrícola; 18 possuem bicicleta; 13 possuem caminhão e; 4 não responderam a questão, conforme apresentado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Veículo da família



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A estrutura e a utilização dos recursos nas unidades produtivas familiares abordou, entretanto, sua localização, as condições dos produtores, o tamanho das propriedades, a maneira como foram adquiridas as terras, a estrutura de energia elétrica, a fonte de abastecimento de água, o sistema de esgoto, o destino do lixo, os bens da família, as máquinas e equipamentos da propriedade e da agroindústria, os veículos da família e a utilização da área da propriedade.

A maioria das agroindústrias familiares está localizada no meio rural, nas terras da própria família, que trabalha na produção primária e na agregação de valor de alguns produtos. Em propriedades que, predominantemente, não ultrapassam 25 hectares, possui energia elétrica, rede de água ou cisterna e sistema de esgoto com fossa

séptica. Essa estrutura de terra, de energia, de água e de esgoto atende, pelo menos, as necessidades básicas das famílias produtoras da região.

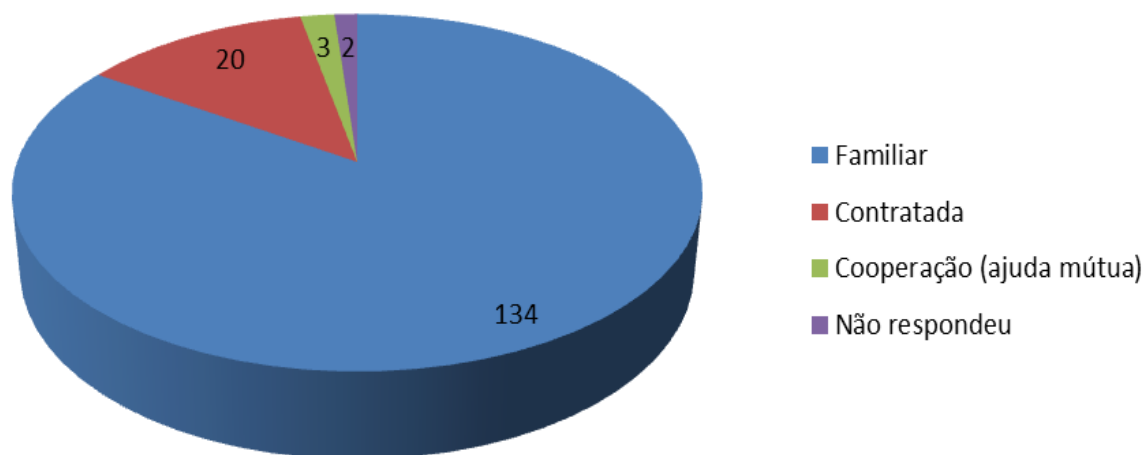
Assim, o atendimento dessas necessidades serve de base para o desenvolvimento do trabalho das famílias produtoras, tanto na produção primária da agricultura e pecuária, como na agregação de valor aos produtos, realizada nas suas agroindústrias. A próxima seção vai tratar da dinâmica produtiva dessas famílias produtoras.

5.4 A dinâmica produtiva familiar: trabalho, produção, comercialização e crédito

Depois das características estruturais e da utilização da área disponível para a realização das atividades familiares, este capítulo trará a descrição da natureza do trabalho, a organização produtiva dos produtos, as condições tecnológicas e a utilização do crédito financeiro na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

O primeiro aspecto investigado foi a natureza da mão de obra. Na agricultura familiar bem como nas agroindústrias familiares, as tarefas e as atribuições são desempenhadas pelos próprios integrantes do núcleo familiar. Segundo a pesquisa, 134 respondentes informaram que a natureza da mão de obra na produção é familiar, enquanto 20 responderam que efetuam contratações, 3 que existe cooperação (ajuda mútua) e 2 não responderam, conforme Gráfico 17.

Essa constatação acerca da predominância de o trabalho ser exercido pelos próprios integrantes da família reforça a lógica de que as agroindústrias familiares não dependem do mercado de mão de obra para produzirem. Para Prezotto (2001) a “força” de trabalho encontra-se na própria família produtora.

Gráfico 17 – Natureza da mão de obra

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

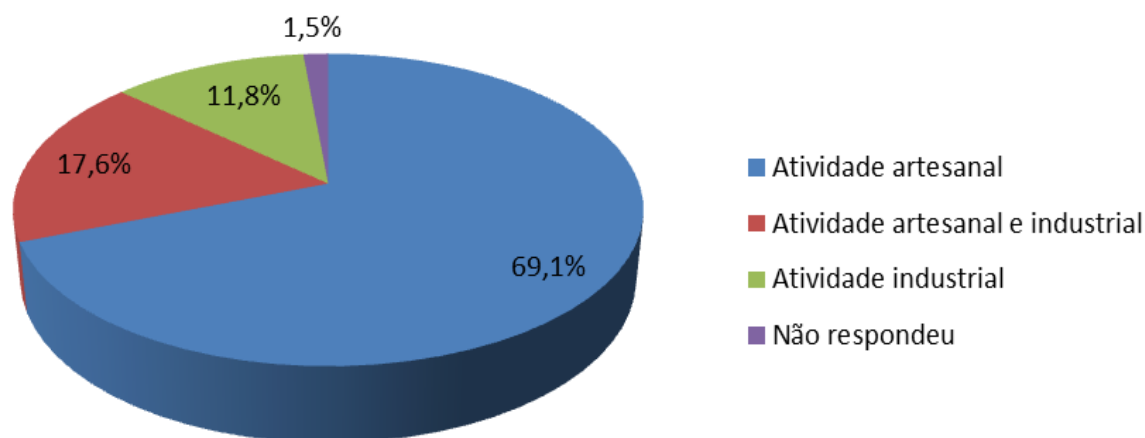
A organização desse trabalho desempenhado predominantemente pelos membros familiares, segundo Prezotto (2001), está sob a lógica da produção artesanal. Esse argumento é sustentado pela pesquisa, que encontrou em 69,1% dos respondentes a informação de que as atividades desempenhadas nas agroindústrias familiares estão sob a ótica da produção artesanal (Gráfico 18). Nessa lógica produtiva, o trabalho é desenvolvido sem divisão de tarefas e sem etapas produtivas. As atividades são realizadas por todos os membros familiares, sem divisão ou responsabilidade atribuída a um ou outro integrante.

Outras características da atividade produtiva artesanal encontram-se no fato de que as tarefas desempenhadas são realizadas manualmente. Pouco ou nenhum bem de capital, como máquinas e equipamentos, são utilizados pelas agroindústrias. Além disso, a produção não segue a lógica da economia de escala, que visa à concepção de produtos em série e em grandes quantidades. Segundo Prezotto (2001) e Bartra (2009), na lógica produtiva artesanal, os produtos são produzidos em pequenas quantidades que levam a identidade familiar, bem como as particularidades da região.

Agroindústrias familiares com atividades artesanais e também com atividades industriais também foram citadas na pesquisa. Para 17,6% dos pesquisados, suas agroindústrias possuem tanto atividades artesanais como industriais, enquanto para 11,8% suas agroindústrias possuem um processo industrial de produção.

O que se constata nessas respostas que indicam a presença da lógica industrial no processo produtivo é o fato de algumas agroindústrias terem adquirido máquinas e equipamentos para auxiliar no aumento da quantidade produzida e diminuir a participação do trabalho manual realizado por membros da família. Há investimentos em tecnologia de produção, mas não há evidências de que a forma de produzir deixasse de ser artesanal. A predominância da atividade produtiva é artesanal segundo observação realizada nas agroindústrias familiares da região.

Gráfico 18– Organização do trabalho produtivo

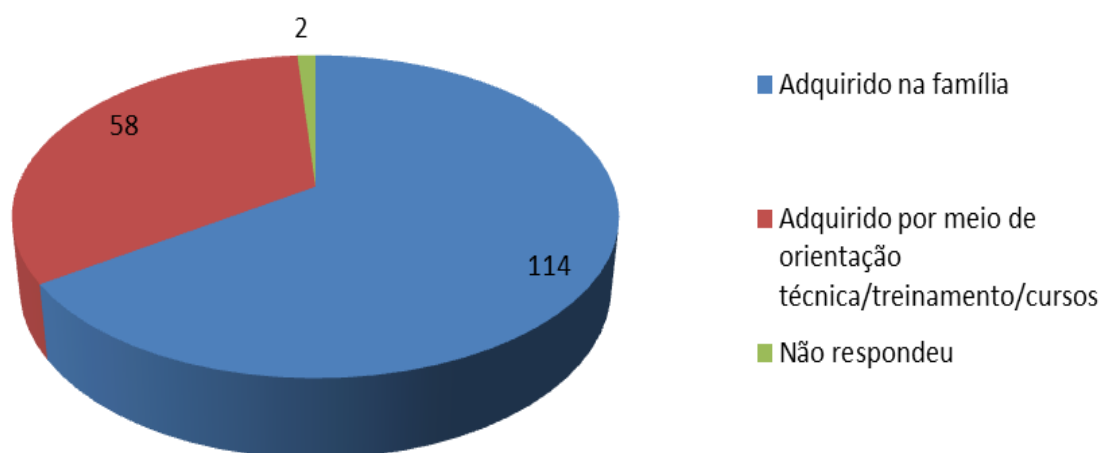


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O conhecimento adquirido pelos membros familiares para poderem desempenhar as atividades artesanais que caracterizam a produção das agroindústrias familiares tem origem na própria família. Nas relações entre os membros do núcleo familiar, encontra-se a justificativa para o conhecimento ser passado entre gerações da mesma família. Para 114 produtores pesquisados o conhecimento é adquirido na família, enquanto 58 expressam que o conhecimento é adquirido por meio de orientação técnica, treinamento ou curso específico de formação.

Por serem atividades predominantemente artesanais, o conhecimento adquirido na família é uma das particularidades importantes das agroindústrias familiares da região das Missões. O saber-fazer passado de geração em geração passa pela relação familiar, no dia a dia das atividades realizadas nas agroindústrias familiares, conforme Gráfico 19.

Gráfico 19 – Conhecimento adquirido



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com a natureza da mão de obra, a organização do trabalho produtivo e a origem do conhecimento adquirido pelas pessoas que trabalham nas agroindústrias familiares, constatou-se que o trabalho é, predominantemente, familiar e artesanal. Os produtos oriundos das agroindústrias e comercializados na região, somente se materializam pelo trabalho e conhecimento da família produtora e pela produção artesanal. Assim, a interpretação é que o trabalho realizado nas agroindústrias familiares se contrapõe a lógica econômica industrial, ou seja, não é industrial (PREZOTTO, 2001).

A maioria das agroindústrias familiares está localizada no meio rural, conforme resultado da pesquisa já descrita neste estudo, o qual apontou que 88,2% dos pesquisados informaram que agregam valor aos produtos primários produzidos em propriedades rurais. Nesse contexto, os produtos primários são as principais matérias-primas utilizadas para a produção realizada nas agroindústrias familiares. Assim, os produtores conseguem obter maior autonomia em relação ao mercado fornecedor, pois

a maior parte da matéria-prima que utilizam nas agroindústrias é oriunda da sua própria produção primária (NIERDELE e WESZ JUNIOR, 2009).

Na pesquisa, percebe-se que 44,1% dos produtores afirmaram produzir leite em sua propriedade. Esse produto é comercializado parte como leite *in natura* destinado à indústria e, outra parte, como matéria-prima para a produção de seus derivados na agroindústria da própria família.

Além do leite, o cultivo de frutas e da cana-de-açúcar faz parte das atividades produtivas das propriedades rurais. As frutas representaram 34,6% e a cana-de-açúcar representou 33,1% das matérias-primas produzidas nas propriedades rurais dos produtores pesquisados. As frutas são matérias-primas para produtos como compotas de doces, geleias, sucos, frutas cristalizadas e vinho. A cana-de-açúcar é utilizada como matéria-prima de produtos como rapadura, melado, melado batido, pé de moleque e cachaça, produzidos pelas agroindústrias familiares da região.

O cultivo de hortaliças aparece em 23,5% das respostas dos produtores pesquisados. Essas hortaliças produzidas nas propriedades rurais vão servir para a produção de conservas de hortaliças e para a concepção do mix de legumes pelas agroindústrias.

Outros produtos oriundos da criação de animais e do cultivo de plantas nas pequenas propriedades rurais familiares como o mel, o frango, o suíno, o bovino de corte, a produção de ovos, o amendoim, o trigo, o milho, a batata-doce, a cera de abelha e a mandioca são utilizados como matérias-primas dos produtos das agroindústrias familiares.

Tabela 13 – Matérias-primas produzidas na propriedade da família

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Leite	60	44,1
Frutas	47	34,6
Cana-de-açúcar	45	33,1
Hortaliças	32	23,5
Mel	19	14,0
Frango	14	10,3
Suíno	13	9,6
Bovino de corte	11	8,1
Ovos	11	8,1
Amendoim	8	5,9
Árvores, Flores	7	5,1
Não respostas	6	4,4
Trigo	6	4,4
Milho	2	1,5
Batata-doce	1	0,7
Cera de abelha	1	0,7
Mandioca	1	0,7
Soja	1	0,7
Não há	2	1,5
Total Frequência	287	211,0
Total	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nesse contexto, as propriedades familiares destinam parte do produto primário para suas próprias agroindústrias, que agregam valor e comercializam esses produtos. Com essa dinâmica, as agroindústrias familiares possuem maior autonomia em relação ao mercado fornecedor (PREZOTTO, 2001).

Essa maior autonomia dos produtores familiares não os isenta de adquirirem matérias-primas de fornecedores. Segundo a pesquisa, os produtos mais adquiridos são açúcar, sal, embalagens, farinha, fermento e coalho. Esses produtos, com exceção do coalho, servem de ingredientes para produção de bolos, pães, bolachas, biscoitos eucas. Já o coalho é um dos componentes utilizados na produção de produtos derivados do leite, como queijo e requeijão. Farináceos e produtos derivados de leite estão entre os principais itens produzidos pelas agroindústrias familiares da região.

Em relação à aquisição da farinha, os produtores de trigo entregam sua produção a cerealistas ou cooperativas e recebem como parte do pagamento certa quantidade de farinha. Isso mostra que há troca de parte da produção de trigo por farinha, ou seja,

alguns produtores familiares garantem o fornecimento da farinha para sua própria agroindústria. Esse é outro aspecto que fortalece o produtor familiar em relação ao mercado fornecedor das agroindústrias.

Nessa dinâmica relação com o mercado fornecedor, os produtores familiares também adquirem doces, recheios e confeitos; temperos e condimentos; tripa; cera laminada; vinagre; caixa de abelha; sal comum e ração; medicamentos para os animais; núcleo de minerais e concentrados; adubo orgânico; farelo de soja; manteiga; milho em grão; sementes e mudas; lenha; maravalha; pintos de um dia; o óleo de soja; e barbante.

Tabela 14 - Matérias primas adquiridas de fornecedores

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Açúcar	81	59,6
Sal	61	44,9
Embalagens	54	39,7
Farinha	47	34,6
Fermento	41	30,1
Coalho	31	22,8
Doces, recheios e confeitos	18	13,2
Temperos e condimentos	14	10,3
Tripa	12	8,8
Cera laminada	11	8,1
Vinagre	11	8,1
Caixa de abelha	10	7,4
Sal comum e ração	10	7,4
Medicamentos	9	6,6
Núcleo de minerais e concentrado	8	5,9
Adubo orgânico	6	4,4
Farelo de soja	6	4,4
Manteiga	6	4,4
Milho em grão	5	3,7
Sementes e mudas	5	3,7
Lenha	4	2,9
Maravalha	3	2,2
Pintos de 1 dia	3	2,2
Óleo de soja	2	1,5
Barbante	1	0,7
Total de Frequência	459	337,6
Total de Respondentes	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os itens produzidos pelas agroindústrias familiares da região das Missões são diversificados. Há produtos derivados da farinha, chamados farináceos, que envolvem biscoitos, bolachas, pães, cucas e bolos. A diversidade de formatos, de tamanhos e de recheios utilizados caracterizam esses produtos. Nesta pesquisa, apareceu em primeiro lugar, ou seja, 37,5% dos respondentes informaram que produzem em suas agroindústrias produtos farináceos. Em todas as feiras de produtores familiares e nos quiosques missioneiros visitados esses produtos são comercializados.

A cana-de-açúcar, muito cultivada na região, serve como matéria-prima para produção de vários artigos. Da mesma maneira que os farináceos envolvem vários produtos, os derivados da cana-de-açúcar também são vários. Rapadura, pé de moleque, melado, melado batido e cachaça são os produtos originados do beneficiamento da cana-de-açúcar que acontece nas agroindústrias familiares da região missioneira. Segundo a pesquisa realizada, 34,6% dos pesquisados afirmaram produzir derivados da cana-de-açúcar em suas agroindústrias.

Os derivados do leite apareceram em 33,8% das respostas dos produtores das agroindústrias familiares. Artigos como nata, requeijão, manteiga, iogurte e queijo constituem os produtos derivados do leite. Nas pequenas propriedades rurais da região, é comum encontrar rebanhos leiteiros que ajudam na subsistência da família. O excedente do leite produzido ou é vendido *in natura* para a indústria ou é transformado em derivado do leite e comercializado por meio da venda direta, da feira do produtor e/ou dos quiosques missioneiros.

Nas pequenas propriedades familiares são diversos tipos de frutas, cultivadas. Por se tratar de um produto que utiliza a fruta como seu principal ingrediente, a geleia também entra no rol dos produtos das agroindústrias familiares da região. Da amostra de 136 produtores que responderam o questionário da pesquisa, 24,3% deles informaram que fabricam geleias de frutas como pêssego, morango, abacaxi, laranja, uva, figo e ameixa.

As conservas de legumes aparecem na pesquisa com 21,3% dos respondentes que afirmaram produzir essas conservas. Os produtores de hortaliças ou legumes conseguem agregar valor a eles por meio das suas próprias agroindústrias. Conservas de pepino, cenoura, pimenta, couve-flor, beterraba, nabo, rabanete e cebola são as mais presentes nas feiras de produtores e nos quiosques missioneiros.

Tabela 15 – Produtos produzidos na agroindústria familiar

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Farináceos	51	37,5
Derivados da cana-de-açúcar	47	34,6
Derivados do leite	46	33,8
Geleias	33	24,3
Conservas de legumes	29	21,3
Mel	29	21,3
Frango embalado	20	14,7
Embutidos de carnes	19	14,0
Frutas em calda	19	14,0
Sucos	17	12,5
Polpa de frutas	16	11,8
Vinho	7	5,1
Filés de peixes	5	3,7
Licores	5	3,7
Vassouras de palha	5	3,7
Polvilho azedo	5	3,7
Não respondeu	2	1,5
Derivados do Couro	0	0,0
Derivados da Lã	0	0,0
Total de Frequência	355	261,0
Total de Respondentes	136	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Outros produtos citados pelos pesquisados foram mel, frango embalado, embutidos de carnes, frutas em calda, sucos, polpas de frutas, vinho, filé de peixes, licores, vassouras de palha, polvilho azedo, própolis, frutas desidratadas, frutas cristalizadas, kit de legumes a vácuo, mandioca descascada embalada e cera de abelhas.

Com essa diversificação produtiva das agroindústrias familiares, foi questionado aos pesquisados se os produtos recebem algum tipo de embalagem antes de serem comercializados. Segundo a pesquisa, 78,7% dos pesquisados informaram que todos os produtos são embalados antes de serem comercializados. Essa proteção ao produto garante sua conservação e melhora a apresentação.

A atividade executada para a embalagem do produto é realizada manualmente, sem utilização de máquinas automatizadas usadas em processos de escala.

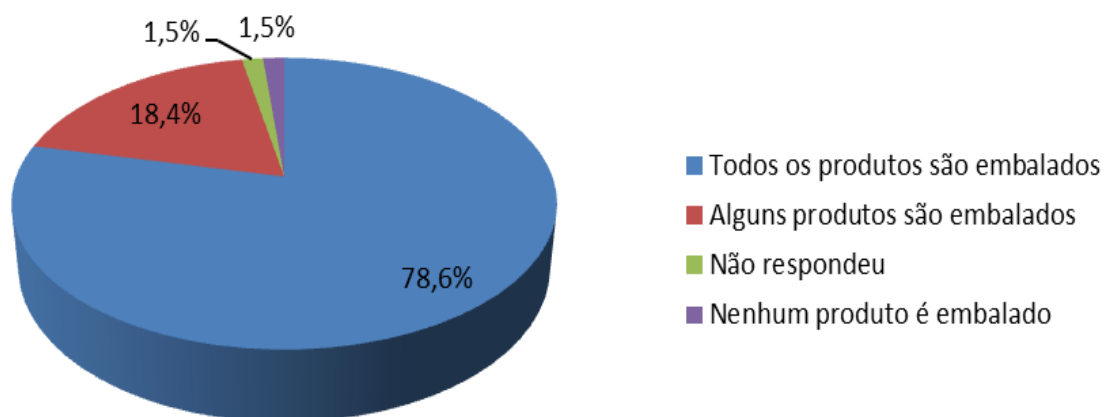
Equipamentos e materiais, como a seladora a vácuo doméstica, os potes de vidros e os sacos plásticos são utilizados e manipulados pelos produtores de maneira manual.

A pesquisa também mostrou que alguns produtos das agroindústrias familiares ainda não apresentam embalagem. Nesse aspecto, foi observado que alguns produtos são comercializados por meio da venda direta e que, em alguns casos, como os encomendados por clientes conhecidos, os produtores acabam não colocando as embalagens. Como exemplo, podem ser citados o pão e o queijo que alguns produtores comercializam nas casas dos clientes, tanto na cidade como no interior, sem nenhum tipo de embalagem. O acondicionamento é feito em caixas de isopor, mas apenas para transporte dos produtos até os clientes.

Quando os produtos são comercializados em feiras de produtores ou nos quiosques missionários, o cuidado com a embalagem é maior, pois, nesses locais, além das normas estabelecidas pelas cooperativas, existe, com frequência, fiscalização sanitária.

O que fica evidente a partir do que foi observado e registrado na pesquisa é que existe a preocupação, quando se trata da sanidade do produto. Apenas uma pequena parcela ainda não demonstra essa preocupação, conforme gráfico 20.

Gráfico 20 – Embalagem nos produtos produzidos na agroindústria



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

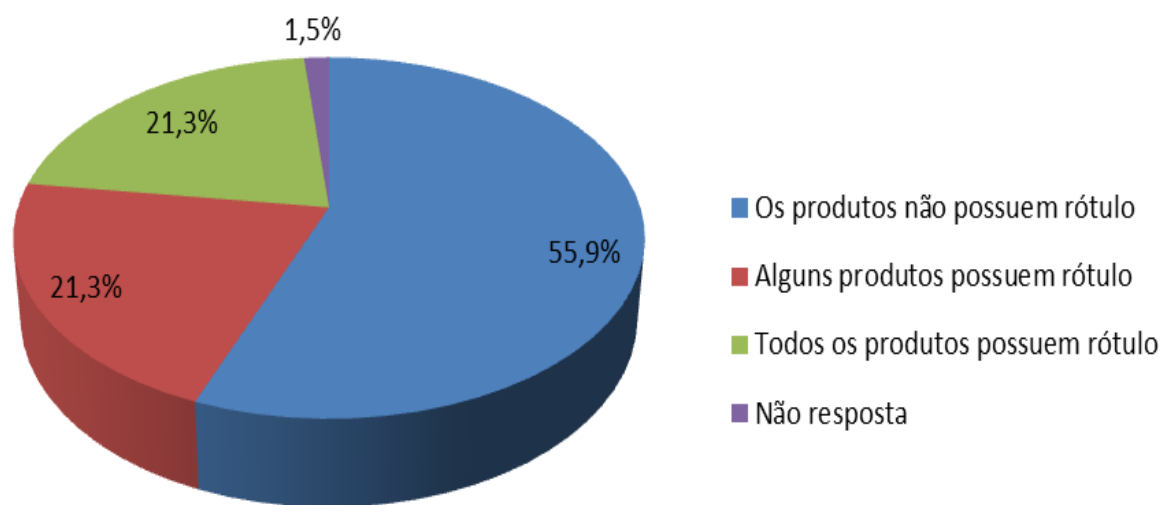
Além da utilização da embalagem dos artigos produzidos pelas agroindústrias familiares foi pesquisada a presença ou não de rótulos nesses produtos. Foi informado

por 55,9% dos respondentes que nenhum dos seus produtos possui rótulo, enquanto 21,3% dos pesquisados responderam que somente em alguns produtos utilizam rótulos. A afirmação de que todos os artigos apresentam rótulos representou 21,3% dos produtores pesquisados.

O rótulo verificado em alguns produtos comercializados apresenta a denominação do produto, a data de fabricação e a data de vencimento. Essas são as informações que predominam quando o produto apresenta rótulo em sua embalagem. Em uma pequena parte dos produtos observam-se no rótulo todas as informações do artigo. Isso se justifica porque algumas agroindústrias já possuem o selo *Sabor Gaúcho* em seus produtos.

Para adquirir esse selo, as agroindústrias familiares passam por uma avaliação das instalações físicas e sanitárias de seu estabelecimento e da maneira como são produzidos seus produtos. Os produtos devem ter sua região de origem e a produção deve ser artesanal.

Gráfico 21 – Utilização de rótulos nos artigos produzidos na agroindústria



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

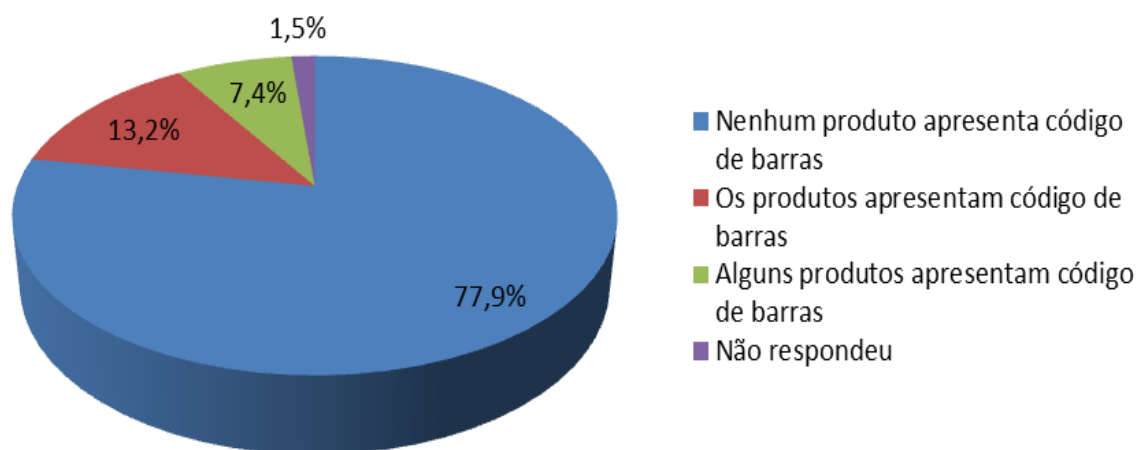
Com relação ao código de barras nos produtos, 77,9% dos pesquisados informaram que nenhum dos seus produtos apresenta esse dispositivo, enquanto que

13,2% afirmaram que seus produtos o apresentam e, 7,4% informaram que apenas alguns produtos exibem essa codificação.

O código de barras é utilizado nos produtos para facilitar sua movimentação e identificação. Os supermercados utilizam este mecanismo para poderem registrar e controlar as quantidades de entradas e de saídas dos produtos comercializados. Como a comercialização dos artigos das agroindústrias familiares é pequena em supermercados, o elevado percentual de produtos sem o código de barras pode ser justificado.

O software de gestão comercial e logística e o veículo automotor utilitário para transporte estão em processo de aquisição, pela rede cooperativada dos quiosques missioneiros. Nesse sentido, a necessidade da utilização do código de barras nas embalagens dos produtos fica evidente. Essa informação foi constatada por meio da observação e da participação em reuniões da governança do Arranjo Produtivo Local das Missões.

Gráfico 22 – Utilização do código de barras nos produtos produzidos na agroindústria



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto à tecnologia aplicada nos equipamentos e máquinas das agroindústrias familiares, 58% dos pesquisados informaram que são tecnologias adquiridas. Apesar do propósito de auxiliar na execução de várias atividades das agroindústrias, parte destes não possui capacidade elevada por serem de uso doméstico como, por exemplo,

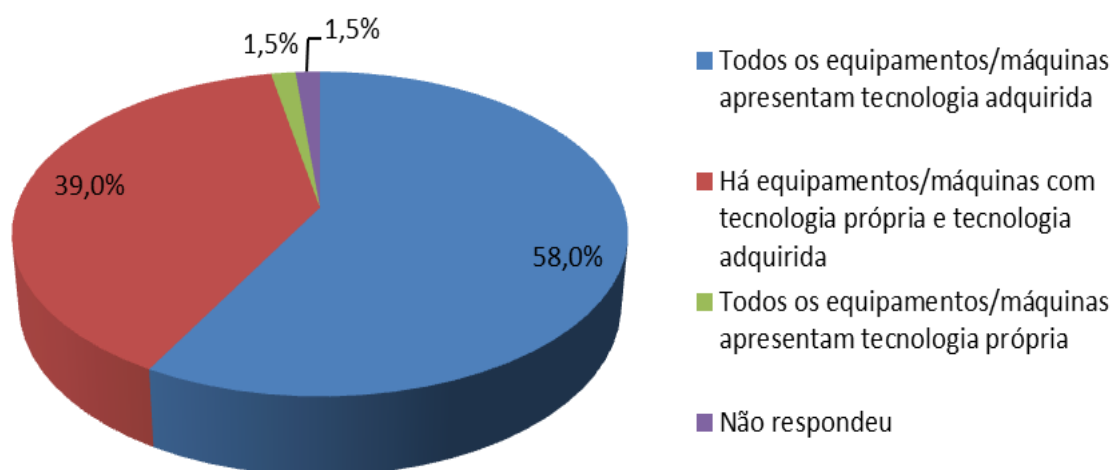
aparelhos de liquidificador e batedeiras. Por outro lado, há equipamentos de maior porte, com especificações e capacidade industrial, como é o caso de caldeiras.

Por se tratar de agroindústrias familiares em que a produção é artesanal, não há incorporação de capacidade produtiva suficiente que justifique a intenção de produzir em escala, ou seja, a lógica não é industrial (PREZOTTO, 2001). Nesse sentido, a tecnologia é inserida, em essência, pela intenção do produtor na qualidade e diferenciação do produto. A escala, por sua vez, não é adquirida pela capacidade de produção (na atividade produtiva da agroindústria), mas pela capacidade de cooperação produtiva dos produtores.

A capacidade de produção está ligada ao aumento do volume de produção da agroindústria por meio da incorporação da tecnologia adquirida. Mas isso não se percebe na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões.

Por outro lado, a capacidade de cooperação produtiva está ligada ao aumento do volume de produção a partir da associação de várias agroindústrias que se unem para obterem maior volume de produtos. Assim, a escala não está intrínseca na dinâmica da produção da agroindústria e, sim, na capacidade de cooperação dos produtores.

Gráfico 23 – Tecnologia dos equipamentos/máquinas utilizados na agroindústria



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

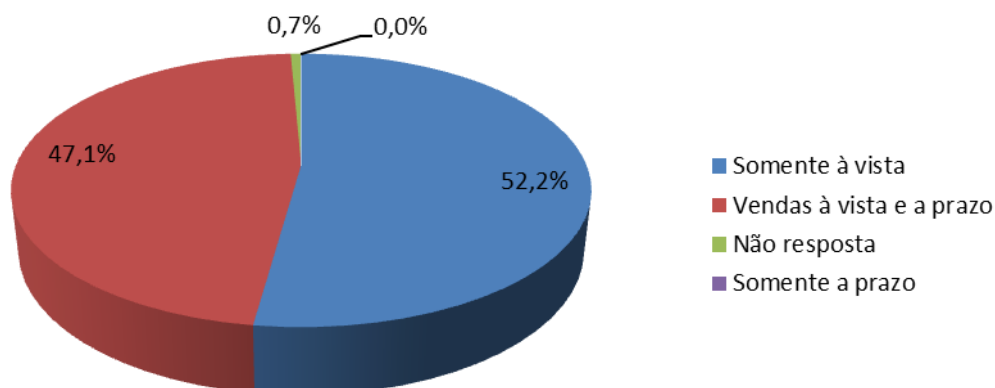
A pesquisa também identificou que existem máquinas e equipamentos com tecnologia desenvolvida pelos próprios produtores. Em 39% dos pesquisados, constatou-se a presença de equipamentos planejados e construídos pelas próprias famílias. Como exemplo, pode-se citar o batedor de melado, utilizado na produção do melado batido e o cortador de palha de milho adaptado ao trator, utilizado para auxiliar no corte da palha verde do milho para produção de silagem. Assim, as condições tecnológicas se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

Além da maneira como as condições tecnológicas se manifestam nas agroindústrias familiares, o destino do excedente produzido também o foi. Esse destino se fundamenta na compreensão da maneira como as agroindústrias comercializam seus produtos. As condições de vendas, os canais de comercialização, as relações de troca, o transporte dos produtos e as condições de compra, ajudam na interpretação da dinâmica relação dos produtores com os consumidores.

Na relação de venda entre o produtor e o consumidor, a forma de pagamento predominante foi à vista, e 52,2% dos pesquisados informaram que o pagamento é realizado no momento da venda. Para 47,1% dos respondentes, a forma de pagamento adotada com os clientes tanto é à vista quanto a prazo.

A predominância da venda à vista favorece o produtor no controle dos produtos vendidos e nos registros de entrada de pagamentos. Por outro lado, a venda a prazo exige um instrumento de controle formal. Esse controle se manifesta por anotações em cadernos ou agendas dos produtores quando realizam vendas diretas ou na feira. A maneira como são realizados esses registros pode gerar problemas de ordem fiscal para os produtores, mas como esse tema não é objeto de investigação do autor, não será aprofundado.

Gráfico 24 - As vendas da agroindústria familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Na comercialização dos produtos das agroindústrias familiares da região existem vários canais de distribuição, que se manifestam pela venda direta ao cliente, pela feira do produtor local, pelas cooperativas (quiosques missionários), pelo varejo (supermercado/fruteira), pelas vendas para instituições públicas (via cooperativa), pelas vendas diretas para instituições públicas, pelas vendas externas a região e pelas feiras de produtores na região.

O canal de comercialização que mais apareceu na pesquisa foi a venda direta ao cliente, com 115 produtores que informaram que suas vendas são realizadas de porta em porta, ou seja, o produtor se desloca do interior para a cidade com seus produtos e vai ao encontro dos clientes batendo em suas casas ou visitando estes nas empresas. A venda direta se manifesta também por consumidores que vão até a propriedade rural, onde se localiza a agroindústria, para adquirir os produtos.

A feira do produtor local é outro canal de comercialização que os produtores utilizam com frequência. Segundo a pesquisa, 92 produtores informaram que utilizam as feiras de produtores locais para comercializarem seus produtos. A estrutura e o local onde comercializam são fruto de parcerias realizadas entre cooperativas, sindicatos e ONGs de produtores com o poder público dos municípios. Em todos os vinte e cinco municípios da região das Missões existem as feiras de produtores locais.

Essas feiras tornam-se, entretanto, pontos de vendas para os produtos das agroindústrias familiares. De certa forma, complementa o canal de comercialização direta que os produtores familiares têm com os seus clientes.

Os quiosques missioneiros são canais de comercialização de produtos das agroindústrias familiares. Suas atividades são coordenadas por cooperativas de produtores familiares e estão localizadas em vários municípios da região das Missões. Segundo a pesquisa, 72 pesquisados informaram que utilizam os quiosques missioneiros como ponto de venda de seus produtos. Há uma pessoa responsável pelo recebimento do produto, pela exposição e pela venda dos produtos em cada quiosque. Ao final de determinado período, as agroindústrias familiares recebem, por meio da cooperativa, os valores correspondentes aos produtos que foram vendidos.

As relações entre os produtores e os supermercados/fruteiras também se manifestam. Esse canal de comercialização obteve 31 respostas dos pesquisados. A principal dificuldade que encontram nesse canal de venda está ligada a questões legais, de rotulagem e codificação dos produtos comercializados. Os supermercados, por possuírem sistemas de gestão mais complexos e digitalizados exigem dos produtores que seus artigos atendam às normatizações estabelecidas por órgãos fiscalizadores, tanto com relação às questões legais como nas sanitárias. Dessa maneira, algumas agroindústrias já se encontram legalizadas e outras em processo de legalização. E essa é uma pressão que o mercado varejista está exercendo sobre as agroindústrias familiares da região.

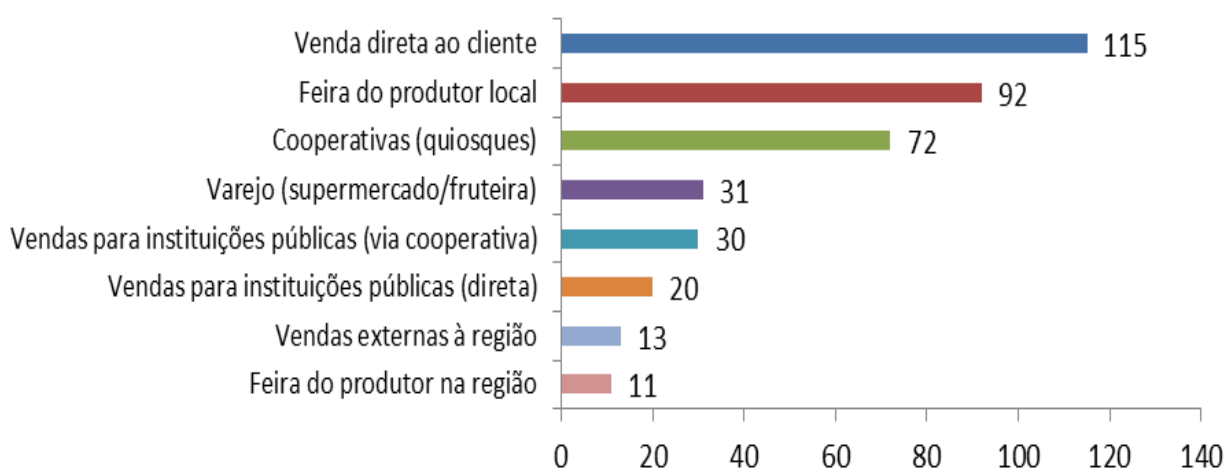
Com relação à comercialização com as instituições públicas, alguns produtores familiares conseguem vender seus produtos por meio de tomada de preços e de licitações. Dois programas de apoio aos produtores familiares dão oportunidade para as agroindústrias familiares comercializarem seus produtos com instituições públicas, que são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Esses programas sinalizam para uma política pública destinada à produção familiar e orientam o processo de aquisição dos produtos das agroindústrias familiares. Na pesquisa, foi identificado que 30 pesquisados comercializam seus produtos nas instituições públicas por meio das cooperativas e 20 produtores informaram que comercializam diretamente com as instituições públicas.

As vendas externas à região e a feira do produtor regional são outros canais de comercialização adotados pelos produtores familiares. Segundo a pesquisa, 13 respondentes informaram que vendem seus produtos para fora da região. Isso acontece em decorrência de comercializarem seus produtos para clientes específicos em outras regiões ou por participarem de feiras de produtores em municípios que estão fora da região das Missões.

A participação em feiras, realizadas em municípios da região, obteve 11 respostas dos produtores pesquisados. Essas vendas são realizadas em eventos de abrangência regional a cada um ou dois anos. Como exemplo, a FENAMILHO de Santo Ângelo, a EXPO SÃOLUIZ, de São Luiz Gonzaga, e a OKTOBERFEST, de Cerro Largo.

Gráfico 25 - Canais de comercialização dos produtos



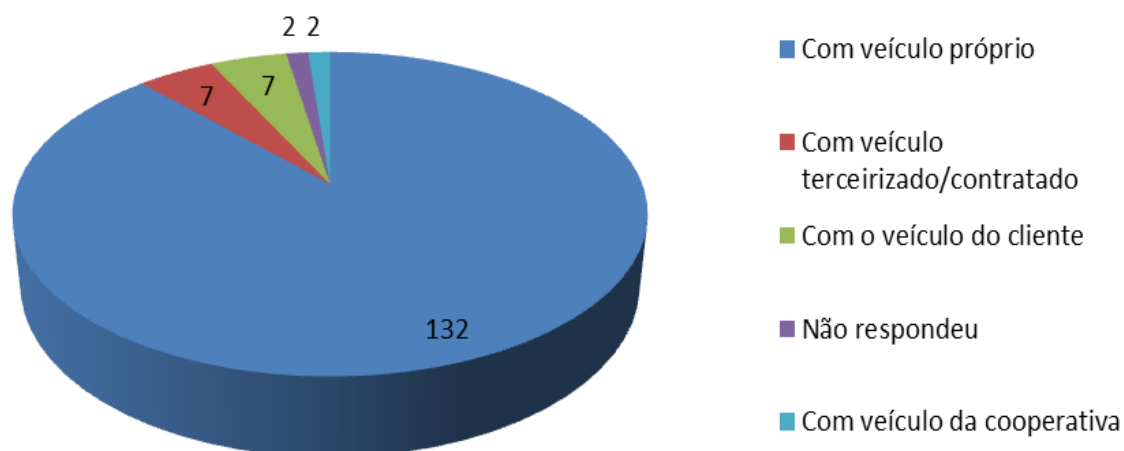
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Todos esses canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias familiares geram movimentação de produtores e de produtos. Segundo a pesquisa, 132 produtores informaram que o transporte dos produtos é realizado em veículos próprios. Esses veículos fazem a movimentação dos produtos entre a agroindústria familiar até o cliente final, as feiras de produtores locais, os quiosques missioneiros, os supermercados e fruteiras, as instituições públicas e as feiras de abrangência regional.

Alguns produtores informaram que contratam veículo de terceiros e/ou utilizam o veículo da cooperativa para movimentação dos produtos até os clientes ou pontos de

venda. Foi constatada também a utilização do veículo do cliente para transporte dos produtos a partir das agroindústrias. Neste caso, a explicação está na comercialização direta que ocorre quando o consumidor vai até a agroindústria, localizada na propriedade rural, comprar os produtos para seu consumo.

Gráfico 26 - Transporte dos produtos produzidos na agroindústria familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

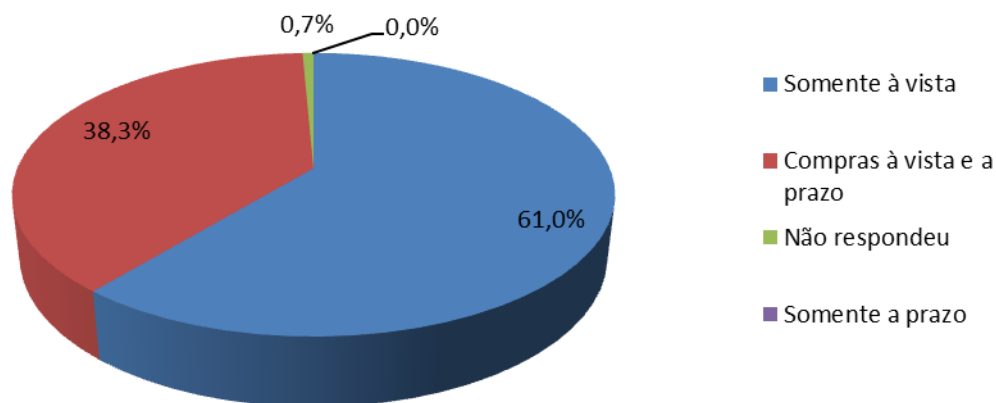
Dessa maneira, os canais de comercialização que envolvem as vendas e a movimentação dos produtos das agroindústrias familiares se materializam nos vinte e cinco municípios da região das Missões.

A partir deste ponto, parte-se para a compreensão da maneira como as relações entre os produtores e os fornecedores se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. O primeiro aspecto questionado aos produtores está ligado à forma de pagamento utilizada pelas agroindústrias familiares em relação a seus fornecedores. As compras à vista representaram 61% dos pesquisados, que disseram utilizar essa forma como meio de pagamento dos fornecedores. Enquanto isso, 38,3% dos pesquisados afirmaram que compram por meio do pagamento à vista ou a prazo, conforme demonstrado no Gráfico 27.

Essa forma de pagamento à vista que as agroindústrias familiares contratam com seus fornecedores, possui uma conexão próxima ao identificado na relação de vendas,

já apresentada no Gráfico 24, quando 52,2% dos pesquisados informaram receber à vista de seus clientes.

Gráfico 27 - Dinâmica de compras das matérias primas/materiais



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Assim, constata-se que na relação entre produtor e cliente e produtor e fornecedor, a forma de pagamento se manifesta da mesma maneira, ou seja, predomina o pagamento à vista nessas relações.

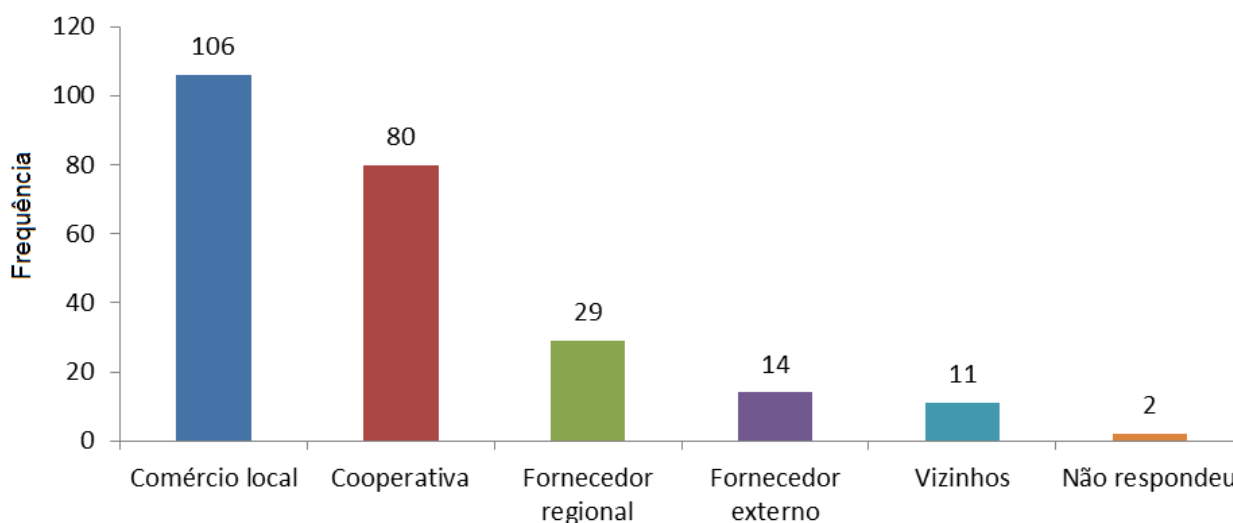
As matérias-primas adquiridas dos fornecedores pelas agroindústrias familiares são comercializadas pelo comércio local, pela cooperativa, por fornecedores regionais, por fornecedores de fora da região e pelos próprios vizinhos do produtor familiar. O comércio local foi citado por 106 pesquisados, como a principal fonte de fornecimento de matérias primas e materiais. Supermercados, agropecuárias, lojas de peças e implementos agrícolas, postos de combustíveis, oficinas mecânicas e cerealistas constituem as empresas do comércio local que mais estabelecem relações de vendas com as agroindústrias familiares.

Para 58 produtores pesquisados, a cooperativa representa uma fonte de fornecimento de matérias-primas e materiais para as agroindústrias. As cooperativas fornecem, por meio dos supermercados e lojas agropecuárias, matérias-primas utilizadas para a produção dos diversos artigos produzidos pelas agroindústrias familiares.

Os fornecedores localizados na região e fora dela também estabelecem relações com os produtores familiares, mas em proporções menores. Segundo a pesquisa, 29 produtores informaram que compram de fornecedores regionais, enquanto 14 informaram que estabelecem relações de compras com fornecedores de fora da região.

A participação dos vizinhos como fonte de fornecimento de matérias-primas também foi identificada na pesquisa. Para 11 produtores, os vizinhos são fornecedores de matérias-primas para a produção da agroindústria. Em alguns casos, os vizinhos fornecem produtos primários que, por algum motivo, estão faltando nas propriedades das famílias proprietárias das agroindústrias. Como exemplo, o leite *in natura* que, em alguns casos, o proprietário da agroindústria acaba comprando dos seus vizinhos para manter a produção dos derivados do leite.

Gráfico 28 - Origem das matérias primas/materiais comprados



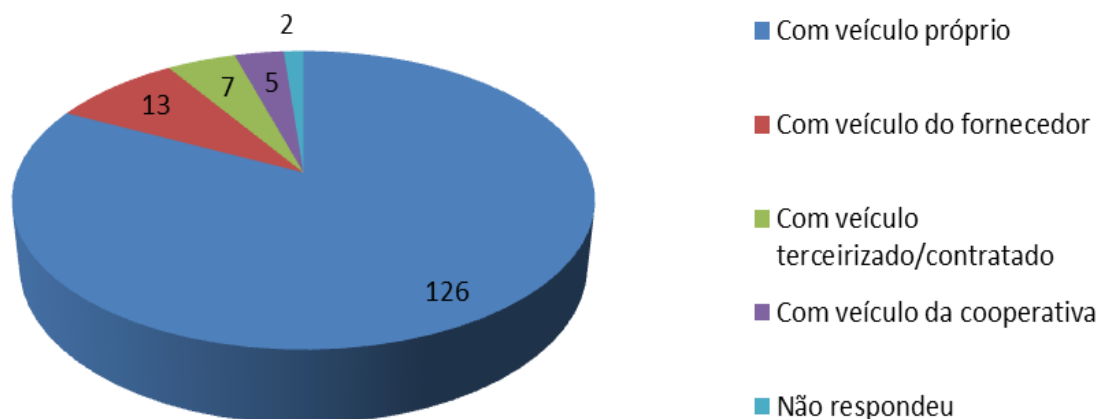
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Em relação à movimentação das matérias-primas dos diferentes fornecedores, elas são transportadas, predominantemente, pelos veículos de propriedade dos produtores. Para 126 produtores pesquisados, o veículo próprio é utilizado para o transporte das matérias-primas, enquanto que 13 informaram que o transporte é realizado pelo veículo de propriedade do fornecedor. O transporte por meio de veículo contratado foi apontado por 7 produtores, enquanto que 5 informaram que utilizam também o veículo da cooperativa.

A movimentação dos produtos e das matérias-primas utiliza o veículo de propriedade do produtor. Com essa constatação, os produtores assumem, na prática, a responsabilidade pela movimentação dos produtos fornecidos pelos fornecedores e pelos produtos produzidos pelas agroindústrias familiares.

Nessa dinâmica o que influencia o fornecedor a não se responsabilizar pela movimentação dos produtos é a dificuldade de acesso ao interior, seja pela distância seja pelos problemas de infraestrutura de estradas. Outro aspecto é o baixo volume de produtos adquiridos pelos produtores familiares, o que acaba inviabilizando a utilização de um veículo para entrega. A lógica do mercado fornecedor é totalmente econômica, ou seja, a viabilidade do transporte sob a responsabilidade do fornecedor só será viável no momento em que as agroindústrias familiares passarem a comprar volumes maiores de produtos.

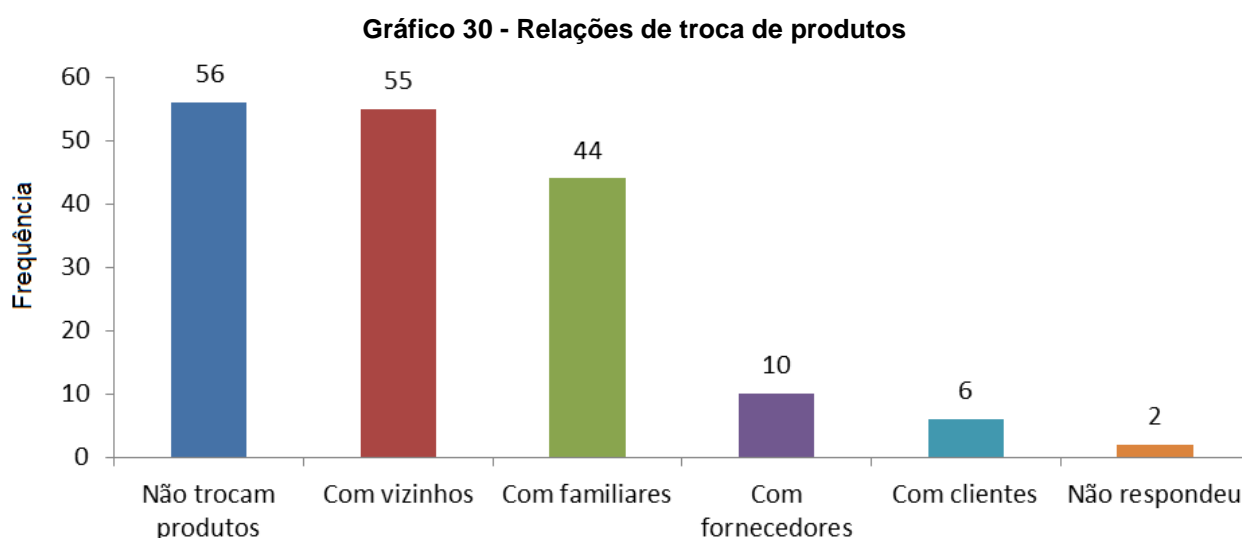
Gráfico 29 - Transporte da matéria prima e dos materiais comprados



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Além da movimentação de produtos gerados pelas relações comerciais de compra e venda, existem movimentações de produtos que são resultados de relações de trocas com vizinhos, com familiares, com fornecedores e com clientes. Dos produtores pesquisados, 56 informaram que não estabelecem relações de troca de produtos ou serviços. Por outro lado, existem as relações de trocas com vizinhos, confirmadas por 55 dos pesquisados e as trocas com familiares, citadas por 44 dos respondentes.

Essas relações se manifestam quando produtores trocam entre si artigos que produzem em suas propriedades rurais ou em suas agroindústrias. Há também serviços prestados e trocados por produtos ou por outros serviços entre familiares e vizinhos. A troca de ovos por leite, de hortaliças por pão, a ajuda dos vizinhos e familiares quando da ocorrência de algum sinistro, são exemplos de relações de trocas que se manifestam na região entre as famílias produtoras.



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Essas relações são de natureza não econômica e estão inseridas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. São relações que não são abarcadas por conceitos e definições da lógica econômica industrial. Por isso, a existência de conflitos e tensões entre a agroindústria familiar com o mercado fornecedor e consumidor, com órgãos de regulação e de legislação produtiva e com políticas públicas que não conseguem abarcar as particularidades da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões.

Além dessas relações de trocas que se manifestam entre os produtores, existe a preocupação com relação à manutenção das suas atividades. O cuidado com as instalações físicas da família produtora e com os equipamentos e as máquinas torna-se importante na manutenção das atividades dos produtores. Com isso, o tema relacionado aos investimentos realizados nos últimos cinco anos acabou incorporado à pesquisa e questionado aos produtores familiares.

Os maiores investimentos que os produtores fizeram nos últimos cinco anos foram em equipamentos e máquinas, que representou 50% das respostas dos pesquisados. Esse investimento está diretamente ligado à produção dos artigos primários da propriedade rural como ligado à produção da agroindústria da família.

Os investimentos em melhoria da moradia, dos móveis e dos itens pessoais dos membros da família foram realizados por 44,1% dos produtores pesquisados. A qualidade de vida e o bem-estar é uma preocupação manifestada pelos produtores.

As construções e os melhoramentos fundiários são investimentos voltados para a agroindústria familiar. Nos últimos cinco anos 38,2% dos produtores pesquisados informaram que fizeram investimentos em edificações para o funcionamento da sua agroindústria. Algumas exigências legais como a de que a estrutura física da agroindústria familiar não pode ser próxima à moradia da família influenciou na decisão desse investimento.

O investimento em matérias-primas para a atividade da agroindústria vai ao encontro da lógica de que, quanto melhor for aproveitada a produção da propriedade rural, maior será a autonomia da agroindústria familiar em relação ao mercado fornecedor. Alguns componentes adquiridos de fornecedores, no entanto, também entram nesse investimento por meio da melhoria em relação à embalagem, seu tamanho, sua forma e sua capacidade de manter a qualidade do produto por mais tempo.

Outros investimentos foram feitos pelos produtores familiares nos últimos cinco anos, como a aquisição de trator e/ou implemento (23,5%); investimento em animais (22,8%); aquisição de veículo (22,8%) e aquisição de terras (5,1%). Esses investimentos têm relação direta com as demandas da propriedade rural bem como da agroindústria familiar.

Tabela 16 - Investimentos nos últimos 5 anos

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Equipamentos e máquinas	68	50,0
Melhoria da moradia/móveis/itens pessoais/da família	60	44,1
Construções e melhoramentos fundiários	52	38,2
Matérias-primas para a atividade	38	27,9
Aquisição de trator/implemento	32	23,5
Animais	31	22,8
Aquisição de automóvel/utilitário/caminhão	31	22,8
Não realizou investimentos	12	8,8
Outro	10	7,4
Aquisição de terras	7	5,1
Não respondeu	1	0,7
Total de Frequência	342	251,3
Total de Respondentes	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A maioria desses investimentos realizados pelas famílias produtoras foi possível em decorrência das várias linhas de crédito e programas de financiamento destinados aos produtores familiares.

Dos 50% de produtores pesquisados que investiram em equipamentos e máquinas, 41,2% financiaram esse investimento. Em relação aos 44% dos produtores que destinaram recursos para melhoria da moradia, dos móveis, dos itens pessoais dos membros da família, 19,9% afirmaram que fizeram financiamento.

Na comparação entre os 8,8% dos produtores que não realizaram investimentos com os 23,5% que não fizeram financiamento, obtêm-se 14,7% de produtores que fizeram investimentos com recursos próprios. Com isso, constata-se que a cada 10 produtores que fizeram investimentos nos últimos cinco anos, 9 financiaram e 1 utilizou recursos próprios. Isso mostra a dificuldade dos produtores familiares em investimentos de qualquer natureza tanto da propriedade rural como na própria agroindústria.

Apesar desta dificuldade financeira, apenas 8,8% dos produtores familiares deixaram de investir nos últimos cinco anos.

Tabela 17 - Financiamentos nos últimos 5 anos

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Equipamentos e máquinas	56	41,2
Construções e melhoramentos fundiários	36	26,5
Não realizou financiamentos	32	23,5
Melhoria da moradia/móveis/itens pessoais/da família	27	19,9
Aquisição de trator/implemento	25	18,4
Matérias-primas para a atividade	20	14,7
Animais	18	13,2
Aquisição de automóvel/utilitário/caminhão	13	9,5
Aquisição de terras	7	5,1
Outro	7	5,1
Não respondeu	2	1,5
Total de Frequência	243	178,6
Total de Respondentes	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto ao grau de endividamento das famílias produtoras, constatou-se que 35,6% dos produtores pesquisados informaram que suas dívidas estão atreladas a investimentos realizados em equipamentos e máquinas. Assim, o maior número de produtores endividados está naqueles que investiram em novas tecnologias para suas agroindústrias.

O que se constatou na pesquisa em relação ao grau de endividamento do produtor familiar foi o elevado número de produtores que não possuem dívidas, ou seja, 26,5% dos produtores pesquisados. Há produtores que realizaram investimentos, mas conseguiram manter os pagamentos em dia. Esse é um aspecto que chama a atenção, pois, apesar das dificuldades, alguns produtores conseguem investir e manter as atividades de produção primária nas propriedades rurais. Da mesma maneira, são mantidas as atividades de beneficiamento de produtos nas agroindústrias familiares.

Tabela 18 - Endividamento nas agroindústrias familiares

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Equipamentos e máquinas	47	34,6
Não há dívidas	36	26,5
Construções e melhoramentos fundiários	31	22,8
Aquisição de trator/implemento	23	16,9
Melhoria da moradia/móveis/itens pessoais/da família	20	14,7
Aquisição de automóvel/utilitário/caminhão	13	9,6
Animais	10	7,4
Matérias-primas para a atividade	9	6,6
Aquisição de terras	7	5,1
Outro	4	2,9
Não respondeu	1	0,7
Total de Frequência	201	147,8
Total de Respondentes	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os principais credores dos produtores familiares são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; os bancos; o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER.

Para 44,1% dos produtores pesquisados as dívidas são com o PRONAF Investimentos. Esse credor concentra a maioria dos produtores familiares que informaram estar inadimplentes com o programa. Os bancos e o PRONAF custeio foram citados por 25,7% e 24,3% pelos produtores familiares pesquisados, respectivamente.

Os produtores que informaram não possuir nenhum credor representaram 21,3% dos respondentes, o que demonstra que esses produtores estão conseguindo desenvolver suas atividades produtivas com seus próprios recursos, não necessitando tomar crédito no mercado.

Os outros credores, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER foram citados por 16,9% e 12,5% dos produtores familiares pesquisados.

A administração dos investimentos, dos financiamentos, das dívidas e dos credores carece de maior atenção por parte dos produtores familiares. Os investimentos

são realizados sem o devido planejamento da viabilidade financeira do bem que está sendo adquirido.

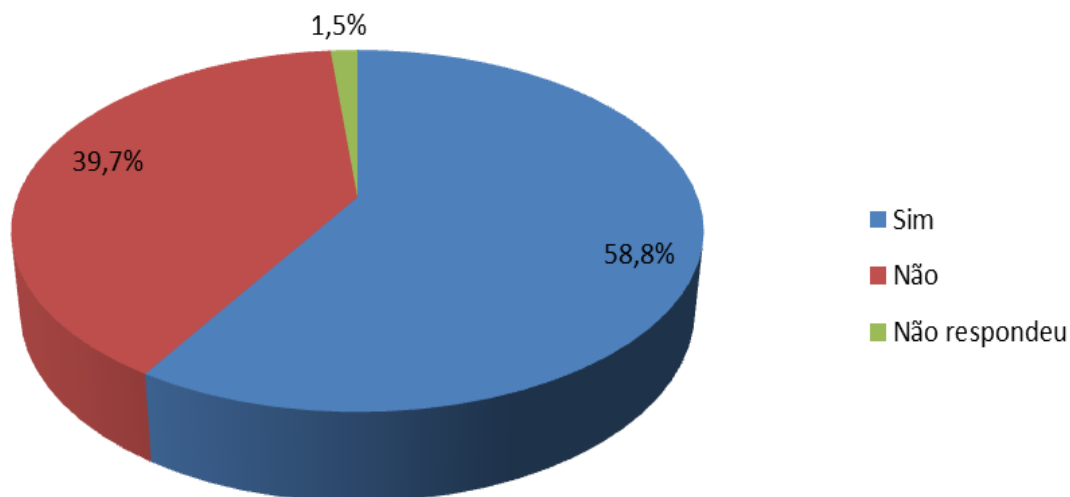
Tabela 19 – Credores da agroindústria familiar

	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
PRONAF investimento	60	44,1
Banco	35	25,7
PRONAF custeio	33	24,3
Não há credores	29	21,3
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	23	16,9
FEAPER	17	12,5
Crédito pessoal	5	3,7
Comércio local	3	2,2
Não respondeu	1	0,7
Outro	1	0,7
Total de Frequência	207	152,2
Total de Respondentes	136	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Além da capacidade de gestão do crédito foi pesquisada como a gestão financeira utilizada pelos produtores familiares se desenvolve na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. O primeiro questionamento foi saber se há separação das receitas e das despesas da agroindústria em relação às receitas e despesas da propriedade rural. Foi identificado em 58,8% dos respondentes que as receitas e as despesas da agroindústria e da propriedade rural são registradas e administradas separadamente. No entanto, 39,7% dos pesquisados informaram que não separam os registros de receitas e despesas da agroindústria e da propriedade.

Os produtores que fazem a separação das receitas e das despesas tratam a agroindústria e a propriedade rural como duas unidades de negócios que se relacionam de maneira que uma complementa a outra financeiramente. Isso acontece porque a produção primária está mais exposta às condições climáticas em comparação com a produção da agroindústria.

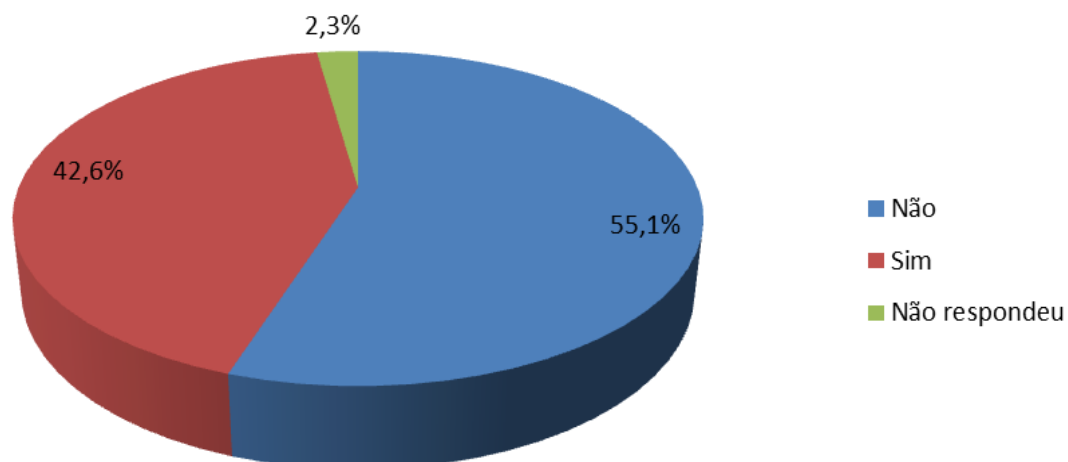
Gráfico 31 - Separação das receitas e despesas da agroindústria e da propriedade

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Por esse motivo, as propriedades familiares rurais responsáveis pela produção de produtos primários encontram-se em dificuldades para obter reservas financeiras e se autofinanciar. Segundo a pesquisa, 55,1% dos produtores familiares pesquisados informaram que a receita obtida pelos produtos primários não permite excedentes financeiros.

Um dos motivos é a dependência das condições climáticas que influenciam diretamente no volume da produção dos produtos primários. Outro motivo observado na pesquisa são os preços baixos pagos ao produtor pelos produtos *in natura* que, muitas vezes, não cobrem os custos de produção. Essas são as principais dificuldades das propriedades rurais com produção primária.

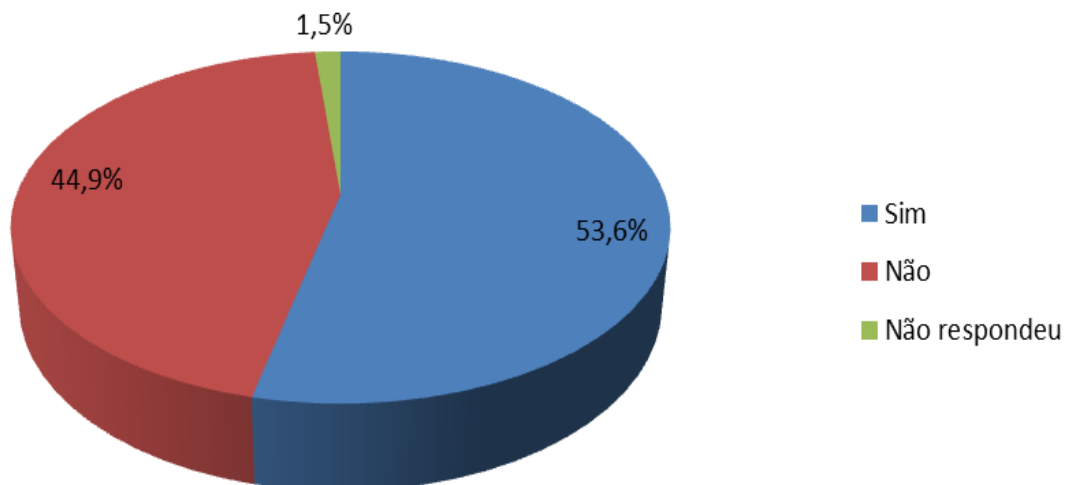
Por outro lado, 42,6% dos pesquisados informaram que suas propriedades rurais possuem reservas financeiras. O motivo está na diversificação da produção, ou seja, esses produtores informaram que produzem vários produtos primários em sua propriedade rural. Com essa diversificação, o risco da dependência climática diminui, pois em todas as estações do ano há dois ou três artigos sendo produzidos. Outro motivo está no conhecimento da família sobre o manejo de animais e o cultivo de plantas.

Gráfico 32 - Reservas financeiras da propriedade familiar rural (produção primária)

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com relação à agroindústria familiar ter ou não ter reservas financeiras, 53,7% dos pesquisados informaram possuí-las, enquanto 44,9% dos respondentes assinalaram que não possuem sobras financeiras. Esse resultado foi melhor do que o resultado da propriedade rural. Foram constatados dois motivos que justificam essa diferença. O primeiro está na margem de ganho dos produtos da agroindústria ser maior do que os produtos primários (*in natura*). O segundo motivo é explicado pela transferência do produto primário, da propriedade rural para a agroindústria pelo custo. Assim, a margem de ganho da propriedade passa para a agroindústria familiar.

As agroindústrias e as propriedades rurais se complementam financeiramente. Por isso, apesar de alguns produtores terem controles de gestão separados e resultados financeiros diferentes, devem ser vistas em conjunto na apuração dos resultados. A viabilização de uma depende da outra e, quando isso acontece, essa dinâmica produtiva gera maior renda às famílias produtoras e maior autonomia em relação ao mercado fornecedor.

Gráfico 33 - Reservas financeiras da agroindústria familiar

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A relação entre as receitas com as despesas e dívidas das famílias produtoras foi outro aspecto pesquisado. A intenção foi verificar se as receitas cobrem ou não as despesas e o montante de dívidas na propriedade rural e na agroindústria familiar. Na propriedade rural, segundo 75,7% dos pesquisados, a receita obtida pela comercialização dos produtos cobre as despesas e as dívidas. Por outro lado, 22,8% dos pesquisados informaram que as receitas obtidas não cobrem as despesas e as dívidas da família produtora.

Na agroindústria, a relação entre as receitas e as despesas e dívidas apresenta um resultado melhor em comparação com os resultados da propriedade rural. Para 93,4% dos produtores pesquisados a agroindústria consegue pagar as despesas e as dívidas com as receitas obtidas. No entanto, 5,9% dos pesquisados informaram que as receitas não pagam todas as despesas e dívidas da família.

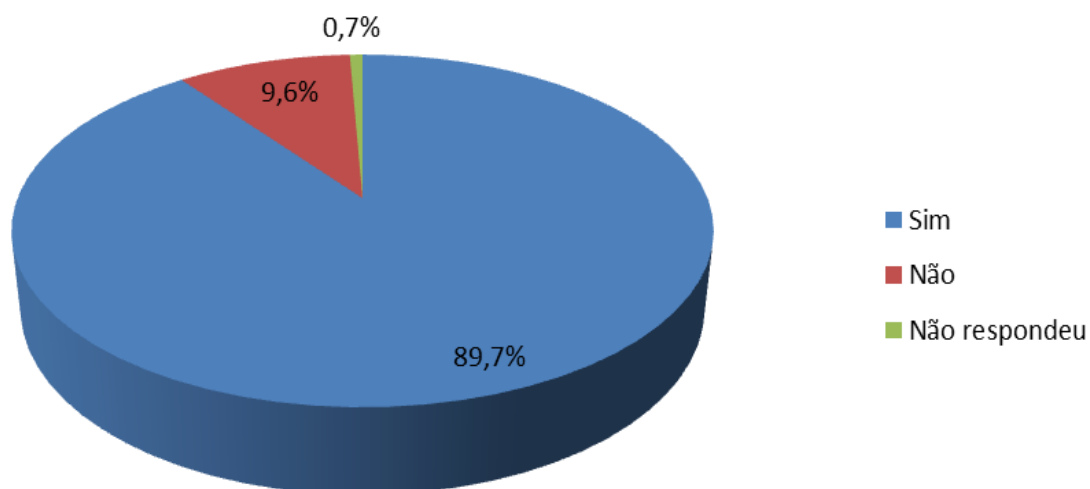
Tabela 20 - A rentabilidade cobre as despesas e dívidas?

	<i>Propriedade Rural</i>		<i>Agroindústria</i>	
	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
Sim	103	75,7	127	93,4
Não	31	22,8	8	5,9
Não respondeu	2	1,5	1	0,7
Total	136	100,0	136	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A gestão dos custos permite que, tanto a propriedade rural como a agroindústria, consiga dimensionar o valor da aquisição dos insumos e das matérias-primas utilizados na produção. O controle de custo é adotado por 89,7% dos produtores pesquisados, enquanto 9,6% informaram que não controlam seus custos.

Esse resultado demonstra que os produtores controlam seus custos, mas não foram identificados os instrumentos utilizados para esse controle. O grau de confiabilidade da informação gerada pelos instrumentos atuais de controle de custos dos produtores não foi objeto de pesquisa.

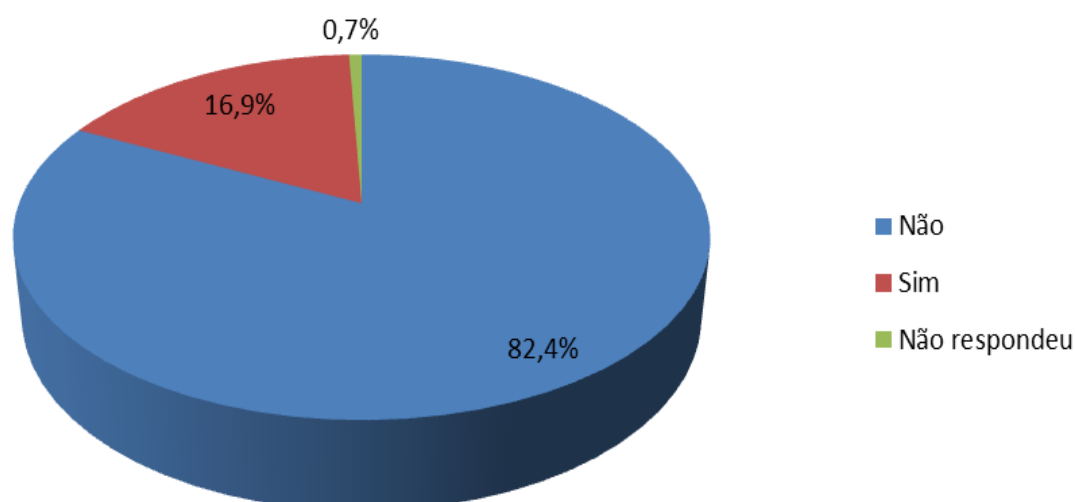
Gráfico 34 – Controle de custos

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A manutenção das atividades produtivas nas agroindústrias familiares depende das matérias-primas (insumos) vindas da propriedade rural da família e do conjunto de fornecedores. Para aquisição desses insumos, 82,4% dos produtores pesquisados, não dependem de crédito de custeio, enquanto 16,9% informaram que dependem desse crédito para adquirir esses insumos.

A maioria das famílias produtoras está conseguindo manter as atividades produtivas nas agroindústrias, sem necessidade de tomar crédito para custear os insumos (matérias-primas) utilizados.

Gráfico 35 - A aquisição de insumos depende de crédito de custeio?



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Esses resultados demonstram que as agroindústrias estão indo além da complementação da renda dos produtores. A manutenção das famílias nas atividades no meio rural depende da renda obtida dos produtos produzidos. Nesse sentido, as agroindústrias da região das Missões são alternativas para a manutenção das famílias produtoras em suas atividades. Com isso, a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares proporciona importante papel social e econômico na vida das famílias produtoras da região das Missões do estado do Rio Grande do Sul.

As características analisadas nesta seção mostram que a mão de obra nas agroindústrias é familiar e, o trabalho se desenvolve de maneira artesanal. O

aprendizado acontece na família, predominantemente, de geração em geração, que ensinam e demonstram no dia a dia como as atividades produtivas são realizadas. Além disso, as matérias primas utilizadas nas agroindústrias, são produzidas pela própria família em suas atividades agropecuárias. As matérias primas, que não são produzidas na propriedade, são adquiridas no próprio comércio local e nas cooperativas. Assim, essas características se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares e, podem ajudar na organização de ações do Corede Missões, bem como de políticas de governo, que possam considerar esses aspectos endógenos como referência importante para planos de desenvolvimento regional.

6 O ARRANJO AGROPRODUTIVO FAMILIAR: CONTRADIÇÕES E PARTICULARIDADES

No presente capítulo são discutidas as contradições e as particularidades que se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões do Rio Grande do Sul. O propósito dessa discussão está na análise das relações sociais e econômicas que se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares em relação a suas racionalidades.

As racionalidades na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares e as contradições do modelo teórico de arranjo produtivo local farão parte da discussão que este capítulo propõe. Além disso, será apresentado o Arranjo Agroprodutivo Familiar das Missões (AAPF-Missões) e suas contribuições para o Desenvolvimento Regional.

6.1 As racionalidades na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões

A dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões do Rio Grande do Sul, como descrita no capítulo anterior, foi analisada por meio do trabalho, da produção e da comercialização. Essas categorias serão analisadas e interpretadas em relação à racionalidade instrumental ou funcional e à racionalidade substantiva.

Segundo Ramos (1989), a partir do século XVII com a Revolução Industrial o pensamento instrumental começou a ganhar proporções nunca antes alcançadas. O predomínio do raciocínio utilitarista, dentro de uma sociedade capitalista e industrial, começava a colocar o mercado no centro das decisões humanas.

O sistema de mercado, com sua racionalidade instrumental, encontra condições favoráveis para submeter a vida social a seu comando. A indústria, nessa época, passa a ser uma peça fundamental da engrenagem do sistema de mercado. A forma mecanicista com que as indústrias se desenvolveram começou a estabelecer regras que condicionaram o homem às exigências operacionais da lógica industrial.

A partir da predominância da lógica instrumental, o trabalho foi fragmentado em partes interdependentes divididas em etapas que exigiam a especialização do trabalhador. Esse trabalhador transformou-se em um especialista, com conhecimento

específico ou fragmentado sobre uma das etapas, sem a visão do todo que está sendo construído ou produzido pela organização e considerado apenas como um recurso de uma fonte de trabalho (RAMOS, 1989).

Nessa lógica de interpretação, baseada na racionalidade instrumental, o trabalho é dividido e, quanto mais o trabalhador se adaptar ao modelo mecânico de fazer as coisas, melhores serão os resultados. A habilidade pessoal do trabalhador passa a ser submetida aos objetivos técnicos pré-estabelecidos no planejamento da produção. O que se espera do trabalhador se reduz à execução da atividade de maneira eficiente. Nesse sentido, Ramos (1989) interpreta que o indivíduo foi reduzido a um recurso e, para fins de registro, um requisito contábil aplicado à produção.

Dessa forma, o sistema de mercado condiciona os relacionamentos entre produtores e consumidores num ambiente competitivo, em que os lucros e os custos precisam ser rigorosamente calculados. O ser humano, dessa forma, passou a ser um centro de custo para as organizações.

Por outro lado, o pensamento substantivo manifesta-se por relações humanas com vistas à autonomia do ser humano, ao desenvolvimento de relacionamentos satisfatórios; da satisfação pessoal; da autorrealização; da aprendizagem e do desenvolvimento; do sentimento de vinculação e aceitação; do reconhecimento simbólico e da contribuição para a sociedade (ANDRADE *et al*, 2012).

No pensamento substantivo, a razão está integrada à psique humana. Sua compreensão não está limitada a uma determinada forma sistêmica de atuação na organização burocrática. Sua essência está nas ideias e nos princípios dos indivíduos em ações conjuntas.

Por meio de um pacote de informações, segundo Ramos (1983), não se consegue compreender o real sentido do pensamento substantivo. Por meio da livre experiência da realidade e de sua precisa articulação, ela poderá ser compreendida. Assim, a racionalidade substantiva jamais poderá ser limitada a um enunciado determinado.

Nesse debate entre as racionalidades instrumental e substantiva inserem-se as relações de trabalho e sua organização na realidade das agroindústrias familiares da região das Missões do Rio Grande do Sul. A natureza da mão de obra é o primeiro aspecto a ser interpretada à luz das racionalidades.

Nas agroindústrias familiares da região as atividades são realizadas pelos próprios integrantes no núcleo familiar. O fato de a predominância da força de trabalho estar na própria família demonstra que a relação com o mercado de mão de obra é, praticamente, inexistente. Nesse sentido e com base na natureza do trabalho das agroindústrias familiares, não há relação de dependência ou de interdependência com o mercado de mão de obra. A realização do trabalho manifesta-se de maneira autônoma, pois a responsabilidade por sua execução está nos membros do núcleo familiar.

Essa autonomia das agroindústrias familiares com relação à natureza da mão de obra não converge para a lógica da economia industrial que interage constantemente com a força de trabalho disponível no mercado de mão de obra. A interação, sob o pensamento instrumental, manifesta-se por meio de interesses econômicos, de um lado a intenção de otimizar as despesas com pessoal, ou seja, quanto maior o resultado econômico que a pessoa gera para a organização em relação à sua remuneração, melhor para a organização. Por outro lado, quanto maior a percepção do trabalhador com relação ao elevado valor que gera, maior será sua pressão sobre a organização por aumento da sua remuneração.

Com isso, há divergência entre a força de trabalho empregada nas agroindústrias familiares das Missões com o pensamento instrumental. Há, sim, a predominância da lógica substantiva, pois, com o passar do tempo, os filhos vão se inserindo nas atividades, ou seja, as relações familiares e de trabalho se entrelaçam, de maneira não definida, normatizada ou formalizada. Elas, simplesmente, se manifestam por meio do sentimento de amor, de carinho e dos valores familiares. Assim, a racionalidade substantiva se manifesta, sem uma norma definida, um modelo ou um pacote de informações que possa definir essas relações.

A organização do trabalho foi outro aspecto investigado na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. A forma como é dividido o trabalho nas agroindústrias familiares pesquisadas não é sustentada pela lógica da economia industrial. Essa interpretação decorre do fato de que a divisão do trabalho se manifesta sem a intenção de promover a especialização dos membros familiares. Ao contrário, o propósito está na distribuição das atividades e não em sua especialização. Isso é confirmado no conteúdo das entrevistas, em que os pesquisados afirmam que o trabalho é dividido, mas todos

os membros da família “sabem fazer tudo”. Esse é o discurso predominante dos produtores familiares pesquisados.

Segundo o entrevistado 5 (E5), “aqui todo mundo faz tudo. Se alguém tem de sair o outro faz tranquilamente. Todo mundo sabe fazer tudo”. Da mesma forma, o entrevistado 7 (E7) afirma:

“Eu, meu filho e meu cunhado que carneamos os frangos. Meu esposo já carneou muito, só que hoje ele lida mais com o gado. Aqui todo mundo conhece todas as partes, todo mundo se ajuda. Porque como é uma pequena agroindústria tu não tem como separar. A gente trabalha junto, se ajuda. Se eu conseguir estar mais disponível fazer a entrega, eu vou, ou então, vai ele, o meu guri. E a minha cunhada faz a limpeza”.

Assim, infere-se que a organização do trabalho na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares é, predominantemente, guiada pela razão substantiva, pois vincula a divisão das atividades ao sentimento de ajuda mútua e sentimento de carinho entre os membros da família e não à lógica instrumental ligada ao aumento da produtividade individual de cada um, proposta pelo princípio da especialização.

Na fala do E7, o valor do trabalho realizado na agroindústria familiar se vincula à razão substantiva. O referido entrevistado afirma que:

“Hoje tá meu guri, que é neto, tocando uma coisa que o vô me ensinou. Ele se formou em contabilidade e está trabalhando aqui conosco. Eu só tenho que agradecer porque os dois filhos estão aqui, trabalhando na parceria. Mesmo que minha filha queira trabalhar na cidade na área dela, mas eles estão por aqui, estão presente com nós em casa, durante a semana, no almoço de domingo. A riqueza é a família. A cidade grande é muito corrida hoje. Tu levanta cedo, vai trabalhar e nem vem ao meio dia pra casa. Só vem de noite. Teu filho vai pra escolinha de manhã e só volta de noite. Quando tu chega do teu trabalho o teu filho pode estar dormindo, porque ele é uma criança e pode sentir sono mais cedo. E no outro dia a mesma coisa e quando tu vai ver já é domingo. Quando o Maico foi pedir demissão da Gerdau ele falou com o chefe dele que estava vindo para o interior, com a esposa grávida. O chefe disse que não tem problema, até fez as contas como se ele tivesse largado para ele pegar os direitos, ele disse que entendo a tua parte porque eu não vejo o meu filho, o chefe dele falou, como amigo: eu não vejo o meu filho. Ele vai para a escolinha de manhã e volta de tardinha. Quando eu chego em casa ele já está dormindo. No outro dia, a mesma coisa, sai cedo, então, eu só vejo ele domingo. Então, eu pretendo um dia ir para o interior. Se tu pode, vai. O chefe falou isso. E a chefe também. E os dois deram força para ele vir. Tu vai poder ver tua filha crescer, porque aqui a gente começa trabalhar sete e pouco, para ao meio dia, começa as duas e vai até as seis. Caso tenha alguma coisa a mais, vai um pouco mais. No final de semana eu organizei assim: como são três, o meu marido, o Maico e o Gabriel, cada fim de semana um vai cuidar e os outros de folga. Tu vai pegar sábado meio dia e vai entregar segunda cedo. Acho que é bom assim. Tem que ser assim para trabalhar e dar certo.”

As atribuições, divididas ou não, que se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares não são programadas ou planejadas de maneira formal. O desempenho do trabalho não está vinculado a um objetivo ou meta a alcançar (RAMOS, 1989). Dessa maneira, o pensamento substantivo se manifesta na forma de trabalhar e organizar as atividades produtivas.

O conhecimento adquirido pelas famílias produtoras é outro aspecto considerado importante para a compreensão do trabalho na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. Com base nos dados já descritos no capítulo anterior, 83,8% dos produtores pesquisados informaram que o conhecimento é adquirido na própria família, enquanto que 42,6% disseram que o conhecimento adquirido ocorre por meio de orientação ou treinamentos técnicos.

Como verificado no capítulo 5, a produção nas agroindústrias familiares é, predominantemente, artesanal. Por ser artesanal e não industrial, o meio pelo qual o conhecimento é transmitido ocorre de geração para geração, predominantemente. Essa é uma das particularidades importantes relacionadas ao trabalho e aprendida por meio do conhecimento passado de pai para filho ou entre os próprios membros do núcleo familiar.

O conhecimento adquirido em cursos, treinamentos, palestras e visitas técnicas também se mostrou presente nas respostas dos produtores familiares pesquisados. Eventos realizados pela EMATER, EMBRAPA e SENAR foram os mais citados pelos entrevistados. Além disso, visitas técnicas realizadas em viagens a outras regiões, também foram citadas como fontes de conhecimento dos produtores familiares.

O conhecimento adquirido está no histórico dos produtores. A maioria dos pesquisados afirma que aprendeu a trabalhar com seus pais. Por meio da observação e do envolvimento nas atividades diárias desempenhadas pelos pais, foram adquirindo experiência. Segundo E1, “[...] a criação da galinha colonial eu herdei um pouco mais da parte da minha mãe, que sempre trouxe essa questão de galinha caipira, de saber fazer o melhoramento”. Já E2, produtor de queijo, afirma que “eu via a mãe colocar o leite na panela e misturar um pouco e aquilo virava queijo”.

Esse conhecimento adquirido não segue regras e normas formalizadas por um sistema burocrático de formação. É intrínseco nas relações entre os membros da família produtora. Com isso, a lógica substantiva se manifesta pela livre experiência e

vivência na realidade da família. Assim, o pensamento substantivo se manifesta, de maneira livre, sem a dependência de um enunciado normativo (RAMOS, 1983; SERVA, 1996).

Outra forma de aquisição do conhecimento identificada na pesquisa foi a da iniciativa própria. Segundo E6, “[...] me criei trabalhando na lavoura junto com minha mãe e com o meu pai”. Com o passar dos anos, os pais foram envelhecendo e ficaram doentes, não conseguindo prosseguir as atividades agrícolas. Uma parte das terras foi vendida e, então, resolveu trabalhar com farináceos. Sua aprendizagem se deu na cozinha da própria casa, criando suas próprias receitas por tentativa e erro. Assim, essa informação transcende a origem do conhecimento adquirido na família e o conhecimento adquirido em cursos técnicos, treinamento e demais eventos de formação técnica.

Quando há predominância da racionalidade instrumental, segundo Serva (1996), os interesses utilitaristas dominam as relações que ocorrem no ambiente, transformando-o em ambiente competitivo, que gera uma atmosfera incapaz de sustentar a cooperação, a amizade, a moral e a realização humana.

A intenção da formação técnica do produtor familiar está inserida no pensamento instrumental, que projeta os atos humanos ao encontro dos interesses materiais, por meio do alcance de metas e de objetivos quantificáveis. Além disso, procura-se a otimização de recursos pela eficiência e eficácia produtiva, em padrão produtivo pré-estabelecido. O conhecimento técnico permite, assim, a quantificação do trabalho individual por meio de indicadores padronizados, centrados e reduzidos à lógica econômica em busca da rentabilidade ou do lucro (RAMOS, 1983).

Assim, a afirmativa de que a tendência “natural” das agroindústrias familiares de se transformarem em indústrias parece não encontrar sustentação. A justificativa está nos temas e na metodologia utilizada na formação técnica dos produtores. Há uma intenção clara de imposição da lógica industrial aos produtores, mas essa lógica encontra resistência, pois a organização e as relações de trabalho que se manifestam na dinâmica produtiva familiar não são industriais.

Depois de analisar o trabalho, sua organização e a maneira como as famílias produtoras adquirem conhecimento, parte-se para o debate sobre a produção. Esse debate é realizado por meio da análise das relações das famílias produtoras com seus

fornecedores de produtos, materiais e serviços. Além disso, a forma como os produtos são produzidos e comercializados também é objeto de análise desta pesquisa. Em tese, as relações de produção das agroindústrias familiares são analisadas em relação a suas racionalidades instrumental e substantiva.

O primeiro aspecto analisado na produção é a relação da família produtora com o fornecedor de produtos, materiais e serviços. A necessidade de estabelecer relações com o mercado fornecedor, na lógica instrumental, estabelece que quanto maior a quantidade de produtos, materiais e serviços para manter a funcionalidade da organização, maior será a necessidade de relações com os fornecedores (RAMOS, 1989).

Nas agroindústrias familiares investigadas, as relações com os fornecedores acontecem com baixa frequência. Não há uma relação frequente que envolva grandes volumes de produtos, materiais ou serviços. A justificativa de essa relação com os fornecedores não ser frequente e com volumes baixos de suprimentos, é fruto de a produção primária (matérias-primas) ser oriunda da própria propriedade rural familiar.

As principais matérias-primas utilizadas nas agroindústrias familiares são originadas da própria atividade primária da família. Dessa forma, essa dinâmica proporciona maior autonomia dos produtores familiares em relação ao mercado fornecedor. Assim, torna-se uma particularidade importante, que se manifesta na região.

No caso do leite, eventualmente podem ocorrer quedas de produção leiteira na propriedade, o que pode ocasionar falta dessa matéria-prima para a agroindústria. Segundo o entrevistado E2, quando ocorre baixa na produção de leite “[...] a gente pega parte do leite com os vizinhos próximos [...]”. Em situações como essa, o vizinho torna-se fornecedor do produto primário produzido em sua propriedade. Dessa forma, gera certa segurança para as agroindústrias familiares, pois não sentirá falta da sua principal matéria-prima, que pode ser suprida pelos vizinhos próximos.

Essa maior autonomia das agroindústrias familiares não isenta das relações de compra de suprimentos com o mercado fornecedor. Os produtos mais adquiridos pelas famílias produtoras são açúcar, sal, embalagens, farinha, fermento e coalho. Esses produtos são utilizados, principalmente, por agroindústrias que produzem farináceos e derivados do leite, e são a maioria da região.

Na aquisição da farinha, verifica-se uma relação entre as famílias produtoras e seus fornecedores. As famílias produzem trigo e trocam por farinha com a cooperativa ou outro fornecedor. A relação ocorre com a entrega do trigo e posterior retirada da farinha no fornecedor. Assim, parte do trigo (produto primário) produzido pelos produtores familiares é trocado por farinha de fornecedores.

Mesmo que a farinha seja considerada matéria-prima adquirida de fornecedor, ela é garantida pela produção de trigo dos próprios produtores. Com isso, se reforça certa autonomia dos produtores familiares no que se refere a farinha. Quanto ao preço, tanto do trigo quanto da farinha, os produtores não possuem autonomia, pois são tomadores de preços em relação ao mercado.

Outros itens que os produtores familiares adquirem dos fornecedores são doces, recheios e confeitos; temperos e condimentos; tripa; cera laminada; vinagre; caixa de abelha; sal comum e ração; medicamentos para os animais; núcleo de minerais e concentrados; adubo orgânico; farelo de soja; manteiga; milho em grão; sementes e mudas; lenha; maravalha; pintos de um dia; óleo de soja e barbante. Todos esses produtos são utilizados como suprimentos das diversas agroindústrias familiares da região das Missões.

Esses produtos, adquiridos pelas agroindústrias, são resultado das relações de compra entre os produtores familiares e os fornecedores. Nessas relações estão as condições de pagamento, que se manifestam por meio do pagamento à vista e a prazo.

Essas são relações comerciais que se manifestam por meio da lógica instrumental, pois a intenção é econômica, calculada e baseada no preço e na quantidade dos suprimentos adquiridos. O fornecedor, de um lado, preocupado em garantir suas vendas e maior ganho econômico e, por outro lado, os produtores familiares preocupados com o preço de aquisição pago ao suprimento.

Com ênfase na origem dos produtos ou serviços adquiridos de fornecedores, foi constatado que as relações entre as agroindústrias familiares e seus fornecedores acontecem, predominantemente, na localidade. O comércio local, as cooperativas e os vizinhos representam 81,4% das respostas dos produtores pesquisados. Os fornecedores da região e de outras regiões representam em torno de 18% das respostas obtidas na pesquisa. Dessa forma, a lógica que predomina é a instrumental e de proximidade, nas relações com o fornecedor.

Por ser próxima dos fornecedores, a movimentação dos suprimentos adquiridos pelas agroindústrias familiares é, praticamente, feita pelo próprio veículo dos produtores. O serviço de transporte de mercadorias entre fornecedor e produtor está sob responsabilidade das famílias produtoras, conforme informação passada por 92,6% dos produtores pesquisados.

O fato de os fornecedores não realizarem a movimentação do suprimento até as agroindústrias familiares é justificada pela lógica instrumental, pois a quantidade baixa de suprimento adquirida pelas agroindústrias não dilui o custo do transporte do fornecedor. Se fosse cobrar o transporte, ou o fornecedor cobraria taxa de frete ou, então, aumentaria o preço dos produtos vendidos aos produtores. Em síntese, o transporte do suprimento, do ponto de vista da racionalidade instrumental, não se viabiliza economicamente. Assim, esse custo fica com os produtores que assumem o transporte com seus próprios veículos.

Outro motivo constatado durante a pesquisa, e que está ligado à questão do transporte dos suprimentos para as agroindústrias familiares, é a dificuldade de acesso ao meio rural, já que a maioria das agroindústrias familiares está localizada no meio rural. A dificuldade de trafegabilidade, motivada por problemas de infraestrutura de estradas do meio rural, contribui para que os fornecedores não realizem o serviço de transporte até as agroindústrias familiares.

Dessa forma, a relação dos produtores familiares com seus fornecedores se manifesta no pensamento instrumental e econômico e, a partir dessa lógica, gera tensão entre as partes. De um lado, percebe-se uma pressão do mercado fornecedor para que as agroindústrias passem a adquirir volumes maiores de produtos. Por outro lado, para as agroindústrias familiares, essa lógica da economia de escala não predomina, pois a maior parte dos insumos necessários para sua produção vem da própria área de terras das famílias produtoras.

As relações de trocas não econômicas e de ajuda mútua com fornecedores também acontecem. Essas relações se manifestam quando alguém está com algum problema de saúde e precisa de uma carona até o hospital da cidade. Em problemas nas casas e galpões, ocasionados por chuvas fortes e vendavais, os vizinhos se ajudam com serviços realizados por meio de mutirão. Quando os filhos precisam ir à escola, ocorrem caronas de vizinhos. Em eventos comunitários, como em datas

festivas, os vizinhos se unem para organizar o evento. O senso de autoproteção se manifesta por conversas entre vizinhos sobre pessoas estranhas circulando próximo às propriedades. Essas relações não são planejadas e organizadas com fins econômicos e acontecem com frequência entre as famílias produtoras e seus vizinhos. São claras manifestações da racionalidade substantiva que se materializa entre os produtores familiares na região das Missões.

Assim, as relações entre os produtores familiares e os fornecedores se manifestam. Essas relações se integram na maneira como as agroindústrias familiares agregam valor a seus produtos. Dessa forma, nos próximos parágrafos serão realizadas análise e discussões sobre a lógica da produção adotada pelas agroindústrias familiares na região das Missões.

Nas atividades produtivas das agroindústrias, a agregação de valor ocorre em diversos produtos, tanto de origem animal como de origem vegetal. Na região das Missões, os farináceos, os derivados da cana-de-açúcar e os derivados do leite são os produtos mais produzidos pelas famílias produtoras. As geleias e as conservas de legumes também são produzidas por várias agroindústrias familiares da região. Conservas de pepino, cenoura, pimenta, couve-flor, beterraba, nabo, rabanete e cebola estão sempre presentes nas feiras de produtores e nos quiosques missioneiros.

As formas de produção desses produtos são, predominantemente, artesanais. Foi informado por 69,1% dos pesquisados que a maneira de produzir das agroindústrias familiares, é artesanal. Segundo Prezotto (2001), as atividades artesanais são realizadas manualmente, e a lógica da produção em escala não se manifesta na dinâmica da produção. O resultado produzido pelas agroindústrias não permite afirmar que a produção tenha escala. A quantidade produzida é baixa e, além disso, os produtos não são padronizados. A identidade familiar e as particularidades regionais, incorporados ao produto, ajudam a diferenciá-los dos produtos industrializados.

Nesse sentido, a lógica industrial não consegue abarcar a maneira como são realizadas as atividades produtivas nas agroindústrias familiares. A tentativa de incorporação de técnicas industriais, por meio de programas de capacitação e ou legislação, encontra forte resistência por parte dos produtores, pois a maneira como produzem não segue a lógica instrumental de programação e controle da produção.

Essa constatação é resultado dos dados coletados e observados pelo autor nas instalações físicas das agroindústrias familiares. Não há aplicação de instrumentos que permitam medir a capacidade, planejar, controlar e prever a produção realizada nas agroindústrias. O controle é praticamente informal, os registros são mínimos, apenas para atender, em parte, à legislação vigente.

Nesse sentido, é importante registrar que, independentemente das normas exigidas pela vigilância sanitária, a maioria das agroindústrias familiares, mantém o cuidado de colocar seus produtos em embalagens. Foram 78,7% dos produtores familiares pesquisados que informaram que seus produtos são embalados para comercialização. Em 18,4% dos pesquisados, a embalagem é utilizada em alguns produtos e apenas 1,5% dos produtores não as utilizam em seus produtos.

Com relação à rotulagem dos produtos, apenas 21,3% dos pesquisados informam que suas agroindústrias colocam rótulo em seus produtos; 21,3% disseram que o fazem apenas em alguns produtos; e 55,9% não utilizam rótulo.

O código de barras segue a mesma lógica da colocação de rótulo. Elas podem estar impressas nas embalagens, juntamente com o rótulo, ou então, ser impressas em adesivos colados na embalagem que reveste os produtos. Na atualidade, poucas agroindústrias inserem o código de barras em seus produtos. Segundo a pesquisa, 13,2% dos produtores informaram que os produtos apresentam código de barras; 7,4% informaram que o utilizam em apenas alguns produtos; e 77,9% disseram que não o colocam.

A maneira como as agroindústrias familiares colocam a embalagem, o rótulo o código de barras nos produtos produzidos ocorre por meio de atividade manual. A utilização de máquinas automatizadas para execução dessas operações não é aplicada nos espaços produtivos das agroindústrias familiares. A tecnologia incorporada nessas atividades não substitui o trabalho manual dos membros da família, e é aplicada para complementar a atividade de embalagem, rotulagem e aplicação do código de barras. Isso ocorre porque a produção não segue a lógica de escala da economia industrial.

Todas essas atividades realizadas pelos membros familiares se desenvolvem no ambiente de convívio familiar. A presença das relações familiares de amor e afeto na produção familiar é constante. Quando considerada, entretanto, a forma de produzir familiar, a racionalidade substantiva predomina em relação a racionalidade instrumental.

Além da organização do trabalho e da forma de produção que se manifesta nas agroindústrias familiares, a tecnologia entra na discussão a partir da sua origem e aplicação. De um lado, a aplicação da tecnologia adquirida de fornecedores, e de outro, a tecnologia própria desenvolvida pelos próprios produtores. A predominância é da tecnologia adquirida, conforme já abordado no capítulo 5 deste trabalho. Segundo 39% dos pesquisados, há presença de equipamentos e máquinas com tecnologia própria.

A tecnologia própria se desenvolve na dinâmica produtiva familiar por meio da criação de equipamentos e máquinas pelo próprio produtor. Um exemplo de tecnologia própria é a bateadeira de melado, construída por produtores de derivados de melado. O que se interpreta desse exemplo é a capacidade de criação de máquinas que possam auxiliar nas atividades produtivas. É importante frisar que, os componentes que fazem parte desse equipamento são todos adquiridos ou retirados de outras máquinas adquiridas no mercado. Portanto, a criação e adaptação da tecnologia estão na montagem do produto e não no desenvolvimento dos seus componentes.

Essas máquinas, construídas pelos próprios produtores, são aplicadas na complementação das atividades manuais. No caso da bateadeira, ela executa a atividade de bater o melado, mas não substitui a pessoa que antes realizava a batida manualmente, pois o momento de acionamento, a quantidade mínima e o “ponto” do produto são atividades que o produtor realiza manualmente.

Com relação à tecnologia adquirida pelas agroindústrias familiares, apesar do propósito de auxiliar na execução de várias atividades das agroindústrias, parte dessas máquinas e equipamentos não possui capacidade elevada por serem de uso doméstico como, por exemplo, aparelhos de liquidificador e bateadeiras. As atividades artesanais desenvolvidas no ambiente familiar das agroindústrias não segue a lógica da economia de escala. Dessa forma, a tecnologia incorporada pelos produtores familiares está, em essência, na manutenção da qualidade e na diferenciação dos seus produtos. A escala, no entanto, não encontra espaço na produção familiar. Essa é outra particularidade que se manifesta na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

A aquisição da tecnologia nessa dinâmica produtiva familiar envolve máquinas e equipamentos utilizados na agroindústria e na propriedade rural da família. Nesta pesquisa, esses investimentos realizados pelos produtores familiares, envolveram a agroindústria e a própria propriedade rural da família. Isso acontece, em decorrência da

integração da produção primária que se manifesta entre a propriedade rural e a agroindústria familiar. O produtor familiar adquire uma máquina ou equipamento não apenas para sua agroindústria, mas para sua propriedade rural que produz produtos primários que vão servir de matérias-primas para sua própria agroindústria.

Nos últimos cinco anos, 50% dos produtores familiares pesquisados, realizaram investimentos em máquinas e equipamentos. Esses investimentos foram acessados pelas várias linhas de créditos e programas de financiamentos destinados aos produtores familiares como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; as linhas de créditos específicas oferecidas por bancos; o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER.

Assim, a tecnologia aplicada na produção familiar se manifesta baseada na racionalidade substantiva, tanto da tecnologia própria, como da tecnologia adquirida pelas agroindústrias familiares. O pensamento substantivo se manifesta na aplicação da tecnologia, no ambiente produtivo, onde ocorrem as relações familiares que promovem a satisfação pessoal, o afeto e a autorrealização. Assim, essa dinâmica converge com Ramos (1989), em que o pensamento substantivo se manifesta envolvendo as decisões da família em relação aos investimentos em tecnologia e sua aplicação à produção familiar.

Além da maneira como as racionalidades se manifestam quando analisadas as condições tecnológicas na produção familiar, a comercialização é analisada sob a ótica do destino dos produtos produzidos pelas agroindústrias familiares. Para isso, foram pesquisadas as condições e canais de vendas, as relações de troca e a movimentação dos produtos.

As relações entre os produtores familiares e os consumidores acontecem, frequentemente, em feiras organizadas em cada município da região. Em todos os municípios há feiras de produtores familiares, organizadas pela prefeitura, sindicatos ou cooperativas de produtores locais. De acordo com a pesquisa, muitos consumidores acabam desenvolvendo uma relação de amizade com as famílias produtoras, ou seja, a relação de amizade vai além da relação de consumo entre o produtor e o consumidor.

O pagamento dos produtos é realizado à vista pela maioria dos consumidores, mas há uma parcela que prefere efetuar o pagamento a prazo. Para 47,1% dos

produtores pesquisados, realizam suas vendas por meio de pagamento á vista e pagamento a prazo, pois há consumidores que preferem pagar mensalmente. O pagamento a prazo se manifesta, segundo os produtores, pela relação de amizade e confiança desenvolvida ao longo do tempo com os consumidores.

Além das feiras de produtores, outros canais de comercialização são utilizados pelas agroindústrias familiares. A venda direta ao cliente; a venda via cooperativa (quiosques missionários), a venda para o varejo (supermercados/fruteiras), a venda para instituições públicas (via cooperativa), a venda direta para instituições públicas, as vendas externas á região e as vendas feitas em grandes feiras regionais são canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias familiares da região das Missões.

Esses canais de comercialização são meios pelos quais os produtos das agroindústrias familiares são distribuídos e disponibilizados aos consumidores. Toda a movimentação é realizada pelo veículo próprio dos produtores, desde a agroindústria até o consumidor ou ponto de venda. A lógica instrumental se observa na movimentação dos produtos, pois envolve a programação de horários e quantidades de produtos a transportar. A cooperação entre produtores familiares se manifesta com frequência, por meio da venda cooperada. Esta ocorre pela participação da cooperativa em editais de fornecimento de produtos para instituições públicas e em eventos como feiras regionais maiores. Nessas feiras, os produtores se unem e organizam o transporte dos produtos até o estande de venda localizada na feira. Esse trabalho ocorre de maneira cooperada, sem remuneração formal do trabalhador, mas com o propósito de comercializar seus produtos e, conseqüentemente, obter resultados econômicos para as famílias produtoras. A cooperação, nessa lógica, tem o objetivo de se ajudarem mutuamente e está ao lado da expectativa do ganho econômico.

Como se constatou, as relações sociais e econômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares foram identificadas e analisadas por meio da racionalidade instrumental e da racionalidade substantiva. A predominância da lógica instrumental das organizações não ocorre na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. Dessa forma, a racionalidade substantiva, por meio das relações familiares, envolve o trabalho, a produção e a comercialização dos produtos das agroindústrias familiares da região das Missões. Com isso, a resistência dessas agroindústrias familiares em se transformarem em indústrias está na manifestação da racionalidade substantiva que

prevalece nas relações entre os membros da família. Além disso, a maneira artesanal utilizada para produzir, dificulta a inserção de técnicas e conhecimentos de produção industrial.

Assim, os produtores familiares encontram em suas relações familiares e na própria maneira de produzir uma dinâmica produtiva que permite autonomia maior em relação à pressão que o pensamento da economia industrial vem tentando exercer ao longo do tempo. Essa pressão ocorre com maior intensidade, a partir do plano de desenvolvimento de um arranjo produtivo local das agroindústrias familiares na região das Missões. A discussão referente a esse tema é realizada no próximo capítulo.

6.2 As contradições entre a dinâmica das agroindústrias familiares das Missões e o modelo teórico de Arranjo Produtivo Local

Nesta seção, será realizada discussão sobre as contradições da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares em relação à lógica do conceito de Arranjo Produtivo Local. Essas contradições surgem a partir das racionalidades verificadas nas relações sociais e econômicas da dinâmica produtiva familiar, já discutida anteriormente.

O Arranjo Produtivo Local é uma forma de aglomeração de empresas e de atores institucionais que se unem com o objetivo de otimizar recursos e obter ganhos econômicos. A lógica que está por trás desse conceito tem base no pensamento instrumental da economia neoclássica.

As aglomerações são interpretadas por Cassiolato e Lastres (1999) como um conjunto de organizações formado por agentes econômicos, sociais e políticos, que atuam num mesmo território. A proximidade espacial caracteriza a aglomeração e favorece a movimentação de matérias-primas, máquinas, equipamentos, mão de obra e outros recursos. O propósito é a busca de melhores resultados econômicos e a melhoria da capacidade competitiva dessas organizações no mercado. A relação das empresas com o mercado é totalmente integrada, desde o processo de fornecimento de suprimentos, passando pela produção, distribuição e, finalmente, o consumidor final.

O APL é uma forma de aglomeração que procura organizar agentes econômicos, políticos e sociais localizados no território. O propósito dessa união é potencializar a

capacidade de geração e de propagação do caráter inovador endógeno da competitividade e do crescimento local (CASSIOLATO e LASTRES, 1999).

Por volta dos anos 2000, começaram as discussões sobre o desenvolvimento do arranjo produtivo local nas Missões. Algumas representações e organizações como associações, cooperativas, movimentos sociais, universidades e órgãos de Governo iniciaram debates sobre a possibilidade da formalização de um arranjo produtivo local da agroindústria familiar na região.

Em 2011, esses atores concentraram seus esforços na formalização do APL, no sentido de enquadrá-lo no projeto de fortalecimento dos APLs do Rio Grande do Sul, com base na lei nº 3.839/2011. O propósito estava no incentivo e valorização das agroindústrias familiares da região missioneira.

A primeira etapa, ocorrida em 2013, foi a construção de um diagnóstico das agroindústrias familiares nas Missões. Nessa etapa, foi necessária a definição da técnica de coleta e de análise de dados, a relação das fontes de consulta utilizadas, o plano de trabalho e o cronograma físico, a identificação dos principais agentes participantes da elaboração do Plano de Desenvolvimento, escolha das instituições-chave para governança, agenda de reuniões com identificação dos participantes e um esboço da estrutura do plano para cumprimento da referida etapa.

Na segunda etapa, foi realizada a caracterização do APL. Essa fase foi dividida em: contextualização do arranjo; governança e cooperação; desenvolvimento de tecnologia e inovações; desenvolvimento sustentável; formação profissional e possibilidade local de capacitação; projetos atuais de investimento e fontes de financiamento; infraestrutura e logística; níveis de qualidade e controle do processo produtivo; mapeamento da cadeia produtiva e da cadeia de valor; e canal de distribuição para os mercados interno e externo. Além disso, no ano de 2014, foi realizado seminário para validação e entrega do relatório completo da governança do APL para a AGDI.

A definição de estratégias e de objetivos foi realizada na terceira etapa do plano. Nessa etapa, foi necessária a formalização de uma visão compartilhada entre os atores envolvidos sobre o desenvolvimento econômico, social, ambiental e regional do APL numa perspectiva mínima de cinco anos. As estratégias foram fragmentadas em grupos

temáticos e organizadas por meio de ações de curto, médio e longo prazo. Foram, ainda, definidos indicadores para avaliar o resultado de cada ação.

Com isso, a intenção dos atores regionais, motivados pela política de incentivo aos APLs do estado do Rio Grande do Sul, foi a de incorporar a lógica da economia industrial na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões. Nesse sentido, e ao encontro da interpretação de Iglioni (2001), o propósito era fortalecer a capacidade produtiva e competitiva das agroindústrias familiares, contribuindo para minimização dos custos e aumento da escala produtiva. Assim, o modelo de APL começava a ser incorporado nas agroindústrias familiares da região.

Com o passar do tempo, as ações começaram a ser executadas pelos atores regionais, com o objetivo de formalização de todas as agroindústrias familiares da região. Nessas ações começaram a surgir alguns problemas e resistências, por parte das famílias produtoras, principalmente na dificuldade em absorver o “pacote” de informações e exigências estabelecidas pelo APL e pela legislação.

Em 2016, o plano de desenvolvimento do APL Missões completa três anos, e muitas agroindústrias ainda estão em processo de formalização. Outras não se formalizaram e estão produzindo e comercializando seus produtos à margem da legislação vigente. Segundo esta pesquisa, as dificuldades encontradas para os produtores são os custos de adequação física e dos processos produtivos da agroindústria.

As agroindústrias tornaram-se a principal renda das famílias produtoras agregando valor aos produtos primários, produzindo de maneira, predominantemente, artesanal. A lógica da economia de escala, nesse sentido, não abarca essa dinâmica porque as famílias produtoras somente conseguiriam aumentar sua produção com a incorporação de mão de obra e de tecnologia de produção, adequação ao excesso de exigências da legislação e realização de investimentos em infraestrutura física e capacitação técnica. Essa é uma contradição que se estabelece entre a concepção de arranjo produtivo local e a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região.

Essa constatação se justifica a partir do aprofundamento e do detalhamento das relações sociais e econômicas que se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. A maneira como se manifestam as relações com os fornecedores, com as atividades produtivas e com o consumidor ajudam a sustentar a

tese de que a lógica da economia industrial do conceito de Arranjo Produtivo Local não abarca a dinâmica produtiva familiar.

A origem da força de trabalho e a organização das atividades na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares se manifestam de maneira contrária à lógica do conceito de APL. Enquanto, nas agroindústrias, o trabalho é realizado pelos próprios membros da família, na lógica industrial do APL a agroindústria deve estabelecer uma relação integrada com o mercado de mão de obra. Essa contradição, além de se manifestar no trabalho realizado nas agroindústrias familiares, também está no inciso II da Lei nº 11.326/2006 que define agricultura familiar. Ela diz que a produção familiar se caracteriza pela utilização de mão de obra, predominantemente, “[...] da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”. Essa constatação se sustenta, pois as agroindústrias familiares possuem na sua base a agricultura familiar, de onde vem a maior parte das suas matérias-primas.

As atividades de gestão, de produção, de troca mercantil ou não mercantil, segundo Prezotto (2001), são realizadas pelos membros do núcleo familiar. Com isso, as atividades realizadas nas agroindústrias familiares estão, predominantemente, sob a responsabilidade da família.

A outra contradição se manifesta na organização do trabalho. Nas agroindústrias familiares a produção é artesanal, consistido de atividades produtivas organizadas informalmente, sem divisão do trabalho e padrões de desempenho dos trabalhadores. Por outro lado, o APL procura incorporar na produção familiar a divisão do trabalho e a especialização do trabalhador, monitorado por técnicas de avaliação de desempenho e indicadores de produtividade. Os procedimentos operacionais padrão, conhecidos como POPs, constantes nos programas de qualidade, materializam o detalhamento dessa lógica produtiva fragmentada e complexa, com predomínio da técnica em detrimento do saber-fazer.

A manutenção da agroindústria familiar perde espaço com a incorporação da lógica industrial sobre o trabalho familiar. Essa tentativa de industrialização retira a essência da atividade familiar, pela qual as famílias produzem seus produtos em ambiente em que não há predomínio da técnica sobre o saber-fazer.

Nesse sentido, os produtores familiares são alvo de ações de formação técnica. Esse é um dos objetivos do APL, ou seja, incorporar aos conhecimentos adquiridos

pelas famílias produtoras, instrumentos de planejamento e de controle da produção, sob a ótica industrial. Dessa forma, o APL tenta impor nos eventos de formação de produtores, uma lógica produtiva mecanicista, de escala e de exportação.

A lógica industrial incorporada nos programas de formação dos produtores entra em confronto com o saber-fazer das famílias produtoras. Uma tensão entre a produção industrial do APL e a produção artesanal das agroindústrias familiares se materializa. Dessa forma, o saber-fazer adquirido por meio da livre experiência dos membros familiares ao longo do tempo, gera uma resistência ao regramento e à normatização dos instrumentos técnicos impostos pelo APL.

A afirmação de E5 de que “nada do que a gente produz hoje era estranho pra nós”, remete à história da própria família produtora que transmite o saber-fazer ao longo do tempo, de geração a geração. Dessa forma, o conhecimento adquirido pelos membros da família produtora vem, predominantemente, das relações e vivências com gerações anteriores de familiares e vizinhos.

Os cursos técnicos, treinamentos e demais eventos de formação técnica também são meios utilizados pelos produtores familiares para adquirirem conhecimento. Os cursos do SENAR, da EMATER e da EMBRAPA foram citados como importantes para aperfeiçoamento das atividades produtivas e dos produtos da agroindústria. As exigências legais e sanitárias bem como a gestão da agroindústria são os principais temas abordados atualmente nesses eventos.

Esse conhecimento passado por meio das ações de formação técnica de produtores abordam temas que, muitas vezes, encontram resistência por parte das famílias produtoras. Dessa forma, muitas das agroindústrias acabam não se legalizando em decorrência do excesso de transformações físicas e mudanças exigidas, mas há um propósito claro de induzir as famílias produtoras a se adequarem às normas da indústria, na lógica industrial. Nessas ações de formação, predominam temas relacionados à lógica industrial, em detrimento da preocupação com a manutenção de atividades produtivas que proporcionem mais autonomia às agroindústrias familiares. O meio utilizado para isso são cursos de formação técnica, sem considerar as particularidades da dinâmica produtiva familiar, que é de natureza não industrial.

Esse é um problema diretamente ligado às políticas públicas e à legislação atual que, por meio das instituições de formação técnica, tentam transferir para os produtores

a lógica do conceito do APL, totalmente instrumental, como se fosse um processo de desvalorização do saber-fazer das famílias produtoras.

A resistência dos produtores com relação ao conhecimento transmitido em cursos de formação técnica se manifesta. Muitos produtores não aceitam normas e determinações impostas por modelos de produção e gestão que não levem em consideração suas realidades. Para Deponti (2010, p. 194), a realidade dos produtores “[...] não se restringe às opções espaciais e estratégicas promovidas por determinados projetos ou planos vindos de fora”.

Os produtores se posicionam, divergem e reagem quando percebem que as formas de dominação estão incorporadas a programas de capacitação. À perda da autonomia e da dignidade, quando ameaçada, os produtores reagem de maneira contrária, se posicionando por meio do silêncio ou por meio de argumentos divergentes aos dos técnicos em eventos de formação (DEPONTI, 2010).

Essas são formas de manifestação dos produtores quando da utilização de métodos de abordagem vindos de instituições públicas e/ou privadas, que tentam impor formas de gestão e produção, sem considerar as demandas e a realidade dos produtores.

Em algumas situações a resistência do agricultor pode ser tão grande que a relação de interface entre ele e o técnico não se estabelece. Os mundos de vida reafirmam-se e mantêm-se à parte. Os técnicos concentram seu poder no controle formal do plano ou projeto, assim perdendo a oportunidade de usar o próprio conhecimento e a experiência dos produtores para transformar o seu conhecimento de uma maneira significativa. Por outro lado, os agricultores focam-se nos espaços de manobra dentro da normatividade do plano, mas aspiram a impedir que os extensionistas tomem o controle que eles têm de suas próprias vidas. Portanto, de diversas maneiras, a relação entre os mundos de vida não se dissolveu nem se transformou, seu resultado final foi uma “coexistência incômoda”. Para ocorrer a intervenção faz-se necessário o envolvimento do técnico e do agricultor. Embora a intervenção seja contraditória por natureza, é a negociação, o diálogo e a própria interface social que irá permitir a acomodação dos objetivos, tanto do projeto de desenvolvimento quanto dos agricultores e técnicos (DEPONTI, 2010, p. 194-195).

A formação híbrida do conhecimento dos produtores é base para posicionamentos contrários aos modelos que divergem das suas concepções e saberes adquiridos ao longo da sua vida. Segundo interpretação de Deponti (2010, p. 205), “[...] o conhecimento é um híbrido, fruto da apropriação e da transformação, apresentando

uma heterogeneidade de manifestações, e uma combinação de elementos naturais, sociais e técnicos. O conhecimento é construído heterogeneamente”.

A família, a mídia, a escola são instâncias que formam um espaço plural de múltiplas relações sociais. Essa nova configuração seria responsável pela construção de um novo agente social condicionado por um *habitus* híbrido. Esse conceito rompe com a compreensão dos sujeitos como reprodutores passivos frente às coerções estruturais. O sujeito é um agente condicionado, porém não determinado. Há uma linha tênue entre o condicionado e o determinado, sendo justamente essa diferença que alimenta o conceito de *habitus* híbrido (DEPONTI 2010, p. 205).

Dessa forma, os produtores não podem ser vistos como sujeitos passivos às imposições do plano de desenvolvimento do APL das agroindústrias familiares das Missões. O “pacote” industrial é claro, e está na essência do conceito e no conteúdo das ações de vários atores regionais.

O argumento de que a industrialização da produção familiar vai garantir maior rentabilidade às famílias é utilizado por vários atores regionais, que defendem o plano do APL, voltado à economia industrial. Esse argumento destaca o aumento da rentabilidade das famílias produtoras, mas desconsidera a perda de autonomia no trabalho e do conhecimento do saber-fazer, transmitido de geração a geração entre membros familiares.

Além disso, as agroindústrias se transformariam em complexos econômicos agroindustriais, com o objetivo da produção em escala para obterem vantagens cada vez maiores no mercado competitivo. O resultado disso gera redução ou extinção da produção familiar e concentração da produção em poucas agroindústrias. Assim, a questão social pode sofrer um impacto, pois o número de famílias produtoras pode passar a ser cada vez menor no meio rural. O trabalho deixa de acontecer no ambiente familiar e passa a se desenvolver em um ambiente empresarial em que os trabalhadores não são mais os próprios membros da família.

Com isso, a política de incentivo à criação de arranjos produtivos locais de agroindústrias familiares, por ser política importante para as agroindústrias familiares, deve ser aperfeiçoada com informações que consideram a realidade da dinâmica produtiva das famílias produtoras da região. Essa preocupação é relevante, pois retira a abordagem de APL como “modelo” de desenvolvimento produtivo e coloca as características produtivas familiares no foco principal. Assim, essa política de incentivo

as agroindústrias familiares pode oportunizar um desenvolvimento produtivo, mais equitativo, e com maior inclusão social.

Na relação com os fornecedores, verifica-se outra contradição do modelo de APL aplicado na agroindústria familiar. As principais matérias-primas utilizadas nas agroindústrias familiares vêm da produção primária da própria família, como é o caso do leite que é transformado em produtos derivados; a cana-de-açúcar que é transformada em produtos com valor agregado maior; e os hortifrutigranjeiros que são transformados em geleias, doces e conservas. Todos esses produtos utilizam como principal matéria-prima produtos primários produzidos na propriedade da própria família. Dessa forma, as famílias produtoras são mais autônomas em relação ao mercado fornecedor na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

Segundo Prezotto (2001), essa lógica da agroindústria familiar não é industrial. A contradição começa na dinâmica produtiva com a utilização da matéria-prima produzida pela própria família, em sua propriedade rural. Pode haver eventualmente a necessidade de obtenção de algum insumo produzido por outras famílias localizadas nas proximidades, mas isso não predomina da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

Por outro lado, a lógica por trás do conceito de arranjo produtivo local, procura incentivar os produtores a fazerem parcerias com fornecedores de suprimentos. Nessa lógica, as matérias-primas, bem como componentes adquiridos para a produção dos produtos, são, predominantemente, compradas de fornecedores. Com isso, a produção primária da própria família deixa de ser a principal fonte de matérias-primas para a agroindústria.

Para Cassiolato e Lastres (1999), as organizações produtivas que participam do APL, devem estar próximas das organizações fornecedoras de insumos, seja de matérias-primas, de componentes, de máquinas e de equipamentos. Dessa forma, asseguram esses autores, as chances de sobrevivência e de crescimento econômico aumentam.

Para Prezotto (2001), os insumos que abastecem a agroindústria familiar vêm, predominantemente, da própria propriedade da família, enquanto Cassiolato e Lastres (1999) entendem que os insumos para as atividades industriais, predominantemente, vêm do mercado fornecedor. Assim, a lógica do APL com relação à aquisição de

suprimentos não abarca a relação com os fornecedores manifestada na dinâmica produtiva familiar, pois ao mesmo tempo em que realizam atividades na agroindústria, os membros familiares se envolvem nas atividades de produção primária que ocorrem na propriedade rural.

As atividades de produção são desempenhadas, simultaneamente, na agroindústria familiar e na propriedade da família. A produção familiar se manifesta tanto na produção primária, como nas atividades produtivas na agroindústria. A maneira como os produtos são produzidos é, predominantemente, braçal e artesanal, diferente da lógica impressa pela concepção de APL.

O conceito de APL aborda a atividade produtiva como um processo, ou seja, um conjunto de etapas encadeadas, que começa pelos vários fornecedores de suprimentos, passa pelas várias etapas de produção da organização, até o cliente atacadista, varejista e/ou consumidor final. Cada etapa possui seus operadores, com formação e conhecimentos técnicos específicos, que desempenham suas atividades conforme padrão sequencial estabelecido e em ambiente que incentiva a inovação e a utilização de tecnologias de robotização e automação.

Com isso, a especialização é exigida para atender às atividades produtivas, cada vez mais fragmentadas e sequenciais. Na interpretação de Marshall (1982), a especialização está intrínseca na lógica industrial que orienta para o desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos técnicos, alinhados com o avanço tecnológico e aumento da produtividade.

Na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões, a especialização não se manifesta. Ao contrário, as atividades produtivas não são fragmentadas, e a força de trabalho, vinda da família, não é especializada. O trabalho é artesanal e todos se ajudam na execução das atividades produtivas.

O APL possui, em seus princípios, a cooperação e participação dos atores regionais, não de forma altruísta, mas a partir de uma lógica instrumental e utilitarista. A intenção da afirmação de Dalla Vecchia (2006) deixa clara a essência do APL. Ele afirma que o objetivo principal do APL está na busca por ajustes e soluções que permitam melhorar os resultados econômicos e técnicos nas relações entre os atores locais.

O mercado competitivo, a obtenção de vantagem competitiva, a inovação, a mecanização e a automação, a padronização, a divisão do trabalho, a especialização, a aplicação de ferramentas quantitativas e padronizadas, a produção em escala, a gestão voltada para resultados econômicos, e a otimização de recursos são alguns princípios teóricos que vêm na base do argumento, baseado no conceito de APL, de como a produção deve ser pensada.

Ao desenvolver sua interpretação sobre a lógica instrumental da economia industrial, Ramos (1989) argumenta que esta é limitada a cálculos e à relação do custo/benefício, ou seja, a uma visão míope e exclusivamente utilitarista e competitiva. Isso apoia a justificativa de que a limitação da lógica industrial do APL encontra resistência no momento em que começa a execução das ações, do plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local da agroindústria familiar das Missões.

As tentativas de incorporação dessa lógica industrial estão encontrando resistências na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. A razão para isso está na interpretação de que, de um lado, há uma legislação concebida com base na lógica industrial que tenta regradar atividades produtivas de natureza artesanal. De outro lado, muitos produtores afirmam que, se forem atender a todas as exigências da legislação, não conseguem manter suas agroindústrias. Além disso, a assistência técnica desenvolve seu trabalho no sentido de convencer os produtores familiares a adequarem suas instalações físicas e sua produção à legislação vigente.

Essa tensão se estabelece por não haver, até o momento, uma legislação que consiga compreender a lógica da produção familiar na sua essência. A legislação foi criada sem participação daqueles atores sujeitos a ela. Dessa forma, a resistência se observa nas relações sociais e econômicas na produção familiar, não por teimosia dos produtores ou por custos elevados, mas por uma lógica produtiva familiar ainda não discutida e materializada em lei.

A formalização das agroindústrias familiares na região das Missões vem se desenvolvendo gradativamente ao longo dos anos. A dificuldade de a produção familiar ser legalizada é visível, pois há resistência dos produtores em se adequarem às normas estabelecidas pela legislação. A lógica que predomina entre os produtores em relação à legalização é a possibilidade de comercialização local e regional, e não as mudanças e transformações exigidas em sua maneira de produzir. Assim, criou-se uma tese

equivocada de que, para comercializar os produtos das agroindústrias familiares, suas atividades produtivas devem se transformar em atividades industriais.

A intenção deste trabalho não é ser contrária a legalização das agroindústrias familiares. Porém, o propósito é mostrar que, por trás da legalização, da fiscalização, e da execução do plano do APL Missões, ocorre uma tentativa de industrialização que desconsidera o sabor, o cheiro e a lembrança de um produto do “interior”, produzido artesanalmente pelas agroindústrias familiares. A imposição da lógica da economia industrial do APL, para tratar e legalizar a produção familiar elimina a possibilidade de as famílias produtoras manterem sua identidade cultural e valores históricos nos seus produtos.

A tecnologia é outro ponto que apresenta contradição entre a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares e a lógica do APL. Conforme resultados da pesquisa, a tecnologia é adquirida, predominantemente, de fornecedores de máquinas e de equipamentos. Porém, foi identificada a presença de tecnologias desenvolvidas pelos próprios produtores, como o batedor de melado e a cortadeira de milho. Além disso, é comum encontrar nas agroindústrias familiares máquinas e equipamentos, não desenvolvidos, mas adaptados pelos próprios produtores de acordo com suas atividades.

A lógica predominante que se manifesta na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, com relação à tecnologia, é a substantiva. A intenção das famílias produtoras, segundo esta pesquisa, está no sentido da incorporação da tecnologia adquirida para fins de complemento das atividades braçais, e não à sua substituição. De certa forma, a incorporação da tecnologia na dinâmica produtiva das famílias torna-se um apoio ao trabalho braçal humano, não uma substituição. Essa particularidade, identificada nas visitas as agroindústrias familiares, tem relação com a produção artesanal, predominante na dinâmica produtiva.

Dessa forma, a incorporação de tecnologias ligadas à informatização, à robotização e à automação produtiva, integrada a sistemas de informações gerenciais, é inviabilizada pelo encontro com uma realidade produtiva familiar que produz, artesanalmente, seus produtos (PREZOTTO, 2001). Atividades produtivas, sem a predominância de técnicas, mas por um conhecimento adquirido de gerações passadas, preservam a história e os valores da família, bem como a identidade regional

em seus produtos. Nesse sentido, Bartra (2009) esclarece que a lógica industrial não encontra sustentação na maneira de produzir familiar. Assim, o conceito de APL, baseado na lógica industrial, não consegue ser incorporado à produção familiar.

Outra contradição envolve a comercialização dos produtos. De um lado, na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões, a comercialização dos produtos é realizada, predominantemente, por meio da venda direta ao cliente, da feira do produtor local e, pela cooperativa (quiosque). Há vendas a instituições públicas, vendas em feiras regionais e vendas externas à região, mas estas não são predominantes.

Por outro lado, o reconhecimento da existência de um APL passa por sua capacidade de exportação, ou seja, seu propósito é de formação de um polo produtivo que, de maneira cooperada e associada, concentra um espaço de produção em escala para atender demandas externas de consumo. Dessa forma, a geração da riqueza é reduzida ao pensamento econômico que visa à obtenção de capital externo a partir das exportações.

Essa é uma realidade distante da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões. Dessa forma, quando a concepção do APL em relação ao propósito comercial de exportação é considerada na dinâmica produtiva familiar a contradição se materializa. Assim, a maneira como as agroindústrias familiares comercializam seus produtos, diverge do objetivo comercial proposto pela lógica do APL.

Dessa forma, a origem da força de trabalho, a organização do trabalho, o conhecimento adquirido pelas famílias produtoras, a relação com os fornecedores, a forma de produção, a tecnologia e a maneira como os produtos são comercializados, formam os sete aspectos que justificam a tese de que o conceito de arranjo produtivo local não é aplicável à dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

Com isso, nasce uma nova proposta conceitual de arranjo, fundamentado nas racionalidades que, ao mesmo tempo, valoriza o conhecimento, as demandas e os valores humanos expressos na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, ou seja, um Arranjo Agroprodutivo Familiar.

6.3 O Arranjo Agroprodutivo Familiar: contribuições ao Desenvolvimento Regional

A presente seção aborda as transformações históricas das agroindústrias familiares na região das Missões. Em seguida, apresenta cinco características que permitem a construção teórica de um Arranjo Agroprodutivo Familiar (AAPF), com uma dinâmica produtiva própria, formada por Agroindústrias Familiares.

Essa dinâmica produtiva se transformou ao longo do tempo, ou seja, desde a colonização [século XVII] da região das Missões do Rio Grande do Sul. Começou com a catequização dos indígenas e colonização da região; posteriormente, com a chegada das famílias europeias que passaram a se organizar em colônias agrícolas produtoras de produtos primários (KERN, 1982; QUEVEDO, 1993).

Por volta da segunda metade do século XIX, com a chegada das famílias de produtores vindas de vários países da Europa, dentre as quais alemãs, italianas e polonesas, a dinâmica produtiva passou a ser integrada por organizações produtivas familiares, instaladas em pequenas propriedades rurais com o objetivo de produzirem para sua subsistência. Nessa época, a dinâmica produtiva era camponesa e, segundo Ploeg (2008), tinha autonomia e independência para desempenhar suas atividades produtivas.

Na segunda metade do século XX, as transformações na dinâmica produtiva camponesa recebem forte influência do avanço da modernização da agricultura, que se manifestava em vários países, chegando à região como um modelo voltado para a produção de *commodities*, o que privilegiava grandes produtores por se tratarem de monoculturas de escala produtiva, o que permitiu aumentar a concentração de terras e de riquezas. Aliadas a essa lógica produtiva, estavam as políticas públicas operacionalizadas por meio de instituições de pesquisa e extensão como, por exemplo, a EMBRAPA e a EMATER. Estas tinham como missão ajudar na implantação do modelo de modernização agrícola. Assim, a dinâmica produtiva alicerçada na produção familiar camponesa sofreu forte impacto, gerando problemas sociais como o êxodo rural.

Com o enfraquecimento da produção familiar em detrimento da produção de *commodities* dos grandes produtores, começaram a se discutir caminhos que

pudessem compreender e confrontar esse cenário de desigualdade surgido a partir da modernização da agricultura. Dentre as alternativas, estavam a diversificação da produção familiar e, ao mesmo tempo, a agregação de valor ao produto primário. Essas alternativas começaram a se materializar a partir da década de 1980, período em que, segundo Wesz Junior e Trentin (2007), surgiu a maior parte das agroindústrias familiares na região das Missões.

Na segunda década do século XXI, a região apresenta uma dinâmica produtiva familiar com particularidades que são resultado das transformações e dos acontecimentos ao longo da história regional missioneira. Nesse contexto, se encontram particularidades na organização e na dinâmica produtiva das famílias produtoras da região Missões.

Essas famílias, mais precisamente o casal produtor, encontram-se, hoje, com idade que varia entre 50 e 59 anos, conforme apurado nesta pesquisa. Isso significa que, nos próximos 20 anos, pode haver transformações nas agroindústrias com relação à sucessão familiar. A faixa etária com menor frequência está entre 20 e 29 anos, que representa 8,1% das agroindústrias familiares pesquisadas. Isso decorre do fato de que os jovens vão para a cidade para estudar ou trabalhar e acabam não retornando para a propriedade rural da família. Os que ficam assumem de maneira gradual a responsabilidade pela agroindústria familiar.

Alguns produtores pesquisados informaram que seus filhos voltaram da cidade para trabalhar na agroindústria. A primeira justificativa para esse movimento de retorno está relacionada à proximidade com a família e a segunda, à remuneração, ou seja, o trabalho na cidade está oferecendo menor remuneração do que a renda proporcionada pela agroindústria familiar. Há um equilíbrio entre o pensamento substantivo, ligado à satisfação em estar perto da família, e o pensamento instrumental que incorpora a possibilidade de aumentar a renda.

O envolvimento social das famílias produtoras é outra particularidade que se manifesta na dinâmica das agroindústrias familiares. As relações familiares e com os vizinhos se materializam por meio da participação em sindicatos, cooperativas, associações vinculadas à igreja, associações comunitárias, clubes de mães e clubes esportivos.

A união das famílias produtoras por meio da fé e dos valores éticos, amor, solidariedade, ajuda mútua, satisfação e aceitação social verifica-se nos discursos dos produtores. Essa união se observa apenas entre as famílias produtoras que, de certa forma, excluem pessoas fora do núcleo familiar ou da vizinhança. Aqueles que não fazem parte da família, embora muitas vezes representem instituições, são vistos com certa desconfiança por parte dos produtores familiares. Assim, o que predomina nesse aspecto são as relações familiares.

Nesse sentido, o pensamento substantivo na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares se manifesta de maneira clara. O propósito da participação social da família não está ligado somente a ganhos econômicos e, sim, a valores humanos de solidariedade e ajuda mútua.

Mais de 90% dos pesquisados informaram que a confiança e a credibilidade estão na base das relações familiares existentes nas agroindústrias. Essas relações influenciam diretamente as atividades produtivas, tanto da propriedade rural como da agroindústria familiar. Os sentimentos humanos que se manifestam nas relações familiares influenciam o desempenho das atividades de produção realizadas nas agroindústrias familiares. Na essência das relações de produção está a manutenção e a inclusão de pessoas da família como força de trabalho.

As terras em que se localizam as agroindústrias são propriedade da família. Essa afirmação se confirma por 90% dos produtores familiares pesquisados ao informarem que as terras e a estrutura produtiva são próprias ou propriedade da família. Além disso, a quase totalidade das famílias produtoras reside e produz na própria terra.

Essas propriedades, adquiridas por herança, por compra de familiares e de terceiros, predominantemente, são evidências de que as famílias dessas famílias de produtores moram em suas propriedades desde que nasceram. A identidade e os costumes locais da região estão inseridos nas relações familiares que se transformam ao longo do tempo no território e geram particularidades na dinâmica produtiva das agroindústrias.

A origem e a organização do trabalho materializada na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões demonstram que há uma maneira particular de produzir e agregar valor aos produtos. O produtor e os membros do núcleo familiar, envolvidos nas atividades produtivas, não vendem seus trabalhos, mas o resultado do

que produzem. A remuneração do trabalho, do ponto de vista da gestão, deve ser registrada como tal, porém as famílias produtoras não o fazem. Assim, o salário do membro da família não é registrado, mas incorporado ao produto vendido. Essa é uma particularidade da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

A maneira como o conhecimento é adquirido é outra particularidade da dinâmica produtiva familiar. Com base nesta pesquisa, predomina o conhecimento adquirido na própria família, passado de geração para geração. O saber-fazer transmitido entre gerações predomina em relação ao conhecimento técnico, adquirido em cursos de formação e capacitação.

Além disso, a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares mostra que a matéria-prima vem da própria produção familiar, pois ocorre na propriedade de terra da família. Dessa forma, as famílias não ficam dependentes do mercado fornecedor de matéria-prima, o que gera maior autonomia para os produtores. Essa é outra particularidade que ajuda na interpretação de um Arranjo Agroprodutivo Familiar – AAPF.

Outro aspecto importante, que se manifesta na dinâmica produtiva familiar é a maneira como a produção é organizada. Algumas características presentes na produção das agroindústrias familiares são: 1) Inexistência de especialização; 2) A procedência familiar é o critério para inclusão do trabalhador; 3) O trabalho não é remunerado; 4) O local de trabalho está no próprio lar ou na própria terra; 5) Os membros da família são donos dos instrumentos de trabalho; 5) A hierarquia está na própria estrutura familiar.

A necessidade de especialização no trabalho realizado nas agroindústrias familiares é inexistente. As atividades produtivas são desempenhadas pelos membros da família, de maneira que possam realizar a produção do início ao fim, sem divisão de tarefas e sem etapas programadas. Dessa forma, a tarefa total de concepção do produto, é realizada por pessoa que conhece e executa todas as atividades produtivas. Essa forma de organização das atividades produtivas das agroindústrias familiares não priva o membro familiar de sua satisfação no trabalho e, ao mesmo tempo, mantém sua dignidade humana, pois o trabalho e os instrumentos utilizados estão submetidos ao trabalhador e não o inverso.

Nesse sentido, o trabalhador é o próprio membro da família, selecionado por um único critério: integrar a família. Outros critérios para escolha do trabalhador não são necessários, pois a produção não é vista como processo, ou seja, não é dividida em etapas. A seleção dos filhos vai acontecendo, portanto, ao longo do tempo, com a transmissão de conhecimento entre os próprios familiares e incorporação das atividades produtivas no dia a dia.

Essas atividades produtivas, realizadas pelos membros da família, não são remuneradas. A mão de obra do trabalhador não é contabilizada como remuneração, mas incorporada à renda familiar. Do ponto de vista da gestão financeira e contábil, esse é um problema técnico que ocorre nas agroindústrias familiares, mas que não tira a funcionalidade do empreendimento. Apesar de esse problema técnico não afetar a funcionalidade das agroindústrias familiares, ela precisa ser estudada com mais profundidade, pois há aspectos legais que envolvem o regime previdenciário dos produtores.

Outra particularidade na dinâmica produtiva familiar na região das Missões verifica-se no fato de a localização da agroindústria ser junto à residência ou nas terras da família. Essa particularidade é contrária à lógica de um sistema industrial, que prega a produção fora do lar, em propriedades de terceiros, com produção de escala voltada para mercado amplo, tanto interno quanto externo.

Além de a agroindústria ser propriedade da família, as máquinas e os instrumentos de trabalho são propriedade do trabalhador. Não há uma relação de patrão e empregado e, sim, uma relação familiar e de trabalho existente entre os membros da família produtora. A hierarquia de autoridade nas agroindústrias familiares é resultado da hierarquia familiar.

A maneira como a família produtora adquire e aplica as máquinas e os instrumentos, ajuda na interpretação sobre como a tecnologia é incorporada na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região. A primeira consideração sobre a aplicabilidade da tecnologia remete à intenção dos produtores com relação à aquisição de tecnologias, como máquinas e instrumentos. A aquisição da tecnologia não está ligada ao interesse da produção em escala, mas a intenção é a complementação do trabalho manual visando à melhoria do acabamento dos produtos produzidos.

Outra consideração remete à utilização da tecnologia como apoio ao trabalho manual realizado pelo membro da família. O propósito de substituir a produção manual por uma produção automatizada não está no discurso dos produtores pesquisados. A intenção dos produtores pesquisados, com relação à incorporação da tecnologia é complementar o trabalho realizado, artesanalmente, pelos membros familiares.

A lógica dos produtores familiares remete à incorporação da tecnologia como apoio à atividade produtiva manual, mas não a sua substituição. Nesse sentido, a intenção não é obter escala na produção e, sim, auxiliar em atividades de embalagem, de rotulagem e de identificação dos produtos. Dessa forma, a escala de produção não é o propósito das agroindústrias familiares quando tratadas individualmente.

A produção atinge uma escala maior com a união de várias agroindústrias que, por meio da cooperação, conseguem obter maior volume de produtos para atender os consumidores. A lógica da produção em escala, no entanto, não está na agroindústria familiar, mas no ato de cooperação que as famílias produtoras fazem, com o objetivo de proporcionar aos consumidores maior volume de produtos.

Os vários canais de distribuição hoje utilizados pelas agroindústrias familiares da região das Missões ajudam a comercializar de todo o excedente produzido pelos produtores. Os canais de comercialização de venda direta ao cliente; venda por meio da feira do produtor local; venda por meio dos quiosques missioneiros (cooperativas); venda ao varejo; venda a instituições públicas; vendas externas e vendas em feiras regionais caracterizam os vários canais de distribuição dos produtos das agroindústrias familiares. Como já abordado neste trabalho, as vendas diretas, as vendas por meio das feiras locais e as vendas por meio dos quiosques são os canais de distribuição mais utilizados pelos produtores familiares.

Por meio desses canais de comercialização são transportados todos os produtos das agroindústrias familiares. A responsabilidade pelo transporte desses produtos é das famílias produtoras que, frequentemente, se unem para deslocar produtos para feiras regionais onde organizam seus estandes. Além dos veículos próprios dos produtores, o arranjo possui um veículo usado de maneira coletiva por famílias que comercializam seus produtos por meio dos quiosques missioneiros, via cooperativas.

Dessa forma, propõe-se o conceito de **Arranjo Agroprodutivo Familiar (AAPF)**, como uma interpretação que visa estabelecer um movimento contrário à lógica da

economia industrial incorporada ao conceito de Arranjo Produtivo Local (APL). O **Arranjo Agroprodutivo Familiar (AAPF)** passa a ser uma denominação sem a terminologia “industrial”, pois o foco está na dinâmica produtiva artesanal, não industrial. Dessa forma, a inexistência de especialização na produção; a procedência familiar como critério para inclusão do trabalhador; o trabalho não remunerado em forma de salário; o local de trabalho entrelaçado ao próprio lar; a família dona dos instrumentos de trabalho e a hierarquia organizada sob a própria estrutura familiar são características do **Arranjo Agroprodutivo Familiar (AAPF)**.

Assim, o AAPF é formado pelas racionalidades que se manifestam na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões. A lógica instrumental, predominante no conceito de APL, deixa de o ser no AAPF, que identifica na produção familiar a predominância de uma razão substantiva que ajuda a manter viva a identidade e a dignidade humana das famílias produtoras.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo teve o propósito de analisar as relações sociais e econômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões do Rio Grande do Sul. As contradições dessas relações socioeconômicas com a lógica industrial do conceito de Arranjo Produtivo Local foram investigadas no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, a investigação procurou analisar como as relações sociais e econômicas da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões permeadas no território, caracterizadas por particularidades regionais, poderiam sobreviver frente à tentativa de industrialização da produção familiar e da transformação em Arranjo Produtivo Local.

Para isso, foram investigadas as relações sociais e econômicas e identificadas as racionalidades instrumental e substantiva na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região. Além disso, procurou-se compreender as contradições entre a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares das Missões com a lógica industrial do conceito de Arranjo Produtivo Local.

O primeiro objetivo específico remete às famílias produtoras da região e foi integralmente alcançado. Essas famílias são caracterizadas por um núcleo familiar de até quatro pessoas, em que o casal é responsável pela administração da agroindústria. Além das atividades produtivas, as famílias produtoras desenvolvem suas relações sociais por meio de sindicatos, de cooperativas, de associação vinculada à igreja, de associações comunitárias, de associação de mulheres, de clubes esportivos, de centro de tradições gaúchas e organizações não governamentais.

Nessas relações sociais e econômicas investigadas, a confiança e a credibilidade apareceram quando da relação entre os próprios membros da família e com a EMATER, que atua por meio de técnicos extensionistas em toda a região. Por outro lado, o menor índice de confiança das famílias produtoras foi em relação aos políticos do município.

Na dinâmica produtiva, essas relações iniciam na família, com os pais passando para os filhos o saber fazer, ou seja, a maneira como é agregado valor aos produtos primários oriundos da agricultura e pecuária. Esses produtos primários, produzidos pela própria família em suas atividades agropecuárias, servem de matéria prima para a

agroindústria familiar. Dessa forma, essas relações ajudam a dar maior autonomia aos produtores em relação ao mercado fornecedor de matérias primas. Essa é uma particularidade que se observa na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região.

A força de trabalho é composta pelos membros da família. Com isso, as relações dos produtores com o mercado de mão de obra são pequenas, pois a contratação de pessoas para trabalhar na agroindústria raramente acontece. A produção, nesse sentido, está sob a responsabilidade dos próprios membros da família. Nesse sentido, há autonomia das famílias em relação ao mercado de mão de obra.

Foi constatado também que a atividade produtiva é, predominantemente, artesanal. Essa constatação se observa pela maneira como é organizada a produção. Não há formalização de etapas produtivas, bem como não há divisão do trabalho durante o desempenho das atividades de agregação de valor nas agroindústrias.

Com relação aos produtos produzidos, os farináceos, os derivados da cana-de-açúcar e os derivados do leite, são os que mais se destacam na região. A maioria desses produtos possui embalagem e rótulo e são comercializados diretamente ao consumidor, na feira de produtores locais e nos quiosques missionários. O transporte desses produtos é realizado, predominantemente, pelo próprio veículo da família produtora.

Além desses canais de comercialização, algumas agroindústrias familiares vendem seus produtos para instituições públicas, através de tomada de preços e licitações. Essas vendas são realizadas através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Outro objetivo alcançado nesta pesquisa foi a identificação das racionalidades nas relações sociais e econômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. Os resultados alcançados responderam a seguinte questão norteadora: as relações sociais e econômicas presentes na dinâmica das Agroindústrias Familiares baseiam-se na racionalidade instrumental, na racionalidade substantiva ou em ambas?

O primeiro aspecto observado foi a autonomia das famílias produtoras em relação ao mercado de mão de obra. Os resultados mostraram que a força de trabalho nas agroindústrias familiares vem dos membros familiares, diferente da racionalidade

instrumental e econômica que coloca o mercado de mão de obra como fator regulador da força de trabalho nas organizações.

Da mesma forma, os resultados demonstraram certa autonomia das agroindústrias familiares em relação ao mercado fornecedor de matérias primas. Isso acontece porque a unidade de produção agropecuária e a agroindústria familiar são de propriedade da família. Assim, parte da produção primária da unidade agropecuária serve de matéria prima para a agroindústria familiar, resultando em uma maior autonomia para as famílias produtoras.

Essa autonomia observada na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, tanto com relação à força de trabalho, como em relação à matéria prima, não convergem com o pensamento instrumental. Essa convergência não acontece porque a lógica instrumental coloca a oferta e a demanda de mão de obra e a necessidade de suprimentos numa relação de forças, que interagem de maneira interdependente entre a organização e o mercado.

O pensamento substantivo, neste ponto, predomina na dinâmica das agroindústrias, pois as relações familiares e de trabalho se entrelaçam, de maneira não definida, normatizada ou formalizada. Ela se materializa pelos laços e valores familiares, sem uma norma, um modelo ou um pacote de informações que possa definir essas relações.

A maneira como os produtores adquirem conhecimentos sobre suas atividades é outra particularidade que se observa na dinâmica das agroindústrias familiares. O pensamento substantivo se desenvolve pela livre experiência e vivência na realidade da família, não seguindo regras e normas formalizadas de um sistema burocrático de formação.

A lógica instrumental também se manifesta quando se considera a formação do conhecimento dos produtores. Os cursos e os eventos de formação, realizados por várias entidades e instituições, são orientados para a formação técnica e instrumental das famílias produtoras. Assim, o conhecimento adquirido dos produtores é híbrido, ou seja, seu conhecimento é aprendido na família e em outras fontes, com em cursos e eventos de formação técnica.

As técnicas industriais, incentivadas por programas de formação, encontram dificuldades de incorporação à produção familiar. Na pesquisa as agroindústrias

familiares mostraram que a forma artesanal e a ausência de um processo produtivo baseado na divisão do trabalho e especialização, a caracterizam como uma atividade produtiva não industrial. Dessa forma, há uma incompatibilidade entre o pensamento instrumental industrial com a dinâmica produtiva observada nas agroindústrias familiares. Reavaliar programas e planos de desenvolvimento do arranjo produtivo torna-se importante, principalmente se a intenção for ir ao encontro da manutenção da identidade e da produção de produtos artesanais.

Outro resultado identificado foi a existência de trocas não econômicas entre as famílias produtoras. Essa constatação responde à questão norteadora que remete à existência ou não de relações de troca não mercantil. Essas relações acontecem quando algum problema de saúde ou quando ocorre a necessidade de deslocamento de algum vizinho ao hospital da cidade. Os mutirões acontecem quando ocorrem destruição de casas e galpões, em decorrência de chuvas fortes e vendavais. Os familiares e vizinhos se ajudam mutuamente quando ocorrem eventos desta natureza. Além disso, em eventos comunitários, como em datas festivas, os vizinhos se unem para organizar. O senso de autoproteção se observa por conversas entre vizinhos sobre pessoas estranhas circulando próximo às propriedades. Essas relações não são planejadas e organizadas com fins econômicos e ocorrem com frequência entre as famílias produtoras e seus vizinhos. Dessa forma, a racionalidade substantiva se materializa entre os produtores familiares na região das Missões.

Apesar de o pensamento instrumental prevalecer na comercialização, o pensamento substantivo predomina no trabalho e na forma de produção familiar. Assim, chega-se a conclusão que a racionalidade substantiva predomina sobre a racionalidade instrumental, na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões.

A terceira questão que norteou esta pesquisa foi ao encontro das contradições entre o conceito de Arranjo Produtivo Local e a noção de Agroindústria Familiar. Nesse sentido, procurou-se compreender como as relações socioeconômicas da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região das Missões permeadas no território, caracterizadas por particularidades regionais, sobrevivem frente a tentativa de industrialização da produção familiar e da transformação em Arranjo Produtivo Local.

No conceito de Arranjo Produtivo Local, está a lógica instrumental da economia neoclássica. O objetivo é obter melhores resultados econômicos e melhorar a capacidade competitiva da empresa no mercado. A integração da empresa com o mercado ocorre desde a origem do suprimento, passando pela produção, pela distribuição e pelo consumidor final.

A lógica da economia de escala, intrínseca ao modelo teórico do APL, não consegue estabelecer uma relação com a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, pois estas apresentam baixa produção, ausência de divisão do trabalho e especialização. A autonomia das famílias produtoras com relação à organização do trabalho e a origem da matéria prima são características que a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares preserva ao longo do tempo. Assim, o APL somente conseguiria abarcar a produção familiar se conseguisse transformá-la em indústria. Esse é um ponto que merece maior reflexão dos produtores e atores regionais, que planejam e executam programas de incentivos e benefícios às atividades de produção familiares.

Dessa forma, a interpretação deste investigador é de que a tentativa de industrialização retira a essência da atividade familiar, que não é industrial. Por isso, é importante rever os métodos de abordagem que estão sendo utilizados nos programas e planos de formação de Arranjos Produtivos Familiares, no sentido da valorização das características da produção familiar artesanal, que é diferente da concepção industrial do conceito de APL.

Esse é um problema identificado a partir da análise das contradições entre o conceito de APL com a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares. O plano de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local das agroindústrias familiares das Missões, nesse sentido, apresenta em toda a sua proposta a transferência de conhecimento técnico baseado na lógica instrumental da economia industrial, deixando de considerar o saber-fazer e a identidade das famílias produtoras que optaram por manter sua produção artesanal e não industrial. Em parte, existe legislação que já considera a produção artesanal familiar, mas o plano de desenvolvimento do APL das agroindústrias familiares carece de um aperfeiçoamento nesse sentido.

Dessa forma, a política de incentivo à criação de arranjos produtivos locais de agroindústrias familiares, deve ser revisada e aprimorada com informações que

consideram a realidade da dinâmica produtiva das famílias produtoras da região. Essa é uma interpretação e recomendação deste estudo, que propõe retirar a abordagem de APL como “modelo” de desenvolvimento produtivo industrial e colocar as características produtivas familiares artesanais no foco principal. Assim, essa política de incentivo às agroindústrias familiares pode oportunizar um desenvolvimento mais equitativo em relação à inclusão social e econômica das famílias produtoras.

Alternativas que compreendam e traduzam a realidade da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares, são resultados que esta pesquisa propôs gerar com o conceito de **Arranjo Agroprodutivo Familiar (AAPF)**. A intenção é de que esse conceito possa servir como uma interpretação diferente do Arranjo Produtivo Local (APL) e, ao mesmo tempo, sirva como base para construção ou aperfeiçoamento de políticas públicas, que contemplem melhor a realidade da dinâmica produtiva das agroindústrias familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

AGDI. Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento. **Termo de Referência para elaboração de Plano de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Rio Grande do Sul**. Diretoria de Produção e Inovação. 2013.

AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis. Brasília: CNPQ, 1986.

ANDRADE, S. P. C.; TOLFO, S.R.; DELLAGNELO, E. H. L. Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia. **RAC**, Rio de Janeiro, V. 16, nº 2, pp. 200-216, Ano 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v16n2/v16n2a03.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

AZEVÊDO, A. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. 2006. 355 f. Tese do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

BARTRA, A. **El Hombre de Hierro**. Limites Sociales y Naturales del Capital. México: UACM, UAM, ÍTACA. 2009;

BECATTINI, Giacomo. **Os Distritos Industriais da Itália**. Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

BRANDÃO, Carlos Antonio; COSTA, Eduardo J. Monteiro da; ALVES, Maria Abadia da Silva. Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento – os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, Clelio Campolina e CROCCO, Marco. **Economia Regional e Urbana** – contribuições recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BRASIL. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 10 nov. 2014.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Rio Grande do Sul: FIDENE, 1985.

BÜTTENBENDER, P. L. O cooperativismo e o desenvolvimento regional: estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região da Grande Santa Rosa. **Perspectiva Econômica**, Unisinos, Série Cooperativismo, n. 36. v. 29, n. 86, p. 99-142, São Leopoldo/RS. Unisinos, 1995.

CAMPOS, C. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília-DF, 2004, pp. 611-614.

CAPALBO, Creusa; *et al.* **Fenomenologia e Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1983.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e ciências humanas**. São Paulo: Ideias e letras, 2008.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998.

CARVALHO, K. C.; ESCRIVÃO FILHO, E. A tensão administrativa: a visão de Guerreiro Ramos. In: ESCRIVÃO FILHO, E. PERUSSI FILHO, S. **Administração e evolução do trabalho do administrador**. São Carlos: RiMa, 2008.

CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena Maria Martins. **Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

COSTA NETO, C. Territórios Camponeses: lugares, fluxos e redes. In: BRUNO, Regina; *et al.* **Coletânea CPDA**. Rio de Janeiro. EDUR, 2010.

COSTA, A. O Papel dos APLs, das Grandes Empresas e das Cadeias Produtivas no Desenvolvimento Econômico. In: BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda (org.). **Os Desafios do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: FEE, 2012.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond R. Arranjos Produtivos Locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas**. v. 4, n. 1 Jan/Dez. 2006.

DAVIDOVICH, F. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. **Cadernos de Geografia**. Porto Alegre, UFRGS/Instituto de Geociências/Departamento de Geografia, 1994, p. 71-88.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. 275 f. Tese do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento Regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. PPGDR. Universidade Regional de Blumenau, 2013. pp. 85-94.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; BRANDÃO, Carlos (Org.). **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010.

FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio grande do Sul (2015 – 2018)** / Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Lajeado: Editora da Univates, 2014.

FREITAS, D. **O socialismo missioneiro**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Rio Grande do Sul. **Perfil Socioeconômico – Corede Missões**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Miss%F5es>. Acesso em: 16 dez. 2013.

GAZOLLA, M. Instituições e economia dos custos de transação: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, 2009, p. 161-185.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓMEZ, S. ?Nueva Ruralidad? Um aporte al debate. **Estudios Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Outubro, 2001, n. 17, p.5-32.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 1, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, M. The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda. In: FRIEDLAND, R.; ROBERTSON, A. F. (Ed.). **Beyond the marketplace: rethinking economy and society**. New York: Aldine de Gruyter, 1990. p. 89-112.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. **VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. São Luis/MA. 15p, 23 a 25 de junho de 2010.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas: sexta investigação** (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Pensadores. 1996.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IGLIORI, D. **Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento**, São Paulo: Iglu, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Banco de dados agregados do IBGE-Cidades. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> >. Acesso em: 11 set. 2014.

JORGE, R. R. **Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços do rural**. 2009. 303 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

KERN, A. A. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LONG, Norman. **Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. San Luis de Potosí. México: CIESAS, 2007.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, pp. 299-322, 2004.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MATOS, M, **Políticas públicas para arranjos produtivos locais: o arranjo de gemas de Teófilo Otoni – Minas Gerais**, Rio de Janeiro, 2004, 121 f., Monografia (De Bacharelado na Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: SC, Editora Argos, 338 p., 2005.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTTA, D. M.; AJARA, C. Configuração da rede urbana do Brasil. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, 2001. p.7-25.

NIERDELE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região das Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. Santa Cruz do Sul, **REDES**. 2009. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/566/1431>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

NUPES. NÚCLEO DE PESQUISA SOCIAL. **As famílias agricultoras que cultivam fumo no Sul do Brasil: um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)**. Relatório de pesquisa, 2011.

OLIVEIRA, José Roberto. **Pedido de perdão ao triunfo da humanidade**. Porto Alegre: editora Martins Livreiro, 2009.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. A agroindustrialização da produção como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. In.: **Cadernos do Ceam/Estudos Rurais III** / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários – v. 8. n. 32, 2008.

PIZZA JUNIOR, W. Razão substantiva. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, abr./jun,1994, p.7-14.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO APL DA AGROINDUSTRIA FAMILIAR DA REGIÃO DAS MISSÕES (RS) / Edio Polacinski ... [et al.]. – Santo Ângelo: FuRI, 2014

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008, 372p.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PREZOTTO, L. L. **Principais procedimentos para registrar uma pequena agroindústria**. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília, janeiro de 2001.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, abr. 2002. p.133-154.

QUEVEDO, J. **As Missões: crise e redefinição**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. 205 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RAMOS, A.G. **Administração e contexto brasileiro**. Elementos de uma sociologia especial da administração. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV,1983.

_____. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

_____. **A redução sociológica**. 3.ed. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1996.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento**: análise de um "modelo" de interação entre regional e global. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: [15 de agosto de 2014].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural** - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.33, n.2, mar./abr.,1993, p.36-43.

SERVA, M. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. São Paulo: EAESP/FGV. Tese de doutorado, 1996.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. v. 1: Debates Contemporâneos em Psicologia Social. Porto Alegre, RS: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2004.

SULZBACHER, A. W. **A agroindústria familiar rural enquanto alternativa para agricultura familiar: estudo de caso no município de Chapada/RS**. Monografia (Curso de Geografia – Licenciatura Plena) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SUZIGAN, W. et al. Clusters ou Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, p.543-562, Jul. 2004.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. **Análise territorial e representativa nas agroindústrias familiares de cachaça nas Missões/RS**. Organizações rurais & Agroindustriais. Lavras, 2007.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Revista Ensaio**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D. ; NEVES, M. F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.

APÊNDICE A
Roteiro de entrevista com questões semiestruturadas

ROTEIRO DE QUESTÕES QUALITATIVAS PARA PESQUISA DE CAMPO
ANO 2015

PARTE I

Questões de identificação e perfil

Nome:
Sexo:
Idade:
Estado Civil:
Escolaridade:
Naturalidade:
Nome da Agroindústria:

PARTE II

Questões sobre relações históricas, sociais e econômicas na Agroindústria Familiar.

Relações históricas

Quando surgiu a Agroindústria?

Como surgiu a Agroindústria? Que procedimentos foram realizados para constituição do empreendimento?

Há relações com os vizinhos, com parentes e amigos? Quais? Como se desenvolvem?

Qual a importância dessas relações? Qual a importância dessas relações para a Agroindústria? Hoje é mais importante do que no passado? Por quê?

As gerações passadas da família eram agricultores? Já possuíam ou realizavam atividades de agroindústria? Como o saber-fazer é transmitido?

As famílias da região se conhecem? Há quanto tempo? Existiam relações no passado?

Quais? E Hoje, elas permanecem? As relações se modificaram com o tempo? Por quê?

Qual a importância dessas relações para a agricultura e a agroindústria familiar?

Sistema de Produção da Agroindústria Familiar

Quais produtos são produzidos na agroindústria? Como eles são produzidos?

Há equipamentos/máquinas que são utilizados na agroindústria?

Os membros da família preservam o que sabem? Como?

Os membros da família participam de cursos? Quais? Como?

Todos os integrantes da família trabalham na agroindústria? Que atividades realizam?

Qual a importância dessas atividades? Como o trabalho é organizado?

Porque familiares não trabalham na agroindústria?

Trabalho contratado

Há necessidade de contratação de funcionário? Como é contratado? Qual a preferência (Mulher, Homem, Jovens, Estudantes)? Onde são recrutados (local, região, fora da região)? Preferem trabalhadores do rural ou do urbano? Qual o regime de trabalho? Quais atividades os funcionários realizam? Como é a relação dos membros da família com os funcionários contratados?

Quais as expectativas dos funcionários? Como o conhecimento/saber-fazer é transmitido?

Relações de troca

Há trocas de produtos com familiares? Há trocas de produtos com vizinhos? Quais produtos? Como são realizadas essas trocas?

A família ajuda os vizinhos e a comunidade? Quais e como essas relações acontecem? Quais e como as relações sociais se estabelecem na comunidade? Participam de instituições religiosas, clubes, associações, etc? Como essas relações acontecem?

Relações com o mercado

A agroindústria possui concorrentes? Quais são eles? Onde se localizam? Que produtos concorrem? Quais e como as relações se estabelecem com eles?

A agroindústria possui fornecedores? Quais são eles? Onde se localizam? Que insumos são adquiridos? Quais e como as relações se estabelecem com eles?

A agroindústria possui assessoria técnica? Como essas relações acontecem? Qual a importância?

A agroindústria possui clientes? Quais são os clientes? Há venda de produtos? Quais canais de comercialização utilizam? Onde e como são vendidos os produtos? Quais e como as relações acontecem com os clientes? Qual a importância dessas relações com os clientes? Como é realizado o transporte dos produtos?

O empreendimento está vinculado a alguma associação ou cooperativa? Qual? Qual a importância da associação ou cooperativa?

APÊNDICE B

Questionário aplicado aos produtores familiares, proprietários de agroindústrias familiares na região do Corede Missões, estado do Rio Grande do Sul

Questionário

Ano de 2015.

O presente questionário, utilizado como uma das técnicas de pesquisa, tem o propósito de ajudar no levantamento de dados para tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Título do trabalho: As relações socioeconômicas na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares da região do Corede Missões.

Autor: Carlos Eduardo Ruschel Anes

Orientadores: Dra. Cidonea Machado Deponti

Dr. Silvio Cezar Arend

1. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1. Quantas pessoas fazem parte do núcleo familiar?

- 1. De 2 a 4 pessoas
- 2. De 5 a 7 pessoas
- 3. De 8 a 10 pessoas
- 4. De 11 a 13 pessoas
- 5. De 14 a 16 pessoas
- 6. Mais de 16 pessoas

2. Parentesco

- 1. Esposo
- 2. Esposa
- 3. Filho
- 4. Filha
- 5. Avô
- 6. Avó
- 7. Genro
- 8. Nora
- 9. outro

3. Faixa etária

- 1. 15 a 19 anos
- 2. 20 a 24 anos
- 3. 25 a 29 anos
- 4. 30 a 34 anos
- 5. 35 a 39 anos
- 6. 40 a 44 anos
- 7. 45 a 49 anos
- 8. 50 a 54 anos
- 9. 55 a 59 anos
- 10. 60 a 64 anos
- 11. 65 a 69 anos
- 12. 70 a 74 anos
- 13. 75 a 79 anos
- 14. 80 anos ou mais

4. Sexo

- 1. Masculino
- 2. Feminino

5. Escolaridade

- 1. Sem instrução
- 2. Ensino fundamental incompleto
- 3. Ensino fundamental completo
- 4. Ensino médio incompleto
- 5. Ensino médio completo
- 6. Ensino superior incompleto
- 7. Ensino superior completo
- 8. Pós-Graduação

6. Continua estudando?

- 1. Sim
- 2. Não

7. Trabalha na agroindústria da família?

- 1. Sim
- 2. Não

8. Possui outra fonte de renda?

- 1. Sim
- 2. Não

9. Qual fonte de renda?

10. Qual a renda anual desta outra fonte?

- 1. Até R\$1.000,00
- 2. De R\$1.001,00 a R\$10.000,00
- 3. De R\$10.001,00 a R\$20.000,00
- 4. De R\$20.001,00 a R\$30.000,00
- 5. De R\$30.001,00 a R\$40.000,00
- 6. De R\$40.001,00 a R\$50.000,00
- 7. Mais de R\$50.000,00
- 8. Não há outra renda

11. Contribui com as despesas da família?

- 1. Sim
- 2. Não

2. ASPECTOS DA PROPRIEDADE FAMILIAR

12. Localização da agroindústria familiar:

- 1. Zona Urbana
- 2. Zona Rural

13. Condição do produtor

- 1. Proprietário
- 2. Meeiro
- 3. Arrendatário
- 4. Proprietário da Família
- 5. Outro

Você pode marcar diversas casas.

14. Tamanho da propriedade

- 1. De 1 a 5 ha
- 2. De 6 a 10 ha
- 3. De 11 a 15 ha
- 4. De 16 a 20 ha
- 5. De 21 a 25 ha
- 6. De 26 a 30 ha
- 7. De 31 a 35 ha
- 8. De 36 a 40 ha
- 9. De 41 a 45 ha
- 10. De 46 a 50 ha
- 11. Mais de 50 ha

15. Como foi a aquisição da terra?

- 1. Por meio de herança
- 2. Compra de parentes
- 3. Compra de terceiros
- 4. Por doação
- 5. Posse provisória
- 6. Por atribuição (colonização, etc)
- 7. Não sou proprietário
- 8. Outro

16. A propriedade possui energia elétrica?

- 1. Monofásica
- 2. Bifásica
- 3. Trifásica
- 4. Não possui

17. Qual é a principal fonte de água que abastece a sua residência?

- 1. Rede geral como canalização interna
- 2. Rede geral sem canalização interna
- 3. Poço ou nascente na propriedade
- 4. Poço/cisterna externo público ou comunitário
- 5. Rio, córrego
- 6. Busca na casa do vizinho
- 7. Caminhão pipa
- 8. outra

18. Para onde vai o esgoto de sua residência

- 1. Fossa séptica
- 2. Fossa rudimentar
- 3. Corre a céu aberto
- 4. Dejetos em fossa rudimentar e água servida a céu aberto
- 5. Rede de drenagem pluvial/rede geral

19. O lixo de sua residência é:

- 1. Coletado ou colocado em caçamba de serviço de limpeza pública
- 2. Queimado na propriedade
- 3. Enterrado na propriedade
- 4. Jogado em terreno baldio ou logradouro público
- 5. Jogado em rio ou açude
- 6. Outro destino

20. A família possui os seguintes bens:

- 1. Antena parabólica
- 2. Aparelho de videocassete/DVD
- 3. Ar condicionado
- 4. Microcomputador/Notebook/Impressora
- 5. Acesso à internet
- 6. Telefone fixo
- 7. Telefone celular
- 8. Aparelho de TV
- 9. Rádio
- 10. TV por assinatura
- 11. Assinatura de jornal
- 12. Fogão a gás
- 13. Fogão a lenha
- 14. Micro-ondas
- 15. Forno elétrico
- 16. Geladeira
- 17. Freezer
- 18. Máquina de lavar roupas
- 19. Máquina de lavar louças
- 20. Sistema de alarme

Você pode marca diversas casas.

21. Máquinas e equipamentos de propriedade

- 1. Arado
- 2. Arado de tração animal
- 3. Batedor de cereais
- 4. Colheitadeira
- 5. Ensilhadeira
- 6. Micro trator
- 7. Trator
- 8. Niveladora
- 9. Plantadeira
- 10. Plantadeira manual
- 11. Pulverizador
- 12. Pulverizador manual
- 13. Reboque
- 14. Reboque de tração animal
- 15. Roçadeira
- 16. Roçadeira costal

17. Subsolador
Você pode marca diversas casas.

22. Outras máquinas e equipamentos da propriedade

23. Máquinas e equipamentos da agroindústria

- 1. Tachos
- 2. Painelas/travessas
- 3. Bateria
- 4. Liquidificador
- 5. Forno elétrico
- 6. Forno microondas
- 7. Forno à lenha
- 8. Dosadora
- 9. Cortadora/picotadora
- 10. Despolpadeira
- 11. Envasadora
- 12. Vidraria/embalagens
- 13. Termômetro
- 14. Balança
- 15. Moinho/moedor/prensa
- 16. Filtros/peneira
- 17. Caldeira
- 18. Mesa

Você pode marcar diversas casas.

24. Outras máquinas e equipamentos da agroindústria

25. Veículos

- 1. Automóvel
- 2. Motocicleta
- 3. Caminhão
- 4. Caminhonete
- 5. Carreta agrícola
- 6. Bicicleta

Você pode marcar diversas casas.

26. Outros veículos

27. Utilização da área da propriedade

- 1. Agroindústria
- 2. Lavoura permanente
- 3. Lavoura temporária
- 4. Açude
- 5. Floresta nativa
- 6. Floresta exótica/reflorestada
- 7. Campo
- 8. Pastagens

Você pode marcar diversas casas

28. Outra utilização da área da propriedade

3. PRODUÇÃO FAMILIAR

29. Produtos produzidos na agroindústria

- 1. Derivados do leite
- 2. Derivados da cana-de-açúcar
- 3. Embutidos de carnes
- 4. Conservas de legumes
- 5. Frutas em calda
- 6. Geleias
- 7. Frango embalado
- 8. Mel
- 9. Farináceos
- 10. Filé de peixes
- 11. Vinho
- 12. Licores
- 13. Sucos
- 14. Polpa de frutas
- 15. Vassouras de palha
- 16. Produtos derivados do couro
- 17. Produtos derivados da lã
- 18. Polvilho azedo

Você pode marcar diversas casas.

30. Outros produtos produzidos na agroindústria

31. Os produtos possuem embalagem?

- 1. Todos os produtos são embalados
- 2. Alguns produtos são embalados
- 3. Nenhum produto é embalado

32. Os produtos possuem rótulo?

- 1. Todos os produtos possuem rótulo
- 2. Alguns produtos possuem rótulo
- 3. Os produtos não possuem rótulo

33. Os produtos possuem código de barras?

- 1. Os produtos possuem código de barras
- 2. Alguns produtos possuem código de barras
- 3. Nenhum produto possui código de barras

34. Quanto a tecnologia dos equipamentos/máquinas utilizados na agroindústria?

- 1. Todos os equipamentos/máquinas são com tecnologia própria
- 2. Há equipamentos/máquinas com tecnologia própria e tecnologia adquirida
- 3. Todos os equipamentos/máquinas são com tecnologia adquirida

35. Qual a natureza da mão-de-obra?:

- 1. Familiar
- 2. Contratada
- 3. Cooperação (ajuda mútua)

Você pode marcar diversas casas.

36. Outra natureza de mão-de-obra:

37. Organização do trabalho produtivo

- 1. Atividade artesanal
- 2. Atividade artesanal e industrial
- 3. Atividade industrial

38. Onde o conhecimento foi adquirido?

- 1. Adquirido na família
- 2. Adquirido por meio de orientação

Você pode marcar diversas casas.

4. COMERCIALIZAÇÃO

39. As vendas da agroindústria são:

- 1. Somente a vista
- 2. Vendas a vista e a prazo
- 3. Somente a prazo

40. Quais canais de comercialização utiliza?

- 1. Venda direta ao cliente
- 2. Feira do produtor local
- 3. Feira do produtor na região
- 4. Varejo (supermercado/fruteira)
- 5. Cooperativas (quiosques)
- 6. Vendas para instituições públicas (via cooperativa)
- 7. Vendas para instituições públicas (via direta)
- 8. Vendas externas a região

Você pode marcar diversas casas.

41. Realizam troca de produtos?

- 1. Com familiares
- 2. Com vizinhos
- 3. Com fornecedores
- 4. Com clientes
- 5. Não trocam produtos

Você pode marcar diversas casas.

42. Como é o transporte dos produtos produzidos na agroindústria?

- 1. Com veículo próprio
- 2. Com veículo terceirizado/contratado
- 3. Com veículo da cooperativa
- 4. Com veículo do vizinho
- 5. Com veículo do fornecedor
- 6. Com veículo do cliente

Você pode marcar diversas casas.

5. SUPRIMENTOS PARA A AGROINDÚSTRIA

43. Quais matérias primas são produzidas na propriedade?

44. Quais matérias primas são adquiridas de fornecedores?

45. As compras da agroindústria de matérias primas/suprimentos são:

- 1. Somente a vista
- 2. Vendas a vista e a prazo
- 3. Somente a prazo

46. Qual a origem das matérias primas compradas?

- 1. Vizinhos
- 2. Cooperativa
- 3. Comércio local
- 4. Fornecedor regional
- 5. Fornecedor externo

Você pode marcar diversas casas.

47. Como é realizado o transporte de matéria-prima comprada?

- 1. Com veículo próprio
- 2. Com veículo terceirizado/contratado
- 3. Com veículo da cooperativa
- 4. Com veículo do vizinho
- 5. Com veículo do fornecedor

Você pode marcar diversas casas.

6. AMBIENTE SOCIAL

48. Participação social da família na sociedade local e regional:

- 1. Associação comunitária
- 2. Cooperativa
- 3. Sindicato
- 4. Associação de mulheres/Clube de mães
- 5. Associação vinculada à igreja
- 6. Clube esportivo
- 7. Não participa

Você pode marcar diversas casas.

49. Outras participações sociais da família:

50. Em que a família gasta a maior parte do dinheiro?

- 1. Na própria comunidade onde residem
- 2. Na cidade a que pertence a localidade onde residem
- 3. Na cidade polo da região
- 4. Em outra localidade

Você pode marcar diversas casas.

51. Em quem deposita mais confiança e credibilidade?

- 1. Nos membros da família
- 2. Nos técnicos da EMATER
- 3. No pessoal da Prefeitura (funcionários, etc)
- 4. Nos políticos do município
- 5. Nos dirigentes do seu sindicato
- 6. Nos professores da escola e universidade
- 7. No padre/pastor da igreja que frequenta
- 8. Nos técnicos e pessoas ligadas à cooperativa
- 9. Nos compradores e intermediários que adquirem sua produção
- 10. Nos fornecedores de matérias primas
- 11. Nos vizinhos

Você pode marcar diversas casas (3 no máximo).

52. Na sua opinião quem são os menos confiáveis?

- 1. Nos membros da família
- 2. Nos técnicos da EMATER
- 3. No pessoal da Prefeitura (funcionários, etc)
- 4. Nos políticos do município
- 5. Nos dirigentes do seu sindicato
- 6. Nos professores da escola e universidade
- 7. No padre/pastor da igreja que frequenta
- 8. Nos técnicos e pessoas ligadas à cooperativa
- 9. Nos compradores e intermediários que adquirem sua produção
- 10. Nos fornecedores de matérias primas
- 11. Nos vizinhos

Você pode marcar diversas casas (3 no máximo).

7. RESERVAS FINANCEIRAS E USO DE CRÉDITO

53. Nos últimos 5 anos a agroindústria realizou INVESTIMENTOS em:

- 1. Construções e melhoramentos fundiários
- 2. Animais
- 3. Equipamentos e máquinas
- 4. Matérias primas para a atividade
- 5. Aquisição de terras
- 6. Aquisição de automóvel/utilitário/caminhão
- 7. Aquisição de trator/implemento
- 8. Melhoria da moradia/móveis/itens pessoais/da família
- 9. Outro
- 10. Não realizou investimentos

Você pode marcar diversas casas.

54. Nos últimos 5 anos a agroindústria realizou FINANCIAMENTOS em:

- 1. Construções e melhoramentos fundiários
- 2. Animais
- 3. Equipamentos e máquinas
- 4. Matérias primas para a atividade
- 5. Aquisição de terras
- 6. Aquisição de automóvel/utilitário/caminhão
- 7. Aquisição de trator/implemento
- 8. Melhoria da moradia/móveis/itens pessoais/da família
- 9. Outro
- 10. Não realizou financiamentos

Você pode marcar diversas casas

55. Atualmente a agroindústria possui DÍVIDAS em:

- 1. Construções e melhoramentos fundiários
- 2. Animais
- 3. Equipamentos e máquinas
- 4. Matérias primas para a atividade
- 5. Aquisição de terras
- 6. Aquisição de automóvel/utilitário/caminhão
- 7. Aquisição de trator/implemento
- 8. Melhoria da moradia/móveis/itens pessoais/da família
- 9. Outro
- 10. Não há dívidas

Você pode marcar diversas casas.

56. Quem são os CREDORES da agroindústria?

- 1. PRONAF custeio
- 2. PROVAF investimento
- 3. Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF
- 4. FEAPER
- 5. Comércio local
- 6. Banco
- 7. Crédito pessoal
- 8. Outro
- 9. Não há credores

Você pode marcar diversas casas.

57. Há separação das receitas/despesas da agroindústria das demais receitas/despesas da propriedade?

- 1. Sim
- 2. Não

58. A propriedade, excetuando a agroindústria, tem reservas financeiras?

- 1. Sim
- 2. Não

59. A agroindústria tem reservas financeiras?

- 1. Sim
- 2. Não

60. As atividades da propriedade apresentam rendimento suficiente para o pagamento das despesas e dívidas?

- 1. Sim
- 2. Não

61. A agroindústria apresenta rendimento suficiente para o pagamento das despesas e dívidas?

- 1. Sim
- 2. Não

62. Existe controle dos custos?

- 1. Sim
- 2. Não

63. A aquisição de insumos depende de crédito de custeio?

- 1. Sim
- 2. Não